



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 3^a REGIÃO FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

ABRIL/2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 3^a REGIÃO FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 134/2013, DN TCU nº 139/2014, DN TCU nº 140/2014, Portaria TCU nº 90/2014 e Portaria CGU nº 522/2015.

Fortaleza, abril/2015

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADM – Administrativos

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil

AGU – Advocacia–Geral da União

ÁGUILA – Ajuste Guias de Recolhimento

ALF – Alfândega da Receita Federal do Brasil

AMMA – Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas

ANCINE – Agência Nacional do Cinema

ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar

ARF – Agência da Receita Federal do Brasil

Art. – Artigo

ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil

ASCOM – Assessoria de Comunicação Social

ASESP – Assessoria Especial

ATA – Assistente Técnico–Administrativo

ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil

AUDIT – Coordenação–Geral de Auditoria Interna

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAMEX – Câmara de Comércio Exterior do MDIC

CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CEF – Caixa Econômica Federal

CEI – Cadastro Específico do INSS

CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros

CF – Constituição Federal

CFD – Cobertura da Fiscalização PJ Diferenciada

CFPF – Cobertura da Fiscalização de Pessoa Física

CPPJ – Cobertura da Fiscalização de Tributos Internos Sobre os PJ

CGU – Controladoria–Geral da União

CIEE – Centro de Integração Empresa Escola

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CND – Certidão Negativa de Débito

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTur – Conselho Nacional de Turismo

COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal

COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira

COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro

COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial

COCIF – Coordenação–Geral de Cooperação e Integração Fiscal

CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização

COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas

COGER – Corregedoria da Receita Federal do Brasil

COGET – Coordenação–Geral de Estudos, Previsão e Análise

COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes

CONPROVI – Controle de Procedimentos Vinculados
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEA – Coordenação de Planejamento e Execução de Auditoria
COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
COPES – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
CORIN – Coordenação–Geral de Relações Internacionais
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
CPMF – Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira
CPSSS – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CZPE – Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação
DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DASN – Declaração Anual do Simples Nacional
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DAU – Dívida Ativa da União
DCG – Débito Confessado em GFIP
DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEFIS – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização
DERAT – Delegacia Especial da Recita Federal do Brasil de Administração Tributária
DEINF – Delegacia Especial da Recita Federal do Brasil de Instituições Financeiras
DEMAC – Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIANA – Divisão de Administração Aduaneira
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DIPRO – Divisão de Programação e Logística
DIRAC – Divisão de Arrecadação e cobrança
DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
DIREP – Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho
DISIT – Divisão de Tributação
DIVIC – Divisão de Interação com o Cidadão
DL – Decreto Lei
DMED – Declaração de Serviços Médicos e de Saúde
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
e-CAC – Receita Federal – Centro Virtual de Atendimento
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EDIFICA – Sistema Gerencial de Controle de Bens Imóveis Utilizados pelo MF
Eqmac/Grande – Equipe de Maiores Contribuintes
ESAF – Escola de Administração Fazendária
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHAB – Ficha de Habilitação

FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia

FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste

FCO – Fundo Constitucional do Desenvolvimento do Centro-Oeste

FNE – Fundo Constitucional do Desenvolvimento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FUNDAF – Fundo de Administração Financeira

FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

GABIN – Gabinete

GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro

GED – Gestão Eletrônica de Documentos

GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação

GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social

GMF – Gabinete do Ministro da Fazenda

GPS – Guia da Previdência Social

GRA – Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICP – Autoridade Certificadora integrante da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira

IDR – Índice de Demanda Reprimida

IN – Instrução Normativa

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras

IP – Intimação para Pagamento

IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRFB – Inspetoria da Receita Federal do Brasil

IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física

ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Rural

LDCG – Lançamento de Débito Confessado em GFIP

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MCT – Programa de Integração do Macroprocesso do Crédito Tributário

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MF – Ministério da Fazenda

MP – Medida Provisória

MPOG – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OCI – Órgão de Controle Interno

PAC – Plano Anual de Capacitação

PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores

PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna

PAIT – Planos de Poupança e Investimento

PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital

PCC – Plano de Cargos e Carreira

PDV – Programa de Demissão Voluntária

PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda

PDTA – Programa de Desenvolvimento Tecnológico Avançado

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PER/DCOMP – Pedido de Restituição e Compensação

PF – Pessoa Física

PFN – Procuradoria da Fazenda Nacional

PGDAS – Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

PIS – Programa de Integração Social

PJ – Pessoa Jurídica

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PMC/IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE

PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal

PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira

PPA – Plano Plurianual

PROCAD – Programa de Capacitação e Desenvolvimento

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSI – Política de Segurança da Informação

PSE – Pessoal SERPRO

RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros

RAE-N – Reuniões de Avaliação Estratégica Nacionais

RAE-R – Reuniões de Avaliação Estratégica Regionais

RAINT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RAP – Reuniões de Avaliação de Projetos

RECAP – Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras

REPORTO – Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária

RF – Região Fiscal

RFB – Receita Federal do Brasil

RIP – Registro Imobiliário Patrimonial

SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento dos Contribuintes

SAGE – Sistema de Apoio à Gestão Estratégica

SAMF – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda

SAPAC – Seção de Programação, Avaliação e Controle de Atividade Fiscal

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior do MDIC

SCC – Sistema de Controle de Crédito Tributário

SCORPIOS – Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros

SEMAC – Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICOB – Sistema de Controle da Produção de Bebida

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIEF – Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerais e de Planejamento

SINTEGRA – Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SISAM – Sistema de Informações Ambientais Integrado à Saúde Ambiental

SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas

SISCOL – Sistema de Cadastramento On Line
SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
SisoBraGer – Sistema de Gerenciamento de Obras
SOAP – Empregados do SERPRO
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPOA – Secretaria do Planejamento, Orçamento e Administração
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRP – Secretaria da Receita Previdenciária
SRRF – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TAXI – Transporte Autônomo de Passageiros
TCU – Tribunal de Contas da União
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação
TCJ – Termo de Conciliação Judicial
TME – Tempo Médio de Espera do Atendimento
UF – Unidade Federativa
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UPAG – Unidade Pagadora
WEB – Rede de alcance mundial
WORKFLOW – Inglês “Fluxo de Trabalho”
ZS – Zona Secundária

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (Conforme Portaria TCU nº 90/2014)

Quadro 1 - Identificação da UJ.....	32
Quadro 2 - Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	37
Quadro 3 – Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário.....	43
Quadro 4 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	68
Quadro 5 - Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS.....	108
Quadro 6 - Indicadores de Desempenho.....	112
Quadro 7 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	151
Quadro 8 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação.....	152
Quadro 8a - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação (SRRF03)....	152
Quadro 9 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação.....	153
Quadro 9a - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação (SRRF03).....	153
Quadro 10 - Despesas com Publicidade.....	155
Quadro 11 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores.....	156
Quadro 12 - Concessão de Suprimento de Fundos.....	158
Quadro 13 - Utilização de Suprimento de Fundos.....	159
Quadro 14 - Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência....	159
Quadro 15 - Força de Trabalho da UJ.....	167
Quadro 15a - Força de Trabalho da UJ (SRRF03).....	168
Quadro 16 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	170
Quadro 16a - Distribuição da Lotação Efetiva (SRRF03).....	170
Quadro 17 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.....	172
Quadro 17a - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (SRRF03).....	172
Quadro 18 - Custos do Pessoal.....	176
Quadro 18a - Custos do Pessoal – Servidores com UORG Relacionadas à SRRF/3 ^a RF.....	177
Quadro 19 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva.....	182
Quadro 20 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	188

Quadro 21 - Composição do Quadro de Estagiários.....	198
Quadro 21a - Composição do Quadro de Estagiários (SRRF03).....	198
Quadro 22 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União... ..	205
Quadro 23 - Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.....	205
Quadro 24 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	210
Quadro 25 - Aspectos da Gestão Ambiental.....	245
Quadro 26 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR.....	249
Quadro 27 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014.....	250

Declarações

Declaração de Inserção e Atualização dos Dados no SIASG e SICONV.....	265
Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....	266

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução.....	12
<u>Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 134/2013</u>	
1 - Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada cujas Gestões Compõem o Relatório	
1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	32
1.2- Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	33
1.3 - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada.....	35
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada.....	40
2 - Informações sobre a Governança	
2.1 - Descrição das Estruturas de Governança da Unidade Jurisdicionada.....	66
2.2 - Avaliação, pelos Próprios Dirigentes da Unidade Jurisdicionada, da Qualidade e Suficiência dos Controles Internos.....	68
3 - Relacionamento com a Sociedade	
3.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc.....	71
3.2 - Demonstração dos Mecanismos para Medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade Jurisdicionada.....	73
3.3 - Detalhamento do Caminho de Acesso, no Portal da Unidade Jurisdicionada na Internet	85
3.4 - Medidas Adotadas pelos Órgãos para o Cumprimento das Normas Relativas à Acessibilidade.....	86
4 - Planejamento e Resultados Alcançados	
4.1 – Planejamento da Unidade Jurisdicionada.....	93
4.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	108
4.3 - Identificação dos Resultados dos Indicadores Utilizados para Monitorar e Avaliar o Desempenho Operacional da Unidade Jurisdicionada.....	110

5 - Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade.....148**6 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira**

6.1 - Demonstração da Execução das Despesas.....	151
6.2 - Informações sobre Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda.....	155
6.3 - Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	156
6.4 - Informações sobre Suprimento de Fundos.....	158
6.5 – Alimentação do SIASG e SICONV.....	164

7 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

7.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	167
7.2 - Informações sobre a Contratação de Mão de Obra de Apoio.....	182
7.3 - Informações referentes a Contratos Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	199

8 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

8.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros.....	202
8.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada.....	204
8.3 - Imóveis Locados de Terceiros.....	210

9 - Gestão da Tecnologia da Informação

9.1 - Informações sobre Sistemas Computacionais.....	214
--	-----

10 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

10.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	245
--	-----

11 - Atendimento de Demandas de Órgão de Controle

11.1 - Demonstração do Cumprimento das Obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93 ..	249
11.2 - Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar Responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário.....	250

12 - Informações Contábeis

12.1 - Demonstração das Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....252

12.2 - Informações sobre a Conformidade Contábil.....256

12.3 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....259

13 - Outras Informações sobre a Gestão.....260

14 - Considerações Finais.....262

15 - Anexos e Apêndices.....264

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal (SRRF03)

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 90/2014.

O item “**Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade**” não é tratado neste Relatório de Gestão, pois esta Unidade não é gestora de fundos de aval, de fundos garantidores de crédito ou de fundos de investimento (itens 64 e 65 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico).

Não consta neste Relatório de Gestão o **item 13 – “Outras Informações Sobre a Gestão”**, da Parte A, Conteúdo Geral, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, por não haver informações adicionais a serem prestadas neste Relatório de Gestão.

Não consta neste Relatório de Gestão o **item 14 – “Considerações Finais”**, da Parte A, Conteúdo Geral, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, por não haver considerações adicionais a serem prestadas neste Relatório de Gestão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 3^a REGIÃO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2014

A seguir são apresentadas algumas das realizações mais relevantes da SRRF03 durante o ano de 2014, agrupadas por macroprocessos de trabalho ou áreas de concentração de atividades. O planejamento estratégico da Unidade Jurisdicionada está apresentado em item próprio deste Relatório de Gestão, conforme determinação da Decisão Normativa TCU nº 134/2013.

Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros

- continuação do Projeto Qualidade da Ação Fiscal, envolvendo as fases de extração de dados relativos às ações fiscais concluídas e aos julgamentos realizados desde 2011 e a construção de uma base de dados que será utilizada para comunicar, ao AFRFB e supervisor, o resultado dos julgamentos proferidos, bem como para realizar o controle estatístico da aderência do crédito tributário lançado de ofício e de suas principais causas de exoneração;

- implantação de metodologia para o acompanhamento da qualidade da seleção fiscal, através da comunicação periódica das ações fiscais encerradas sem resultado aos chefes/responsáveis pela seleção e da elaboração de gráficos gerenciais;

- início da reestruturação das atividades de revisão de ofício de lançamentos tributários na 3^a Região Fiscal, que tem por objetivo a implantação de uma nova estrutura para as equipes responsáveis pela revisão de ofício de créditos tributários (tempestiva e intempestiva), de maneira a proporcionar a elevação da produtividade e da qualidade do trabalho nessa atividade. Nesse primeiro momento foi realizada a classificação dos processos em estoque por assunto e a elaboração de modelos de despachos decisórios;

- projeto de integração com a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ/CE) e com os fiscos municipais da região metropolitana de Fortaleza, bem como com os municípios de Aquiraz, Sobral e Juazeiro do Norte, tendo por objetivo o aperfeiçoamento e a intensificação da fiscalização de contribuintes optantes pelo Simples Nacional. Essa iniciativa incluiu o treinamento de servidores municipais na utilização do módulo de elaboração eletrônica de autos de infração do sistema SEFISC;

- execução do Projeto Cartas, de âmbito nacional, com o objetivo de incentivar os contribuintes com declarações retidas em malha fiscal a proceder à consulta do extrato dessas declarações no sítio da RFB na internet. Foram selecionadas para o projeto 22.750 (vinte e dois mil e setecentos e cinquenta) declarações relativas ao exercício 2014 (ano-calendário 2013) incidentes em parâmetros passíveis de regularização mediante a transmissão de declarações retificadoras. Esse montante de declarações representava, à época, aproximadamente 50% do estoque total de malha fiscal do exercício 2014. O projeto foi amplamente divulgado na imprensa, de forma a esclarecer os contribuintes sobre os objetivos da iniciativa. Constatou-se que, até o dia 06 de fevereiro de 2015, 47% do público alvo do projeto tiveram as suas situações regularizadas, permanecendo no estoque de malha, nos parâmetros trabalhados, um total de 12.056 declarações;

- a centralização, na Alfândega de Fortaleza (ALF/FOR), da fiscalização aduaneira de zona secundária de todas as unidades da 3^a RF (ALF/Aeroporto Internacional Pinto Martins, ALF/Porto do Pecém, ALF/São Luís, DRF/Teresina, além da própria ALF/Fortaleza), continua gerando excelentes resultados em decorrência da otimização da utilização dos recursos humanos. Com relação ao Índice global da fiscalização aduaneira, atingiu-se o percentual de 116,40%;

Educação Corporativa

- A Superintendência da 3^a RF realizou no período de 04/11/2013 a 31/12/2014, em parceria com a Universidade de Fortaleza – Unifor, o Curso de Especialização em Auditoria Fiscal, com carga horária de 447 horas e com um total de 44 treinados, capacitando servidores dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão. O custo total do curso foi de R\$ 374.765,30 (trezentos e setenta quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos) e contou com a metodologia de aulas presenciais, em Fortaleza, e semipresenciais por videoconferência.

Interação com a Sociedade

- manutenção e consolidação do Fórum da Administração Tributária Federal no Ceará, com o propósito de fomentar a integração entre a Administração Tributária Federal e as instituições representativas dos contribuintes e dos profissionais que atuam na área tributária, tendo sido realizadas 04 reuniões do Fórum em 2014. Em três anos de funcionamento do Fórum já foram realizadas 13 reuniões, que ensejaram o atendimento e/ou esclarecimento de várias demandas apresentadas pelos participantes;

- inauguração de dois Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), com a assinatura de termos de cooperação técnica entre a DRF de Fortaleza, o Conselho Regional de Contabilidade, a SEFAZ/CE e Secretaria de Finanças de Fortaleza (Sefin), com as instituições de ensino superior Universidade de Fortaleza e Centro Universitário Estácio. Após a formalização dos acordos, foram oferecidos treinamentos aos alunos de ambas as universidades para que estejam capacitados a oferecerem orientações tributárias no âmbito de seus ambientes acadêmicos;

- fortalecimento do Autoatendimento Orientado na 3^a RF, com o oferecimento de mais de 170 mil orientações aos contribuintes nos espaços implantados em 25 unidades de atendimento da Região. Para esse trabalho, cerca de 50 estagiários de nível superior, especialmente dos cursos de Contabilidade, Direito e Administração, têm sido capacitados acerca dos conceitos básicos de tributação bem como sensibilizados para os aspectos relativos à consciência fiscal. De outra parte, as orientações recebidas pelos cidadãos têm possibilitado que estes se tornem mais autônomos na obtenção de seus serviços junto à RFB. Como exemplo disso, observando a evolução do número do quantitativo de atendimentos presenciais (QAP) e do quantitativo de serviços obtidos pelo ambiente eletrônico (e-CAC) entre os anos de 2013 e 2014, podemos observar que: o QAP da 3^a RF reduziu-se em 2,1%, enquanto o QAP nacional reduziu-se em 1,9%; por sua vez, os serviços e-CAC da 3^a RF evoluíram em 39% em 2014, enquanto nacionalmente esse número cresceu em 36%. Outro exemplo a se destacar refere-se ao serviço de Emissão de Comprovante de Inscrição do CPF, um dos mais demandados no atendimento presencial e que pôde ser bastante oferecido por meio do Autoatendimento Orientado. Os números em 2014 revelam que, no atendimento presencial, este serviço reduziu-se em 52% na 3^aRF, enquanto reduziu-se em apenas 6% em nível nacional. Sem desprezar outras variáveis envolvidas, por certo que o Autoatendimento Orientado tem contribuído significativamente para essa tendência;

- iniciada a implantação de espaços de Autoatendimento Orientado fora das unidades da RFB, por meio de parcerias com outros órgãos. No âmbito de projeto estratégico regional com esse objetivo, foram inaugurados um espaço de Autoatendimento Orientado no Município de Açailândia/MA, bem como outros dois nas unidades “Vapt-Vupt” mantidas pelo Estado do Ceará em Juazeiro do Norte e Fortaleza. Estes espaços de prestação de orientações aos contribuintes são atendidos por servidores/terceirizados dos órgãos parceiros, os quais receberam capacitação por parte da RFB. Registre-se que o projeto adquiriu âmbito nacional, com designação de gerente específico, bem como recebeu premiação (1º lugar – Prêmio de Criatividade e Inovação da RFB /

Prêmio Schontag).

- realizado o II Seminário de Atendimento e Cobrança, com a participação da Divisão de Interação com o Cidadão – Divic, Divisão de Arrecadação e Cobrança – Dirac, projeções da Dirac nas Delegacias, Centros de Atendimento ao Contribuinte – CAC e Agências da RFB na 3ª Região Fiscal. O evento mostrou-se uma importante oportunidade para compartilhamento de orientações técnicas e alinhamento estratégico entre as áreas de atendimento e cobrança da Região.

Acompanhamento dos Maiores Contribuintes

- capacitação dos componentes das Equipes de Acompanhamento dos Contribuintes Diferenciados no tocante à legislação que rege o trabalho de acompanhamento de contribuintes diferenciados e aos aplicativos usados nessa atividade, tais como Web Análise, Maco Explorer, ContÁgil e o extrator de dados *Data Warehouse - DW*: Arrecadação, DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais e Maco Projeto de Integração, com o objetivo de dar conhecimento, aos participantes das equipes, de ferramentas que podem ser utilizadas tanto no acompanhamento do seu trabalho como no incremento da qualidade das análises das quedas de arrecadação e de distorções potenciais dos maiores contribuintes da Região Fiscal;

- a 3ª Região Fiscal, em conjunto com a 4ª Região Fiscal, promoveu o Seminário de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes 2014 - 3ª e 4ª Regiões para discutir as novas implementações do Plano de Trabalho Maco – Maiores Contribuintes para 2015, outros temas relevantes para o bom andamento dos trabalhos, bem como para incrementar a integração entre os colegas que compõem as Equipes de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes das duas regiões;

Segurança Jurídica e Solução de Litígios

- interpretação da Legislação Tributária – A Divisão de Tributação (Disit03), cumprindo as novas atribuições de apreciar as consultas, acerca da interpretação da legislação tributária, formuladas por contribuintes domiciliados em qualquer região do país (jurisdição nacional), concluiu durante o ano de 2014 a análise de 78 processos, contribuindo com a Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) para, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, esclarecer as dúvidas suscitadas a respeito dos diversos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

- entendimentos vinculantes - Além de coordenar a realização dos Programas de Imposto de Renda (PIR-PF e PIR-PJ), contando com a colaboração de vários colegas da 3ª Região Fiscal, a Disit proferiu palestras sobre a importância dos entendimentos que possuem efeito vinculante, isto é, atos que devem ser observados por todos os servidores da RFB, dentre os quais se destacam os julgados do STJ (em rito de recursos repetitivos) e do STF (em rito de repercussão geral), conforme art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 2014;

Arrecadação e Controle do Crédito Tributário

- a Divisão de Arrecadação e Cobrança – Dirac preparou e ministrou treinamento para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Fortaleza, sobre os sistemas de cobrança. Foram treinados cerca de 30 julgadores daquela delegacia de julgamento nos seguintes tópicos principais: Visão geral da arrecadação e cobrança; Sistemas de cobrança previdenciários e não previdenciários; Sistemas de compensação, restituição e resarcimento. Além disso, foi disponibilizado catálogo dos principais sistemas de apoio à cobrança. Esse treinamento teve por objetivo capacitar os julgadores a usarem sistemas que podem auxiliá-los no deslinde de litígios

administrativos tributários, conferindo mais agilidade ao contencioso administrativo de primeira instância;

- início da implementação regional da Gestão de Atividades em Horas, relativamente ao macroprocesso “arrecadação e controle do crédito tributário”. A Portaria RFB Nº 974, de 25 de abril de 2014, estabeleceu critérios para a gestão das atividades de preparo, análise, decisão e execução, praticadas em processos administrativos do macroprocesso “arrecadação e controle do crédito tributário”, tratando da implantação da hora estimada no âmbito das unidades da RFB. Com efeito, desde 2 de maio de 2014 os servidores das Delegacias da Receita Federal do Brasil devem preencher o Formulário de Registro de Atividades – FRA, para informar as horas efetivas empregadas na atividade “Emitir parecer/despacho”, ou seja, as horas despendidas na análise e emissão de parecer ou despacho de cada processo. Foram realizadas reuniões presenciais e por meio de videoconferência com as unidades para divulgação, orientação e definição de cronograma de implantação. Em setembro a Dirac emitiu Nota com orientações e diretrizes para a implementação. Foi definido que a partir de novembro de 2014 as Delegacias da 3ª Região Fiscal deveriam preencher o FRA, informando as horas efetivas de trabalho despendidas nas atividades de análise dos processos no âmbito das projeções de controle e acompanhamento tributário e de orientação tributária;

- estabelecimento das metas de cobrança para Delegacias e Agências por meio de relatórios gerenciais bimestrais com avaliação e divulgação dos resultados. O trabalho, iniciado em 2012, tem como objetivo priorizar a eliminação de pendências em processos com maiores valores de créditos tributários; bem como, alertar as Unidades sobre processos sem análise há mais de 1.095 dias (3 anos), com priorização dos processos de cobrança e parcelamento cujo valor correspondesse a no mínimo 80% do valor total e no máximo 20% da quantidade total de processos. O trabalho teve seu melhor resultado no final de 2014, com alcance do índice de 70% de processos trabalhados;

- elaboração de Relatório de Análise da Arrecadação dos Órgãos do Poder Público (OPP) da 3ª Região Fiscal, com objetivo de demonstrar a evolução da arrecadação previdenciária decorrente dos OPP (Estaduais e Municipais) após a publicação da Ordem de Serviço SRRF03 nº 01, de 20 de março de 2012, em comparação com o período imediatamente anterior, evidenciando o forte incremento da arrecadação decorrente do trabalho de monitoramento e controle dos OPP. Os resultados demonstrados apontam para um crescimento da arrecadação das contribuições previdenciárias, relativa às obrigações correntes dos órgãos do poder público, esferas municipal e estadual. Entre os anos de 2011 e 2013, na 3ª Região Fiscal, este crescimento foi da ordem de quase 50%, enquanto que na média nacional, este crescimento foi de 31,91%. Em valores absolutos, na 3ª Região Fiscal este crescimento representou R\$ 703.007.800 no período. O trabalho constatou também que este crescimento ocorreu após a publicação da Ordem de Serviço SRRF03 nº 01, de 20 de março de 2012, sobretudo a partir do segundo ano de implantação do monitoramento e controle trazidos pela O.S.;

- realização da operação “Telhado de Vidro II”, em cooperação com a Divisão de Operações Aéreas – DIOAR da RFB (uso de helicóptero), que visou à regularização da contribuição previdenciária incidente sobre os imóveis construídos na região metropolitana de Fortaleza nos últimos cinco anos, a identificação de imóveis de luxo de propriedade de contribuintes que não declararam rendimentos compatíveis com os gastos realizados nesses imóveis, e também a seleção de dados para a fiscalização de incorporadoras imobiliárias;

Administração Aduaneira

- esta Superintendência Regional instituiu o Fórum Aduaneiro do Estado do Ceará. A

primeira reunião desse fórum, que ocorreu no dia 5/11/2014, contou com a participação de representantes de importadores e de exportadores, do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros, de depositários, dos Inspetores-Chefs e servidores das Alfândegas da RFB, além da SRRF03. O Fórum Aduaneiro, de periodicidade trimestral, tem como objetivo estabelecer um novo canal de comunicação entre a RFB e os intervenientes nas operações de comércio exterior, como ambiente propício à divulgação de notícias relevantes, à discussão de problemas enfrentados no âmbito aduaneiro e, ainda, à apresentação de sugestões e de procedimentos que possam melhorar o desenvolvimento dos trabalhos efetuados nessa área. A iniciativa continuará em 2015, já tendo sido marcada a próxima reunião para o dia 11/02/2015;

- a SRRF03 coordenou o planejamento dos trabalhos de controle aduaneiro sobre cargas, bagagens e veículos destinados à Copa do Mundo FIFA e também à Reunião de Cúpula dos Países do Grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), eventos ocorridos nos meses de junho e julho de 2014, em Fortaleza. Esse planejamento envolveu a criação de força-tarefa com 13 servidores para auxiliar os trabalhos de fiscalização de bagagens no Aeroporto de Fortaleza, a capacitação prévia dos servidores, com treinamentos sobre legislação, sistemas de informação e idioma inglês, e, ainda, a realização de seminário preparatório envolvendo Alfândegas, órgãos anuentes, SEFAZ-CE, depositários e empresas de logística envolvidas no evento Copa do Mundo;

- no Aeroporto Internacional Pinto Martins, para o atendimento dos passageiros, delegações e chefes de Estado durante a Copa do Mundo 2014 e na reunião dos BRICS, foi revisada a infraestrutura lógica/elétrica/mobiliário nas instalações do Terminal de Aviação Geral – TAG (aviação executiva), implantada infraestrutura lógica/elétrica/mobiliário nas instalações na Base Aérea (atendimento de delegações e Chefes de Estado) e no Terminal Remoto Temporário – TRT (ampliação emergencial da capacidade do terminal de passageiros), enquanto este operou;

Operações realizadas durante a Copa do Mundo FIFA 2014 (no período de 12/06/2014 a 13/07/2014):

(a) número de passageiros processados no aeroporto: **634.011**, sendo que destes **28.149** foram procedentes de voos internacionais, o que representou um acréscimo de **59%** em relação a igual período de 2013;

(b) **6.905** voos processados no aeroporto (acréscimo de **18,1%** em relação ao mesmo período de 2013);

(c) no dia **16/06/14**, no lapso de apenas 6 (seis) horas, foram processados pela Alfândega do Aeroporto os desembarques de cerca de **2.500** mexicanos que chegaram em 14 (catorze) aeronaves da Aero México para assistir à partida entre o Brasil e o México.

(d) foram desembaraçadas no Terminal de Cargas – TECA 6 (seis) admissões temporárias de mercadorias para utilização em operações relativas ao evento, totalizando **10.290,75 Kg.**



Situação do Terminal de Aviação Geral (TAG) no dia 04/07/2014 (Brasil x Colômbia) – Atendimento à aviação executiva e geral.

Reunião do BRICS:

Após a Copa do Mundo de 2014, Fortaleza foi sede da VI Cúpula do BRICS, evento que reúne os líderes dos países emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Concomitantemente ao evento, aconteceu o Fórum dos CEO do BRICS, encontro de executivos das principais empresas desses países, e a reunião dos ministros do BRICS.

Em decorrência desses eventos a ALF/APM foi demandada para o atendimento das delegações oficiais e seus escalões avançados de todos os países que compõem o BRICS, atendimento que apresentou singularidades diplomáticas e de segurança que exigiram um esforço adicional específico, pouco usual em nossa Região Fiscal.

Nos dias **14, 15 e 16/07/14** a Alfândega do Aeroporto Internacional Pinto Martins desembaraçou todos os equipamentos/veículos/alimentos das comitivas e as armas da segurança dos Chefes de Estado que optaram por Fortaleza como Unidade de entrada (Rússia, China, Índia). A África do Sul adentrou por outra Unidade. A foto a seguir mostra como ficou o pátio do TECA, no dia 15/07/2015, com as aeronaves de todas as delegações, com exceção da brasileira, que permaneceu na Base Aérea:



- com a ampliação do número de vôos internacionais com origem/destino no Aeroporto Internacional Pinto Martins foi instalada mais 1 (uma) cabine com estação de trabalho (computador/impressora) para os viajantes, com acesso exclusivo ao *link* do sistema Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes – e-DBV;

- foi implantado o atendimento no embarque internacional do Aeroporto Pinto Martins com a instalação de uma estação de trabalho (computador/impressora) para os servidores da Receita Federal;

- a Alfândega do Aeroporto Pinto Martins permaneceu confeccionando e distribuindo, durante o ano de 2014, *folders* com orientações ao viajante internacional sobre a nova legislação de bagagem e a sistemática da Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes – e-DBV no embarque/desembarque internacional do Aeroporto Internacional Pinto Martins;

- no ano de 2014, foram retidas na fiscalização de bagagem do Aeroporto Internacional Pinto Martins, para pagamento de imposto/multa, mercadorias no valor aproximado de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Desse total, mercadorias no valor de cerca de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) foram objeto de pena de perdimento;

- também em 2014, foram apreendidos, pela Alfândega do Aeroporto Internacional Pinto Martins, R\$ 617.497,41 (seiscentos e dezessete mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e um centavos) em espécie, que foram recolhidos ao Banco Central do Brasil;

- em 2014, Fortaleza entrou no circuito dos grandes shows dos astros internacionais de *pop/rock*. Foram desembaraçados, com a agilidade requerida pela agenda dos shows, todos os equipamentos das turnês internacionais dos cantores Paul McCartney e Elton John, que entraram e/ou saíram pelo Aeroporto Pinto Martins;

Movimento Operacional do Aeroporto Internacional Pinto Martins – 2014:

(a) número de passageiros atendidos: **6.496.718** (crescimento de 9,14% em relação a 2013);

(b) número de passageiros internacionais atendidos: **240.534** (crescimento de 15,87% em relação a 2013);

(c) número de aeronaves atendidas: **68.698** (crescimento de 2,82%) em relação a 2013;

- acompanhamento da implantação da Zona de Processamento de Exportação – ZPE de Pecém e da admissão de bens importados e adquiridos no mercado nacional com os benefícios previstos da Lei

nº 11.508/2007 pelas empresas autorizadas a se instalarem na área. A Alfândega do Porto do Pecém, responsável pelo controle aduaneiro da ZPE de Pecém, acompanha, desde de 2012, o processo de implantação e consolidação dos procedimentos fiscais de admissão e movimentação de bens importados ou adquiridos do mercado interno pelas empresas autorizadas a se instalarem na área especial. Continua em implantação o parque industrial da Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP, que tem como sócias as empresas sul-coreanas Dongkuk Steel e Posco e a brasileira Vale S/A, com investimentos da ordem de US\$ 8 bilhões. Como parte da estrutura industrial da CSP, estão em implantação os parques industriais de outras duas empresas: Vale Pecém S/A, responsável pela implantação e operação de pátio para recebimento, estocagem, movimentação, blendagem e comercialização de minério de ferro e pelotas; e White Martins Pecém Gases Industriais LTDA, responsável pela planta de gases da CSP;

- autorização para início de operação da empresa White Martins Pecém Gases Industriais LTDA (ADE ALF PCE Nº 01, de 12 de setembro de 2014), terceira empresa em instalação na ZPE de Pecém;
- realização conjunta, pela ALF/Porto de São Luis/MA e a Divisão de Repressão ao Contrabando e ao Descaminho da SRRF03 - DIREP, de duas operações de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior, em voos nacionais, no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, em São Luís/MA, no segundo semestre do ano;
- criação da Comissão Local de Alfandegamento para acompanhar a regularização dos recintos alfandegados da jurisdição da Alfândega da RFB do Porto de São Luís – MA, no tocante aos requisitos para alfandegamento, cujo descumprimento foi verificado durante as avaliações anuais efetuadas pela Comissão Regional de Alfandegamento da 3ª RF (Portaria ALF/SLS/MA Nº 03/2014);
- com a extinção do contrato para armazenamento de mercadorias celebrado entre a SRRF03 e a empresa VIA AZUL, todas as mercadorias sob a guarda dessa empresa foram recambiadas para o Depósito de Mercadorias Apreendidas – DMA da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR. Para dar vazão à grande quantidade de mercadoria armazenada, incrementou-se a análise de processos de aplicação de pena de perdimento em curso naquela Unidade, visando a agilizar a destinação final das mercadorias. Paralelamente, iniciou-se um projeto de estruturação, qualificação e reorganização do DMA da ALF/FOR, ensejando as condições para que a própria ALF/FOR faça a gestão das mercadorias apreendidas, sem necessidade de contratação de depósitos de terceiros;
- a Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza atendeu 13 navios de passageiros, durante o período de 2014, sendo 4 transatlânticos internacionais, inaugurando, parcialmente a nova Estação de Passageiros do Porto do Mucuripe;

Programação e Logística

A 3ªRF realizou na área de Logística, no ano de 2014, diversas iniciativas por meio da SRRF e suas Unidades jurisdicionadas, com destaque especial para a área de Engenharia:

(a) **A Delegacia da RFB em São Luís** licitou e contratou a construção das Agências da RFB em Caxias-MA e Santa Inês-MA, num total de R\$ 1.889.985,66 (Um milhão, oitocentos e oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais), e de R\$ 1.942.825,56 (Um milhão, novecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e seis centavos), bem como contratou obra de modernização de seu Centro de Atendimento ao Contribuinte – CAC, cujo valor

foi de R\$ 526.100,00 (Quinhentos e vinte e seis mil e cem reais). Outras pequenas reformas em suas Unidades Administrativas - UA também foram implementadas, num total de R\$ 180.170,00 (Cento e oitenta mil, cento e setenta reais).

A DRFSLS, ainda que com um quantitativo reduzido de pessoal, e com diversas contratações relativas a manutenção normal de suas atividades, conseguiu empenhar um total de R\$ 4.539.081,22 (Quatro milhões, quinhentos e trinta e nove mil, oitenta e um reais e vinte e dois centavos), de atividades voltadas para a área de Engenharia, representando mais de 40% do total dos valores empenhados pela Região Fiscal. Consideramos que essa execução foi possível também pela colaboração da equipe de engenharia da SRRF03, através da contratação e análise dos projetos e participação no processo de licitação, bem como na contratação de algumas dessas iniciativas que necessitavam da atuação da área técnica.

(b) **A Delegacia da RFB em Fortaleza** também procedeu a processo licitatório que resultou na contratação da obra de construção da Agência da RFB em Caucaia/CE, no valor de R\$ 2.126.084,30 (Dois milhões, cento e vinte e seis mil, oitenta e quatro reais e trinta centavos), que será executada ao longo do ano de 2015.

(c) **A SRRF03** também licitou e contratou serviços de adaptação de projetos de duas outras Unidades da RFB, nos municípios de Brejo Santo-CE e Picos-PI, num total de R\$ 89.555,54 (Oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco mil, e cinquenta e quatro centavos), que deverão ser recebidos no ano de 2015.

Outra importante iniciativa realizada pela SRRF03 foi a contratação de serviço de elaboração de projetos para readequação das diversas Unidades da RFB jurisdicionadas pela 3^aRF, para possibilitar uma melhoria da acessibilidade aos imóveis, tanto por servidores quanto por contribuintes e demais usuários desses imóveis. A contratação também conta em seu escopo com a previsão de entrega de projetos de redes lógicas e elétricas dos referidos imóveis. O valor contratado foi de R\$ 950.404,43 (Novecentos e cinquenta mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e três centavos), e os projetos deverão ser concluídos no final de 2015.

A SRRF também deu prosseguimento às obras de readequação das instalações elétricas e lógicas do 2º, 3º e 4º pavimentos do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda no Ceará.

Em todas as obras contratadas para a construção das Agências Modelo, acima citadas, foram também licitados os respectivos serviços de assessoria à fiscalização da execução das obras, por profissionais especializados, para subsidiar decisões da equipe de servidores responsáveis pela sua fiscalização.

(d) **A Delegacia da RFB em Teresina** também procedeu à licitação de obra de modernização do Centro de Atendimento ao Contribuinte daquela Unidade, no valor de R\$ 600.000,00, bem como intervenções de menor porte, em suas Unidades Administrativas, que perfizeram um total de R\$ 155.425,54 (Cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

A Região Fiscal participou efetivamente do Plano Nacional de Aquisições - PNA, coordenado pela Coordenação-Geral de Programação e Logística - Copol, através da licitação, Sistema de Registro de Preços – SRP, para aquisição de Televisores para as todas as Unidades da RFB que programaram e demandaram suas necessidades àquela Coordenação. A 3^aRF também se beneficiou do referido PNA com aquisição de mobiliário e equipamentos para suas Unidades.

(e) A Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza concluiu a execução da obra de revitalização das instalações elétricas, lógicas, CF-TV, alarme, combate a incêndio, para-raios, hidrossanitárias, ar condicionado, instalação de piso elevado e forro, construção de passarela e guarita no prédio da Unidade, e elaboração do projeto executivo concomitante com a obra; concluiu a obra de recuperação da estrutura de concreto – 2a Etapa e revisão da coberta da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza; e elaborou projeto arquitetônico de revitalização das suas instalações externas.

Principais ações das Unidades Gestoras

Além de algumas iniciativas já descritas nos itens precedentes, as Delegacias/Alfândegas da 3ª Região Fiscal implementaram as seguintes ações administrativas no âmbito de suas respectivas jurisdições.

DRF/Fortaleza

- expansão do espaço de Autoatendimento Orientado da DRF/Fortaleza de 6 para 10 estações, a fim de aumentar a oferta operacional de serviços;
- instalação, pela DRF/Fortaleza dos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) em duas instituições de ensino superior de Fortaleza: NAF-Unifor e NAF-Estácio (Parangaba). Nesses NAF há previsão de funcionamento do Autoatendimento Orientado;
- licitação e contratação pela DRF/Fortaleza da Obra da ARF Modelo de Caucaia;
- criação da Ouvidoria da DRF Fortaleza, sob responsabilidade do Assistente do Gabinete. Além de seu papel tradicional de atendimento e melhoria, a Ouvidoria tem cumprido um papel fundamental no projeto de Atendimento Exclusivo no CAC.

DRF/Floriano

- com o escopo de impedir que algum contribuinte sem deficiência física possa utilizar-se de interpostas pessoas (realmente portadoras de deficiências) para adquirir veículos sem o pagamento do tributo devido (IPI), a DRF/Floriano instituiu o Projeto “Necessidades Especiais?”, tendo sido desenvolvida sistemática para exigir do pretenso comprador a demonstração, através de rendimentos auferidos (DIRPF) ou da existência de recursos em Instituições Financeiras (Conta-Corrente, Poupança), disponibilidade de numerário para aquisição do veículo. Em se tratando de aquisição a prazo do veículo, o contribuinte é intimado a comprovar essa forma de pagamento. Será implementada em Ordem de Serviço a padronização e instrumentalização das ações e termos relativos a essa atividade de reconhecimento de isenção;
- tendo por objetivo a melhora no atendimento da ARF Picos/PI, já em Janeiro/2015, a DRF/Floriano, juntamente com a ARF Picos/PI e a ARF Oeiras/PI começou procedimentos (videoconferências/estudo) para propor a mudança de jurisdição de algumas cidades da ARF Picos/PI para a ARF Oeiras/PI. O prazo para conclusão dos trabalhos é o mês de março/2015;

- envidando novos esforços para se conseguir um terreno para construção da nova sede da ARF de São Raimundo Nonato/PI, tendo em vista as tentativas frustradas de se conseguir algum terreno por meio de doação tanto pelo Patrimônio da União como pela Prefeitura da cidade, a DRF/Floriano está preparando processo a ser protocolado com justificativas e pleitos que visem conseguir algum terreno e recursos para adquirir algum terreno e posteriormente a construção de nova agência naquela municipalidade;

DRF/Juazeiro do Norte

- Construção e inauguração do novo Depósito de Mercadorias Aprendidas da DRF/Juazeiro do Norte, liberando o antigo espaço para as instalações da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Juazeiro do Norte, após reformas licitadas ao longo de 2014, cujas obras serão realizadas em 2015;

DRF/Imperatriz

- o sistema de comunicação com a Embratel da DRF/Imperatriz foi trocado por fibra ótica. Dessa forma, os dados trafegados tiveram uma performance melhor após a mudança além de uma redução das interrupções do sinal ofertado pela empresa prestadora (Embratel);

- concluído o processo de licitação para reforma do Centro de Atendimento ao Contribuinte – CAC da DRF/Imperatriz. Após a reforma, a unidade de atendimento proporcionará mais conforto para os contribuintes e para os servidores;

- a DRF Imperatriz recebeu através de doação um terreno no Município de Açailândia para construção de uma unidade de atendimento da RFB. A lei de doação foi aprovada na câmara municipal e sancionada pela prefeitura. O terreno será incorporado ao patrimônio da União com destinação específica para construção de uma unidade da RFB;

- a DRF/Imperatriz firmou um termo de cooperação com a Prefeitura de Açailândia para criação do Centro de Autoatendimento ao Contribuinte naquele município. O centro é mantido com recursos da própria Prefeitura, com treinamento dos atendentes prestado por um servidor da DRF de Imperatriz, que também prestará auxílio eventual na execução da atividade. No centro de autoatendimento, o contribuinte poderá efetuar serviços que estão disponíveis no *site* da Receita Federal do Brasil na Internet bem como agendar serviços para serem atendidos de forma presencial no CAC de Imperatriz caso ele não consiga resolver sua situação no autoatendimento;

DRF/São Luís

- elaboração do Plano Tático da DRF/São Luís (“Planta São Luís”): LEMA: “Uma Unidade em busca da excelência dos serviços”; OBJETIVO GERAL: Promover ações necessárias à consolidação de uma Administração Tributária efetiva e de qualidade na circunscrição da DRF/SLS, adequando o Planejamento Estratégico da RFB à sua vocação estratégico-organizacional e às suas peculiaridades, de forma inteligente, integrada e inovadora; OBJETIVOS ESPECÍFICOS: a) APERFEIÇOAMENTO DO MODELO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA - Implantar gestão tributária com base na visão integral do contribuinte e na atuação integrada, com foco em resultados de qualidade; b) EFETIVIDADE NOS RESULTADOS - Qualificar os resultados da DRF/SLS, alinhando o cumprimento das metas institucionais às diretrizes e aos objetivos estratégicos da RFB e à vocação estratégico-organizacional da DRF/SLS e suas peculiaridades; c) SATISFAÇÃO DAS PESSOAS - Promover a potencialização dos talentos e a satisfação das pessoas no trabalho; d) FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS - Fortalecer a gestão corporativa, mediante consolidação das parcerias institucionais estratégicas; RESULTADOS ESPERADOS: a) Gestão tributária da DRF modernizada; b) Desempenho da DRF mais efetivo; c) Servidores satisfeitos em trabalhar na DRF/SLS; d) Atuação tributária integrada das instituições afins; EIXOS ESTRUTURAIS - a) Acompanhamento e controle do cumprimento das OT, com foco na inteligência, inovação, avaliação de risco, priorização (instituição dos Contribuintes de Interesse Estratégico da Administração Tributária), minimização dos estoques e das demandas; b) Atendimento de Qualidade ao Cidadão, com foco na facilitação para o cumprimento das OT, orientação precisa, conclusividade, rapidez, cordialidade, empatia, concisão; DESAFIO: Conciliar a gestão das mudanças (ações/ projetos/ programas) com a gestão de rotinas (melhoria contínua dos processos de trabalho).

- a DRF/São Luis instituiu a figura dos Contribuintes de Interesse Estratégico da Administração Tributária (CIEAT), que serão monitorados de forma prioritária e serão objeto de atuação fiscal mais intensiva, compostos pelos atuais contribuintes diferenciados, contribuintes com passivo tributário relevante, contribuintes com histórico tributário negativo, municípios; tratamento por grupo e por setor econômico.

- Foi implantado, na DRF/São Luís, o Programa de Melhoria de Processos de Trabalho: Intervenções Gerais - padronização no fluxo de informações; otimização e simplificação do fluxo de processos; delegação de competências dos despachos decisórios de competência do titular da Unidade, com estabelecimento de limite de alçada e de decisão concorrente; Intervenções Específicas - atendimento ao cidadão, com várias intervenções e melhorias substanciais nos indicadores; programação/ execução orçamentário-financeira, com melhoria do controle de gastos; licitações e contratos, com capacitação em serviço em unidades mais experientes no processo; preparação de processos (digitalização, cópias, conferência), com capacitação; malha fiscal (auto-regularização), com intervenções na estrutura de atendimento e melhoria no fluxo processual; revisão de ofício, com delegação de competências dos Despachos Decisórios e melhoria no fluxo de procedimentos; seleção e programação de ações fiscais, com estabelecimento de diretrizes com vista a maior efetividade; gestão de pessoas, divulgação tempestiva de atos para servidores envolvidos e respectivas chefias, bem como redesenho da divisão de tarefas e responsabilidades, com definição de responsabilidades conjuntas;

- a DRF/São Luis instituiu comissão conjunta com o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) para fortalecimento da orientação tributária, capacitação dos profissionais, colaboração na criação dos Núcleos de Apoio Contábil-Fiscal (NAF);

ALGUMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS EM 2015 PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 3^a REGIÃO FISCAL

Além dos Projetos Estratégicos Regionais, apresentados no item 4.1.4 do presente Relatório de Gestão, há um conjunto de Ações da SRRF03 cuja implementação poderá se dar no ano de 2015:

- implantação da Equipe Regional de Programação, Avaliação e Controle DA Fiscalização (Eqpac), vinculada à Divisão de Fiscalização da SRRF03, à qual competirá a atividade de seleção regional de sujeitos passivos a serem fiscalizados;

- retomada do projeto Presença Fiscal, para a realização de procedimentos fiscais no segmento de Pessoas Jurídicas-Demais, optantes pelo lucro presumido e optantes do Simples, com indícios de omissão de receitas, caracterizadas pela simplicidade de execução e celeridade;

- será avaliada a realização do Fórum Aduaneiro, hoje restrito ao Estado do Ceará, nos Estados do Maranhão e do Piauí;

- a Receita Federal vai implantar um sistema mais rigoroso de fiscalização de viajantes internacionais em 2015. Com uma base de dados maior sobre os viajantes (fornecida eletronicamente e previamente pelas companhias aéreas) e um sistema de reconhecimento facial, esperamos identificar, com mais eficiência, pessoas suspeitas de estarem extrapolando a cota de isenção de impostos para a compra de produtos no exterior. Por meio desse novo sistema a Alfândega do Aeroporto Internacional Pinto Martins poderá saber qual viajante passará pela fiscalização antes de ele desembarcar, já que serão implementadas melhorias no processo de seleção do passageiro a ser inspecionado, permitindo uma melhor identificação daqueles que utilizam as viagens internacionais para o comércio ilegal de mercadorias;

- em decorrência de atividades aéreas desenvolvidas na 3a Região Fiscal (“Operação Telhado de Vidro”) pela DIOAR (Divisão de Operações Aéreas), esta Divisão, após estudos de viabilidade técnica, decidiu incluir Fortaleza no Projeto Estruturação e Ampliação da Atividade Aérea na RFB – Núcleos de Operações Aéreas (NOA), como possível sede de um futuro NOA da DIOAR na Região Nordeste. A criação deste Núcleo, subordinado à DIOAR, ampliará a cobertura geográfica nas Regiões Norte/Nordeste (posição geográfica privilegiada de Fortaleza, alcançando também o extremo Leste da Região Norte, permitindo deslocamentos para atuações mais frequentes desde o Estado da Bahia até Belém, no Estado do Pará, cobrindo o litoral e o interior). Este núcleo otimizará o emprego de recursos públicos em pelo menos 04 (quatro) Regiões Fiscais (RF03, RF04, RF05 e parte da RF02) visando ao recolhimento espontâneo de tributos e contribuições, dissuasão e fortalecimento da imagem institucional da RFB;

Projeto Estruturação e Ampliação da Atividade Aérea na RFB – Núcleos de Operações Aéreas:

Nordeste (RF03, RF 04 e RF 05):

- Apoio a ações de vigilância e repressão e fiscalização de tributos internos nas RF03, 04, 05 e 02 (em especial PA, AP e TO);
- Monitoramento e vigilância de áreas portuárias e zonas de fundeio nos diversos portos do Nordeste e Norte (PA e AP);
- Manutenção e demonstração de presença fiscal em uma região de vasta área geográfica.

Sugestão de cidade / aeródromo: Fortaleza / CE (SBFZ)

Situação atual do projeto: submetido aos patrocinadores e facilitadores para que seja determinada uma ordem de priorização para a instalação dos Núcleos de Operações Aéreas nas Regiões Fiscais.

- normatização dos procedimentos de entrada e saída de pessoas, veículos e cargas na ZPE de Pecém, bem como demais controles relacionados – considerando o momento de consolidação dos procedimentos fiscais e operacionais adotados na implantação da ZPE de Pecém, passa-se à fase de estabelecimento do corpo normativo (Portarias e Ordem de Serviços) disciplinadores das rotinas operacionais no recinto alfandegado;

- revisão das normas de controle operacional para o Porto do Pecém – considerando o prazo de edição das normas vigentes, torna-se oportuna a revisão e atualização do corpo normativo, visando à adequação às novas demandas operacionais para o porto;

- implantação da Equipe de Vigilância responsável pela vigilância e repressão dos recintos alfandegados na jurisdição da Alfândega do Porto do Pecém (Porto do Pecém e ZPE de Pecém);

- ampliação das operações de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior, em voos nacionais, no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, em São Luís/MA;

- realização do III Seminário de Atendimento e Cobrança da 3^a RF, que tem sido uma importante oportunidade para compartilhamento de orientações técnicas e alinhamento estratégico entre as áreas de atendimento e cobrança da Região;

- realização de Seminário Regional de Educação Fiscal, com o objetivo de promover atualização de conhecimento e alinhamento estratégico para os representantes de educação fiscal das unidades da 3^a RF;

- incremento da atividade de elaboração de Soluções de Consultas sobre a interpretação da legislação tributária federal – formuladas pelos contribuintes ou pelos órgãos da própria RFB – nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, e da Portaria RFB nº 2.217, de 19 de dezembro de 2014;

- disseminação, no âmbito da 3^a Região Fiscal, das inovações implementadas na legislação tributária federal pela Lei 12.973, de 2014, disciplinada pela Instrução Normativa RFB 1.515, de 2014, notadamente no que tange à revogação do Regime Tributário de Transição - RTT e adequação – com o foco na neutralidade tributária – da legislação fiscal à nova legislação societária, convergida aos padrões internacionais de contabilidade;

- a DRF/São Luis pretende implementar o Projeto de Disseminação da Orientação Tributária, mediante estabelecimento de parcerias institucionais, com o Viva Cidadão, Junta Comercial do Maranhão, CRC, Secretaria de Estado de Fazenda do Maranhão, Secretaria Municipal da Fazenda, entre outras instituições, bem como reestruturação do Plantão Fiscal (em sistema de rodízio e por agendamento), implantação do Programa de Imposto de Renda Contínuo, fortalecimento da Educação Fiscal, realização de Caravanas Itinerantes e consolidação das Agências como polos de orientação tributária nas respectivas circunscrições;

- a DRF/São Luis pretende implementar o Projeto de Atendimento Integrado do Cidadão, em local de acesso fácil ao público (térreo e mezanino) composto pelos seguintes módulos: Malha Fiscal; Protocolo; Birô de Produção (digitalização, autenticação e reprografia de documentos); Orientação de Procedimentos (encaminhamento para os módulos em caso de dúvidas, esclarecimentos aos contribuintes sobre suas demandas); Autoatendimento Orientado; CAC, composto pela Central de Atendimento (serviços rápidos) e Central de Serviços (serviços mais complexos, com prazos de conclusividade maiores); Salas de Atendimento Específico (Malha DCTF, Malha Cadastro, Isenção de IPI, Plantão Fiscal, Fiscalização, Municípios);

- a DRF/São Luis pretende implementar o Projeto de Modelagem das ARF: atendimento ao cidadão de baixa complexidade (processos de acompanhamento e controle do CT e serviços de atendimento mais complexos tratados pela Sede); atuação integrada com outras ARF; mutirões itinerantes nas circunscrições; maior representação institucional, com ênfase na orientação tributária, presença fiscal, fortalecimento das parcerias;

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 3^a REGIÃO FISCAL PARA A REALIZAÇÃO DOS SEUS OBJETIVOS NO EXERCÍCIO DE 2014

- ainda há dificuldades na exploração de novas linhas de pesquisa para fiscalização aduaneira de zona secundária, e consequente elaboração de dossiês para determinadas unidades da 3^a RF, tendo em vista o restrito universo de operadores no comércio exterior e a natureza das operações comerciais. Por outro lado, essas dificuldades têm fomentado a busca por operações realizadas em outras Regiões Fiscais (“quebra” de jurisdição);

- durante a Copa do Mundo FIFA 2014, a cidade de Fortaleza foi uma das sedes com grande número de jogos, o que demandou da ALF/APM um esforço adicional no atendimento ao grande fluxo de viajantes internacionais, a Chefes de Estados, delegações e à imprensa em geral que aqui vieram para assistir aos jogos, e na liberação de mercadorias cuja especificidade e quantidade exigiram pronto desembarque. A operação teve início efetivo no mês de maio, com a chegada de diversas cargas de equipamentos de televisão para a cobertura do evento, se prolongando por todo o mês de junho e início de julho/2014.

Após a Copa do Mundo de 2014, Fortaleza foi sede da VI Cúpula dos BRICS, evento que reúne os líderes dos países emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Concomitantemente ao evento, aconteceu o Fórum dos CEO dos BRICS, encontro de executivos das principais empresas desses países, e a reunião dos ministros dos BRICS.

Em decorrência desses eventos a ALF/APM foi demandada para o atendimento das delegações oficiais e seus escalões avançados de todos os países que compõem os BRICS, atendimento este que apresentou singularidades diplomáticas e de segurança que exigiram um esforço adicional específico para tanto, pouco usual em nossa Região Fiscal.

- Tendo em vista a intensificação do serviço de Autoatendimento Orientado na Região, a partir da inauguração de novos espaços ou a expansão dos espaços existentes nas unidades, tornou-se patente a necessidade de maior quantitativo de vagas para estagiários de nível superior, os quais se constituem na base desse projeto. O processo de ensino/aprendizagem e o consequente repasse pelos estagiários aos cidadãos acerca das orientações tributárias básicas tem sido o aspecto mais destacado no projeto Autoatendimento Orientado. Nesse sentido, a restrição da contratação de novos estagiários tem limitado a expansão do projeto.

ALGUNS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 3^a REGIÃO FISCAL EM 2015

Alcance da meta de arrecadação - O financiamento dos gastos públicos da União depende dos recursos que são obtidos por meio da arrecadação tributária. Sendo essencial ao funcionamento do Estado, a atividade de arrecadação constitui-se numa das principais atribuições da RFB e várias ações que compõem os programas de trabalho da instituição estão voltadas para assegurar a manutenção dos níveis de arrecadação. Ao selecionar os contribuintes a serem fiscalizados, acompanhar segmentos econômicos, controlar o crédito tributário e o cumprimento de obrigações acessórias e realizar cobrança administrativa de forma eficaz, entre outras ações, a RFB busca atingir as metas de arrecadação. No entanto, fatores como variações no comportamento dos contribuintes, desempenho da economia, resultado dos indicadores econômicos, alterações no cenário internacional e mudanças na legislação tributária fazem com que o alcance da meta de arrecadação constitua um permanente desafio para a RFB.

Simplificação do processo de registro de empresas - REDESIM – Norteado por uma diretriz estratégica nacional com o objetivo de desonerar o processo de registro empresarial, faz-se urgente uma preparação por parte dos três Estados que compõem a 3^a RF, para que implantem a nova sistemática prevista na Lei 11.592/2007, conhecida como REDESIM. Enquanto a RFB trabalha na construção de um sistema Integrador Nacional, que fará a coleta nacional de dados e emissão do CNPJ, cabe aos Estados a produção de um sistema Integrador Estadual, que deverá alimentar o fluxo de troca de informações entre todos os órgãos estaduais e municipais envolvidos no registro e licenciamento de empresas. Mesmo enquanto não implementada a Redesim, a Coordenação Geral de Cadastros – COCAD vem recomendando que se efetivem com maior intensidade os convênios atualmente mantidos com as Juntas Comerciais para que os atos referentes ao CNPJ sejam realizados simultaneamente ao registro comercial. Nesse contexto, as Delegacias das capitais dos Estados da 3^a RF deverão manter estreita articulação com os demais entes estatais, estimulando a integração entre os parceiros e fornecendo as orientações necessárias ao processo naquilo que compete à RFB.

Nesse aspecto, verificam-se tendências diferentes entre os três Estados da Região: no Ceará, pelo fato de existir Termo de Cooperação para recebimento do DBE na Junta, bem como um maior preparo para adequação do atendimento à futura sistemática da REDESIM, o atendimento nas

Juntas vem crescendo, enquanto vem se reduzindo na RFB. No Estado do Maranhão, observamos a mesma tendência, de aumento na Junta e redução na RFB, embora em menor escala. No Estado do Piauí, entretanto, não se observa um direcionamento da procura dos contribuintes pela Junta, os quais têm optado pelo atendimento na RFB, onde o atendimento é realizado no guichê do CAC, sem retaguarda. O nosso desafio para 2015 é incrementar e consolidar o atendimento aos atos de inscrição, alteração e baixa exclusivamente pelas Juntas Comerciais, nos três Estados da Região, seguindo a diretriz propagada pela Redesim referente à simplificação do processo de registro de empresas no país.

Manutenção Predial para as Unidades Jurisdicionadas - A SRRF03 e suas Unidades Gestoras jurisdicionadas têm realizado diversas iniciativas da área de engenharia para melhorar a qualidade de suas instalações físicas, tanto para os servidores quanto para os usuários dos serviços da RFB.

Diante das diversas intervenções que estão possibilitando essa melhoria, a gestão da Região Fiscal entende como fundamental o empenho na contratação de serviços de manutenção predial, evitando assim o desperdício dos recursos públicos já aplicados nos imóveis, caso não se concretize uma manutenção preventiva e corretiva nos mesmos.

A grande dificuldade a ser enfrentada é a escassez de recursos públicos para a efetivação das licitações, considerando o cenário apresentado pelo Governo Federal de contingenciamento de despesas, e a necessidade de economia de manutenção da máquina administrativa. No entanto, há que se observar que a referida despesa, mais do que um gasto, é uma economia de recursos, evitando assim novas intervenções de altos valores, para novas recuperações.

Outro desafio a ser considerado é o pequeno quantitativo de servidores para dar continuidade às diversas etapas da contratação e fiscalização dos serviços, tendo em vista que a referida contratação tem especificidades relacionadas à área de engenharia, e exige conhecimento técnico especializado.

Fiscalização das obras e serviços de Engenharia licitados e/ou contratados em 2014 - O grande quantitativo de iniciativas licitadas em 2014 e contratadas no final do ano ou no começo de 2015 demandarão um acompanhamento técnico especializado, exigindo uma dedicação muito grande de servidores da área de Saeng e com conhecimento especializado das Unidades Gestoras.

A fiscalização é uma das atividades mais sensíveis na execução de obras e serviços de engenharia, e necessita de uma dedicação contínua dos servidores designados para tal atividade.

Essa atividade, devido à exigüidade dos servidores da área, concorrerá com outras demandas que estão represadas ao longo do tempo, e das demais necessidades que surgem diuturnamente.

Plano de Engenharia 2015 - O Plano de Engenharia 2015, aprovado pela Portaria RFB nº 2.109/2014, de 05/12/2014, é outro desafio grande por parte da 3^aRF, que representa um rol de iniciativas consideradas prioritárias pelos gestores locais e regionais, e que exigirá um alto grau de eficiência dos servidores das diversas Unidades jurisdicionadas, especialmente da Saeng/Dipol03 da SRRF03.

Como dito no item anterior, as demandas elencadas, embora necessárias, concorrem com as diversas contratações já realizadas em 2015 e que estarão em fase de execução no ano de 2015.

UF	UG SIGLA	INICIATIVA	C/I	UA DENOMINAÇÃO	INICIATIVA-DESCRIÇÃO	PREVISÃO 2015
CE	ALF/FOR	110	I	ALF- PORTO DE FORTALEZA	REVITALIZAÇÃO DAS INSTAÇÕES EXTERNAS DA SEDE DA ALF/FORT	R\$ 2.108.700,02
CE	DRF/JNE	142	C	ARF-CRATO	MANUTENÇÃO E PEQUENOS REPAROS, INCLUSIVE PINTURA	R\$ 70.000,00
		143	C	ARF-IGUATU	MANUTENÇÃO E PEQUENOS REPAROS, INCLUSIVE PINTURA	R\$ 70.000,00
		144	C	DRF/JUAZEIRO DO NORTE	REQUALIFICAÇÃO ESTACIONAMENTO PARA VEÍCULOS OFICIAIS – PROJETO	R\$ 7.000,00
		146	C	DRF/JUAZEIRO DO NORTE	SUBSTITUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO E REPAROS EM INSTALAÇÕES – PROJETO	R\$ 20.000,00
		144	C	DRF/JUAZEIRO DO NORTE	REQUALIFICAÇÃO ESTACIONAMENTO PARA VEÍCULOS OFICIAIS – PROJETO	R\$ 50.000,00
		145	C	DRF/JUAZEIRO DO NORTE	MANUTENÇÃO E PEQUENOS REPAROS, INCLUSIVE PINTURA	R\$ 50.000,00
		147	C	DRF/JUAZEIRO DO NORTE	SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA	R\$ 100.000,00
CE	DRF/FOR	148	C	DRF/FORTALEZA	PROJETO DE INSTALAÇÃO DE CFTV PARA AS 8 AGÊNCIAS JURISDICIONADAS	R\$ 50.000,00
CE	SRRF03	117	I	SRRF03	PROJETO DE READEQUAÇÃO DA SALA DE EQUIPAMENTOS DA DITEC/3ºRF	R\$ 50.000,00
SOMA						R\$ 2.575.700,02
ANEXO II						
UF	UG SIGLA	INICIATIVA	C/I	UA DENOMINAÇÃO	INICIATIVA-DESCRIÇÃO	PREVISÃO 2015
CE	DRF/JNE	108	I	ARF-BREJO SANTO	CONSTRUÇÃO DE AGÊNCIA MODELO-OBRA	R\$ 2.200.000,00
CE	DRF/SOB	101	I	ARF-CAMOCIM	RECUPERAÇÃO DA ARF/CAMOCIM	R\$ 200.000,00
MA	DRF/IMP	149	I	DRF-IMPERATRIZ	REFORMA DA SEDE DA DRF/IMPERATRIZ	R\$ 400.000,00
PI	DRF / FLO	47	I	ARF-PICOS	CONSTRUÇÃO DE AGÊNCIA MODELO-OBRA	R\$ 2.400.000,00
SOMA						R\$ 5.200.000,00
ANEXO III						
UG SIGLA	INICIATIVA	C/I	UA DENOMINAÇÃO	INICIATIVA-DESCRIÇÃO	PREVISÃO 2015	
CE	DRF/FOR	94	I	ARF-RUSSAS	PROJETO REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RUSSAS	R\$ 50.000,00
CE	SRRF03	52	I	SRRF3ºRF	CONSTRUÇÃO DO ANEXO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	R\$ 1.500.000,00
PI	DRF/TSA	150	I	ARF-CAMPOMAIOR	PROJETOS COMPLEMENTARES REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ARF/CMR	R\$ 100.000,00
		141	I	DRF-TERESINA	PROJETO PARA COBERTURA DO ESTACIONAMENTO DO DMA DA DRF/TSA/PI	R\$ 25.000,00
SOMA						R\$ 1.675.000,00
TOTAL						R\$ 9.450.700,02

Plano de desfazimento e substituição de veículos - A 3ª. Região Fiscal da RFB, no ano de 2014, não pode implementar o desfazimento de veículos oficiais que se encontravam na condição de antieconômicos, ociosos ou inservíveis no patrimônio de suas Unidades jurisdicionadas, tendo em vista impedimento legal, considerando o pleito eleitoral do ano passado.

No ano de 2015, a SRRF03 coordenará o desfazimento dos veículos que não justifiquem mais a permanência nos patrimônios de suas UG. Essa providência será implementada por cada uma das Unidades que administram patrimônio, e se dará sob a coordenação da Dipol – Divisão de Programação e Logística da SRRF03, através de levantamento prévio, a se realizar até o mês de março de 2015, com prazo de desfazimento a se concretizar até o dia 30/09/2015.

Caso as Unidades identifiquem a necessidade de aquisição de novos veículos para a substituição dos desfeitos, essa providência será realizada através da incorporação de veículos, que se encontrem disponíveis para tal fim, nos diversos depósitos de mercadorias apreendidas administrados pela própria RFB. Essa incorporação será precedida de autorização do Superintendente Regional da RFB na 3ª. Região Fiscal, e respeitará as características que justifiquem a necessidade e o perfil da Unidade solicitante, como já tem sido praticado ao longo dos anos, com êxito.

Com a referida providência, a Região Fiscal pretende reduzir o custo de manutenção com sua frota, possibilitando um melhor conforto e segurança dos usuários dos referidos veículos, que os utilizam nas atividades de fiscalização aduaneira, ou de tributos internos, bem como em atividades administrativas de interesse das Unidades, e transporte de mercadorias, materiais, e outros.

Outros desafios

- É necessário adequar os horários de parametrização/liberação das declarações de importação no Siscomex, nas unidades aduaneiras da 3ª RF, visando a atender dois objetivos a princípio contraditórios: a redução do tempo de liberação das declarações e a realização de uma eficiente análise de risco das declarações parametrizadas para canal verde (dispensadas da conferência aduaneira). Nesse sentido, a partir de 01/01/2015, o gerenciamento de risco das declarações de importação registradas na 3ª RF passou a ser feito, de forma centralizada, pela

Alfândega do Porto de Fortaleza, de modo a otimizar a utilização dos recursos humanos empregados nessa atividade.

- A retomada da reforma/ampliação das instalações do Aeroporto Internacional Pinto Martins - A INFRAERO, após a desistência dos consórcios que inicialmente se habilitaram para as obras de ampliação do aeroporto, realiza atualmente nova licitação, com perspectiva de retorno das obras ainda para o primeiro semestre de 2015. As instalações da Receita Federal no novo prédio deverão se adequar ao que preconiza o Manual para Alocação de Áreas em Aeroportos para Órgãos Públicos membros da CONAERO, o que representará um significativo acréscimo nas instalações existentes atualmente neste terminal.

- Em 2015, com a inauguração definitiva do novo terminal de passageiros do Porto de Fortaleza, será implementado pela Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza estrutura definitiva necessária para atendimento aos passageiros que desembarcarão em navios de cruzeiro, proporcionando eficiência das atividades de Vigilância e Prevenção;

- Será executada a obra de revitalização das instalações externas do prédio da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza, compreendendo: a implantação de medidas de acessibilidade aos portadores de deficiência física, utilização sustentável da água de recursos naturais (poço profundo), aquisição de grupo gerador e estruturação de garagens cobertas que receberão os carros da DIREP e de visitantes.

- A gestão da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza buscará implantar medidas passíveis de reduzir substancialmente a quantidade de processos administrativos aguardando análise, que tenham mais de 360 (trezentos e sessenta) dias da data de distribuição.

- O depósito de mercadorias apreendidas da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza dará continuidade ao projeto de estruturação, qualificação e reorganização de mercadorias, utilizando ferramentas como modelos gerenciais e elaboração de manuais de atividades, visando proporcionar ferramentas de controle e localização virtual de todos os itens que estiverem em poder do depositário fiel, assim como procurará dar destinação reciclável aos produtos das destruições de mercadorias.

- Aprimorar a atividade de garantia do crédito tributário das Delegacias, sobretudo em relação à propositura de medida cautelar fiscal e responsabilidade tributária.

- Melhorar os índices de recuperação de crédito tributário, com intensificação da cobrança especial por devedor.

- Implantação da ARF/Brejo Santo – Encontra-se em fase de execução o projeto de adaptação do projeto de Agência Modelo para a Agência de Brejo Santo, criada no início de 2013 e ainda não implantada. O desafio é receber o projeto, licitar e contratar a obra de construção para instalação da Agência. Enquanto isso não se concretiza, há a necessidade de se locar um prédio para a implantação provisória da Agência, que já dispõe de quadro de pessoal destinado para seu funcionamento.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 1: Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada cujas Gestões Compõem o Relatório

(Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 001929		
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 3ª Região Fiscal - SRRF03				
Denominação Abreviada: SRRF03				
Código SIORG: 003150	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 170040		
Natureza Jurídica: Órgão Público	CNPJ: 00.394.460/0078-20			
Principal Atividade: Administração Tributária				
Código CNAE: 8411-6/00				
Telefones/Fax de contato:	(085) 3878 – 3400	(085) 3878 - 3401		
Endereço Eletrônico: internetrbf@receita.fazenda.gov.br				
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br				
Endereço Postal: Rua Barão de Aracati, 909, 4º Andar, Aldeota, Fortaleza/Ce, CEP 60115-901				
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
<ul style="list-style-type: none"> Estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos e funções: Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011. Regimento interno: Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012, e modificações posteriores – em especial, as introduzidas pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no D.O.U em 04 de outubro de 2013. 				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				
<ul style="list-style-type: none"> Publicações: a relação pode ser consultada em: http://idg.receita.fazenda.gov.br/publicacoes Manuais e cartilhas: a relação pode ser consultada em: http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao 				
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
170028	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luis – DRF/SLS			
170030	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz – DRF/IMP			
170035	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina – DRF/TSA			
170041	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza – DRF/FOR			
170042	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte – DRF/JNE			
170108	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR			
170225	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luis – ALF/SLS			
170330	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB			
170337	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano – DRF/FLO			
170387	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional Pinto Martins – ALF/APM			
170532	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Pecém – ALF/PEC			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
00001	Tesouro Nacional			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão			
170028	00001			
170030	00001			
170035	00001			
170041	00001			
170042	00001			
170108	00001			
170225	00001			

170330	00001
170337	00001
170387	00001
170532	00001
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
25103	Receita Federal do Brasil

Fonte: SIORG; SIAFI; Sites do MPOG e do IBGE

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é órgão específico e singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda.

A RFB tem por finalidade exercer a administração, fiscalização e arrecadação dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e aqueles incidentes sobre o comércio exterior; atuar na administração e fiscalização aduaneira; auxiliar o Poder Executivo na elaboração da política tributária federal; e prevenir e combater a sonegação fiscal, a lavagem de dinheiro, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

A RFB é um dos órgãos do Ministério da Fazenda (MF) que contribuem para o aperfeiçoamento da gestão dos serviços e da relação com a sociedade, com importante papel no fortalecimento do equilíbrio fiscal e tributário do país.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil são definidas, de modo mais geral, no artigo 15 da Estrutura Regimental do MF (Decreto nº 7.482, de 16/05/2011) e no artigo 1º do Regimento Interno da RFB, (Portaria MF nº 203, de 14/05/2012).

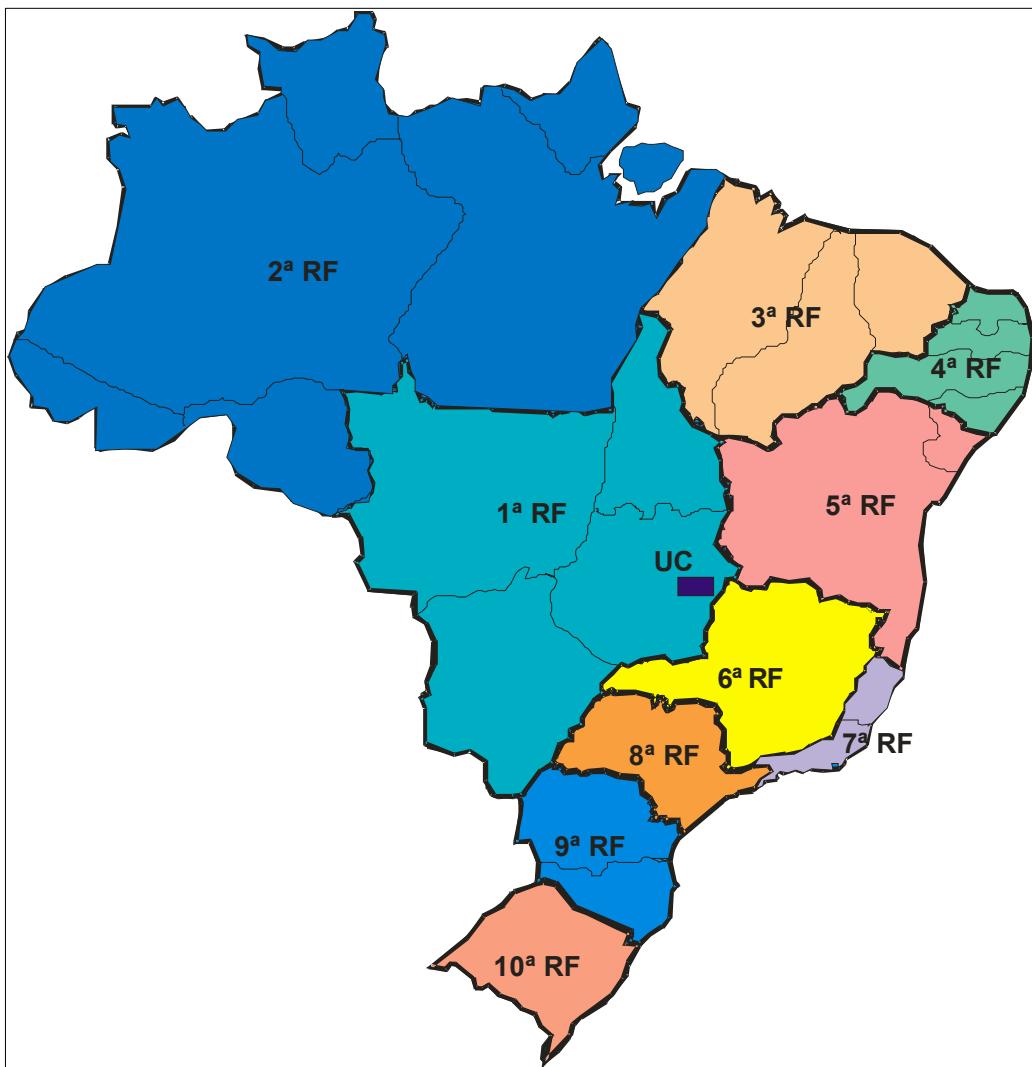
Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário da Receita Federal do Brasil.

Jurisdição das Regiões Fiscais

Região Fiscal	Unidade da Federação	Sede
1ª Região Fiscal	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª Região Fiscal	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª Região Fiscal	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª Região Fiscal	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª Região Fiscal	BA e SE	Salvador
6ª Região Fiscal	MG	Belo Horizonte
7ª Região Fiscal	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª Região Fiscal	SP	São Paulo
9ª Região Fiscal	PR e SC	Curitiba
10ª Região Fiscal	RS	Porto Alegre

Fonte: Copav

Figura: Regiões Fiscais



Fonte: Copav

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal (SRRF03), de jurisdição fiscal sobre os Estados do Ceará, Maranhão e Piauí, e com sede no Município de Fortaleza/CE, assim como as demais SRRFs, é responsável pela gestão das atividades estratégicas em seu âmbito de atuação, uma vez que as políticas e diretrizes gerais adotadas pelas Unidades Centrais da RFB são replicadas nas regiões fiscais; ademais, cabe à SRRF supervisionar as unidades locais da RFB sob sua jurisdição, tais como Delegacias, Alfândegas e Agências.

De modo geral, as competências das Superintendências Regionais estão definidas no artigo 209 do Regimento Interno da RFB (Portaria MF nº 203, de 14/05/2012), a saber:

I - gerenciar os processos de trabalho inerentes às atividades e competências da RFB no âmbito da respectiva Região Fiscal;

II - propor metas e avaliar as atividades das unidades subordinadas;

III - avaliar a execução dos processos de trabalho no âmbito de atuação e propor melhorias e inovação;

IV - gerenciar projetos de interesse institucional;

V - cuidar da comunicação com vistas a preservar e fortalecer a imagem institucional; e

VI - fornecer apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Conforme o parágrafo único do mesmo artigo, as SRRFs compõem o núcleo estratégico do órgão e exerçerão suas atividades observando o parágrafo único do art. 1º, de forma integrada e em estreita colaboração com as Unidades Centrais.

As finalidades e competências aqui descritas fundamentam o papel institucional da SRRF03, no âmbito da RFB, na consecução das políticas públicas sob responsabilidade da Secretaria. O papel da RFB, em relação às políticas públicas, está expresso por meio da sua Missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

1.3 - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada

A SRRF da 3ª Região Fiscal se compõe das seguintes Divisões/Serviço/Seções, cujas competências estão definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (com as alterações promovidas pela Portaria MF nº 512, de 02 outubro de 2013, e pela Portaria MF nº 448, de 27 de outubro de 2014)

À Divisão de Arrecadação e Cobrança - Dirac compete gerenciar as atividades de arrecadação e de cobrança de créditos tributários, propor metas e avaliar a execução nas unidades da respectiva região fiscal, e, em especial as atividades relativas às ações judiciais, restituição, compensação, resarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e redução de alíquotas em matéria tributária.

À Divisão de Fiscalização – Difis compete coordenar e gerenciar as ações de programação e fiscalização e a utilização de instrumentos de controle especiais aplicáveis às operações de produção e comercialização, exceto em relação aos tributos e direitos comerciais relativos ao comércio exterior.

À Divisão de Administração Aduaneira - Diana compete:

- I - gerenciar as atividades de pesquisa, seleção e fiscalização aduaneira e de habilitação de importadores e exportadores para operar no Siscomex;
- II - orientar acerca de procedimentos e sistemas informatizados da área aduaneira, além da aplicação da legislação aduaneira;
- III - examinar e emitir parecer em recursos administrativos contra atos decisórios praticados por autoridades diretamente subordinadas ao Superintendente relativos a matéria compreendida na legislação aduaneira;
- IV - acompanhar, supervisionar e apoiar as atividades de controle aduaneiro desempenhadas pelas unidades jurisdicionadas; e
- V - desenvolver estudos e sugerir medidas para o aperfeiçoamento do controle aduaneiro.

À Divisão de Tributação - Disit compete:

- I - orientar as unidades da região fiscal acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria tributária, na esfera administrativa ou judicial;
- II - examinar e emitir parecer em recursos administrativos dirigidos ao Superintendente, no âmbito de sua competência;
- III - examinar e propor informação em mandado de segurança impetrado contra o Superintendente;
- IV - examinar e emitir parecer nos pedidos relativos a regimes fiscais especiais previstos na legislação tributária específica e de competência da Superintendência; e
- V - desenvolver estudos e pesquisas, com vistas a oferecer sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária.

À Divisão de Interação com o Cidadão – Divic compete gerenciar as atividades de interação com o cidadão, inclusive quanto aos serviços prestados por conveniados, as atividades de Ouvidoria e de Educação Fiscal, bem como planejar, controlar e avaliar as atividades relativas aos cadastros da RFB.

Ao Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes - Semac compete gerenciar as atividades de identificação e acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, inclusive a análise dos setores e grupos econômicos aos quais pertençam e propor metas para as unidades da respectiva região fiscal, bem assim, elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas.

À Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho - Direp compete:

- I - gerenciar as atividades de vigilância e repressão aduaneira;
- II - executar ações de repressão ao contrabando, descaminho, porte ou transporte não autorizado de moeda, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, observada a competência específica de outros órgãos;
- III - formalizar os correspondentes autos de infração e representações fiscais, conforme planejamento das operações; e
- IV - efetuar o levantamento e troca de informações internas e externas necessárias para o planejamento e execução das operações em sua área de atuação.

À Divisão de Programação e Logística - Dipol competem as atividades relacionadas à programação e execução orçamentária e financeira, contabilidade, logística, comunicação administrativa, licitações, gestão de contratos, supervisão e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, gestão de documentos, apoio administrativo, gestão de recursos materiais e patrimoniais, serviços gerais e administração de mercadorias apreendidas, bem assim administrar e supervisionar as atividades pertinentes à Seção de Gestão de Mercadorias Apreendidas - Samap e à Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Saeng.

À Seção de Gestão de Mercadorias Apreendida - Samap compete supervisionar as atividades relacionadas à administração de mercadorias apreendidas no âmbito da região fiscal.

À Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Saeng competem as atividades relacionadas ao levantamento de necessidades de projetos, obras e serviços de engenharia, aquisições e locações imobiliárias, reparos e conservação de bens imóveis e de instalações prediais, bem como à supervisão e acompanhamento de projetos, obras e serviços de engenharia no âmbito da respectiva região fiscal.

À Divisão de Tecnologia da Informação – Ditec compete:

- I - gerenciar o ambiente informatizado;
- II - gerenciar e aplicar políticas, normas e procedimentos de segurança da informação;
- III - gerenciar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação;
- IV - executar a prospecção, a avaliação, a internalização e a disseminação de tecnologias, produtos e serviços de informática;
- V - supervisionar e executar o cadastramento, habilitação e certificação digital de usuários e cadastradores do ambiente informatizado; e
- VI - supervisionar as atividades relativas à guarda, recuperação e disseminação de informações econômico-fiscais.

À Divisão de Gestão de Pessoas - Digep compete, ressalvada a competência específica das Unidades Descentralizadas dos órgãos setoriais do Ministério da Fazenda, gerenciar e supervisionar

as atividades de gestão de pessoas, acompanhar ações judiciais pertinentes, realizar ações destinadas à promoção dos valores morais e éticos imprescindíveis ao enriquecimento da cultura organizacional, no âmbito da respectiva região fiscal, bem como executar as atividades de elaboração da folha de pagamento, concessão de vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, resarcimentos, consignações e benefícios, dos servidores em exercício nas unidades situadas no respectivo Estado.

Quadro 2 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação
Superintendente	Moacyr Mondardo Junior	Auditor Fiscal da RFB	01.01.2014 a 31.12.2014
Superintendentes-Adjuntos	Marcellus Ribeiro Alves Marcus Antonio Lira Távora Gurjão Marcus Antonio Ferreira Araripe	Auditor Fiscal da RFB	01.01.2014 a 16.12.2014 01.01.2014 a 31.12.2014 17.12.2014 a 31.12.2014
Dirac	Alexandre Guilherme Vasconcelos Wilmar Teixeira de Souza	Auditor Fiscal da RFB	26.11.2014 a 31.12.2014 01.01.2014 a 25.11.2014
Difis	Nei Alves Barreto João Luis Brasil Gondim	Auditor Fiscal da RFB	03.02.2014 a 31.12.2014 01.01.2014 a 02.02.2014
Diana	Narcélio de Sá Barbosa	Auditor Fiscal da RFB	01.01.2014 a 31.12.2014
Disit	João Carlos Diógenes de Oliveira	Auditor Fiscal da RFB	01.01.2014 a 31.12.2014
Divic	Paulo Régis Arcanjo Paulino	Auditor Fiscal da RFB	01.01.2014 a 31.12.2014
Semac	Silvana Maria Gomes Andrade	Auditor Fiscal da RFB	01.01.2014 a 31.12.2014
Direp	Geraldo Antônio Frederico	Auditor Fiscal da RFB	01.01.2014 a 31.12.2014

Fonte: Digep SRRF03

Estão subordinadas à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF03), as Unidades abaixo:

1 - DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – DRF e ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ALF

As Delegacias da Receita Federal do Brasil – DRF e às Alfândegas da Receita Federal do Brasil – ALF, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, modernização, e, especificamente:

- I - informar sobre interpretação e aplicação da legislação tributária e aduaneira;
- II - executar as atividades de recepção, verificação, registro e preparo de declarações para processamento, nas hipóteses previstas na legislação tributária;
- III - proceder aos ajustes necessários nos cadastros da RFB;
- IV - proceder à inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;
- IV - proceder à inclusão e exclusão de contribuintes em regime de tributação especial ou diferenciado;
- V - executar as ações de fiscalização tributária e de direitos comerciais incidentes sobre o comércio exterior, diligências e perícias fiscais;
- VI - processar lançamentos de ofício, imposição de multas, pena de perdimento de mercadorias e valores e outras penas aplicáveis às infrações à legislação tributária e aduaneira, e as correspondentes representações fiscais;

- VII - administrar e distribuir selos de controle e outros instrumentos de controle fiscal, e fiscalizar sua utilização;
- VIII - realizar o arrolamento de bens e a propositura de medida cautelar fiscal;
- IX - desenvolver as atividades relativas à cobrança, recolhimento de créditos tributários e direitos comerciais, parcelamento de débitos, retificação e correção de documentos de arrecadação;
- X - executar as atividades relacionadas à restituição, compensação, reembolso, resarcimento, redução e reconhecimento de imunidade e isenção tributária, inclusive as relativas a outras entidades e fundos;
- XI - controlar os valores relativos à constituição, suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários;
- XII - executar os procedimentos para retenção de valores do FPM e do FPE para quitação de contribuições sociais previdenciárias;
- XIII - habilitar e desabilitar intervenientes para operar os sistemas relacionados ao controle de carga, trânsito e despacho aduaneiro;
- XIV - proceder ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado de contribuintes, analisar os dados da arrecadação e participar da elaboração de sua previsão na região fiscal;
- XV - credenciar e descredenciar representantes de pessoas físicas e jurídicas para o despacho aduaneiro;
- XVI - proceder ao controle aduaneiro sobre locais e recintos aduaneiros e executar ações de vigilância aduaneira;
- XVII - controlar operações de movimentação de carga, veículos, unidades de carga, bagagens e operações de trânsito aduaneiro, e proceder à conferência final de manifesto;
- XVIII - proceder ao despacho aduaneiro de mercadorias e outros bens;
- XIX - processar requerimentos de concessão de regimes aduaneiros especiais;
- XX - processar requerimentos de habilitação para regimes aduaneiros especiais, despachos expressos e simplificados;
- XXI - executar, sob coordenação da Direp da SRRF, ações de repressão ao contrabando e descaminho;
- XXII - proceder à retificação de declarações aduaneiras, à revisão de ofício de lançamentos e de declarações apresentadas pelo sujeito passivo, e ao cancelamento ou reativação de declarações a pedido do sujeito passivo;
- XXIII - processar a aplicação de penalidades administrativas relativas ao despachante aduaneiro, transportador, depositário e operadores de carga, no âmbito do controle aduaneiro;
- XXIV - processar a autorização e o alfandegamento de locais e recintos aduaneiros, e a demarcação de zonas primárias;
- XXV - apreciar matéria relativa a parcelamentos;
- XXVI - realizar diligências e perícias fiscais, inclusive as de instrução processual;
- XXVII - prestar ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as limitações impostas pela legislação vigente; e
- XXVIII - promover a educação fiscal.

Além das competências específicas da SRRF e das DRF e ALF, acima discriminadas, há um conjunto de atribuições comuns a todas essas unidades descentralizadas da RFB:

- I - gerenciar, coordenar, planejar, supervisionar, orientar, controlar e avaliar os processos de trabalho;
- II - assessorar a unidade subordinante;
- III - dirimir conflitos de competências entre as unidades subordinadas;
- IV - disseminar informações;
- V - articular-se com outros órgãos e unidades relativamente aos assuntos de sua competência; e
- VI - planejar e propor ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas.

A SRRF da 3^a Região Fiscal jurisdiciona sete DRF (sediadas em Fortaleza/CE, Sobral/CE, Juazeiro do Norte/CE, Teresina/PI, Floriano/PI, São Luis/MA e Imperatriz/MA) e quatro ALF (sediadas em Fortaleza/CE – Porto do Mucuripe e Aeroporto Internacional Pinto Martins –, São Gonçalo do Amarante – Porto do Pecém, e São Luís/MA – Porto de Itaqui).

1.1 - AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – ARF

As Agências da Receita Federal do Brasil – ARF compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte e, especificamente:

- I - prestar informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem interpretação de legislação;
- II - recepcionar declarações, requerimentos, manifestações de inconformidade, impugnações e recursos voluntários e formalizar processos administrativos;
- III - fornecer cópias de declarações, processos e outros documentos na sua área de competência;
- IV - expedir e cancelar certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte;
- V - realizar ajustes nos sistemas de cadastro, controle de créditos tributários e pagamentos;
- VI - examinar e executar as atividades relacionadas com os pedidos de regularização de obras de construção civil que não implique em verificação de escrituração contábil;
- VII - executar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se os de valor total e data de arrecadação;
- VIII - examinar pedidos de parcelamento de débitos;
- IX - examinar pedidos de revisão de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, nos casos de pagamento ou parcelamento do débito antes da inscrição;
- X - preparar e controlar os processos administrativos fiscais, excetuando-se os que envolverem ações judiciais;
- XI - prestar ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as limitações impostas pela legislação vigente.

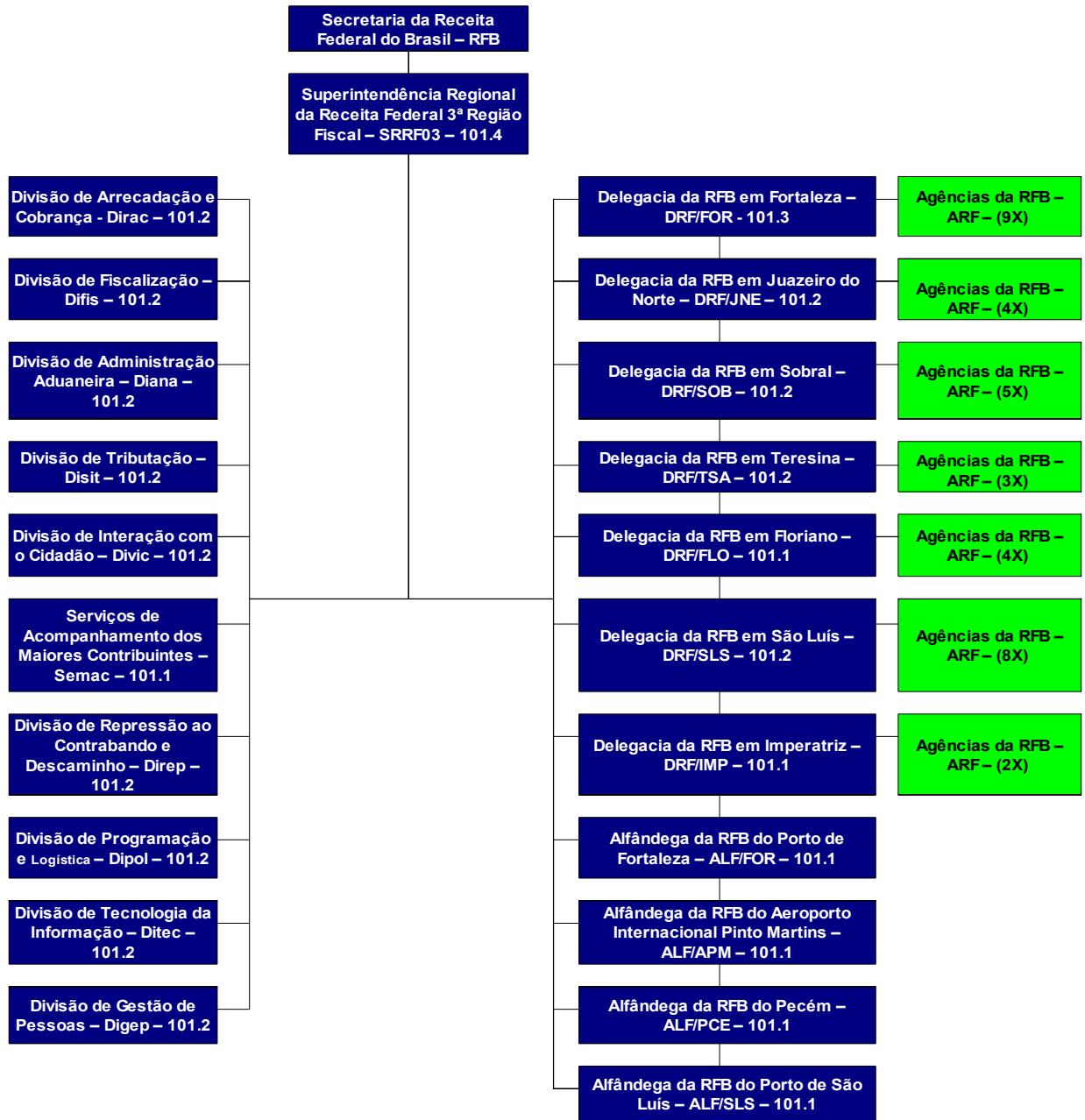
A 3^a Região Fiscal tem sob sua jurisdição trinta e cinco ARF, assim distribuídas:

DELEGACIA	AGÊNCIA
DRF/FORTALEZA	Maranguape, Baturité, Quixadá, Quixeramobim, Aracati, Caucaia, Russas, Itapipoca, Horizonte(*)
DRF/SOBRAL	Ipu, Ubajara, Acaraú, Camocim, Crateús
DRF/JUAZEIRO DO NORTE	Brejo Santo(*), Crato, Iguatu, Icó
DRF/TERESINA	Campo Maior, Parnaíba, Piripiri
DRF/FLORIANO	Bom Jesus, Oeiras, Picos, São Raimundo Nonato
DRF/SÃO LUIS	Bacabal, Caxias, Chapadinha, Codó, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês
DRF/IMPERATRIZ	Balsas, Carolina

Fonte: Dipol SRRF03

(*) criadas pela Portaria RFB nº 89/2013, que extinguiu a ARF Senador Pompeu/CE, subordinada à DRF/Juazeiro do Norte /CE. Embora formalmente instituídas, essas duas ARF ainda não estão fisicamente instaladas, tendo sido suas atribuições temporariamente transferidas para a DRF/Fortaleza e a DRF/Juazeiro do Norte, respectivamente.

Organograma da SRRF03:



1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada

Processos são um conjunto de atividades que, de forma integrada, viabilizam o cumprimento dos objetivos institucionais. Os processos executados na RFB estão organizados hierarquicamente em níveis, sendo o nível mais alto representado por Macroprocessos.

A Cadeia de Valor da RFB é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os seus processos de trabalho e é um importante instrumento no cumprimento da Missão da Instituição e na geração de valor para seus clientes: Estado, sociedade, contribuintes, parceiros institucionais e servidores. Por ela verifica-se como os processos se relacionam e fica evidente a necessidade de compartilhamento de informações e ações entre as áreas.

Conforme painel a seguir, a Cadeia de Valor da RFB é constituída por 13 Macroprocessos, divididos em três grupos:

1- Macroprocessos Finalísticos: correspondem às grandes funções da organização e para as quais

devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas. Além disso, também orientam os processos internos, os objetivos estratégicos e a geração de produtos e serviços para os clientes interno e externo;

2 – Macroponto de Políticas Institucionais: apresenta os Processos de Trabalho relacionados às políticas gerais do órgão;

3 - Macroprocessos de Apoio: dão suporte aos Macroprocessos Finalísticos conforme as políticas institucionais.

Esse modelo de Cadeia de Valor foi definido em 2011, sendo incorporada ao processo de Planejamento Estratégico da Organização como um dos mais importantes subsídios para sua formulação.

Figura: Cadeia de Valor da RFB

Cadeia de Valor



Receita Federal

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

ACOMPANHAR E
AVALIAR A PERFORMANCE
ECONÔMICO-TRIBUTÁRIA
E REALIZAR A PREVISÃO
DA ARRECADAÇÃO

SUBSIDIAR A
FORMULAÇÃO
DA POLÍTICA
TRIBUTÁRIA E DO
COMÉRCIO EXTERIOR

FORMULAR A ESTRATEGIA
ORGANIZACIONAL

DEFINIR DIRETRIZES
PARA OS PROCESSOS
TRIBUTÁRIOS E
ADUANEIROS

DEFINIR
DIRETRIZES
PARA OS
PROCESSOS
DE GESTÃO

ARRECADAÇÃO E CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CONTROLAR O CRÉDITO
TRIBUTÁRIO CONTROLAR O CUMPRIMENTO
DAS OBRIGAÇÕES
ACESSÓRIAS REALIZAR COBRANÇA
ADMINISTRATIVA

GERENCIAR RESTITUIÇÃO, COMPENSAÇÃO E RESSARCIMENTO

ATUAR NA GARANTIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

FISCALIZAÇÃO E COMBATE AOS ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS

REALIZAR PESQUISA E SELEÇÃO PLANEJAR A EXECUÇÃO DA
FISCALIZAÇÃO EXECUTAR A FISCALIZAÇÃO

REALIZAR AÇÕES DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO

REALIZAR AÇÕES DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO

ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ADMINISTRAR PROCESSOS DE
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO CONTROLAR REGIMES
ADUANEIROS CONTROLAR ENCOMENDAS E
BENS DE VIJANTES

GERENCIAR RISCOS OPERACIONAIS ADUANEIROS

SEGURANÇA JURÍDICA E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

FORMULAR PROPOSTAS DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

JULGAR RECURSOS
ADMINISTRATIVOS FISCAIS

ACOMPANHAR JULGAMENTOS
DE PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

FORMULAR ATOS INTERPRETATIVOS E NORMATIVOS

INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

DESENVOLVER MORAL
TRIBUTÁRIA

GERIR CADASTRO
DE PESSOAS E BENS

PRESTAR ORIENTAÇÃO E
ATENDIMENTO

GERIR CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

GESTÃO ESTRATÉGICA, PROJETOS E PROCESSOS

Acompanhar a
Execução da
Estratégia

Promover
Melhorias nos
Processos

Gerir Portfólio de
Projetos

Prospectar
Inovações

GESTÃO INSTITUCIONAL

Gerir Políticas e
Diretrizes
Institucionais

Gerir Comunicação
Institucional

CONTROLE INSTITUCIONAL

Gerir a
Integridade
Funcional

Gerir Riscos
Institucionais

GESTÃO ESTRATÉGICA, PROJETOS E PROCESSOS

Gerir Conformidade
Procedimentos
Internos

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Realizar a
Gestão
Orçamentária e
Financeira

Realizar Gestão
Contábil

GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Realizar
Governança de
TI

Gerir Sistemas de
Informação

GESTÃO DE PESSOAS

Recrutar, Seletoriar e
Allocar
Pessoas

Administrador e
Avaliar
Pessoas

GESTÃO DE MATERIAIS E LOGÍSTICA

Realizar Aquisições e
Contratações

Gerir Mercadorias Aproximadas

GESTÃO DE MATERIAIS E LOGÍSTICA

Gerir Patrimônio e
Obras

Realizar Gestão
Documental

Fonte: Intranet RFB

Considerando que as Unidades Centrais desenvolvem atividades normativas, de supervisão e

de planejamento, e que as Unidades Descentralizadas (regionais e locais), por sua vez, desempenham atividades táticas e operacionais, sob o comando Central, torna-se essencial a integração entre elas, no âmbito da maior parte dos Macroprocessos Finalísticos.

As tabelas a seguir identificam os cinco Macroprocessos Finalísticos da RFB constantes de sua Cadeia de Valor; a descrição desses Macroprocessos; as áreas responsáveis pela sua condução; os principais produtos e serviços decorrentes dos processos de trabalho; e os principais clientes. Abaixo de cada tabela, encontra-se uma descrição, sucinta, de como o macroprocesso foi conduzido pelas áreas estratégicas da RFB durante o ano de 2014.

Como já mencionado, a execução das atividades contidas na maior parte dos macroprocessos depende da atuação combinada de mais de uma área responsável da RFB e, em geral, pode envolver também os dois níveis organizacionais (Central e Descentralizado), de modo a garantir uma completa integração e continuidade administrativa dos trabalhos. Neste sentido, e quando apropriado, foi feita menção às Unidades Descentralizadas, sem detalhá-las, haja vista que tais informações deverão constar em seus próprios Relatórios de Gestão.

Quadro 3 – MACROPROCESSO ARRECADAÇÃO E CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Macroprocesso Finalístico	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário				
	Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços
- Controlar o Crédito Tributário. - Controlar o cumprimento das Obrigações Acessórias. - Realizar cobrança administrativa. - Gerenciar restituição, compensação e resarcimento. - Atuar na garantia do Crédito Tributário.	- Suara (Codac, Corec). - Sufis (Cofis). - Superintendências Regionais e Unidades Locais.	- Crédito tributário constituído acompanhado dos bens nos casos previstos pela legislação. - Débitos confessados decorrentes de obrigações acessórias. - CT lançado de Ofício. - CT de MAED. - Demais CT confessados (declarações de compensação, e parcelamentos). - Informações sobre pagamentos e depósitos. - Resultados da consulta de tabelas e cálculos. - Resultado da cobrança administrativa. - Processo instruído com despacho visando alteração, manutenção ou cancelamento da inscrição na Dívida Ativa. - Resultado do julgamento. - Dados de arrecadação. - Documentos de arrecadação. - DJE. - Devolução e restituição de Depósitos.	- Executores do processo de fiscalização. - Fiscalização. - Sistema MAED - Contribuinte. - Sistema Arrrecadação. - Sistema de cálculo. - Sistema de cobrança. - PGFN. - DRJ e CARF. - Rede arrecadadora. - Contribuinte. - CEF. - STN. - interessado. - Contribuinte ou responsável.	- Administração da arrecadação tributária, incluindo sua classificação e destinação. - Gestão da cobrança administrativa dos créditos tributários e obrigações acessórias. - Gerenciamento de resarcimentos, restituições e compensações. - Atendimento aos contribuintes. - Gestão dos cadastros da RFB. - Acompanhamento da Rede Arrecadadora. - Dimensionamento da arrecadação potencial.	- Contribuintes. - CARF. - PGFN. - Banco do Brasil. - Gabinete do Ministro da Fazenda. - Gabinete do Secretário da Receita Federal. - Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. - Tribunal de Contas da União.

		<ul style="list-style-type: none"> - Pedido de devolução. - Retorno de informações. - Pedido de emissão de certidão (CND ou CPDEN) ou Consulta Situação Fiscal Contribuintes. - Obrigação tributária principal ou informações relacionadas. - CT com saldo devedor. - Hipóteses de cautelar fiscal e de arrolamento. 		
--	--	---	--	--

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

→ **Processo: Controlar o crédito tributário**

Este processo de trabalho, gerido no âmbito da Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), realiza as seguintes atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar, de forma integrada, todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Em 2014, a arrecadação das receitas federais de impostos, contribuições e taxas (administradas pela RFB) e de outras receitas recolhidas, porém administradas por outros órgãos, na 3ª Região Fiscal, atingiu o valor de R\$ 28,299 bilhões, sendo que deste montante R\$ 28,081 bilhões são decorrentes de receitas administradas pela RFB. O processo de arrecadação conduzido pela RFB na 3ª RF abrangeu a recepção e processamento de mais de 7 milhões de documentos de arrecadação (DARF, DJE, DAS e GPS) e uma rede arrecadadora composta por 22 bancos credenciados.

→ **Processo: Controlar o cumprimento das obrigações acessórias**

Este processo de trabalho realiza as seguintes atividades:

- Verificar e exigir o cumprimento das obrigações acessórias; e,
- Realizar a cobrança administrativa de créditos decorrentes do descumprimento das obrigações acessórias.

As principais iniciativas implementadas, em 2014, são:

- Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigação Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (Dirpf) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. No 4º trimestre de 2014, o resultado desse índice, para a 3ª Região Fiscal, alcançou 97,59%.
- Em relação ao controle do cumprimento das obrigações acessórias das pessoas jurídicas, durante o ano de 2014, foi especificado o sistema que controlará, de forma centralizada, a obrigatoriedade de entrega das diversas obrigações da pessoa jurídica (DCTF, Dirf, Sped).

Por meio deste controle, será possível apurar as pessoas jurídicas omissas de declaração e iniciar a aplicação das respectivas sanções legais. A implementação do sistema de controle de omissos para pessoa jurídica está prevista para 2015.

- A partir do exercício 2014, ano-calendário 2013, a RFB disponibilizou aos contribuintes a Declaração Pré-Preenchida do IRPF, contendo informações relativas a rendimentos, deduções, bens e direitos e dívidas e ônus reais.
- Foi disponibilizado um aplicativo que possibilita iniciar o rascunho da declaração IRPF 2015 ao longo do ano de 2014, à medida que os fatos acontecem, bem antes do lançamento do programa gerador da declaração IRPF (PGD IRPF 2015) que ocorrerá em março de 2015.

→ **Processo: Realizar cobrança administrativa**

Este processo é composto pelas seguintes atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder à análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

Alguns resultados apresentados, em 2014, na 3^a Região Fiscal:

- Entre os meses de janeiro a agosto, a RFB, na 3^a RF, efetuou a cobrança de 50.820 Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 605 milhões de créditos tributários em cobrança. Desse total, foram recebidos em pagamento R\$ 29 milhões (5% do total), foram parcelados R\$ 56,5 milhões (9,3%), extintos por compensação R\$ 27,9 milhões (4,6%), totalizando R\$ 113,77 milhões de créditos tributários recuperados (19% do total de crédito tributário cobrado);
- Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 2.590 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - IP) para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a dezembro/2014. Do total cobrado, cerca de R\$ 172,5 milhões, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 7,5 milhões em pagamentos; R\$ 50,2 milhões transformados em débitos para fins de parcelamentos; R\$ 56,2 milhões foram objeto de retificação; R\$ 770 mil foram transformados em débitos para sequência de cobrança e envio à PGFN; restando ainda R\$ 57,7 milhões aguardando a conclusão do prazo da IP;
- Na cobrança de débitos de Pessoa Física, foram emitidos um total de 78.278 avisos de cobrança com R\$ 240,7 milhões;
- Nesse período, a cobrança de débitos de imóveis rurais abrangeu 54.662 avisos de cobrança e um montante de R\$ 7,7 milhões;
- Na área de parcelamento não previdenciários, houve a continuação da rotina de exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e o encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União.
- De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida na exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve continuidade de atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de Estado, como a PGFN, STN e MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário público;
- Foi objeto de melhoria o sistema Malha para Declarações de Créditos e Débitos Tributários Federais (DCTF), que visa a identificar e apurar possíveis inconsistências em relação aos

valores declarados nas DCTF, aumentando a percepção de risco dos contribuintes infratores. Este procedimento objetiva, ainda, a identificação de possíveis fraudes contra a Fazenda Pública, envolvendo a tentativa de obtenção de restituições ou certidões indevidas;

- Nesse ano, na 3^a Região Fiscal, foram encaminhados para a Dívida Ativa da União pouco mais de 296.097 débitos, referentes a mais de 25,6 mil contribuintes pessoa jurídica, totalizando R\$ 1,1 bilhão; e
- Entrou em produção o Pré-Cadin, que tem por objetivo suprir a necessidade de controle das inclusões no Cadin/Sisbacen pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Direta e Indireta, no âmbito do macroprocesso do crédito público.

→ **Processo: Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento**

A Suara atua nas seguintes atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir sobre pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou da PGFN.

Alguns resultados alcançados no ano de 2014, na 3^a Região Fiscal:

- Foram recepcionados pela RFB, na 3^a RF, 28.894 Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), incluindo os pedidos referentes às contribuições previdenciárias, sendo 18.481 declarações de compensação, 7.204 pedidos de restituição, 1.297 pedidos de ressarcimento, 800 pedidos de reembolso e 1.112 pedidos de cancelamento. Em termos de valores, as declarações de compensação transmitidas em 2014 totalizam mais de R\$ 1,1 bilhão de débitos compensados, enquanto os pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso perfazem R\$ 542 milhões em créditos pleiteados. Do total de PER/DOMP ativos (cerca de 244.169 documentos), 169.358 (69,3%) haviam sido trabalhados em procedimentos eletrônicos ou manuais, totalizando R\$ 4,7 bilhões em débitos compensados e R\$ 2,1 bilhões em créditos em pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso.
- Foram emitidas 3635 comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações – SCC, sendo 1.439 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DOMP ou de solicitação de documentos complementares), 122 despachos decisórios de não admissibilidade de cancelador ou retificador e 2.072 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de cerca de R\$ 113 milhões.

Os Projetos encerrados, em 2014, na 3^a Região Fiscal, são:

- Projeto “**Procedimentos para Arrolamento de Bens e Direitos e para Propositura de Medidas Cautelares Fiscais na 3^a RF**”, vinculado ao objetivo estratégico “**Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário**”. O projeto foi iniciado em fevereiro de 2014 e foi concluído em dezembro do mesmo ano. Teve como principais objetivos incrementar o índice de garantia do crédito tributário – ICTG na Região Fiscal e melhorar o desenvolvimento dos mecanismos de garantia do crédito tributário. O projeto apresentou importantes produtos, quais sejam: a) Capacitação de servidores, por meio de treinamento regional sobre Arrolamento de bens e direitos, Medida Cautelar Fiscal e Sistema Conprovi; b) Roteiro operacional de arrolamento de bens e direitos e medidas cautelares fiscais na 3^a Região Fiscal, aprovado pela Portaria SRRF03 nº 272, de 22/05/2014. Vale destacar que o roteiro foi apresentado à Coordenação de Arrecadação e Cobrança que divulgou o roteiro nacionalmente por meio da Nota Técnica Arrolamento nº

003, de 1º de agosto de 2014; c) Realização de mutirão de trabalho nas Delegacias de Fortaleza e de São Luís, com participação de servidores de outras delegacias. Com a realização do mutirão foram concluídos arrolamentos de bens e diretos no valor de cerca de R\$ 210.000.000,00.

→ Processo: Atuar na garantia do crédito tributário

Este processo tem como áreas gestoras a Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), por meio da Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac), bem como a Subsecretaria de Fiscalização (Sufis), no âmbito de sua Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis), cujas atuações serão descritas a seguir.

A área de arrecadação e cobrança atua nas atividades a seguir:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes, tanto do lançamento de ofício, quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para o bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Em 2014, foram implementadas Iniciativas:

- No âmbito de natureza normativa e de orientação: publicação da nota de roteiro operacional de Arrolamento e Medidas Cautelares Fiscais, com o objetivo de orientar e padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens.
- No âmbito de ordem operacional: disponibilização de listas com os créditos tributários dos sujeitos passivos às unidades descentralizadas para realização de arrolamentos de bens e direitos.
- No âmbito de natureza gerencial: o acompanhamento do indicador estratégico "Índice de Garantida do Crédito Tributário", na 3ª Região Fiscal, desde o início da medição, em janeiro de 2012, mostra que houve incremento de 1.200% no valor de bens e diretos arrolados, chegando-se ao montante atual de R\$ 797,9 milhões. Só em 2014, foram arrolados R\$ 311,9 milhões em bens e direitos. Constatou-se, também, o incremento nos valores garantidos por medida cautelar fiscal, de cerca de R\$ 9 milhões no início de 2013 para mais de R\$ 11 milhões no final de 2014.

A Sufis atua nas seguintes atividades:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

No âmbito de iniciativas operacionais, a Sufis realizou, em 2014, a homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantia – Conprovi.

Quadro 3 – MACROPROCESSO FISCALIZAÇÃO E COMBATE AOS ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS

Macroprocesso Finalístico	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros
---------------------------	--

Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa e seleção. - Planejar a execução da fiscalização. - Executar a fiscalização. -Realizar ações de pesquisa e investigação. - Realizar ações de vigilância e repressão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sufis (Cofis, Copes e Comac). - Copei. - Suari (Coana). -Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentação apresentada pelo sujeito passivo. - Informações derivadas de diligências. - Demandas externas requisitórias e não requisitórias. - Resultado dos procedimentos fiscais para análise do cumprimento de metas e diretrizes. - Resultado das investigações. - Relato, fato, dados, documentos, etc. oriundos de outras unidades da RFB, de outros órgãos públicos, de notícia veiculada na mídia ou de qualquer outra fonte de informação acerca do cometimento de ilícitos tributário-aduaneiros ou irregularidades fiscais e criminais. - Sistemas informatizados da Receita Federal. - Cães de faro. - Armamento institucional. - Veículos oficiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeitos passivos da obrigação tributária e terceiros. - Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos públicos externos. - Executores do processo de fiscalização. - Área de inteligência da RFB. - Unidades da RFB. - Órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência. - Unidades de inteligência fiscal dos fiscos estaduais. - Outros órgãos de governo. - Representações de outros países e organismos internacionais. - Sociedade. - Servidores da Receita Federal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de estudos tributário-fiscais. - Análise, seleção, planejamento e fiscalização de contribuintes. - Acompanhamento dos Grandes Contribuintes. - Monitoramento de Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias. - Atividades de Inteligência Fiscal. - Prevenção e combate aos crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores. - Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado. - Órgãos do governo. - Sociedade.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

➔ Processo: Realizar Pesquisa e Seleção

Este processo de trabalho tem como escopo um conjunto de etapas, que vão desde a pesquisa até a seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando-se ao procedimento de seleção os princípios da razoabilidade, da objetividade e da imparcialidade. Sua importância está centrada na possibilidade de gerar conhecimento e informações que vão otimizar e direcionar as ações fiscais, permitindo o alcance das metas e de objetivos estratégicos, tais como: “aproximar a arrecadação efetiva da potencial”, “elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e

aduaneiras” e “elevar a percepção de risco e a presença fiscal”.

Nesse sentido, atua na realização de estudos sobre operações evasivas e elisão fiscal e sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias, atua em pesquisas e estudos para subsidiar sua seleção de contribuintes a serem fiscalizados, além de elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações e monitorar tanto os grandes contribuintes como os segmentos econômicos.

Em 2014, destacaram-se as seguintes ações:

- Aprimoramento do sistema informatizado para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte – ContÁgil, com a liberação de ferramenta de construção e visualização das conexões entre as pessoas (Grafo de Relacionamentos) e a disponibilização de consulta aos dados do sistema Dossiê Integrado, ampliando as fontes de pesquisa na plataforma de suporte à fiscalização.
- Manutenção do elevado percentual de realização, no Portfólio de Produtos de TI (PPTI) dos anos anteriores, dos sistemas de seleção (Siga DW e SIF), os quais terminaram o exercício com as informações completas do ano-calendário 2013, foco da programação em 2015.
- Conclusão das especificações do sistema Coleta Nacional, o que dará mais autonomia para o recebimento de dados estruturados não captados pelas obrigações acessórias da Receita.
- Atualização dos manuais de seleção, os quais já contêm cerca de 150 regras de seleção, com explicação detalhada da metodologia a ser aplicada, desde a etapa de cruzamento de dados até a etapa de análise individual.
- Início do projeto-piloto de regionalização da seleção dos contribuintes de todos os segmentos.
- Investigação de distorções de arrecadação, no segmento dos contribuintes diferenciados, cujo montante foi de aproximadamente R\$ 607 milhões, por meio da avaliação das declarações prestadas pelos contribuintes, confrontando-as com informações externas, num esforço que promoveu a recuperação de créditos tributários na ordem de R\$ 535,5 milhões.
- Análise, até novembro de 2014, de mais de R\$ 3,3 bilhões em processos, débitos vinculados e declarações de compensação, por meio de um conjunto de ações para dar celeridade e tratamento conclusivo à cobrança dos créditos tributários constituídos, em discussão administrativa e judicial e às compensações dos maiores contribuintes.
- Entrada em produção de nova funcionalidade do Siscoserv, de Registro de Presença Comercial no Exterior no módulo venda e conclusão da especificação do DW Siscoserv.
- Percentual de 88,89% de fiscalizações encerradas com resultado.

➔ Processo: Planejar a Execução da Fiscalização

Em continuidade ao processo Realizar Pesquisa e Seleção, este processo engloba as etapas necessárias ao planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados que foram selecionados no processo anterior.

A atuação se dá no planejamento, acompanhamento e avaliação da revisão de declarações; no planejamento e acompanhamento das ações fiscais realizadas; na avaliação de seus resultados em relação às estimativas feitas (tempo de execução, valor do crédito lançado, etc.); bem como no monitoramento do grau de aderência entre o crédito lançado e o crédito efetivamente cobrado.

No âmbito desse processo, foram realizadas as seguintes iniciativas:

- A implementação, no segundo semestre de 2014, do projeto Cartas, para alcançar os contribuintes pessoas físicas ainda não habituados a consultar a internet para verificar pendências na declaração e providenciar sua correção.
- A continuidade à iniciativa implementada no início de 2013, após publicação da Portaria

RFB 2.207/2012, na qual a Fiscalização tem intensificado o trabalho de análise dos lançamentos efetuados e discutidos na 2ª Instância Administrativa, com o objetivo principal de avaliar e melhorar a aderência dos lançamentos da fiscalização, mediante atuação detalhada, perene e articulada de várias áreas envolvidas, entre as quais a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Nesse sentido, com o objetivo de garantir a manutenção do crédito tributário e o constante aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização, até o ano de 2014, foram indicados 18 processos para acompanhamento pela 3ª RF, correspondentes a R\$ 613,6 milhões de crédito tributário (dados acumulados até 11/2014). Referidos resultados são decorrentes da participação efetiva das divisões de fiscalização das Superintendências e das Delegacias, que trabalham de forma integrada às áreas responsáveis pelo monitoramento do contencioso administrativo e da PGFN.

No planejamento das fiscalizações aduaneiras na 3ª Região Fiscal, o Grau de Eficácia da Seleção para Fiscalização Aduaneira de Intervenientes no Comércio Exterior (IGES) atingiu o percentual de 95,1%, superando a meta projetada de 90% para a realização das auditorias (número de auditorias com resultado em relação ao total de auditorias realizadas).

→ **Processo: Executar a Fiscalização**

Este processo abrange a realização de fiscalizações, de revisão de declarações e de diligências; lavratura de autos de infração; expedição de notificações de lançamento; arrolamento de bens dos contribuintes; propositura de medida cautelar fiscal; elaboração de representação fiscal para fins penais; e aplicação de regimes especiais de fiscalização.

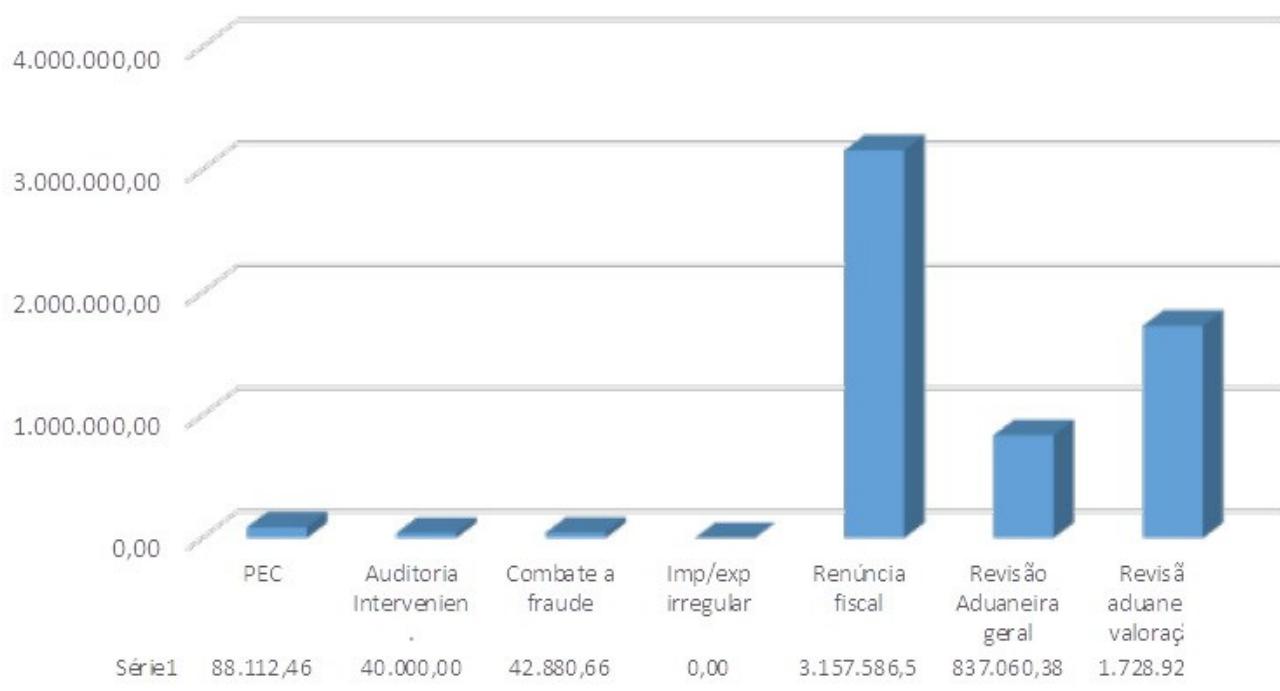
No ano de 2014, a Fiscalização da Receita Federal na 3ª RF constituiu crédito tributário no valor de R\$ 3,1 bilhões. O montante lançado resultou de 874 procedimentos de auditoria externa e 13.382 procedimentos de revisão interna de declarações de pessoas físicas, jurídicas e ITR, que totalizaram 14.256 procedimentos de fiscalização.

- Disponibilização da versão 4.0 do e-Safira, cujas novas funcionalidades dinamizam e simplificam o encerramento, a montagem e a formalização dos processos na constituição do crédito tributário.
- Treinamento regional, com a capacitação de quase 150 auditores-fiscais na 3ª Região Fiscal, para disseminação das novidades apresentadas com a versão 4.0 do e-Safira.
- Desenvolvimento de ações de conformidade tributária, por parte do acompanhamento de maiores contribuintes, os quais são comunicados sobre possíveis erros no preenchimento de suas obrigações acessórias, para eventual correção, o que resultou, em 2014, na retificação de DIPJs por parte de 12 contribuintes e na informação de R\$ 3,92 bilhões na receita bruta declarada pelas empresas selecionadas, visto que suas declarações estavam zeradas.
- Implantação da nova versão do Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpions), nas linhas de produção.
- Edição das Instruções Normativas nº 1486 e 1510, de 2014, que tornaram obrigatória a Escrituração Contábil Digital (ECD) para todas as pessoas jurídicas, exceto aquelas abrangidas pelo Simples Nacional, assim como as imunes e isentas enquadradas nos critérios da EFD-Contribuições.
- Avanço na especificação do projeto eSocial e criação do Grupo de Trabalho Confederativo, com a participação de entidades como a CNI, a Fenacon e outras.
- Instituição do eSocial pelo Decreto nº 8373, de 11 de dezembro de 2014, projeto que envolve vários órgãos federais e que vai unificar o envio de informações pelo empregador (pessoas físicas ou jurídicas) em relação a seus empregados.
- Implementação do piloto da primeira fase do projeto Malha PJ, com a emissão de cartas e a apresentação de extrato na internet, para o contribuinte identificar o problema que levou ao

apontamento da empresa na malha e o que pode ser feito se houver erro nas informações fornecidas à Receita Federal.

- Ampliação do número de municípios conveniados a executar a fiscalização do ITR: até dezembro de 2014, havia 575 municípios conveniados na 3ª RF.
- Lançamento da segunda edição do Programa Alerta Simples Nacional, em conjunto com as Secretarias de Fazenda dos estados, municípios e Distrito Federal, para que os contribuintes optantes do Simples Nacional possam corrigir erros de preenchimento nas declarações e na apuração de tributos, antes do início de procedimento formal de fiscalização.
- No que se refere à fiscalização aduaneira, em 2014 foram encerradas 78 ações fiscais, sendo 42 auditorias posteriores ao despacho, 16 auditorias no curso do despacho (Procedimentos Especiais de Controle) e 20 diligências fiscais. As 42 auditorias posteriores ao despacho correspondem a 84% do total de ações fiscais executadas no mesmo período de 2013 (50 ações fiscais). O total de créditos tributários e apreensões chegou a R\$ 77.015.621,41. No gráfico a seguir encontram-se discriminados os créditos tributários lançados em 2014 por grupo de operação:

Crédito Lançado por Ação Fiscal 3º Região Fiscal - 2.014



Fonte: Suari

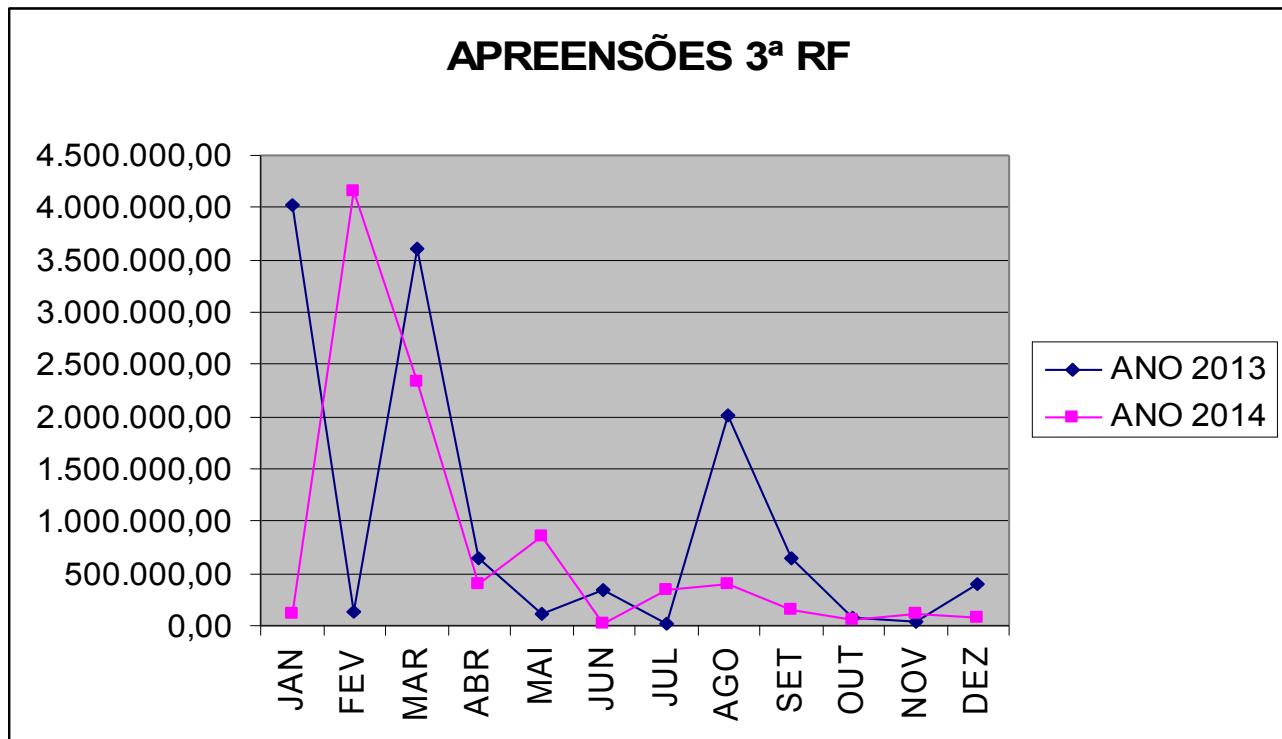
➔ Processo: Realizar ações de vigilância e repressão

Este processo de trabalho, em 2014, implementou diversas iniciativas na RFB, voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão. Nesse sentido, merecem destaque aquelas relacionadas ao Projeto Armamento Institucional, o qual envolve: o treinamento e acautelamento de pistola em calibre 40 e de equipamento não letal para os servidores da atividade; a construção de Reservas de Armamento; a aquisição de coletes balísticos e o desenvolvimento do Projeto Cães de Faro.

Além disso, no âmbito da SRRF03, foram realizadas 64 operações de vigilância e repressão, sendo que parte delas foi realizada conjuntamente ou contaram com o apoio de outros órgãos, entre

os quais Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

A apreensão total de mercadorias resultante da atuação da SRRF03 nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem), em 2014, foi de cerca de R\$ 9 milhões.



Dentre essas apreensões, destacam-se: cigarros, veículos e óculos de sol. A distribuição total dos valores apreendidos por tipo de item se encontra na tabela demonstrativa dos autos de infração lavrados pela Direp03 no ano de 2014, exibida a seguir (essa tabela contém alguns valores de autos de infração lavrados em 2014 mas relativos a apreensões realizadas em 2013).

Descrição	Valor (R\$)
Bolsas e acessórios	116.504,76
Cigarros e similares/maços	4.916.586,50
Celulares/acessórios	88.074,34
Eletrônicos/acessórios	253.891,19
Informática/acessórios	51.660,62
Óculos de sol/binóculos	2.676.320,00
Perfumes/cosméticos	159.528,97
Relógios	259.435,76
Veículos/acessórios	1.038.446,10
Vestuário/bonés/calçados	171.690,90
Diversos/bazar	121.811,00
Moeda estrangeira	30.000,00
Bebida	8.059,00

Alimentos	105,00
Multa	1.074.999,00
TOTAL	11.018.466,14

Aqui se destaca a atuação dos cães de fato do Centro de Cães de Faro da 3ª Região Fiscal (CCF/RF03), responsável pela apreensão de drogas nos correios, aeroporto e em operações em estradas na 3ª Região Fiscal, conforme tabela abaixo:

APREENSÕES DE DROGAS			
TIPO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR (R\$)
Cocaína	5.640	g	615.910,00
Haxixe	565	g	1.130,00
Maconha	225	g	905,00
Ecstasy	62	Comprimido	930,00
Crack	410	g	3.510,00
TOTAL			622.385,00

Importante mencionar que, entre os fatores que provocaram o incremento nas apreensões, destacam-se a utilização de Scaneres, sejam móveis ou fixos, existentes em portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, bem como a presença de Cães Farejadores, que constituem a Equipe de Cães de Faro da Receita Federal.

Quadro 3 - MACROPROCESSO ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

Macroprocesso Finalístico	Administração Aduaneira				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Administrar processos de importação e exportação. - Controlar regimes aduaneiros. - Controlar encomendas e bens de viajantes. - Gerenciar riscos operacionais aduaneiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suari (Coana). - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas informatizados (Siscomex, e-DBV, Sistema Remessa e outros). - Informações e documentos apresentados pelo importador, exportador, transportador ou viajante. - Legislação aduaneira e tributária aplicada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Servidores da Receita Federal. - Despachantes. - Importadores. - Exportadores. - Transportadores. - Viajantes. - Órgãos públicos intervenientes no comércio exterior (Anvisa, Vigiafro, Ministério da Defesa, Ibama e outros). 	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho aduaneiro de importação e exportação. - Despacho de internação (ZFM). - Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior. - Execução e controle das políticas para operações de importação e exportação. - Controle de cargas. - Habilitação dos intervenientes no comércio exterior. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas Físicas e Jurídicas. - Órgãos Públicos. - Organizações Estrangeiras. - Países Estrangeiros etc.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

Os quatro processos que compõem este macroprocesso são desenvolvidos pela Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais (Suari), no âmbito da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana). As etapas desses processos são interdependentes e se comunicam em diferentes momentos e de diferentes formas.

Na busca contínua pela melhoria de seus processos, controles, normas e dos sistemas informatizados, a RFB implementou ou melhorou, no âmbito da Administração Aduaneira, durante o ano de 2014, as seguintes iniciativas:

- Foram lançados e/ou atualizados os manuais de procedimentos com vistas a estabelecer um padrão de procedimentos a serem adotados em todo território brasileiro. Esses manuais são disponibilizados eletronicamente e seu rico conteúdo procedural, de normas e de instrução ao uso dos sistemas aduaneiros, são atualizados, constantemente, com vistas a facilitar e simplificar a atividade dos operadores de comércio exterior.
- Quanto aos sistemas informatizados, vale destacar o Lançamento do Portal Único do Comércio Exterior, com a Implantação do Portal Siscomex e da Visão Integrada do Comércio Exterior (VICOMEX), melhorias e avanços nos sistemas de controle de carga e novas versões do Siscomex Importação Web. O Portal Siscomex visa centralizar o acesso aos serviços e sistemas governamentais destinados à obtenção de autorizações, certificações e licenças para exportar ou importar e a legislação pertinente às operações de comércio exterior. No mesmo portal, o sistema Vicomex, quando concluída todas suas fases de produção, irá facilitar o monitoramento das operações de comércio exterior, oferecendo aos usuários um painel de controle de suas operações, concentrando num só ponto, informações até então dispersas em diferentes sistemas.
- No sistema de controle de carga foram implantadas diversas alterações no Sistema Mercante para absorção, pela RFB, da fiscalização e do controle do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), decorrentes da publicação do Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014. A principal alteração do sistema está relacionada à solicitação e concessão dos benefícios de isenção e suspensão do AFRMM automaticamente.
- Foram implantadas, também, novas versões web do sistema Siscomex Importação, disponibilizando funcionalidades e facilidades até então somente disponíveis na versão desktop.
- Com relação às diversas Instruções Normativas produzidas no âmbito da Administração Aduaneira da RFB, merecem destaque: a Instrução Normativa RFB nº 1461, de 01 de abril de 2014, que aprovou o Guia Aduaneiro para a Copa do Mundo FIFA 2014; a Instrução Normativa RFB nº 1471, de 03 de junho de 2014, que dispôs sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); a Taxa de Utilização do Mercante (TUM) e os procedimentos aduaneiros correlatos; e a Instrução Normativa RFB nº 1521, de 05 de dezembro de 2014, que Instituiu o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado.

Outras atividades, não menos importantes na área aduaneira, também contribuíram de forma positiva ao fortalecimento da aduana brasileira no cenário internacional. Entre essas atividades, citam-se:

- ATA Carnet: em continuidade à internalização do Decreto nº 7545, de 2 de agosto de 2011, que promulgou a Convenção de Istambul, a qual simplifica os procedimentos para admissão temporária de mercadorias, mediante a utilização do Carnê ATA, a Receita Federal promoveu o Chamamento Público para a escolha da entidade emissora e garantidora do Carnê Ata no Brasil. Este documento assegura aos exportadores e importadores maior agilidade e simplificação de procedimentos na passagem pelas Aduanas.
- Exame de qualificação para ajudantes de despachantes aduaneiros: destinado a aferir a capacitação técnica destes profissionais para o exercício da profissão de despachante aduaneiro, visando a melhoria dos serviços prestados pelos Despachantes Aduaneiros a médio e longo

prazos. Em 21/12/2014, foi realizado o referido exame, com mais de 9 inscritos.

- Programa Piloto de Segurança Aduaneira da Cadeia de Suprimentos Brasil-Uruguai: visando implementar a Iniciativa Piloto do Programa de Segurança Aduaneira da Cadeia de Suprimento de Bens entre os dois países, será construído o modelo de implementação considerado como o primeiro passo de reconhecimento mútuo dos programas de operadores econômicos dos dois países.
- Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA): lançado em 10/12/2014, consiste na certificação dos intervenientes da cadeia logística que representam baixo grau de risco em suas operações, tanto em termos de segurança física da carga, quanto ao cumprimento de suas obrigações aduaneiras. O programa é de adesão voluntária e tem por objetivo atingir, até 2019, a meta de 50% (cinquenta por cento) das declarações de exportação e de importação registradas no Brasil por empresas certificadas como OEA e será implantado em 3 fases, descritas a seguir:
 1. OEA Segurança: o foco desta etapa é o fluxo de exportação. Os operadores econômicos autorizados receberão uma certificação com base no cumprimento dos requisitos de segurança definidos pelo Programa. Essa fase foi implementada em dezembro de 2014.
 2. OEA Conformidade: o foco é o fluxo de importação. Nesta etapa, ocorrerá a certificação dos operadores. Será baseada no cumprimento das normas e procedimentos aduaneiros, por meio da ampliação e revisão do Programa Linha Azul. Tem previsão de início para dezembro de 2015. Os operadores que optarem pela certificação conjunta do OEA Segurança e Cumprimento serão classificados como OEA Pleno.
 3. OEA Integrado: serão integrados ao Programa Brasileiro de OEA outros órgãos de Estado, como ANVISA e VIGIAGRO, visando à agilização, à simplificação e à integração dos procedimentos de controle do comércio exterior. A previsão de entrada em vigor dessa etapa é para dezembro de 2016.

A Copa do Mundo foi outro tema importante que contou com a atuação da Receita Federal, em 2014:

- Em 31/03/2014, por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.461, foi publicado o Guia Aduaneiro para a Copa do Mundo FIFA 2014. Esse guia, elaborado com base na Lei da Copa (Lei nº 12.350, de 2010) e em diversas normas tributárias e aduaneiras, teve por objetivo informar sobre os procedimentos aduaneiros a serem utilizados na Copa do Mundo de 2014. As orientações se destinaram às delegações estrangeiras de futebol e a entes que participaram da organização e execução dos eventos, como também aos profissionais de imprensa não residentes no Brasil que trouxeram do exterior, em suas bagagens, equipamentos profissionais para a cobertura jornalística dos eventos.
- Com o intuito de se adequar ao significativo aumento da demanda à Instituição, durante o evento, a RFB executou a Operação Copa do Mundo, que teve início efetivo no mês de maio, com a chegada de diversas cargas de equipamentos de televisão para a cobertura do evento, em vários portos e aeroportos do país. Essa operação teve seu pico de atividades na primeira semana de junho, com a chegada da maior parte das seleções estrangeiras que disputaram o mundial, e se estendeu até dias após ao final da competição, quando as equipes de televisão reexportaram os equipamentos importados, temporariamente, para cobertura do evento.
- No atendimento aos turistas estrangeiros em geral e para a importação de diversas estruturas temporárias utilizadas para a organização e realização das competições.
- Durante o evento, no Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, a Receita Federal mobilizou um contingente adicional de 13 servidores, significando 86% de incremento da força fiscalizatória, de modo a bem atender o significativo aumento da demanda de passageiros e cargas. Durante o período da competição, foram processados 28.149 passageiros em voos internacionais, o que representou um acréscimo de **59%** em relação a

igual período de 2013. Foram desembaraçadas no Terminal de Cargas – TECA 6 (seis) admissões temporárias de mercadorias para utilização em operações relativas ao evento, totalizando 10.290,75 Kg.

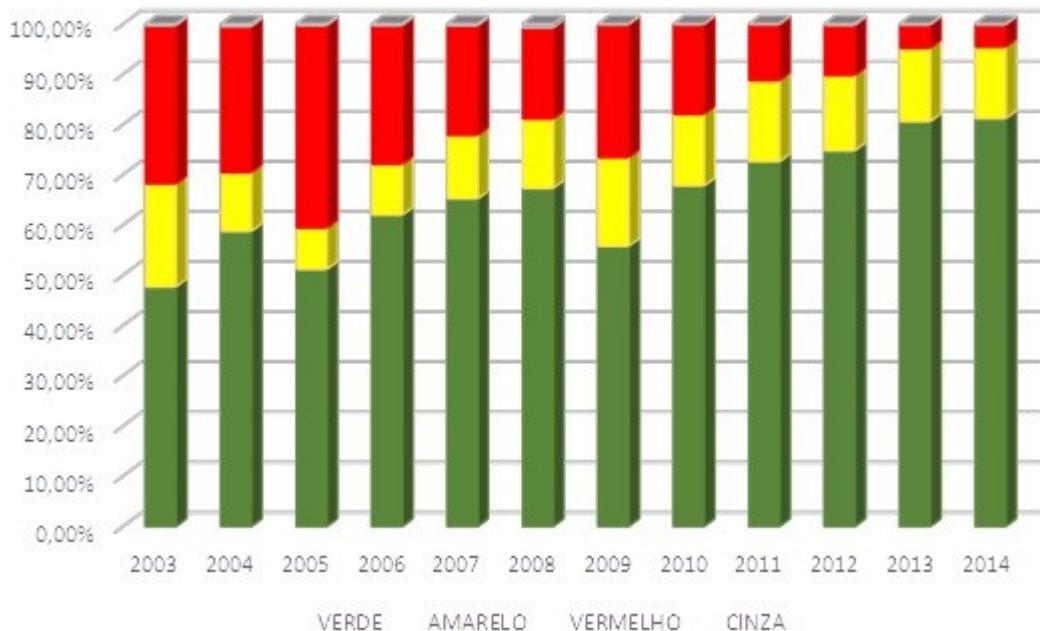
Outra operação realizada pela Alfândega do Aeroporto Pinto Martins que também merece destaque foi a relativa à Reunião de Cúpula dos BRICS. Após a Copa do Mundo de 2014, Fortaleza foi sede da VI Cúpula dos BRICS, evento que reuniu os líderes dos países emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Concomitantemente ao evento, aconteceu o Fórum dos CEO dos BRICS, encontro de executivos das principais empresas desses países, e a reunião dos ministros dos BRICS. Em decorrência desses eventos, a Alfândega do Aeroporto Pinto Martins foi demandada para o atendimento das delegações oficiais e seus escalões avançados de todos os países que compõem os BRICS, atendimento este que apresentou singularidades diplomáticas e de segurança que exigiram um esforço adicional específico para tanto, pouco usual em nossa Região Fiscal. Nos dias 14, 15 e 16/07/14 a Alfândega do Aeroporto Pinto Martins desembaraçou todos os equipamentos/veículos/alimentos das comitivas e as armas da segurança dos Chefes de Estado que optaram por Fortaleza como Unidade de entrada (Rússia, China, Índia). A comitiva da África do Sul adentrou por outra Unidade.

Dentre as inúmeras ações implementadas de forma conjunta e integrada entre as unidades aduaneiras de todo o Brasil, ao longo de 2014, estão:

- No âmbito do despacho aduaneiro de importação e exportação, o volume de comércio é operacionalizado por meio das declarações aduaneiras, Declarações de Importação – DI/DSI e Declarações de Exportação – DE/DSE, processadas pela Receita Federal. A aduana do Brasil na 3^a Região Fiscal desembaraçou 39.236 Declarações de importação e exportação, sendo 19.450 despachos de importação e 19.786 despachos de exportação. Além disso, houve recolhimentos, vinculados ao despacho aduaneiro de importação, de aproximadamente 2,8 bilhões de reais aos cofres públicos.

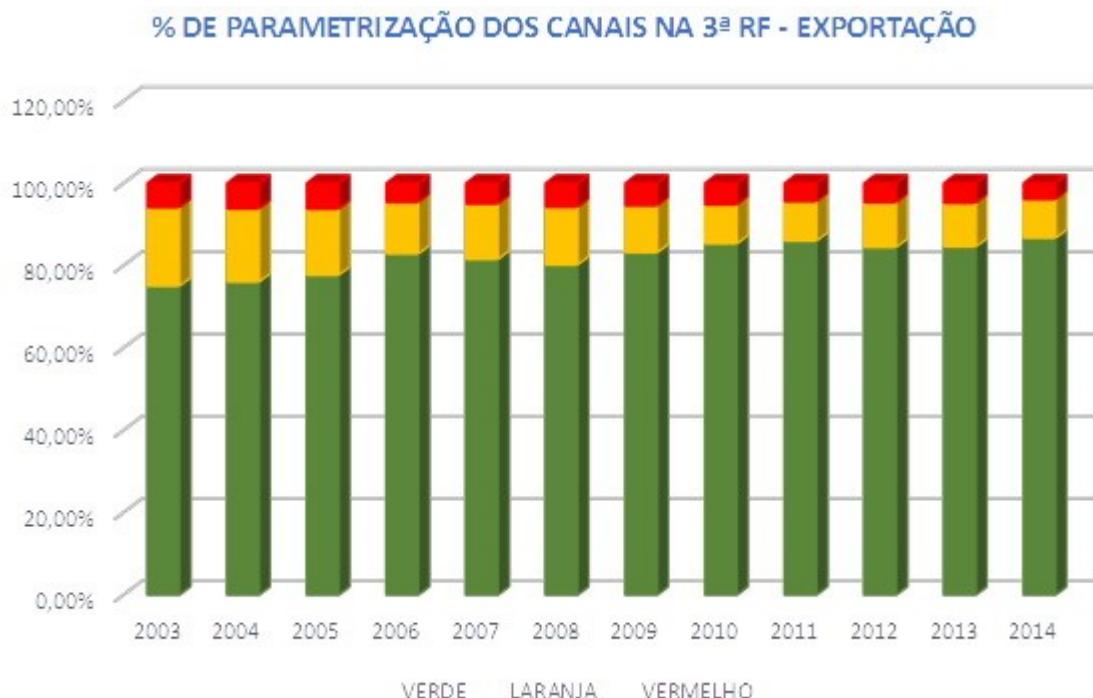
Gráfico 1

% DE PARAMETRIZAÇÃO DOS CANAIS NA 3^a RF - IMPORTAÇÃO



Fonte: Suari

Gráfico 2



Fonte: Suari

- No controle de bens de viajantes, um total de **240.534** passageiros internacionais circularam pelo Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, quantidade 15,8% superior à de 2013.

Tendo em vista o elevado crescimento do tráfego aéreo internacional e a realização de grandes eventos esportivos internacionais no País, a Receita Federal tem planejado e executado investimentos com o objetivo de adequar os seus serviços aos padrões internacionais de agilidade e segurança. Entre as principais iniciativas da RFB na conjuntura apresentada, merecem destaque as que aperfeiçoam o controle aduaneiro de viajantes:

A Receita Federal disponibilizou para download a nova versão do App Viajantes da Receita Federal, na qual os viajantes têm acesso ao módulo da forma off-line da e-DBV, ou seja, na qual a declaração de bens poderá ser preenchida, em smartphones ou tablets, sem a necessidade de conexão com a internet. Dessa forma, os passageiros podem preencher os dados da declaração e calcular o imposto devido durante o voo. A conexão com a internet será necessária apenas na hora de transmitir a declaração à Receita Federal. Até o final do ano de 2014 foram realizadas na 3ª Região Fiscal, por meio da Declaração eletrônica de Bens de Viajantes (e-DBV), 89 declarações, tendo o valor dos bens declarados totalizado R\$ 5,1 milhões.

Quadro 3 - MACROPROCESSO SEGURANÇA JURÍDICA E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Macroprocesso Finalístico	Segurança Jurídica e Solução de Litígios				
	Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços
- Formular propostas de legislação	- Sutri (Cocaj, Cosit e DRJ). - Superintendê-	- Demandas, propostas, estudos, análises.	- Cidadãos. - Órgãos da administração	- Apresentação de proposta de Legislação	- PGFN. - CARF. - Ministro

tributária. - Julgar recursos administrativos fiscais. - Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais. - Formular atos interpretativos e normativos.	cias Regionais.	- Processos administrativos e judiciais. - Informações armazenadas em sistemas. - Legislações diversas, julgados, consultas.	pública. - Pessoas jurídicas.	Tributária. - Julgamento dos recursos administrativos fiscais em primeira instância. - Acompanhamento do julgamento de processos administrativos e judiciais. - Soluções de consultas sobre a interpretação da legislação tributária e aduaneira. - Formulação de atos normativos.	da Fazenda. - Presidencia da República. - Organismos Internacionais.
--	-----------------	--	----------------------------------	--	--

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

A Subsecretaria de Tributação e Contencioso (Sutri), composta pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), pela Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (Cocaj) e pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), atua majoritariamente no Macroprocesso “Segurança Jurídica e Solução de Litígio”. Esse Macroprocesso é composto pelo conjunto de quatro processos de trabalho, os quais serão descritos a seguir, considerando os principais resultados de 2014:

→ **Processo: Formular atos interpretativos e normativos:**

Em 2014 foram mapeados os subprocessos Solucionar Consultas Externas e Solucionar Recurso ou Representação de Divergência e avançou-se no mapeamento dos subprocessos Solucionar Consultas Internas, Formular Atos Normativos e Formular Atos Interpretativos, os quais têm conclusão prevista para o início de 2015.

Abaixo estão descritos os principais resultados do processo de acordo com as suas três principais atividades:

1) Realizar soluções de consultas.

- No estoque inicial da DISIT03 em 2014 havia 6 (seis) consultas formuladas pelos contribuintes, tendo sido recebidas da COSIT mais 79 (setenta e nove) no decorrer do ano. Desse total, foram solucionadas pela DISIT03 e encaminhadas para o GT-Triagem de Consultas Externas 78 (setenta e oito) consultas.
- Em relação às consultas internas, ao estoque inicial de 1 (uma) consulta somaram-se 3 (três) novas consultas, tendo sido solucionadas 3 (três) no decorrer do ano.

2) Formular atos normativos.

Em 2014, a DISIT03 participou, colaborando com a Cosit por meio de críticas e sugestões, da elaboração das seguintes Instruções Normativas:

- IN RFB nº 1.500 - Dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

- IN RFB nº 1.523 - Altera a IN RFB nº 1.436, de 2013, que dispõe sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.
- IN RFB nº 1.529 - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, que estabelece normas sobre restituição, compensação, resarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências.

Quadro 3 - MACROPROCESSO INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

Macroprocesso Finalístico	Interação com a Sociedade				
	Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver moral tributária. - Gerir cadastro de pessoas e bens. - Prestar orientação e atendimento. - Gerir canais de comunicação com a sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suara (Coaef e Cocad). - Ascom. - Ouvidoria. - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sugestões. - Reclamações. - Notícias. - Pesquisas de Avaliação. - Fatos relevantes e notícias de interesse dos diversos públicos da RFB, incluindo ações de combate a contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas. - Campanhas, dicas e mensagens de interesse da RFB. - Resultado da prestação de serviços e demais ações, legislação pertinente, projetos estratégicos, processos internos e o balanço dos principais fatos que envolveram a RFB. - Notícias do dia relativas à RFB. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ouvidoria. - Unidades da Receita Federal. - Imprensa. - Contribuintes. - FGV. - Gestores de conteúdo da internet das unidades da RFB. - Equipes que atuam diretamente na repressão a ilícitos aduaneiros. - Administração da RFB. - Todas as unidades da RFB. - Empresa de clipping. - Produtora de vídeo. - Secom/PR. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento aos contribuintes. - Alimentação e manutenção do cadastro. - Alimentação e manutenção da página da RFB na Internet. - Ações de Educação Fiscal e moral tributária, incluídas parcerias com outras instituições. - Atividades de ouvidoria. - Comunicação externa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sociedade. - Contribuintes. - Servidores. - Órgãos públicos. - Outros entes federados. - Imprensa / jornalistas.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

O macroprocesso Interação com a Sociedade abrange o desenvolvimento de atividades que dizem respeito ao relacionamento da RFB com a sociedade e que são operacionalizados em várias áreas da organização.

➔ Processo: Desenvolver Moral Tributária:

Esse processo possui dois campos de atuação:

1. Desenvolver Moral Tributária Interna: compreende desenvolver um conjunto de valores, princípios e ações que norteiam as atividades dos servidores e da Administração Tributária e

Aduaneira para a criação de um ambiente propício ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias e aduaneiras;

2. Desenvolver Moral Tributária Externa: contempla o desenvolvimento, por meio da Administração Tributária e Aduaneira, de um conjunto de valores, princípios e ações que motivem os contribuintes a cumprirem voluntariamente as suas obrigações tributárias e aduaneiras.

A Coordenação de Atendimento e Educação Fiscal (Coaef) atua nas seguintes atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da Instituição e da sociedade; e,
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Em 2014, o foco das ações de educação fiscal promovidas pela 3^a RF esteve voltado aos públicos-alvo relacionados à sociedade em geral e, em seguida, aos estudantes universitários. Ao longo do ano, foram realizados 454 eventos de Educação Fiscal em todo o Brasil, quantidade pouco inferior à de 2013 (465).

No mesmo sentido, o programa de visitação às unidades aduaneiras, conhecido como “A Receita Federal Convida: conheça a nossa Aduana”, demonstrou, mais uma vez, ser um exemplo de sucesso no alinhamento das ações de educação fiscal aos objetivos estratégicos da Instituição. Ocorrido em 18 de novembro de 2014, no qual foram recebidos, nas 04 unidades aduaneiras da Região, mais de 300 visitantes, sendo o 2º maior público entre as regiões fiscais do país.

Outro projeto significativo é o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que tem por objetivo difundir conhecimento, prestar auxílio fiscal e contábil a pessoas físicas e jurídicas hipossuficientes por meio dos estudantes universitários e proporcionar aos mesmos um aprofundamento do aprendizado sobre a área fiscal. Na 3^a RF, foram criados 02 NAFs, para os quais a tradicional parceria entre a Receita Federal e as universidades foi ampliada para integrar também ao projeto a Secretaria de Fazenda do Estado, a Secretaria de Finanças do Município e o Conselho Regional de Contabilidade. Após a formalização dos Termos de Cooperação Técnica, foram oferecidos treinamentos aos alunos das universidades para que estejam capacitados a oferecer orientações tributárias no âmbito de seus ambientes acadêmicos.

➔ **Processo: Prestar Orientação e Atendimento:**

A RFB atua na orientação e atendimento ao cidadão nas formas presencial e eletrônica e, além de gerir parcerias para a orientação e o atendimento, também estimula ações que facilitem, tanto o cumprimento, como a prevenção de erros na prestação das obrigações tributárias.

Durante o ano de 2014, a fim de atender com qualidade o volume de solicitações presenciais e não presenciais, foi dado andamento aos seguintes projetos: Modernização do Atendimento Presencial; Novo Portal de Atendimento ao Contribuinte; Visão Integrada do Atendimento (VIA); Integração do Atendimento de Tributos Internos e Aduana; e Modelo de Autoatendimento Orientado – Fases 2 e 3.

As medidas adotadas em 2014 que contribuiram para a execução desses projetos foram:

- Entrada em vigor da Instrução Normativa nº 1.412, de 22 de novembro de 2013, que dispõe sobre a transmissão e a entrega de documentos digitais para juntada a processo digital ou a dossiê digital de atendimento e que vem dar maior celeridade ao atendimento e conveniência ao contribuinte na entrega de sua documentação.
- A implantação da Declaração e Informações sobre Obras (Diso) por meio da Internet trouxe

a simplificação da regularização de obras junto à Receita Federal, agilizando o atendimento, com redução significativa do tempo de atendimento do serviço, diminuição da quantidade de documentos a serem apresentados ao órgão, além da redução do número de contribuintes em nossas Unidades.

- Publicação da Instrução Normativa nº 1.511, de 6 de novembro de 2014 que, dispondo sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, trouxe um importante avanço na simplificação da baixa da inscrição no CNPJ, facilitando a obtenção do serviço pelo contribuinte e simplificando o atendimento prestado pela Receita Federal.
- Publicação da Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014, com a qual foi alcançada a unificação das certidões negativas que fazem prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive as contribuições previdenciárias, trazendo maior simplificação e facilidade na obtenção do serviço pelos contribuintes e, ao mesmo tempo, redução de custos para a Administração Tributária.

Os Resultados de 2014 da 3^a RF podem ser observados no quadro a seguir, que mostra, também, o número de atendimentos ao contribuinte no ano de 2013.

Item	Tipos e Indicadores de atendimentos ao contribuinte	Número de Atendimentos	
		2013	2014
1	Atendimento Presencial	1.090.502	950.654
2	Tempo Médio de Espera	11m e 58s	11m e 54s
3	e-CAC	3.122.525	4.333.517
4	CPF em Conveniadas	1.145.140	1.079.866
5	Atendimento Telefônico (* centralizado)	-	-
6	TME15	85,88%	86,57%
7	Autoatendimento Orientado	103.692	170.933
Total	(soma das linhas 1,3,4 e 7)	5.416.859	6.534.970

Fonte: Coaef

Na comparação entre 2013 e 2014, os dados mostram que houve um aumento de 20,6% no número de atendimentos prestados na 3^a RF por meio dos diversos canais, passando de 5.416.859 atendimentos em 2013, para 6.534.970 atendimentos em 2014.

O atendimento eletrônico teve destaque com o uso massivo do Portal e-CAC. No ano de 2014, foram cerca de 4,3 milhões de serviços acessados por meio desse Portal. Esse número cresceu 38% em comparação a 2013 e chega a representar quase 5 vezes mais que a quantidade de atendimentos presenciais realizados no mesmo período, que foi de 950 mil.

Estes dados confirmam o resultado do esforço da RFB em ampliar o acesso do contribuinte ao atendimento não presencial. Seguindo essa tendência, verifica-se também o decréscimo dos serviços presenciais que reduziram-se em 12%, passando de 1.090.502, em 2013, para 950.654 em 2014. Com um importante papel no apoio a essa transição, o serviço de Autoatendimento Orientado tem sido bastante valorizado na 3^a RF, tendo o quantitativo de orientações prestadas chegado a 170 mil em 2014, representando já 18% do atendimento presencial na RFB.

É importante salientar que o volume de serviços prestados de maneira eletrônica tende a aumentar ainda mais, já que a RFB tem investido, intensamente, no desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis. Um exemplo é o desenvolvimento, em 2014, do “app atendimento”, um aplicativo que vai possibilitar, ainda nos primeiros meses de 2015, que o contribuinte agende o seu

serviço e, ainda, realize a avaliação do atendimento prestado pela RFB.

→ **Processo: Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade**

Devido a sua finalidade, jurisdição e complexidade, a RFB é uma Instituição que necessita atuar de forma ampla e diversa com os seus diferentes públicos ou clientes (contribuintes, servidores, órgãos públicos, outros entes federados e imprensa/jornalistas). Em decorrência disso, a RFB atua nesse processo, principalmente, por meio da Assessoria de Comunicação Social da Receita Federal (Ascom) e da Ouvidoria.

As principais ações implementadas por essas áreas para o alcance de resultados do Processo Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade, serão descritas a seguir.

- **Internet:** O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil, onde o contribuinte pode encontrar enorme gama de informações e serviços. Para facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio, reformulando o leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível. Agora, o sítio da RFB na Internet está mais atraente e melhor organizado e em conformidade com o padrão IDG (Identidade Digital de Governo). A nova forma de gestão do conteúdo passa a ser descentralizada, o que permite maior agilidade na alimentação das informações das diversas unidades da RFB que servem de insumos para o Sítio.
- **Sítio Operação Fronteira Blindada:** localizado dentro do sítio da RFB na Internet, o blog Operação Fronteira Blindada divulga, em tempo real, notícias de combate permanente a contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas, sobretudo nas regiões de fronteira. As informações são inseridas pelas equipes que atuam diretamente na área de repressão aos ilícitos.
- **Facebook:** em 09/12/2014, a Receita Federal ingressou no Facebook, atualmente a maior rede social do mundo, com o objetivo de ficar mais próxima do cidadão. A página da RFB no Facebook é mais um canal de divulgação dessa Instituição. As regras de uso deixam claro que não se trata de um canal de atendimento ao contribuinte. Por meio dessa rede social, a Receita Federal pretende estabelecer laços menos formais no relacionamento com o contribuinte Pessoa Física por meio da disseminação de campanhas, dicas e mensagens de interesse oriundas da administração.
- **Campanhas Publicitárias de Utilidade Pública:** em 2014 houve duas campanhas publicitárias de utilidade pública, a “IRPF 2014” e a “Aduana da Receita Federal”, realizadas por meio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e veiculadas através da internet, rádio, televisão e revistas. Voltando a fazer anúncios na mídia depois de muitos anos, a RFB demonstra preocupação em prestar informações ao contribuinte e, ao mesmo tempo, fortalecer a imagem da nossa Instituição junto à opinião pública.

Durante o ano de 2014, foi dada continuidade a iniciativas anteriormente implementadas que contribuem para o alcance dos resultados do Processo Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade. São elas:

- **Revista Fato Gerador:** a Revista Fato Gerador contribui para a produção e a divulgação de informações de interesse da mídia e da sociedade. Está disponível em formato impresso e eletrônico e publica o resultado semestral das ações fiscais, dos projetos estratégicos e do balanço dos principais fatos que envolveram a RFB no período a partir de contribuições de todas as áreas da Instituição. Para os administradores do Órgão, a revista representa material de consulta prático, atualizado e útil no contato com a imprensa e com os outros órgãos.

Para os servidores, permite acompanhar ações das diferentes áreas, proporcionando uma visão integrada da RFB. Para a sociedade, o caderno possibilita que a Receita preste contas das suas atribuições legais.

- **Relatório Anual de Atividades Receita Federal 2013:** foi o primeiro relatório, criado para atender ao Princípio da Transparência e divulgar as realizações da Instituição que nem sempre chegam ao conhecimento do grande público, como aquelas decorrentes dos seus processos internos. Ao dar visibilidade a projetos como de Tecnologia da Informação ou de Gestão de Pessoas, a RFB facilita a troca de experiências com outras administrações tributárias e órgãos públicos e a busca constante pelas melhores práticas na administração pública. Esse Relatório foi publicado em 2014 também serve como um registro histórico para que, no futuro, seja possível acompanhar a evolução dos processos de trabalho da Instituição. Tal como a Revista Fato Gerador, o Relatório de Atividades recebe as contribuições vindas de todos os setores da Receita Federal.
- **Identidade Visual da RFB:** para gerir a sua identidade visual, a Receita padronizou a forma de utilização da sua marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações e uniformes são alguns dos itens padronizados com o propósito de fortalecer a imagem da Instituição por meio do reforço da identidade visual institucional. As unidades podem se orientar a respeito do uso da marca da RFB por meio de consulta às instruções e definições a respeito contidas no Manual de Identidade Visual da RFB, que é atualizado sempre que necessário.
- **TV Receita:** a TV Receita divulga vídeos institucionais, especiais e programas jornalísticos, nos quais os temas relevantes e de interesse do servidor são tratados em entrevistas, debates e reportagens. Há, ainda, transmissão de eventos ao vivo, que são gravados para veiculação no mesmo dia ou posteriormente. A TV Receita objetiva tornar a divulgação institucional mais atraente e dinâmica, de modo a contribuir para maior integração do órgão. Em 2014, foi efetuada a contratação de uma produtora de vídeo, aumentando, significativamente, a capacidade de produção da TV Receita. Os assuntos tratados se originam de colaborações e iniciativas nascidas nas unidades da Instituição.
- **Youtube:** No canal da TV Receita no Youtube, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Instituição que foram produzidas e veiculadas pela imprensa. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Outra atuante nesse processo é a Ouvidoria da RFB, a qual representa um canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, na busca pela contínua melhoria dos serviços prestados. Nesse sentido, a partir do recebimento das mensagens dos seus usuários-cidadãos, ela coordena as atividades de exame, encaminhamento para as áreas responsáveis pelo conteúdo das mensagens, respostas e soluções das demandas.

No decorrer do exercício de 2014 foram recepcionadas 1.017 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal na 3ª Região Fiscal, com média mensal de 85 manifestações. Isso corresponde a um aumento de 13% em relação ao ano de 2013.

- Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizadas:
 - 33 Elogios
 - 1 Sugestão
 - 314 Pedidos de Informação
 - 614 Reclamações
- Está em fase de implantação, para o exercício de 2015, um sistema de relatórios que permitirá apurar e avaliar todas as melhorias implementadas nos serviços prestados pela Receita Federal em decorrência das demandas trabalhadas na Ouvidoria.

→ Processo: Gerir cadastro de pessoas e bens

A gestão de cadastros da RFB constitui importante elo da Administração Pública com a coletividade e representa a infraestrutura dos processos de trabalho da Instituição por administrar, disciplinar e monitorar o acesso e o fornecimento de informações dos cadastros das pessoas físicas, das pessoas jurídicas e de informações previdenciárias, bem como realizar estudos, projetos e articulação institucional, interna e externa, na sua área de competência.

As informações cadastrais custodiadas pela Receita Federal seguem as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

O gerenciamento das atividades de cadastro estão baseados nos seguintes preceitos: autenticidade, integridade, disponibilidade e sigilo, atributos que garantem a confiabilidade e grande interesse no intercâmbio de informações.

Principais atividades do processo:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação.
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica.
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo.
- Apoiar a administração de riscos.

Ao longo de 2014, a 3^a RF empreendeu as seguintes atividades com respeito à área de Gestão de Cadastros, além da operacionalização dos atos cadastrais por parte da área de atendimento, com a supervisão e apoio técnico da Superintendência:

a) CNPJ:

- Atuação no projeto nacional de implantação da Redesim, com participação em eventos de treinamento e alinhamento com a Coordenação de Cadastros e com órgãos parceiros no processo de integração dos fluxos cadastrais.
- Especialmente no Estado do Ceará, houve uma participação ativa no Subcomitê Estadual da Redesim, que reúne os órgãos parceiros envolvidos com este projeto.
- Articulação com a Junta Comercial do Ceará para que o convênio mantido entre a RFB e a JUCEC seja plenamente executado com vistas ao deferimento do CNPJ pela Junta simultaneamente ao registro do ato empresarial. Nesse sentido, foi oferecido treinamento aos funcionários da Junta.
- Realizado em novembro um treinamento regional para atualização sobre as normas e procedimentos relativos ao CNPJ.
- Participação no Grupo de Trabalho do Suporte Web CNPJ

b) CPF:

- Participação no Grupo de Trabalho do Suporte Web CPF

c) CAFIR:

Participação no Grupo de Trabalho do Suporte Web CAFIR

Realização de videoconferência e treinamento para atualização sobre o novo sistema implantado em 2014, o CAFIR WEB.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 2: Informações sobre a Governança
(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O Subitem “**Demonstração da execução das atividades de correição no âmbito da Unidade Jurisdicionada**” (subitem 2.3 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não fará parte deste Relatório de Gestão, pois a administração da unidade de correição é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

2.1 - Descrição das Estruturas de Governança da Unidade Jurisdicionada

Segundo o Referencial Básico de Governança (RBG), aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme a Portaria-TCU nº 25, de 29 de janeiro de 2014 "a Governança no setor público compreende, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade."

Nesse sentido, as boas práticas de governança estão relacionadas à adoção de boas práticas desses mecanismos por parte da Administração Pública, para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória.

São exemplos de ações para uma boa governança: os controles internos dos orgãos; a gestão e análise de riscos; a criação de planos estratégicos; a definição e monitoramento de indicadores e metas; a contratação de bons servidores; a criação de programas de capacitação e avaliação de servidores; a transparência; a gestão da Tecnologia da Informação, entre outros.

Atualmente, a RFB possui 8 instâncias de governança que otimizam a busca tanto pela melhoria contínua de sua gestão, como pela maior qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade.

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre a Coordenação-Geral de Auditoria Interna (AUDIT), o Sistema de Correição (Corregedoria da RFB), a Comissão de Ética Pública da Seccional da Receita Federal do Brasil (CEPS-RFB), o Comitê de Política Tributária e Aduaneira (CPTA da RFB), a Comitê de Execução Orçamentária da RFB e o Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação (CTSI da RFB), pois são de responsabilidade do Órgão Central e, por esse motivo, as informações serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

No âmbito da SRRF03, identificam-se as instâncias de governança a seguir.

1- Núcleo Estratégico da SRRF03:

Quanto à estratégia, na RFB não há uma estrutura formal de governança. No entanto, com a finalidade de analisar se os resultados da Instituição estão sendo alcançados, o Núcleo Estratégico da RFB, composto pelo Secretário, Secretário-Adjunto, Subsecretários, titulares das Unidades de Assessoramento Direto e 10 Superintendentes Regionais da RFB, avalia e acompanha as Iniciativas Estratégicas, periodicamente, com a realização de Reuniões de Avaliação Estratégicas (RAE).

As Reuniões são realizadas trimestralmente e têm o objetivo de monitorar a execução da estratégia e, avaliar, analisar e definir mudanças de rumos a serem adotadas, caso sejam necessárias. Antes das reuniões, a Copav avalia os resultados obtidos a partir dos desempenhos estratégicos do respectivo período e, em acordo com os Subsecretários, decide quais objetivos e indicadores estratégicos devem pautar a reunião e, assim, serem objetos de avaliação e análise por seus membros. Desse modo, a RAE contribui para a boa governança da RFB, na medida que subsidia os processos de avaliação, direcionamento e monitoramento da Estratégia Institucional pelo Núcleo

Estratégico da RFB.

Alinhada ao modelo adotado pelo Gabinete da RFB, a 3^a Região Fiscal realiza trimestralmente a RAE Regional (Reunião de Avaliação Estratégica Regional), a qual é organizada pelo Gabinete da SRRF03 e conta com a participação do Superintendente Regional, Superintendentes-Adjuntos, Chefes de Divisão, Delegados e Inspetores-Chefes das unidades da RF03, Assistentes de Gabinete e autoridades institucionais convidadas a participar de debates de temas específicos.

A RAE Regional tem o intuito de avaliar a execução da estratégia da RFB na 3^a Região Fiscal, acompanhar o desempenho dos Indicadores Estratégicos e das Iniciativas Estratégicas, bem como tratar de temas relevantes vinculados à atuação da 3^a Região Fiscal para o atingimento dos Objetivos Estratégicos previstos no Mapa Estratégico da RFB.

2- Ouvidoria da SRRF03

Quanto à Ouvidoria, na RFB não há uma estrutura formal de governança. Entretanto, há uma estrutura de Ouvidoria Interna responsável por receber, examinar e encaminhar as mensagens dos cidadãos, referentes a procedimentos e ações de agentes e unidades, no âmbito da RFB.

A Ouvidoria Interna, composta por Unidades Central e Regionais da RFB, atua como canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços prestados.

A Ouvidoria da RFB faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda (MF), o qual é composto por uma rede de ouvidorias, hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas por uma Ouvidoria-Geral.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas, primeiramente, pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação), classificadas por tipo de serviço e repassadas às Unidades Central e Regionais da RFB.

As 5 formas de recepção das mensagens são: portal da ouvidoria na internet <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/>; *call center* da ouvidoria pelo número: 0800.702.1111; correspondências e fax; formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes (Cac); e pessoalmente. Uma vez recebidas, cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos, sendo o prazo máximo para resposta de até trinta dias.

De acordo com o seu conteúdo, o tratamento das mensagens é realizado por diferentes áreas da RFB. Os pedidos de informação, normalmente, são respondidos pela Ouvidoria da Unidade Central; as denúncias relativas à sonegação são encaminhadas e respondidas pelas Divisões de Fiscalização e as referentes a desvios de conduta de servidor à Corregedoria; os elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias das divisões responsáveis para conhecimento e providências; e as reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor, mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento.

Como resultado do processo de recebimento, exame, encaminhamento, respostas e medidas de correção e saneamento relativas às mensagens, são elaborados os relatórios de informações gerenciais, encaminhados aos respectivos gestores.

Na 3^a Região Fiscal foram recebidas, em 2014, 1.017 manifestações, cuja classificação é detalhada a seguir:

RELATÓRIO GERAL - OUVIDORIA				
TIPO	3 ^a RF			
	2012	2013	2014	TOTAL
Denúncia	59	75	55	189
Elogio	19	23	33	75
Informação	336	367	314	1.017
Reclamação	359	429	614	1.402
Sem Classificação	1	2	-	3
Sugestão	4	1	1	6
Total	778	897	1.017	2.692
STATUS	Secex			Total
	778	897	1	1
Cadastrada	778	897	1.016	1.016
Concluída	0	0	0	0
Em Tratamento	0	0	0	0
Excluída	0	0	0	0
Total	778	897	1.017	2.692
CANAL	Secex			Total
	0	0	39	39
Carta-Resposta	0	0	978	978

2.2 - Avaliação, pelos Próprios Dirigentes da Unidade Jurisdicionada, da Qualidade e Suficiência dos Controles Internos

Quadro 4 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.				X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X
Procedimentos de Controle		1	2	3
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X
Informação e Comunicação		1	2	3
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X
Monitoramento		1	2	3
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X
Análise crítica e comentários relevantes:				
O preenchimento do presente quadro se deu mediante a utilização da medida estatística “moda”, ou seja, para cada item do quadro foi assinalada a resposta com maior número de ocorrências nas manifestações do Superintendente e dos dois Superintendentes-Adjuntos da SRRF – 3ª RF.				
Escala de valores da Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .				
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .				
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.				

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 3: Relacionamento com a Sociedade
(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão “**Informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão**” (subitem 3.2 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), pois tanto a elaboração quanto a divulgação da Carta de Serviços em sítio eletrônico são de responsabilidade do Órgão Central e, por esse motivo, as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

Não serão apresentadas, neste Relatório de Gestão, informações sobre os “**Resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão**” (subitem 3.5 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), pois nesta Região Fiscal não foram realizadas pesquisas de satisfação junto aos usuários dos serviços. Essas pesquisas, normalmente, são decididas e realizadas pelo Órgão Central e, por esse motivo, as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

3.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc.

1. Sobre a Ouvidoria da Receita Federal:

A Ouvidoria da Receita Federal faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda MF.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia, ou reclamação), classificada por tipo de serviço, e repassadas às Unidades Central e Regionais da Receita Federal.

A Ouvidoria das Unidades Centrais trata as mensagens de âmbito geral e as mensagens relativas a Tecnologia da Informação. Compete também à Ouvidoria da Unidade Central a supervisão das ouvidorias regionais.

As ouvidorias da 3^a, 6^a e 9^a Regiões Fiscais são centralizadas na Superintendência Regional: Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba. As demais são descentralizadas e cada Delegacia ou Inspetoria tem um ouvidor próprio e um substituto.

2. Forma de recepção das mensagens:

As mensagens são postadas pelos cidadãos na ouvidoria, por intermédio de:

- a) portal da ouvidoria na internet: <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/> ;
- b) *call center* da ouvidoria, que atende pelo número 0800.702.1111;
- c) correspondências, fax;
- d) formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes (Cac);
- e) pessoalmente.

3. Tratamento das mensagens:

- a) As denúncias relativas a sonegação são encaminhadas e respondidas pelas Divisões de Fiscalização. As referentes a desvios de conduta de servidor à Corregedoria.
- b) Pedidos de informação normalmente são respondidos pela Ouvidoria da Unidade Central.
- c) Elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias das divisões responsáveis, para conhecimento e providências. As reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor,

mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento.

- d) Cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos.
- e) O prazo máximo para resposta é de até trinta dias.

4. Estatísticas relativas a 2014:

O quadro abaixo contempla as informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas no exercício de 2014 na 3^a Região Fiscal.

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR TIPO DE MENSAGEM

RELATÓRIO GERAL - OUVIDORIA				
TIPO	3 ^a RF			
	2012	2013	2014	TOTAL
Denúncia	59	75	55	189
Elogio	19	23	33	75
Informação	336	367	314	1.017
Reclamação	359	429	614	1.402
Sem Classificação	1	2	-	3
Sugestão	4	1	1	6
Total	778	897	1.017	2.692
STATUS	Secex			Total
	778	897	1	1
Cadastrada	778	897	1.016	1.016
Concluída	0	0	0	0
Em Tratamento	0	0	0	0
Excluída	0	0	0	0
Total	778	897	1.017	2.692
CANAL	Secex			Total
	0	0	39	39
Carta-Resposta	0	0	978	978

5. Informações gerenciais:

Os relatórios relativos à Ouvidoria são elaborados pelos Representantes Regionais da Ouvidoria de cada Superintendência e pelo Ouvidor da Receita Federal e encaminhados ao superior imediato na Unidade e às áreas de interesse.

O relatório do Ouvidor-Geral é encaminhado ao Secretário da Receita Federal e às áreas de interesse e publicado na Intranet da Instituição.

6. Soluções aplicadas:

Está em fase de implantação, para o exercício de 2015, um sistema de relatórios que permitirá apurar e avaliar todas as melhorias implementadas nos serviços prestados pela Receita Federal, em decorrência das demandas trabalhadas na Ouvidoria.

No exercício de 2014, a Unidade de Fortaleza/CE adotou medidas específicas para reduzir

as insatisfações dos contribuintes, relativas à demora no julgamento de processos.

3.2 - Demonstração dos Mecanismos para Medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade Jurisdicionada

Em novembro de 2013 foi realizada uma pesquisa de imagem da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme informações abaixo.

Notas sobre a metodologia (1)

Objetivo: Avaliar a imagem da Instituição junto ao seu público externo, visando fornecer informações que permitam subsidiar tomadas de decisão e planejamento estratégico.

Pesquisa: Quantitativa

Método: Entrevista pessoal.

População: O público é dividido em dois segmentos:

- Pessoa Física - Cidadão brasileiro que tenha CPF em seu próprio nome; e,
- Pessoa Jurídica - Representantes de empresas junto à RFB.

Período: As entrevistas foram realizadas entre os dias 10 de setembro e 20 de outubro de 2013.

Notas sobre a metodologia (2)

Amostra e Erro amostral: Foram realizadas 3.000 entrevistas, distribuídas da seguinte forma, com seus respectivos erros amostrais, a um nível de confiança de 95,5%:

Região	TOTAL (PJ + PF)			PESSOA FÍSICA			PESSOA JURÍDICA		
	População	Amostra	Erro Amostra	População	Amostra	Erro Amostra	População	Amostra	Erro Amostra
1 ^a	15.415.105	340	5%	13.964.308	250	6%	1.450.797	90	10%
2 ^a	11.658.471	380	5%	10.952.785	300	6%	705.686	80	11%
3 ^a	15.218.467	190	7%	14.355.081	150	8%	863.386	40	16%
4 ^a	16.638.413	250	6%	15.657.983	200	7%	980.430	50	14%
5 ^a	13.841.255	140	8%	12.875.788	100	10%	965.467	40	16%
6 ^a	19.130.288	170	8%	17.577.358	100	10%	1.552.930	70	11%
7 ^a	19.762.744	500	4%	18.158.544	350	5%	1.604.200	150	8%
8 ^a	43.822.939	750	4%	39.238.377	550	4%	4.584.562	200	7%
9 ^a	17.024.439	140	8%	15.327.586	100	10%	1.696.853	40	16%
10 ^a	11.344.837	140	8%	10.169.475	100	10%	1.175.362	40	16%
TOTAL	183.856.958	3000	1,8%	168.277.285	2200	2,1%	15.579.673	800	3,5%

Notas sobre a metodologia (3)

Ponderação dos dados: Os dados são ponderados em função do peso relativo do número de CPF e CNPJ nas respectivas unidades da seguinte forma:

Região	PESSOA FÍSICA				PESSOA JURÍDICA			
	População	Amostra	%	Multiplicador	População	Amostra	%	Multiplicador
1 ^a	13.964.308	250	8	0,730258	1.450.797	90	9	0,827744
2 ^a	10.952.785	300	7	0,477310	705.686	80	5	0,452953
3 ^a	14.355.081	150	9	1,251156	863.386	40	6	1,108349
4 ^a	15.657.983	200	9	1,023536	980.430	50	6	1,006881
5 ^a	12.875.788	100	8	1,683337	965.467	40	6	1,239393
6 ^a	17.577.358	100	10	2,298004	1.552.930	70	10	1,139162
7 ^a	18.158.544	350	11	0,678282	1.604.200	150	10	0,549160
8 ^a	39.238.377	550	23	0,932708	4.584.562	200	29	1,177062
9 ^a	15.327.586	100	9	2,003876	1.696.853	40	11	2,178291
10 ^a	10.169.475	100	6	1,329523	1.175.362	40	8	1,508940
TOTAL	168.277.285	2200	100	-	15.579.673	800	100	-

E também pela proporção de PF e PJ:

TIPO	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%	MULTIPLICADOR
PF	168.277.285	2200	92	1,248085
PJ	15.579.673	800	8	0,317768
TOTAL	183.856.958	3000	100	-

Notas sobre a metodologia (4)

Apresentação dos Resultados:

Todas as perguntas apresentam o índice de entrevistados que, por alguma razão, não a responderam.

Para título de avaliação de cada pergunta, são excluídos os questionários que não responderam à pergunta. Desse modo, as tabulações de frequência, bem como o cálculo da média, são apurados levando-se em conta apenas os questionários que tiveram a questão respondida.

Todos os resultados são apresentados por total, e, quando a base estatística é significativa, segmentados por Tipo, Atendimento e Unidade.

Todos os resultados segmentados são testados estatisticamente (Teste T e Teste Z), e, quando há alguma diferença ao nível de 95% de significância, ocorre uma sinalização em vermelho nos quadros.

Os dados, sempre que possível, são comparados com os resultados obtidos na pesquisa realizada em 2010. E, nesse caso, também é feito um teste estatístico para apontar se a diferença

entre os dois resultados (o de 2010 e o atual) é, estatisticamente, significativo. Em caso positivo, e para maior, o resultado deste ano está assinalado em roxo.

Notas sobre a metodologia (5)

Testes Estatísticos

Os testes T e Z são dois Testes de Hipóteses, de Métodos Paramétricos utilizados em Pesquisa de Marketing para comparação de uma média (número absoluto) ou de uma porcentagem (número relativo - %) de uma população total com a respectiva média ou porcentagem de uma subpopulação (segmento).

O Nível de significância dessa comparação aponta o quanto diferente (ou não diferente) são esses dois valores comparados. Pode ser de 99%, 98%, 95% ou 90%. O padrão utilizado nas Pesquisas de Marketing é de 95% de significância.

Notas sobre a metodologia (6)

Testes Estatísticos

Todos os resultados segmentados são testados estatisticamente (Teste T e Teste Z). Quando se encontrou um percentual na amostra segmentada com uma diferença significativa (ao nível de 95% de significância) em relação à amostra geral, esses percentuais foram assinalados em vermelho nos respectivos quadros. Ou seja, sempre que as diferenças encontradas entre os resultados segmentados e o resultado total da pesquisa forem expressivas e consistentes (vale dizer, significativas ao nível de 95%) e que, portanto, não foram um mero efeito do acaso, esses percentuais foram assinalados em vermelho.

No caso da comparação dos resultados das duas pesquisas (de 2010 e 2013), os Testes utilizados são os mesmos, o Teste T e o Teste Z com a ressalva de que são para amostras diferentes.

Notas sobre a metodologia (7)

Testes Estatísticos

O fato de existirem resultados segmentados não assinalados em vermelho não os invalida de forma alguma. Simplesmente indica que as diferenças em relação à média nacional não apresentam o nível de significância-padrão estabelecido.

Todos os resultados obtidos (médias nacionais e amostras segmentadas) são consistentes com a margem de erro e nível de confiança calculados para a amostra global e para cada subamostra. Por outro lado, os valores assinalados em vermelho nos dão uma informação adicional.

Assim, se as diferenças observadas forem consideradas como uma informação importante para subsidiar iniciativas gerenciais para aprofundar o conhecimento de um determinado segmento (região, categoria de servidor, tipo de contribuinte, etc.), os segmentos cujos valores foram assinalados em vermelho, indicariam uma ordem de prioridade para intervenções.

Notas sobre a metodologia (8)

Escala de Likert

Em várias perguntas é utilizado o recurso de Pesquisa de Opinião e de Marketing conhecido como “Escala de *Likert*”, que consiste numa “régua” de 5 graus adaptada às necessidades do que se deseja avaliar.

A nota mais baixa (1) é sempre associada ao conceito mais negativo, ao passo que a nota 5 é

associada ao conceito mais positivo. Vale destacar que a nota intermediária, 3, refere-se àqueles que não têm opinião formada sobre o assunto perguntado.

Ao final, é sempre calculada uma média levando-se em considerações as frequências das 5 opções da Escala de *Likert*.

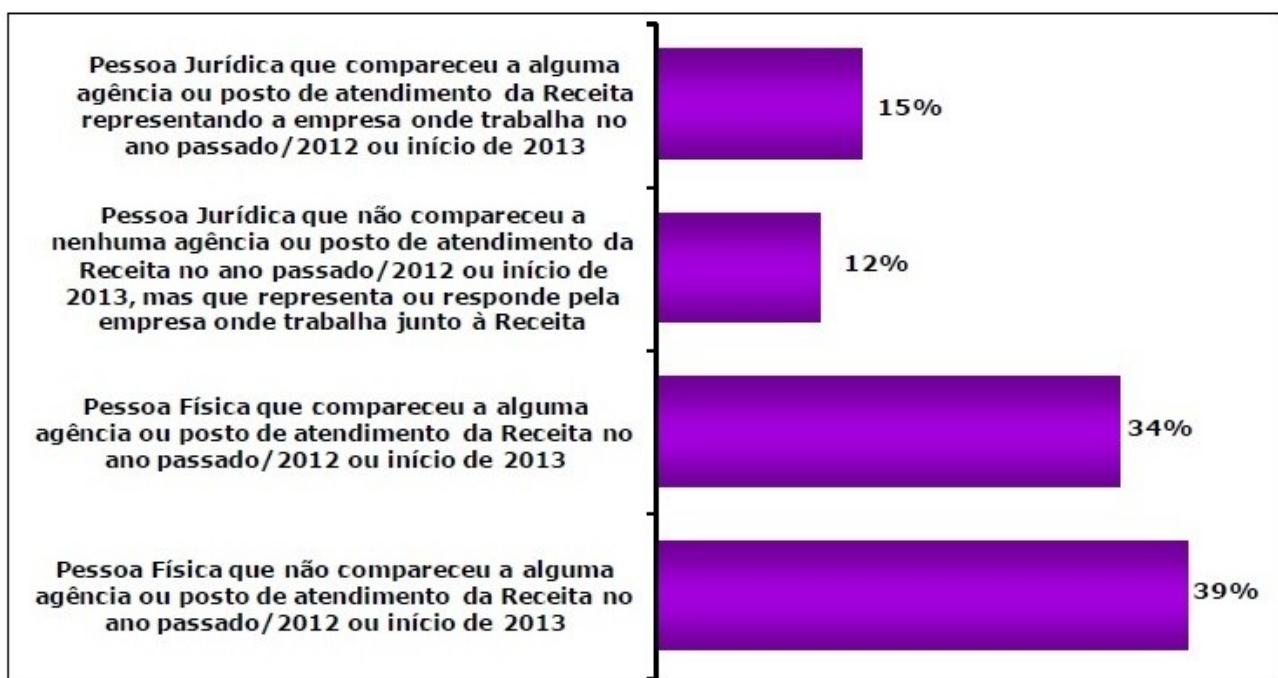
Deve-se ter um cuidado especial quando a média se posicionar muito próxima do valor intermediário (3) porque podem existir duas interpretações:

- Elevado índice de entrevistados sem opinião formada; ou
- Dicotomia expressiva entre os extremos da Escala de *Likert*.

PLANO AMOSTRAL PONDERADO Plano Amostral – Ponderado

Classificação

Por Total



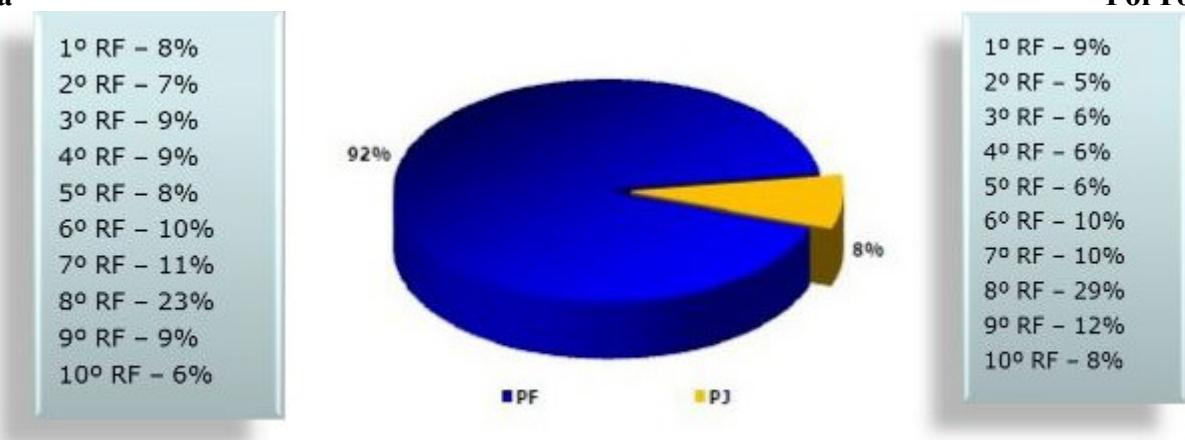
Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.2: Em relação à Receita Federal, como você se classifica? Estimulada – RU

Plano Amostral – Ponderado

Área

Por Total



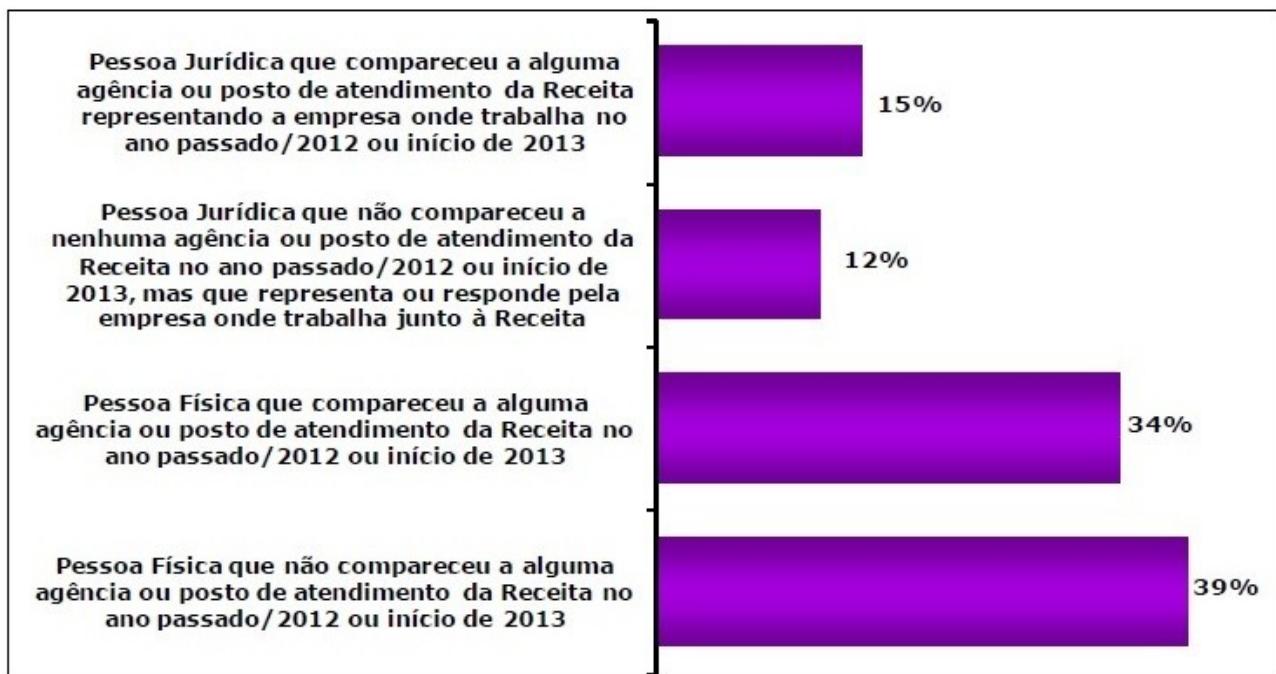
Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.54: Estado/Unidade da Federação e Cidade. Espontânea – RU

**PLANO AMOSTRAL
NAO PONDERADO**
Plano Amostral – Não Ponderado

Classificação

Por Total



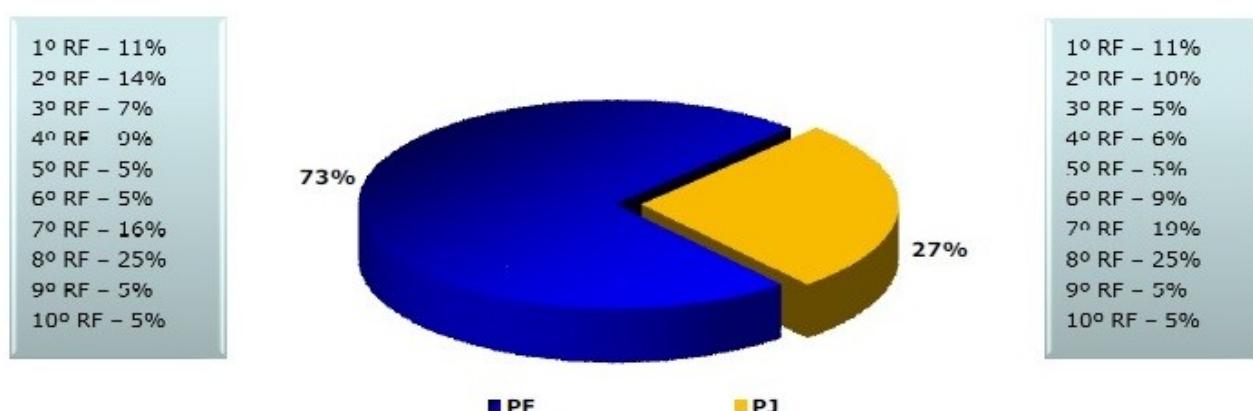
Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.2: Em relação à Receita Federal, como você se classifica? Estimulada - RU

Plano Amostral – Não Ponderado

Área

Por Total



Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.54: Estado/Unidade da Federação e Cidade. Espontânea – RU

Imagen da Secretaria da Receita Federal

Apresentação de Resultados

P.4) A palavra associada à RFB (por Total e Unidade)

Principais respostas	Total (3000)	Unidade									
		1 ^a RF (340)	2 ^a RF (380)	3 ^a RF (190)	4 ^a RF (250)	5 ^a RF (140)	6 ^a RF (170)	7 ^a RF (500)	8 ^a RF (750)	9 ^a RF (140)	10 ^a RF (140)
Tributos / impostos	27%	42%	32%	41%	33%	21%	23%	19%	23%	14%	34%
Imposto de renda	21%	11%	17%	8%	9%	21%	8%	25%	37%	26%	15%
CPF	13%	6%	18%	10%	6%	22%	6%	8%	22%	7%	8%
Leão	5%	3%	5%	8%	5%	2%	4%	14%	2%	8%	1%
Fiscalização / fiscal	4%	7%	4%	3%	4%	1%	7%	3%	3%	7%	5%
Burocracia	4%	3%	2%	6%	6%	5%	12%	7%	0%	1%	2%
Cobrança	3%	2%	4%	6%	4%	1%	3%	3%	1%	1%	9%
Competência	3%	4%	2%	4%	4%	5%	4%	0%	0%	2%	6%
Problema / dor de cabeça	2%	1%	1%	1%	5%	4%	7%	1%	1%	1%	3%
Dinheiro	2%	4%	2%	1%	4%	6%	3%	2%	1%	3%	-
Órgão Federal	2%	2%	1%	1%	2%	3%	8%	1%	0%	5%	3%
Sonegação de impostos	2%	3%	1%	1%	5%	1%	-	2%	2%	4%	3%
Documentações / certidões	2%	3%	3%	1%	1%	3%	0%	2%	0%	-	6%
Responsabilidade	1%	2%	2%	1%	1%	1%	2%	0%	2%	1%	-
Governo Federal	1%	2%	0%	1%	1%	2%	5%	1%	-	2%	1%
Corrupção	1%	0%	0%	0%	1%	0%	3%	1%	1%	2%	-
Pagar / pagamento	1%	0%	0%	-	1%	1%	-	1%	0%	5%	-
Polícia Federal	1%	1%	1%	-	-	-	-	2%	1%	2%	2%
Taxas / juros	1%	1%	-	1%	-	-	0%	2%	1%	1%	0%
CNPJ	1%	-	0%	3%	-	0%	-	0%	1%	-	-
Dívida	1%	2%	2%	1%	1%	1%	-	0%	0%	-	-
Outros	1%	1%	3%	2%	6%	-	4%	3%	2%	3%	2%
Não sabe	1%	-	0%	-	1%	-	1%	3%	0%	5%	-

Base: Total da amostra

P.4: Quando você pensa na RECEITA FEDERAL DO BRASIL, qual a primeira palavra que lhe vem à cabeça? Espontânea – RU

P.5) As Funções da RFB (por Total e Unidade)

Principais respostas	Total (3000)	Unidade									
		1 ^a RF (340)	2 ^a RF (380)	3 ^a RF (190)	4 ^a RF (250)	5 ^a RF (140)	6 ^a RF (170)	7 ^a RF (500)	8 ^a RF (750)	9 ^a RF (140)	10 ^a RF (140)
MISSÃO CORRETA	94%	89%	98%	99%	94%	96%	96%	87%	95%	90%	95%
Órgão que faz arrecadação dos impostos	48%	55%	58%	43%	52%	46%	60%	51%	40%	42%	39%
Órgão que cadastrá / cancela / regulariza o CPF	28%	20%	42%	35%	30%	28%	24%	18%	38%	14%	21%
Órgão responsável pela arrecadação do imposto de renda / recebe declaração	22%	11%	11%	24%	13%	25%	8%	23%	37%	16%	27%
Órgão que fiscaliza a sonegação	18%	16%	27%	21%	26%	30%	15%	15%	15%	16%	4%
Órgão que fiscaliza os tributos	11%	13%	10%	6%	11%	5%	8%	14%	7%	21%	21%
Órgão que cadastrá / cancela o CNPJ	9%	9%	21%	21%	9%	17%	3%	2%	4%	5%	14%
Órgão que fiscaliza os ganhos das pessoas jurídica e física	8%	7%	10%	14%	11%	17%	6%	5%	5%	5%	4%
Fiscaliza as fronteiras / alfândega	6%	7%	4%	4%	6%	6%	0%	7%	9%	7%	4%
Orienta os contribuintes	1%	-	4%	-	-	-	8%	-	-	-	-
MISSÃO ERRADA	14%	17%	21%	13%	12%	19%	7%	13%	11%	19%	17%
Órgão que legaliza os documentos	4%	4%	2%	3%	3%	4%	1%	5%	1%	7%	14%
Órgão que administra entrada/saída de recursos nos cofres públicos	3%	6%	3%	3%	5%	1%	-	4%	2%	7%	1%
Tirar o passaporte	2%	1%	1%	-	1%	1%	-	1%	5%	2%	-
É um órgão que investe na economia do país	1%	1%	5%	5%	1%	-	0%	1%	1%	1%	-
Cuida dos aeroportos	1%	1%	1%	1%	1%	6%	-	0%	1%	1%	-
Órgão responsável pela distribuição de renda	1%	1%	3%	0%	1%	3%	-	1%	0%	1%	-
Órgão que controla o fisco do país	1%	2%	0%	-	1%	2%	-	1%	1%	-	1%
Órgão que regulariza documentos (CND, PIS, COFINS, etc.)	1%	0%	2%	0%	0%	1%	4%	-	0%	-	-
Parcelamento de débitos	1%	0%	3%	1%	-	2%	0%	0%	-	-	-
Outras	1%	0%	1%	0%	1%	0%	2%	1%	0%	1%	1%
Não sabe	3%	5%	-	-	1%	2%	2%	7%	2%	3%	0%

A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

P.5: Quais são as funções da RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Para que serve a RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Espontânea – RM

Quadro resumo: P.6A, 6B, 6C, 6D, 6E, 6F e 6G (por Total e Unidade)

Principais respostas	Total	Unidade									
		1ª RF	2ª RF	3ª RF	4ª RF	5ª RF	6ª RF	7ª RF	8ª RF	9ª RF	10ª RF
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte	2,01	2,08	2,48	1,88	2,23	2,16	1,98	1,92	1,66	2,10	2,49
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão compromissado com a situação econômica brasileira	4,04	3,91	4,02	4,08	3,81	4,19	3,74	4,02	4,30	4,00	4,19
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável	3,71	3,63	3,74	4,04	3,53	3,67	3,34	3,40	3,80	3,85	4,21
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação	4,05	3,95	4,05	4,00	3,95	3,75	4,01	3,89	4,35	3,87	4,21
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes	3,93	3,73	3,96	4,07	3,60	3,92	3,53	3,77	4,27	4,05	4,07
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações etc.)	4,23	4,19	4,37	4,11	4,00	4,32	4,38	4,04	4,35	4,16	4,30
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços	4,06	3,93	4,10	4,12	3,79	4,13	4,07	3,95	4,21	4,02	4,06

Base filtro: respondeu à pergunta

Média na escala de 1 a 5: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4), Concorda totalmente (5)

P.6A) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte”

Média na escala de 1 (concorda totalmente) a 5 (discorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	2%	3%	0%	1%	0%	-	2%	3%	3%	4%	3%
AVALIOU 	98%	97%	100%	99%	100%	100%	98%	97%	97%	96%	97%

	Total (2939)	Unidade									
		1ª RF (331)	2ª RF (375)	3ª RF (188)	4ª RF (249)	5ª RF (140)	6ª RF (167)	7ª RF (490)	8ª RF (727)	9ª RF (136)	10ª RF (136)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	72%	71%	58%	75%	68%	70%	68%	70%	83%	72%	64%
Concorda totalmente (1)	34%	38%	18%	31%	26%	35%	42%	32%	37%	46%	26%
Concorda parcialmente (2)	38%	33%	10%	44%	12%	35%	26%	38%	46%	26%	38%
Não concorda nem discorda (3)	13%	11%	15%	16%	11%	9%	16%	18%	13%	6%	9%
Discorda parcialmente (4)	9%	8%	22%	7%	16%	13%	8%	10%	3%	10%	9%
Discorda totalmente (5)	6%	10%	5%	2%	5%	8%	8%	2%	1%	12%	18%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	15%	18%	27%	9%	21%	21%	16%	12%	4%	22%	27%
MÉDIA	2,01	2,08	2,48	1,88	2,23	2,16	1,98	1,92	1,66	2,1	2,49

Base: Total da amostra

P.6A: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada – RU

P.6B) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão compromissado com a situação econômica brasileira”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	2%	3%	0%	1%	2%	1%	1%	2%	1%	1%	4%
AVALIOU	98%	97%	100%	99%	98%	99%	99%	98%	99%	99%	96%

	Total (2957)	Unidade									
		1ª RF (329)	2ª RF (379)	3ª RF (188)	4ª RF (245)	5ª RF (139)	6ª RF (169)	7ª RF (491)	8ª RF (743)	9ª RF (139)	10ª RF (135)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	72%	68%	73%	81%	68%	82%	63%	71%	68%	81%	75%
Concorda totalmente (5)	31%	36%	31%	28%	27%	49%	35%	21%	25%	36%	34%
Concorda parcialmente (4)	41%	32%	42%	53%	41%	33%	28%	50%	43%	45%	41%
Não concorda nem discorda (3)	17%	14%	14%	10%	11%	6%	15%	21%	30%	7%	17%
Discorda parcialmente (2)	6%	10%	8%	6%	17%	5%	9%	3%	2%	1%	5%
Discorda totalmente (1)	5%	8%	5%	3%	4%	7%	13%	5%	-	11%	3%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	18%	13%	9%	21%	12%	22%	8%	2%	12%	8%
MÉDIA	4,04	3,91	4,02	4,08	3,81	4,19	3,74	4,02	4,30	4,00	4,19

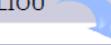
Base: Total da amostra

P.6B: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6C) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	2%	3%	1%	3%	1%	1%	1%	4%	2%	-	3%
AVALIOU 	98%	97%	99%	97%	99%	99%	99%	96%	98%	100%	97%

	Total (2942)	Unidade									
		1ª RF (326)	2ª RF (378)	3ª RF (186)	4ª RF (249)	5ª RF (139)	6ª RF (169)	7ª RF (483)	8ª RF (736)	9ª RF (140)	10ª RF (136)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	62%	62%	62%	74%	60%	68%	52%	48%	61%	72%	65%
Concorda totalmente (5)	27%	31%	27%	31%	21%	34%	24%	17%	26%	30%	33%
Concorda parcialmente (4)	35%	31%	35%	43%	39%	34%	28%	31%	35%	42%	32%
Não concorda nem discorda (3)	19%	14%	16%	13%	15%	7%	18%	30%	24%	11%	27%
Discorda parcialmente (2)	8%	11%	16%	10%	15%	11%	13%	8%	2%	6%	5%
Discorda totalmente (1)	11%	13%	6%	3%	10%	14%	17%	14%	13%	11%	3%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	19%	24%	22%	13%	25%	25%	30%	22%	15%	17%	8%
MÉDIA	3,71	3,63	3,74	4,04	3,53	3,67	3,34	3,40	3,80	3,85	4,21

Base: Total da amostra

P.6C: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada – RU

P.6D) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	1%	3%	1%	1%	2%	2%	-	2%	1%	2%	2%
AVALIOU 	99%	97%	99%	99%	98%	98%	100%	98%	99%	98%	98%

	Total (2958)	Unidade									
		1ª RF (331)	2ª RF (376)	3ª RF (189)	4ª RF (246)	5ª RF (137)	6ª RF (170)	7ª RF (491)	8ª RF (743)	9ª RF (138)	10ª RF (137)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	74%	71%	73%	78%	75%	63%	70%	65%	84%	69%	79%
Concorda totalmente (5)	32%	39%	36%	27%	28%	34%	43%	21%	31%	33%	34%
Concorda parcialmente (4)	42%	32%	37%	51%	47%	29%	27%	44%	53%	36%	45%
Não concorda nem discorda (3)	15%	12%	13%	11%	11%	15%	14%	24%	15%	14%	13%
Discorda parcialmente (2)	6%	9%	10%	6%	10%	10%	7%	5%	1%	5%	7%
Discorda totalmente (1)	5%	8%	4%	5%	4%	12%	9%	6%	-	12%	1%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	17%	14%	11%	14%	22%	16%	11%	1%	17%	8%
MÉDIA	4,05	3,95	4,05	4,00	3,95	3,75	4,01	3,89	4,35	3,87	4,21

Base: Total da amostra

P.6D: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada – RU

(4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6E) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes”

**Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)
Por Total e Unidade**

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	2%	4%	1%	1%	3%	1%	2%	2%	1%	3%	3%
AVALIOU 	98%	96%	99%	99%	97%	99%	98%	98%	99%	97%	97%

	Total (2945)	Unidade									
		1ª RF (326)	2ª RF (375)	3ª RF (188)	4ª RF (242)	5ª RF (139)	6ª RF (168)	7ª RF (490)	8ª RF (745)	9ª RF (137)	10ª RF (135)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	69%	67%	70%	74%	60%	73%	61%	64%	71%	80%	74%
Concorda totalmente (5)	27%	30%	28%	23%	24%	37%	26%	16%	26%	38%	31%
Concorda parcialmente (4)	42%	37%	42%	51%	36%	36%	35%	48%	45%	42%	43%
Não concorda nem discorda (3)	17%	12%	16%	18%	15%	10%	13%	23%	26%	8%	15%
Discorda parcialmente (2)	8%	10%	11%	7%	17%	8%	11%	6%	3%	3%	9%
Discorda totalmente (1)	6%	11%	3%	1%	8%	9%	15%	7%	0%	9%	2%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	14%	21%	14%	8%	25%	17%	26%	13%	3%	12%	11%
MÉDIA	3,93	3,73	3,96	4,07	3,60	3,92	3,53	3,77	4,27	4,05	4,07

Base: Total da amostra

P.6E: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6F) “A RECEITA FEDERAL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações, etc.)”

**Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)
Por Total e Unidade**

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	1%	2%	2%	1%	3%	1%	1%	2%	1%	3%	0%
AVALIOU 	99%	98%	98%	99%	97%	99%	99%	98%	99%	97%	100%

	Total (2961)	Unidade									
		1ª RF (333)	2ª RF (373)	3ª RF (189)	4ª RF (244)	5ª RF (139)	6ª RF (168)	7ª RF (494)	8ª RF (745)	9ª RF (137)	10ª RF (139)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	77%	77%	73%	73%	77%	65%	74%	71%	88%	84%	70%
Concorda totalmente (5)	38%	44%	36%	32%	34%	36%	61%	24%	34%	48%	43%
Concorda parcialmente (4)	39%	33%	37%	41%	43%	29%	13%	47%	54%	36%	27%
Não concorda nem discorda (3)	15%	12%	23%	17%	8%	30%	14%	21%	10%	5%	22%
Discorda parcialmente (2)	4%	7%	3%	7%	12%	1%	6%	3%	1%	2%	6%
Discorda totalmente (1)	4%	4%	1%	3%	3%	4%	6%	5%	1%	9%	2%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	8%	11%	4%	10%	15%	5%	12%	8%	2%	11%	8%
MÉDIA	4,23	4,19	4,37	4,11	4,00	4,32	4,38	4,04	4,35	4,16	4,30

Base: Total da amostra

P.6F: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6G) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)
Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	5%	12%	2%	3%	7%	2%	0%	4%	6%	3%	6%
AVALIOU 	95%	88%	98%	97%	93%	98%	100%	96%	94%	97%	94%

	Total (2861)	Unidade									
		1ª RF (295)	2ª RF (374)	3ª RF (186)	4ª RF (235)	5ª RF (138)	6ª RF (168)	7ª RF (486)	8ª RF (712)	9ª RF (135)	10ª RF (132)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	70%	68%	72%	77%	68%	75%	63%	65%	71%	77%	63%
Concorda totalmente (5)	29%	39%	29%	30%	24%	40%	36%	21%	22%	36%	29%
Concorda parcialmente (4)	41%	29%	43%	47%	44%	35%	27%	44%	49%	41%	34%
Não concorda nem discorda (3)	19%	14%	19%	14%	14%	12%	23%	25%	26%	10%	26%
Discorda parcialmente (2)	7%	10%	6%	7%	11%	9%	12%	4%	3%	3%	8%
Discorda totalmente (1)	4%	8%	3%	2%	7%	4%	2%	6%	0%	10%	3%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	18%	9%	9%	18%	13%	14%	10%	3%	13%	11%
MÉDIA	4,06	3,93	4,10	4,12	3,79	4,13	4,07	3,95	4,21	4,02	4,06

Base: Total da amostra

P.6G: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.7) A Imagem dos Servidores da RFB

Por Total e Unidade

Principais respostas	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
São funcionários inteligentes / qualificados / competentes	39%	44%	46%	43%	31%	61%	43%	20%	26%	56%	55%
São funcionários educados / atenciosos / gentis	27%	28%	23%	32%	26%	55%	16%	24%	26%	29%	17%
São funcionários lentos / preguiçosos / morosos	13%	8%	6%	11%	12%	1%	5%	10%	30%	5%	6%
São funcionários prestativos	6%	9%	12%	6%	2%	10%	4%	7%	2%	10%	8%

São funcionários exigentes /rigorosos	6%	7%	2%	1%	3%	6%	4%	14%	11%	-	1%
São funcionários ágeis /rápidos /práticos	5%	5%	8%	11%	8%	12%	3%	3%	2%	3%	5%
São funcionários descompromissados / desinteressados	4%	4%	2%	5%	3%	1%	9%	5%	6%	2%	1%
São funcionários desqualificados / despreparados	34%	4%	6%	4%	9%	6%	6%	3%	3%	1%	1%
São funcionários normais	3%	1%	0%	1%	3%	-	2%	3%	7%	4%	1%
São funcionários mal educados / desatenciosos	3%	4%	2%	3%	8%	6%	-	4%	1%	2%	1%
Tratam as pessoas friamente /são arrogantes	3%	2%	7%	3%	1%	3%	5%	5%	3%	1%	0%
São funcionários compromissados / interessados	3%	9%	1%	0%	2%	9%	2%	-	4%	-	-
São funcionários honestos	3%	4%	2%	-	1%	4%	1%	2%	2%	7%	5%
São funcionários corruptos / desonestos	2%	0%	1%	1%	0%	3%	1%	2%	5%	3%	-
Metade atende bem e a outra metade compromete o trabalho	2%	1%	4%	2%	2%	5%	7%	1%	1%	-	-
São funcionários concursados / públicos	2%	7%	1%	1%	2%	4%	4%	2%	1%	-	-
Não sabe	11%	8%	7%	9%	18%	-	12%	16%	11%	10%	14%

Base: Total da amostra

A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

P.7: Vamos avaliar a sua impressão sobre o corpo de funcionários da Receita Federal do Brasil.

Que palavras você utilizaria para definir os funcionários da Receita Federal do Brasil?

Espontânea - RM.

3.3 - Detalhamento do Caminho de Acesso, no Portal da Unidade Jurisdicionada na Internet

Conforme o Referencial Básico de Governança, aprovado pela Portaria TCU nº 25/2014, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, a transparência é um dos componentes do mecanismo de governança denominado “controle”. A transparência nos resultados e na forma de atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é de fundamental importância para o alcance de sua finalidade e para o bom desempenho de suas competências institucionais.

A organização, para ter transparência, deve divulgar oportunamente as questões relevantes relacionadas à organização, inclusive sua situação financeira, desempenho, composição e governança da organização. A organização deve dar transparência às informações, especialmente para as de alta relevância, que impactem os negócios e que envolvam resultados, oportunidades e riscos. A transparência, no entanto, não é ilimitada, e há informações que, de acordo com a legislação, requerem salvaguarda.

A RFB busca facilitar o acesso a informações referentes as suas atividades utilizando-se de

diversos instrumentos de divulgação.

A maioria dos instrumentos de divulgação é de responsabilidade do Órgão Central da RFB, e estarão informados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

Dentre esses instrumentos, destacamos a Carta de Serviços ao Cidadão, de responsabilidade do Órgão Central, disponibilizada no *site* do Ministério da Fazenda e no Portal da RFB.

Informamos que esta unidade não possui página própria na internet, e que quase todas as informações de interesse dos usuários como, por exemplo, acesso a serviços, legislação, orientações, endereços, telefones e titulares das Unidades da Região Fiscal são disponibilizadas no portal da RFB, endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br>. Por meio desse portal, são disponibilizados *links* para outros portais de interesse dos usuários dos serviços da RFB.

Quanto aos Relatórios de Gestão da Unidade, Relatórios de Auditoria de Gestão e demais documentos e informações correlatas, informamos que, devido a esta unidade não possuir página própria na internet, a publicação é realizada pelo Órgão Central, no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/auditorias>.

Essa publicação é realizada em cumprimento ao Decreto nº 5.481, de 30 de junho de 2005, que alterou o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e às normas do Órgão de Controle Interno que orientam a forma de divulgação.

Essas normas determinam que o Relatório de Gestão, o Relatório de Auditoria, o Certificado de Auditoria, o Parecer do Órgão de Controle Interno e o Pronunciamento Ministerial devem ser publicados no site da entidade na internet, no link “Processos de Contas Anuais”.

A publicação desses documentos também é realizada no *site* do Ministério da Fazenda, no link Auditoria da página de transparência ativa, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), endereço <http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/>.

Ressalta-se que, para alguns exercícios, não há Relatório de Gestão e/ou documentos do Órgão de Controle Interno e Pronunciamento Ministerial, tendo em vista que essa documentação é produzida de acordo com a previsão normativa do Tribunal de Contas União (TCU). Em alguns exercícios, o TCU dispensou esta unidade de apresentar Relatório de Gestão e/ou dispensou o Órgão de Controle Interno de realizar a auditoria de contas.

3.4 - Medidas Adotadas pelos Órgãos para o Cumprimento das Normas Relativas à Acessibilidade

A área de Programação e Logística do Órgão Central faz um acompanhamento, a nível nacional.

A RFB, por meio de seu plano nacional de engenharia executado nos exercícios 2013 e 2014, contratou intervenções específicas de adequações de acessibilidade física para 106 unidades, com valor total de R\$ 4.136.996,48. Nesses contratos foram contempladas iniciativas de identificação tátil, piso tátil, colocação de corrimão, substituição de alças de segurança nos banheiros, confecção de placas de identificação, adaptação de mesas/balcões de atendimento, alargamentos de rampas, instalação de plataforma de elevação, indicação sonora e braile em elevador e reforma de banheiros. No caso da 3^a RF, foi licitada e contratada, no referido período, a elaboração de projetos para readequação de diversas Unidades jurisdicionadas, visando a uma melhoria da acessibilidade nos respectivos imóveis, bem como de projetos de redes lógicas e

elétricas, conforme detalhado na tabela do Anexo 01. Os projetos deverão ser concluídos até o final de 2015.

Além dessas iniciativas específicas de acessibilidade, a RFB aplicou recursos no Projeto Unidades Modelo, cujo escopo compreende a construção de Agências concebidas dentro de critérios de identidade visual, flexibilidade, acessibilidade e sustentabilidade. Seguem demonstradas no Anexo 02, as contratações realizadas em 2013 e 2014, relativas a novas sedes de agências para a 3^a RF.

Em 86 unidades da RFB, as necessidades de adequações de acessibilidade foram contempladas como itens de reformas mais amplas ou em obras de construção de novas sedes administrativas. Para a 3^a RF, as iniciativas contratadas em 2013 e 2014 seguem apresentadas na tabela do Anexo 03.

A RFB, por meio de seu plano nacional de engenharia planeja para o exercício de 2015 a contratação de intervenções específicas de adequações de acessibilidade física para 159 unidades, com valor total de R\$ 20.454.059,47. Nessas, planejam-se a contratação de iniciativas de identificação tátil, piso tátil, colocação de corrimão, substituição de alças de segurança nos banheiros, confecção de placas de identificação, adaptação de mesas/balcões de atendimento, alargamentos de rampas, instalação de plataforma de elevação, indicação sonora e braile em elevador e reforma de banheiros. Considerando a conclusão dos projetos de readequação acima citados, prevista para o final de 2015, a 3^a RF pretende realizar contratações dessa ordem a partir de 2016, conforme detalhado na tabela do Anexo 04.

Além de iniciativas específicas de acessibilidade, a RFB planeja a aplicação de recursos no Projeto Unidades Modelo, cujo escopo compreende a construção de Agências concebidas dentro de critérios de identidade visual, flexibilidade, acessibilidade e sustentabilidade. Nesse sentido, estão demonstradas na tabela do Anexo 05, as contratações previstas, pela 3^a RF, para o exercício de 2015.

Em 124 unidades da RFB, as necessidades de adequações de acessibilidade serão contempladas como itens de reformas mais amplas ou em obras de construção de novas sedes administrativas. Dessas, as iniciativas planejadas, na 3^a RF, para contratação no exercício de 2015, encontram-se relacionadas na tabela do Anexo 06.

Importante esclarecer que a execução das iniciativas citadas é responsabilidade das unidades gestoras enumeradas em cada anexo. Cabe à Coordenação-Geral de Programação e Logística da Secretaria da Receita Federal do Brasil a tarefa de consolidar as necessidades de obras e serviços de engenharia, garantir os recursos necessários e acompanhar sua execução.

As metas a serem alcançadas com a implementação da ação foram definidas a nível nacional. Os resultados esperados, ao final dos prazos para implementação são os seguintes:

Para Unidades que prestam atendimento em um ou mais pavimentos ou andares:

Adequação de acessibilidade	Meta
Disponibilidade de mapa tátil na entrada da Unidade de atendimento.	90% das Unidades
Disponibilidade de piso tátil direcional na entrada do edifício.	90% das Unidades
Banheiro acessível na Unidade de atendimento.	70% das Unidades

Disponibilidade de mesas e balcões acessíveis a pessoas em cadeira de rodas.	70% das Unidades
A inclinação das rampas permite a circulação de uma pessoa em cadeira de rodas sem que seja necessária a ajuda de outra pessoa.	90% das Unidades

Adicionalmente, para Unidades que prestam atendimento em mais de um pavimento ou andar:

Adequação de acessibilidade	Meta
Disponibilidade de piso tátil de alerta próximo ao elevador.	90%
Disponibilidade de piso tátil de alerta próximo às escadas.	90%
Disponibilidade de indicação sonora e em braile em elevadores usados pelos usuários.	45%
Disponibilidade de rampa, elevador ou outro equipamento ligando os pavimentos ou vencendo desniveis.	70%

A área de Atendimento e Educação Fiscal do Órgão Central também faz um acompanhamento do assunto.

A proposta de fornecer capacitação em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) aos servidores do atendimento mostrou-se inviável, devido a características próprias da atividade de atendimento na RFB, que comprometem a eficácia dessa solução. Embora os servidores assimilem corretamente o conteúdo do treinamento, o conhecimento se perde com o tempo, devido a pouca ou quase nenhuma utilização da Libras no cotidiano. Além disso, há uma rotatividade significativa de servidores, retirando da atividade mão de obra capacitada para realizar esse tipo de atendimento.

Diante das dificuldades apontadas, a solução indicada pela Receita Federal para possibilitar a prestação de serviços a surdos e deficientes auditivos será a implementação de um serviço de intermediação por vídeo.

Trata-se de solução tecnológica que possibilita a comunicação entre surdos e deficientes auditivos e ouvintes, no caso, os atendentes da RFB. Com esse sistema, que deverá funcionar a partir de equipamentos a serem instalados em todas as unidades de atendimento, o contribuinte poderá ser atendido pelo servidor deste órgão que acionará o intérprete de Libras no equipamento, realizando o atendimento.

Antes da implementação desta solução, entretanto, a área de Tecnologia da Informação da RFB está elaborando Nota Técnica para homologação do produto, uma vez que qualquer aquisição pela RFB de soluções tecnológicas passa por esse controle. Vários itens estão sendo estudados para possibilitar a aprovação desta solução no âmbito da RFB, tais como banda mínima requerida para que o sistema funcione adequadamente, existência de criptografia na comunicação da estação local com o servidor do serviço, existência de bateria interna do hardware, controle de acesso à estação local, suporte técnico entre outros.

Após a homologação, deverão ser adquiridas aproximadamente 600 (seiscentas) unidades deste equipamento, viabilizando a comunicação bilateral entre surdos e ouvintes, com a intermediação de intérpretes de uma central de atendimento, integrando-os à sociedade.

Anexo 01 – Intervenções específicas de adequações e acessibilidade contratadas em 2013 e 2014

RF	Unidade		Iniciativa Descrição	Exercício 2013 e 2014
	Gestora Responsável	Administrativa		

03	SRRF 3 ^a RF	SRRF 3 ^a RF	Execução do Projeto de Acessibilidade Lógica e Ident. Visual para as UA da 3 ^a RF	950.404,43
Total				950.404,43

Anexo 02 – Iniciativas de Unidades Modelo contratadas em 2013 e 2014

RF	Unidade		Iniciativa Descrição	Exercício 2013 e 2014
	Gestora	Administrativa		
03	DRF/Floriano	ARF/Picos	Projeto - Construção Agência Modelo	47.777,77
	DRF/Fortaleza	ARF/Caucaia		47.531,82
	DRF/Juazeiro do Norte	ARF/Brejo Santo		41.777,77
	DRF/São Luís	ARF/Caxias		55.490,00
		ARF/Santa Inês		55.490,00
	DRF/Fortaleza	ARF/Caucaia	Construção Agência Modelo	2.126.084,30
Total				2.374.151,66

Anexo 03 – Iniciativas de obras de construções, reformas e ampliações contratadas em 2013 e 2014

RF	Unidade		Iniciativa Descrição	Exercício 2013 e 2014
	Gestora	Administrativa		
03	ALF/Fortaleza	ALF/Fortaleza	Revitalização das instalações externas da sede da ALF/FORTALEZA - Projeto	74.643,07
	DRF/São Luís	ARF/Presidente Dutra	Recuperação da pavimentação externa em ceramica e cimento áspero,revestimento da rampa de acesso aos deficientes substituição do corrimão, revisão no telhado, revisão nas instalações hidro-sanitárias e revisão instalações	45.700,00
		ARF/Pedreiras	Revisão geral do telhado incluindo serviços em calhas metálicas,pinturas em paredes internas e externas,em pva latex e hidracor, repintura em paredes de madeiras, corrimão da rampa e grades metalicas, substituição de algumas placas de gesso,etc	37.650,00
	DRF/Sobral	ARF/Acarauá	Realização de Reparos Gerais na Agência, envolvendo Pintura e Reparo	107.810,00
	DRF/Teresina	ARF/Parnaíba	Projeto Executivo para Serviços de Reparos e Adaptações dos Acessos da ARF/Parnaíba	4.450,00
		ARF/Piripiri	Reforma e Ampliação da Agência (2 ^a Etapa)	113.721,71
Total				383.974,78

Anexo 04 – Intervenções específicas de adequações e acessibilidade planejadas para 2016 e 2017

RF	Unidade	Descrição Iniciativa	Previsão
----	---------	----------------------	----------

	Gestora Responsável	Administrativa		2016	2017
				2016	2017
03	ALF/Fortaleza	ALF/Fortaleza	Instalação de elevador	200.000,00	
	DRF/Fortaleza	ARF/Aracati	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual		100.000,00
		ARF/Itapipoca	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual		100.000,00
		ARF/Quixeramobim	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual		60.000,00
	DRF/Floriano	DRF/Floriano	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	100.000,00	
		ARF/Bom Jesus	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	60.000,00	
		ARF/Oeiras	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	100.000,00	
	DRF/Imperatriz	DRF/Imperatriz	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	150.000,00	
		ARF/Carolina	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual		100.000,00
	DRF/Juazeiro do Norte	DRF/Juazeiro do Norte	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	150.000,00	
		ARF/Crato	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual		60.000,00
		ARF/Icó	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual		60.000,00
		ARF/Iguatu	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual		100.000,00
	DRF/Sobral	ARF/Acaráú	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	100.000,00	
		ARF/Ipú	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	60.000,00	
		ARF/Crateús	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual		60.000,00
		ARF/Ubajara	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual		60.000,00
	DRF/Teresina	ARF/Piripiri	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	100.000,00	
		ARF/Parnaíba	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	100.000,00	
	DRF/São Luís	ARF/Bacabal	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	100.000,00	
		ARF/Codó	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	100.000,00	

		ARF/Pinheiro	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	60.000,00	
		ARF/Presidente Dutra	Execução do Projeto de Acessibilidade e Identidade Visual	60.000,00	
Total					1.440.000,00 700.000,00

Anexo 05 – Iniciativas de Unidade Modelo planejadas para 2015

RF	Unidade		Descrição Iniciativa	Previsão
	Gestora Responsável	Administrativa		2015
03	DRF/Fortaleza	ARF/Caucaia	Assessoria Fiscalização Obra - Construção de Agência Modelo	118.885,02
	DRF/Floriano	ARF/Picos	Obra – Construção de Agência Modelo	2.400.000,00
	DRF/Juazeiro do Norte	ARF/Brejo Santo		2.200.000,00
	DRF/São Luís	ARF/Caxias		1.889.985,66
		ARF/Santa Inês		1.942.825,56
Total				8.551.696,24

Anexo 06 – Iniciativas de obras de construção, reformas e ampliações planejadas para 2015

RF	Unidade		Descrição Iniciativa	Previsão
	Gestora Responsável	Administrativa		2015
03	ALF/Fortaleza	ALF/Fortaleza	Revitalização das instalações externas da sede da ALF/FORTALEZA	2.108.700,02
	DRF/Sobral	ARF/Camocim	Recuperação da ARF/Camocim	478.007,48
	DRF/Teresina	DRF/Teresina	Reforma do CAC	600.000,00
		ARF/Parnaíba	Reforço na Segurança e Estacionamento	36.732,43
	DRF/São Luís	DRF/São Luís	Modernização da Rede Logica do CAC da DRF/SLS	526.100,00
Total				3.749.539,93

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 4: Planejamento e Resultados Alcançados
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Neste Relatório de Gestão não são apresentadas informações sobre "Acompanhamento e avaliações relacionadas à supervisão de entidades públicas e privadas com contrato de gestão" e "Acompanhamento das ações e resultados relacionados a contratos de gestão regidos pela Lei 9.637/1998" (itens 60 e 61 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico), pois esta Unidade não tem a incumbência de supervisionar a execução de contratos de gestão, nem é signatária de contrato de gestão.

Neste Relatório de Gestão não são apresentadas informações sobre "Indicadores Específicos", pois esta Unidade não é responsável pela apresentação dos referidos indicadores, conforme os itens 8, 9 e 16 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico.

O subitem "Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão" (subitem 5.3 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não será apresentado neste Relatório de Gestão pois os resultados da UJ no ano de 2014 estão apresentados no tópico "Principais Realizações da Superintendência Regional da RFB no ano de 2014" deste Relatório de Gestão, bem como nos subitens "Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada" (subitem 1.4 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) e "Identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da Unidade Jurisdicionada" (subitem 5.4 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013).

O subitem "Avaliação sobre possíveis alterações significativas nos custos de produtos e/ou serviços ofertados" (subitem 5.5 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não será apresentado neste Relatório de Gestão pois a administração da Unidade de Custos é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

4.1 – Planejamento da Unidade Jurisdicionada

A Estratégia da RFB, que é o plano de trabalho dessa Instituição, é formada por 4 instrumentos basilares: a Cadeia de Valor, o Mapa Estratégico, o Painel de Desempenho e o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

Essa Estratégia é definida pelo Órgão Central, com a participação das Superintendências Regionais.

Definida a Estratégia Institucional, às Superintendências Regionais cabe, em seus âmbitos de atuação e em conjunto com suas Unidades Locais subordinadas, desenvolver ações tendentes ao cumprimento da Estratégia da Instituição.

4.1.1 – Cadeia de Valor e Processos de Trabalho:

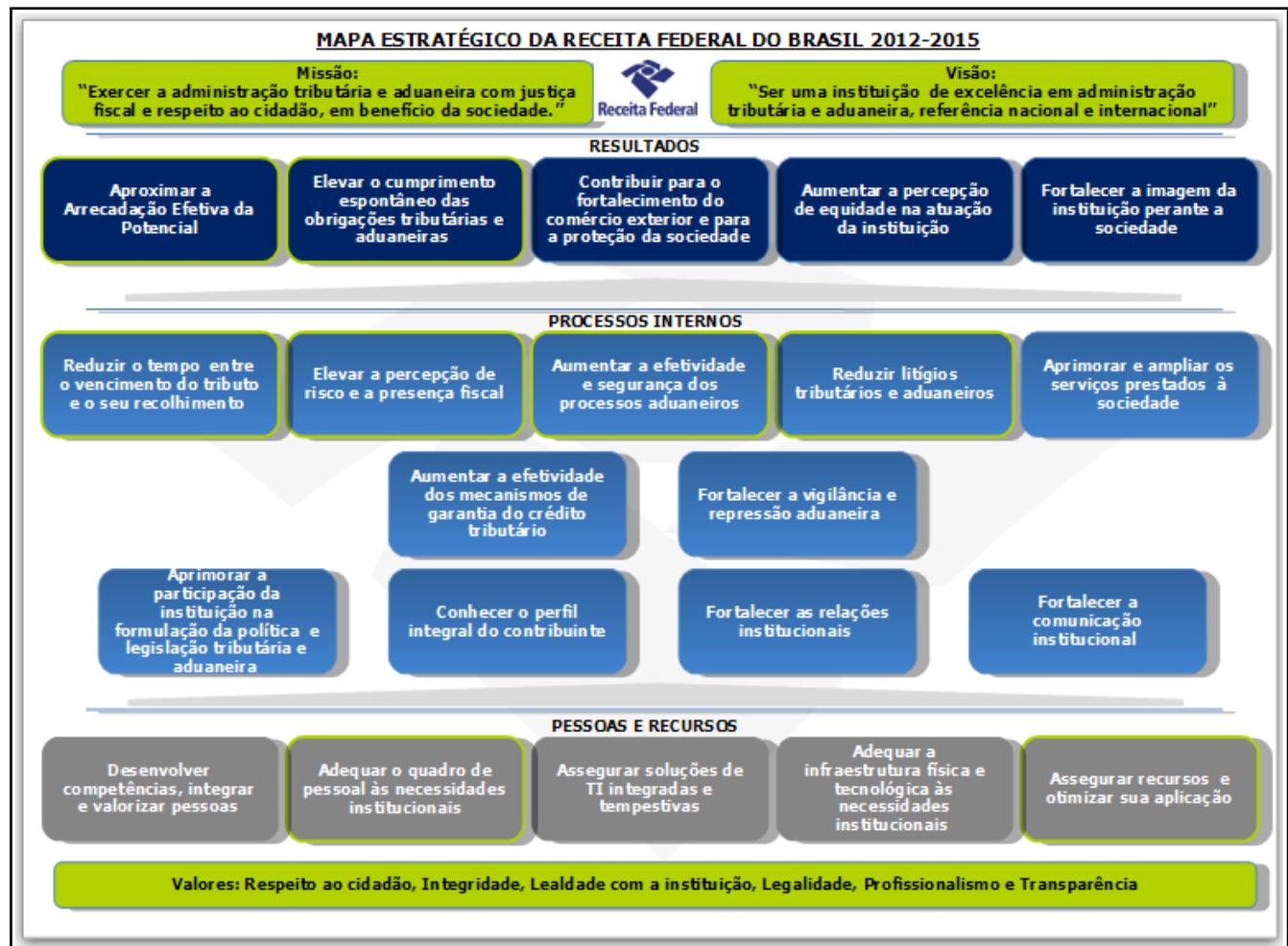
No processo de formulação da Estratégia para o período 2012-2015, foi incorporada a construção da Cadeia de Valor da RFB, que é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os processos de trabalho para que a Instituição cumpra sua Missão e gere valor para os seus clientes. Esse tema (Cadeia de Valor) já foi detalhado no item 1.4 (Macroprocessos Finalísticos).

4.1.2 - Mapa Estratégico:

O Mapa Estratégico da RFB tem sua construção baseada na Cadeia de Valor e traduz a Missão, a Visão e a Estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos interligados por relação de causa e efeito que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.

O Plano Estratégico em vigência abrange o Ciclo 2012-2015 e a vinculação desse plano com suas competências constitucionais, legais e normativas pode ser demonstrada a partir do conjunto de 6 elementos que compõem esse Mapa: Missão; Visão; Objetivos Estratégicos de Resultados; Objetivos Estratégicos de Processos Internos; Objetivos Estratégicos de Pessoas e Recursos; e Valores.

A seguir, a figura do Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil – Ciclo 2012-2015.



Fonte: Intranet RFB

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, determinando, assim, as estratégias a serem desenvolvidas ao longo do ciclo 2012-2015. No total, são 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos. Os Objetivos de Resultado demonstram o que a Instituição quer e os Objetivos de Processos Internos e de Pessoas e Recursos o que a Instituição deve fazer para alcançar os resultados desejados.

Dentre os Objetivos Estratégicos explicitados no Mapa Estratégico para o quadriênio 2012-2015, existem 8 considerados "objetivos-batalha", identificados com a marcação de uma borda

verde. Esses objetivos foram selecionados na época da elaboração do Mapa, em função de sua importância para a consecução da estratégica da RFB, para serem acompanhados de maneira mais atenta pela administração.

4.1.3 – Painel de Desempenho, Indicadores e Sistemas de Gestão:

Quando da elaboração do Mapa Estratégico, depois de estabelecidos a Missão, a Visão e os objetivos estratégicos, foram associados a esses objetivos Indicadores que pudessem ser ferramentas para determinar se a Organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada Indicador Estratégico, a fim de mostrar o quanto a RFB deve melhorar em cada um desses Indicadores.

Após a construção de um elenco de Indicadores Estratégicos, outra ação considerada relevante pelos gestores da RFB foi a construção do Painel de Desempenho da RFB, uma ferramenta de avaliação, acompanhamento e controle do atingimento da Estratégia desta Organização. Esse Painel é a representação gráfica dos Indicadores Estratégicos vinculados a cada um dos Objetivos constantes do Mapa Estratégico.

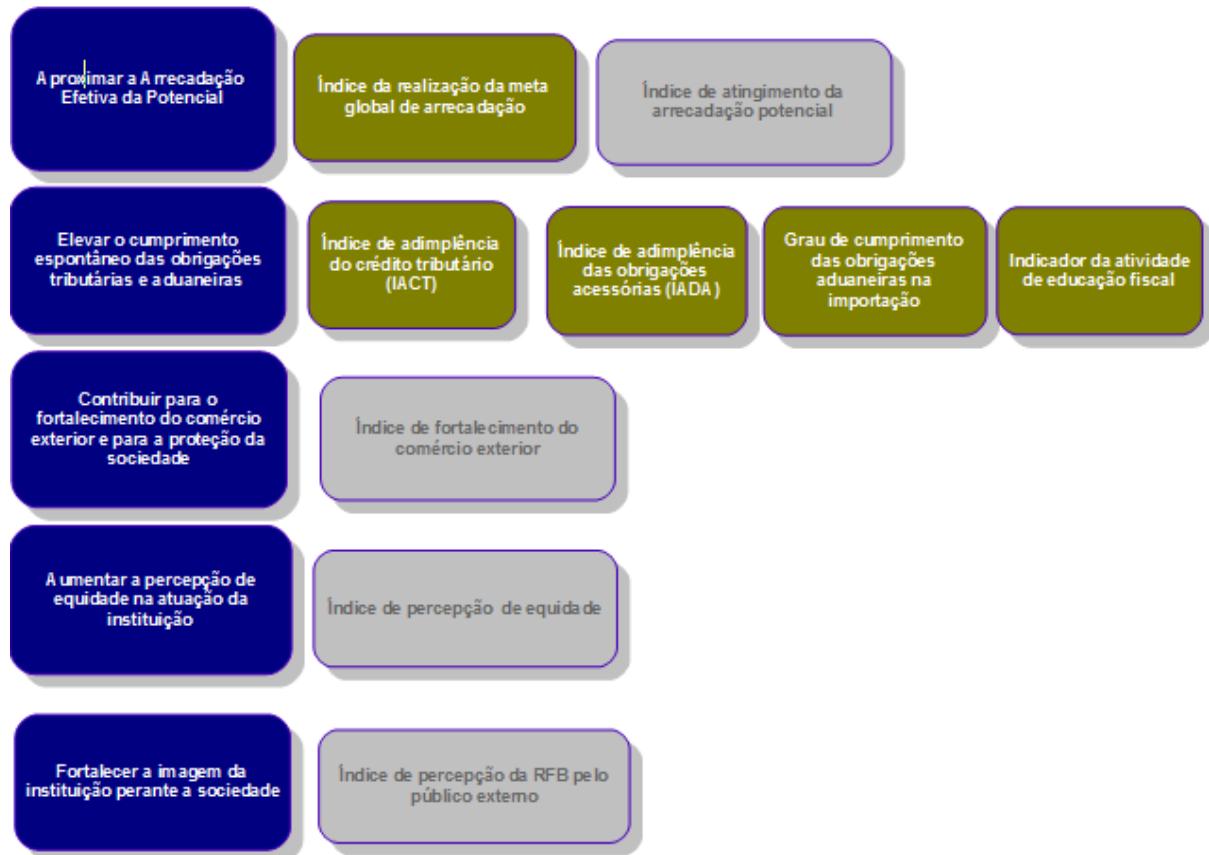
O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo em relação às metas estabelecidas para cada um de seus Indicadores Estratégicos e em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos é feito ao longo de todo o ano. A sistemática para o acompanhamento e a avaliação dos resultados dos Indicadores e Objetivos Estratégicos baseia-se num instrumento de comunicação visual – Semáforos de Desempenho – que pretende sinalizar, de forma simples e de fácil compreensão, por meio de codificação por cores e símbolos, como está o desempenho da Instituição e de suas unidades administrativas (nacionais, regionais e locais).

Abaixo, a descrição dos Semáforos:

- **Semáforo Transparente (com ponto de exclamação):** utilizado para casos nos quais ainda não é possível calcular o desempenho do Indicador, seja porque não há base de comparação para estabelecimento de meta, ou não se completou, ainda, o período de apuração do resultado.
- **Semáforo Branco:** status igual a “Não disponível”.
- **Semáforo Preto (com um ponto de interrogação):** indicadores com resultados acumulados no ano ou metas anuais não informados.
- **Semáforo Vermelho:** indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) inferior a 50%; indicadores de arrecadação com o percentual de atingimento da meta anual inferior a 97,5%; indicadores advindos da pesquisa de ambiência interna e externa com o resultado inferior a 37,5%.
- **Semáforo Amarelo:** indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 50% e inferior a 80%; indicadores de arrecadação com o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 97,5% e inferior a 100%; indicadores advindos da pesquisa de ambiência interna e externa com o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 37,5% e menor que 62,5%.
- **Semáforo Verde:** indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 80% e inferior a 130%; indicadores de arrecadação com o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 100% e inferior a 130%; indicadores advindos da pesquisa de ambiência interna e externa com o resultado superior ou igual a 62,5%.
- **Semáforo Cinza:** todos os Indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 130%.

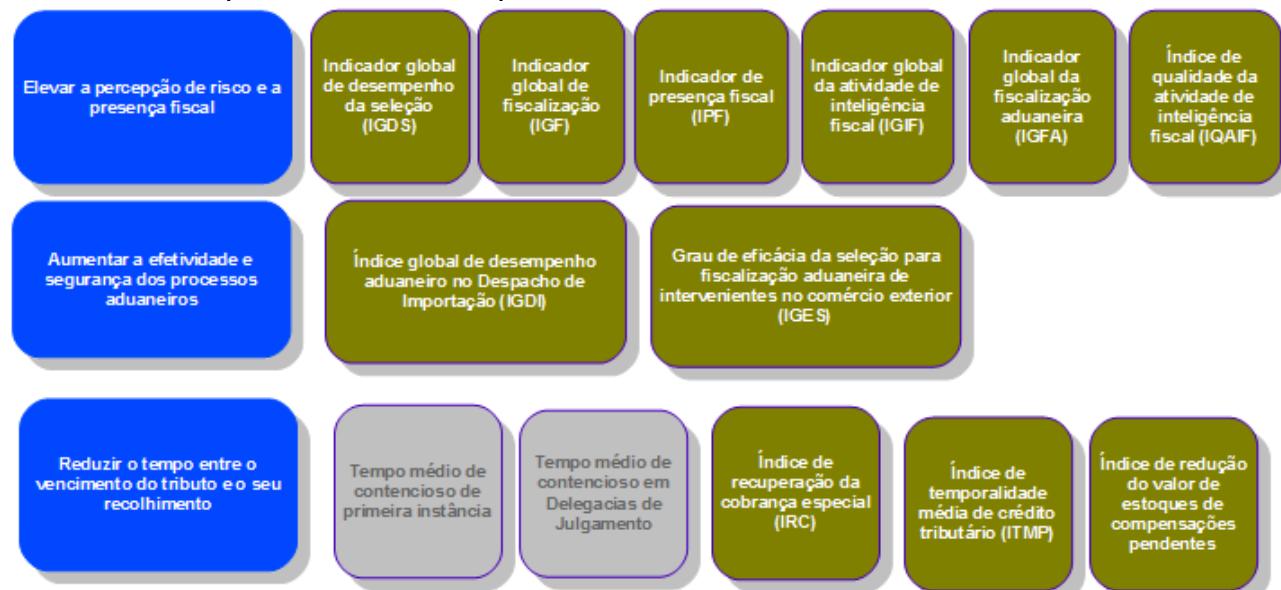
Abaixo, o Painel de Desempenho da 3^a RF, relativo ao ano de 2014.

Painel de Desempenho da 3^a RF – Perspectiva Resultados

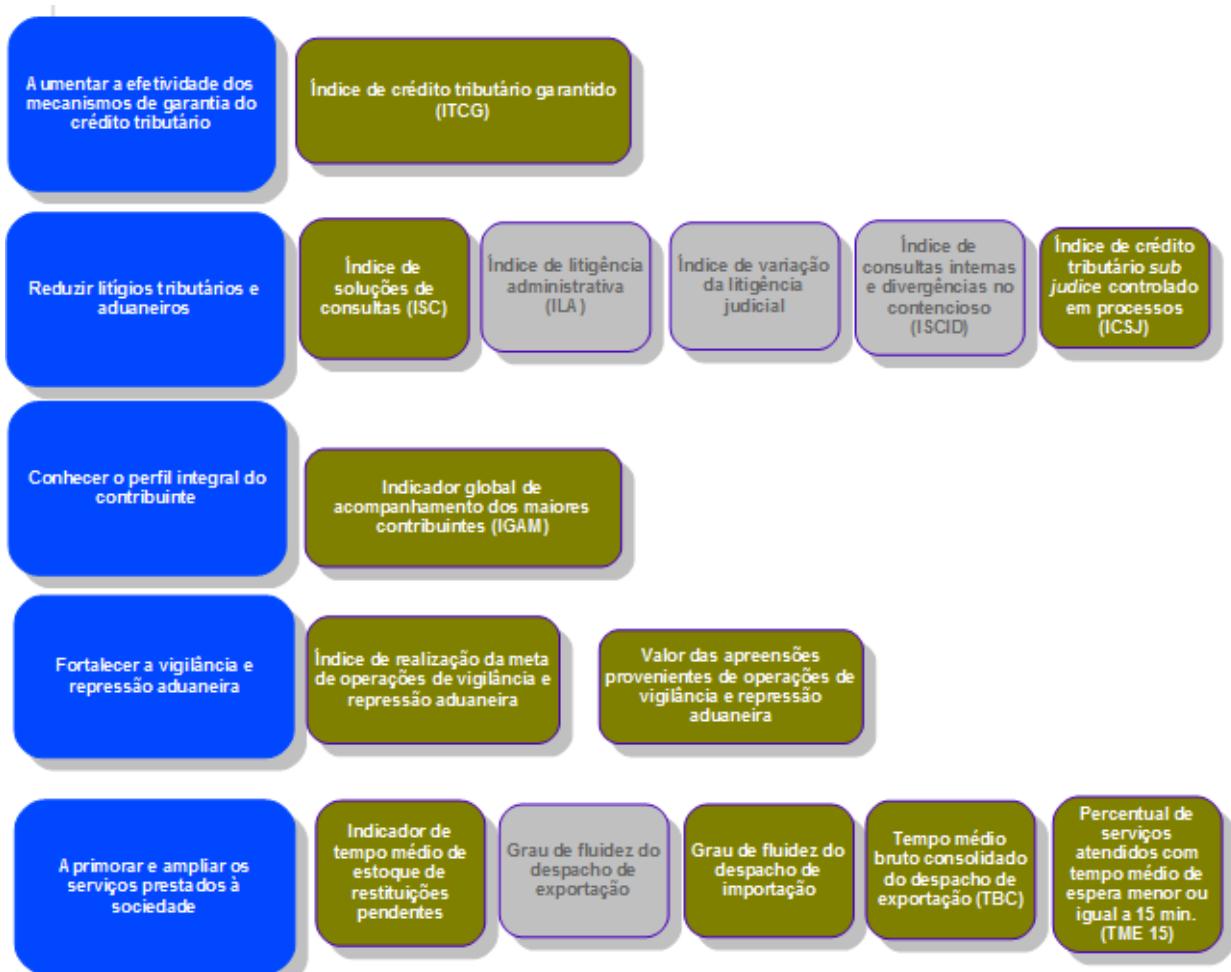


Fonte: Copav

Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Processos Internos



Fonte: Copav

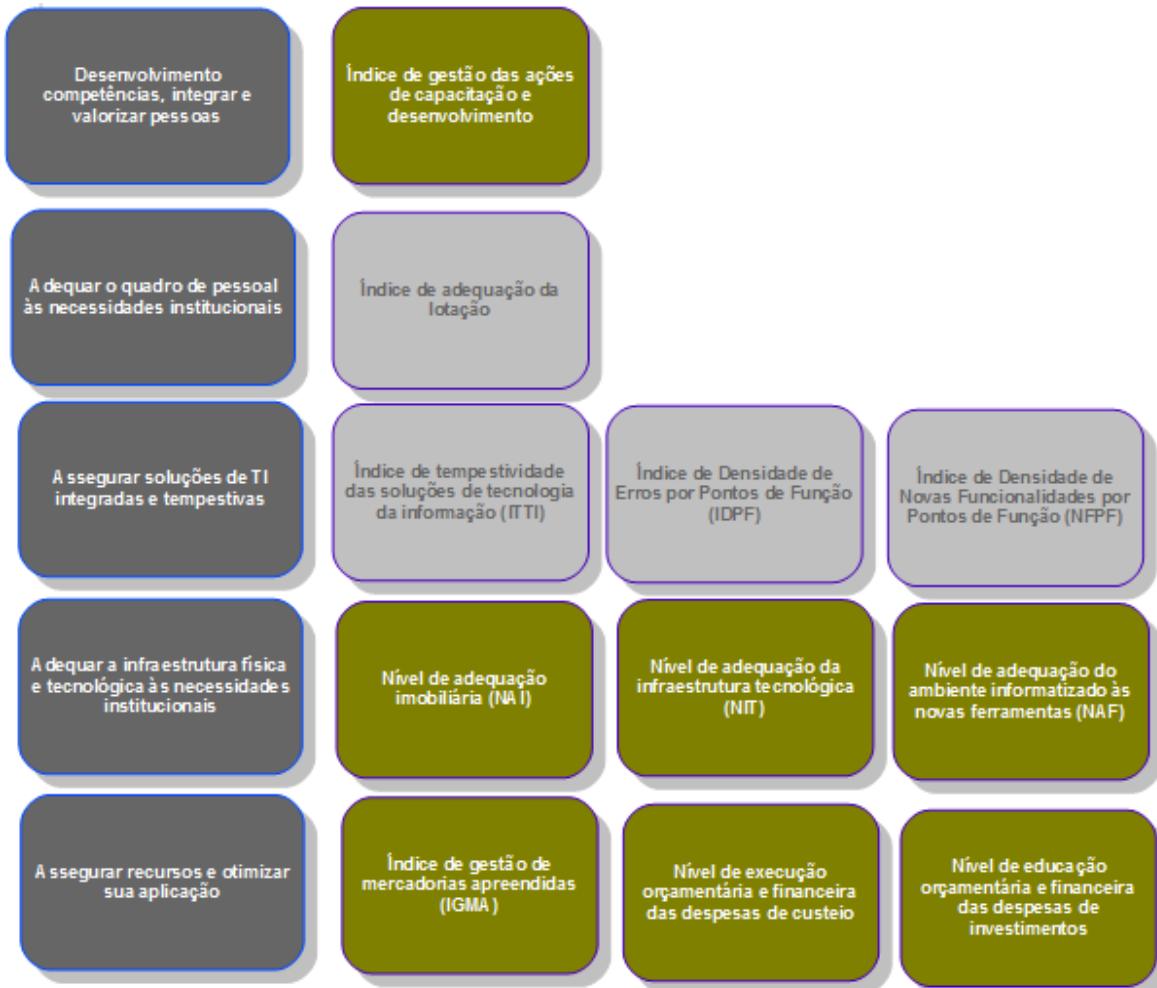


Fonte: Copav



Fonte: Copav

Painel de Desempenho da 3^a RF – Perspectiva Pessoas e Recursos



Fonte: Copav

Examinado-se o painel de desempenho acima apresentado, verifica-se que são 54 os indicadores estratégicos da RFB. Desse total, 21 indicadores ainda não estão disponíveis para mesuração e/ou não são desdobláveis em nível regional, ou seja, são indicadores cuja apuração é feita unicamente em nível nacional (esses 21 indicadores estão assinalados com a cor cinza nos gráficos acima exibidos). Além disso, há 2 indicadores com metas ou resultados não informados.

Dessa forma, eram 31 os indicadores mensuráveis regionalmente em 2014. A apuração desses indicadores apontou a seguinte situação para a SRRF03 em dezembro de 2014:

- **Indicadores com semáforo verde:** 16
- **Indicadores com semáforo amarelo:** 7
- **Indicadores com semáforo vermelho:** 2
- **Indicadores com semáforo cinza:** 6
- **Indicadores com semáforo transparente:** nenhuma ocorrência

Esse painel de desempenho foi extraído do SAGE – Sistema de Apoio à Gestão. Além do SAGE, a RFB utiliza a Central de Gestão RFB, que é um Portal Corporativo no qual são divulgadas as análises de informações gerenciais da Instituição.

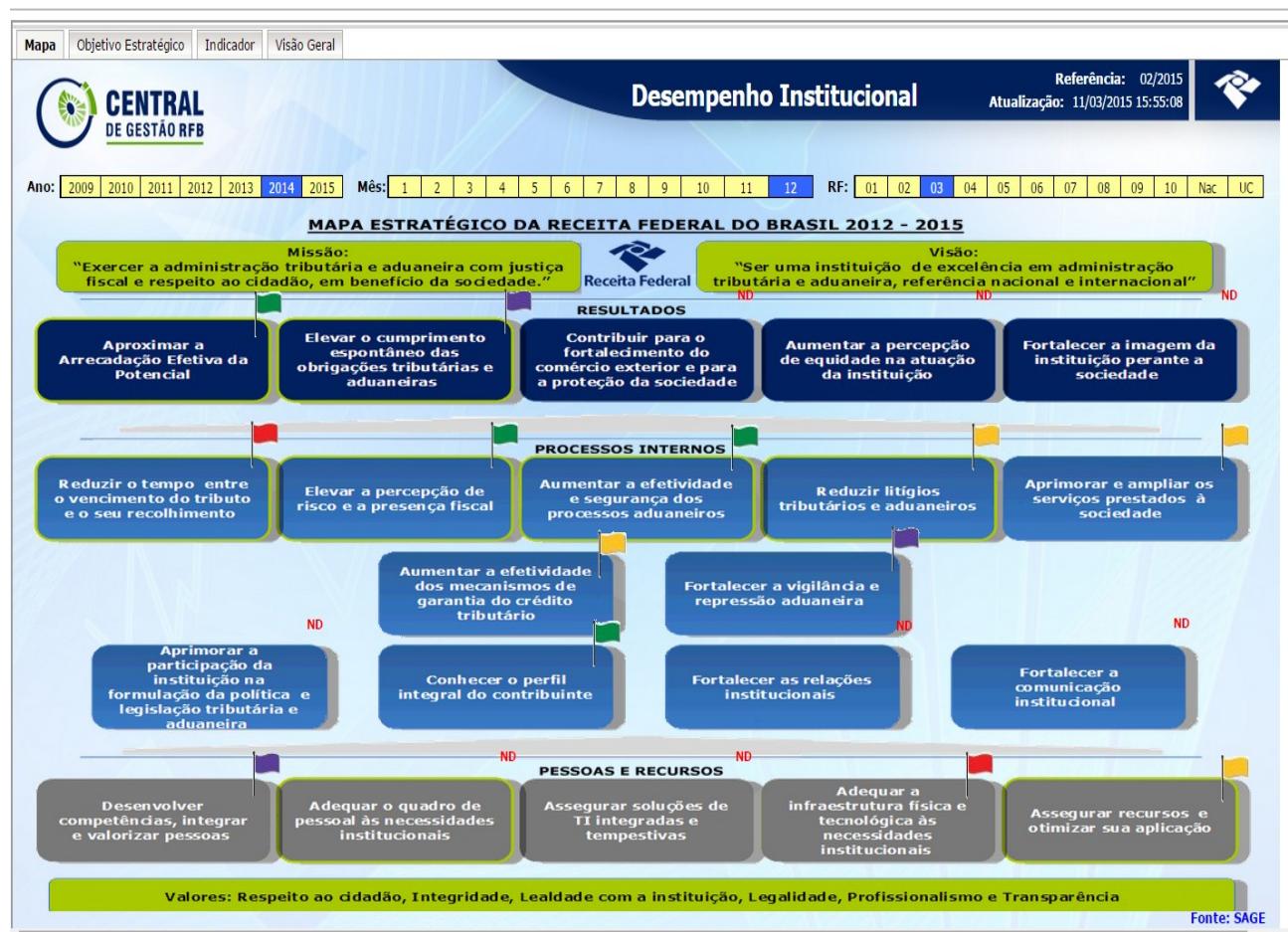
Esse sistema disponibiliza o Mapa Estratégico da RFB, com cada um dos objetivos estratégicos da Instituição sinalizado com “bandeiras” que indicam o desempenho da RFB (em

níveis nacional, regional e local) quanto ao cumprimento dos objetivos estratégicos.

Abaixo, a descrição do significado de cada um dos símbolos que podem aparecer no Mapa:

- Bandeira Verde: quando todos os indicadores do referido Objetivo Estratégico estejam com semáforo verde.
- Bandeira Roxa: quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo roxo e os demais, verde. Importante ressaltar que a cor roxa substitui a cinza utilizada atualmente no SAGE.
- Bandeira Amarela: quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo amarelo e os demais com semáforo verde e/ou roxo.
- Bandeira Vermelha: quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo vermelho, independente do semáforo dos demais indicadores.
- Bandeira Branca: quando, por algum motivo, todos os indicadores do referido Objetivo Estratégico não possam ser mensurados.
- Sigla ND: quando todos os indicadores do respectivo Objetivo Estratégico estejam "Não Disponíveis", ou seja, quando seja impossível medi-los no período consultado.

A seguir, o Mapa Estratégico da 3^a RF, ano de referência 2014, com os símbolos referentes a cada Objetivo Estratégico.



De acordo com a figura acima, a análise dos Objetivos Estratégicos na Central de Gestão, no ano de 2014, em relação à 3^a Região Fiscal, encontra-se da seguinte forma:

- **Objetivos com Bandeira Verde:** 4
- **Objetivos com Bandeira Roxa:** 3
- **Objetivos com Bandeira Amarela:** 4
- **Objetivos com Bandeira Vermelha:** 2
- **Objetivos com Bandeira Branca:** não houve ocorrência
- **Objetivos com a Sigla ND:** 8

4.1.4 – Projetos Regionais:

Os Projetos Regionais são projetos que contribuem, diretamente, para o alcance dos Objetivos Estratégicos da RFB, em nível regional, e devem estar alinhados à Missão da Organização e possuir característica de transversalidade. São patrocinados pela alta administração regional, por ela selecionados e acompanhados e têm prioridade na utilização de recursos.

Esses Projetos devem impactar, claramente, um ou mais Objetivos Estratégicos. Portanto, ao observar o Mapa Estratégico, é necessário haver ações reais que suportem o alcance das pretensões ali expostas.

Encontravam-se em curso na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 3^a RF, durante o ano de 2014, as Ações abaixo destacadas, que compõem a carteira regional de projetos estratégicos, elaborados com utilização da **Metodologia de Gerenciamento de Projetos da COPAV – Coordenação Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional**.

1. Base Regional de dados Externos para Seleção de Contribuintes para Fiscalização

Objetivos estratégicos:

Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
Conhecer o perfil integral do contribuinte
Adequar a infraestrutura física

Consiste na implantação de uma infraestrutura de *hardware* e *software* que disponibilize consultas especializadas de dados de contribuintes (Notas Fiscais e Empenhos), obtidos de fontes externas, para subsidiar as atividades das equipes de seleção, programação e execução de ações fiscais da 3^a Região Fiscal da RFB.

Esse projeto foi iniciado em 2011 e se encontra no presente momento suspenso devendo ser retomado no segundo semestre de 2015.

2. Centro de Cães de Faro

Objetivos estratégicos:

Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
Executar o controle aduaneiro com segurança e agilidade
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior

Aquisição e treinamento de cães de faro para o combate ao tráfico internacional de drogas e valores, bem como implantação da logística necessária ao funcionamento do Centro de Cães de Faro RFB de Fortaleza - CCF K9 RFB/For. Projeto iniciado em 2011.

Início das atividades do Centro de Cães de Faro em 2013, com a realização de operações conjuntas com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal em transportadoras, Correios e no

Aeroporto Internacional Pinto Martins. Projeto concluído em 2013.

Em 2014, foi adquirido e treinado um cão de faro, bem como alocado na atividade de condução de cão de faro, após o devido treinamento, mais um servidor. Atualmente a 3ª Região Fiscal possui dois cães de faros – um de atuação ativa e outro de atuação passiva.

3. Equipe de Obras e Engenharia

Objetivos estratégicos:

Prover soluções integradas e alinhadas às necessidades

Adequar a infraestrutura física e tecnológica

Continuação da implantação da Equipe de Obras e Engenharia para dar suporte técnico nas contratações que demandem conhecimento na área de engenharia no âmbito da 3ª Região Fiscal. No ano de 2013 foi acrescentado ao quadro da Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG03 da SRRF03, um Analista Tributário com formação em Engenharia Elétrica e uma estagiária de Arquitetura. No ano de 2014, a equipe está sendo reforçada com outras duas servidoras Analistas Tributárias com formação em Arquitetura, sendo uma lotada na Saeng03 e outra na Seção de Programação e Logística da DRF/Teresina.

Com a estruturação da Seção de Obras e Engenharia da SRRF03 – Saeng, o projeto foi concluído em 2014.

4. Elaboração de Projetos de Readequação da Infraestrutura de Redes

Objetivos estratégicos:

Adequar a infraestrutura física e tecnológica

Esse projeto visa atender demanda das Delegacias da 3ª RF no intuito de adequar suas instalações elétrica e lógica ao modelo adotado por normas técnicas da Cotec. O cabeamento estruturado está sendo todo substituído de 5 para 6, promovendo velocidade e segurança com intuito de melhorar a qualidade de transmissão do fluxo de dados e informações da 3ª RF.

Em janeiro de 2014 foi publicado Aviso de Licitação que deu publicidade ao lançamento do Edital de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto foi a seleção de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de arquitetura e engenharia, visando a readequação dos projetos de instalações elétricas e lógicas das unidades da RFB na 3a. Região Fiscal, em atendimento as Normas COTEC, e ajuste nos projetos de arquitetura e complementares das referidas unidades, adequando-os as normas em vigor de acessibilidade e identidade visual interna e externa.

Adjudicado o objeto ao licitante vencedor, foram celebrados os Contratos SRRF03 nº 05, 06 e 09/2014, entre a SRRF03 e a empresa T & P ENGENHARIA LTDA-EPP, para prestação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia, visando a readequação dos projetos de instalações elétricas e lógicas das unidades da RF03, localizadas nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará, respectivamente.

Os referidos Contratos encontram-se em execução, estando a elaboração dos projetos atualmente na Etapa 2 , conforme Anexo B.2 do Edital de Licitação: desenvolvimento dos Projetos Elétrico (rede estabilizada), Lógico (voz, dados) e de Segurança (CFTV) das unidades, conforme propostas apresentadas e aprovadas pela Administração.

5. Controle da Situação Fiscal dos Municípios

Objetivos estratégicos:

Aproximar a arrecadação efetiva da potencial

Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade

Projeto conduzido pela DRF/Teresina. Consiste no desenvolvimento de sistema que permita o conhecimento consolidado da situação fiscal dos entes Públicos Municipais. Esse projeto foi concluído em 2014.

6. Gestão de Mercadorias Apreendidas

Objetivos estratégicos:

Fortalecer a vigilância e a repressão aduaneira

Elevar a percepção de risco e a presença fiscal

Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros

Aprimorar e ampliar os serviços prestados a sociedade.

Elaborar e executar medidas necessárias à otimização da gestão das mercadorias apreendidas no âmbito da 3^a RF.

Os roteiros de procedimentos para as etapas “julgamento de processos”, “gestão do depósito de mercadorias apreendidas” e “destinação de mercadorias” já foram elaborados, faltando apenas o roteiro da etapa “apreensão de mercadorias”, o que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2015.

7. Melhoria da Qualidade das Ações Fiscais

Objetivos Estratégicos:

Elevar a percepção de risco do contribuinte

Reduzir litígios tributários.

Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade

Continuação do Projeto Qualidade da Ação Fiscal, com a construção da base de dados que será utilizada para comunicar, ao AFRFB e supervisor, o resultado dos julgamentos proferidos, bem como para realizar o controle estatístico da aderência do crédito tributário lançado de ofício e de suas principais causas de exoneração.

8. Melhoria da Qualidade da Seleção de Contribuintes

Objetivos Estratégicos:

Elevar a percepção de risco do contribuinte

Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas

Desenvolvimento e implantação de metodologia para o acompanhamento e avaliação das ações fiscais encerradas sem resultado ou com lançamentos de pequeno valor, no âmbito da 3^a Região Fiscal.

9. Disseminação da estratégia da RFB na 3^a RF

Objetivos Estratégicos:

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas

Fortalecer a comunicação institucional.

Realizar eventos de capacitação e de disseminação da estratégia da RFB, de modo a otimizar o alinhamento do conjunto de servidores da Região Fiscal aos objetivos estratégicos da organização.

Esta capacitação tem como conteúdo programático: Fundamentos de planejamento estratégico, Gestão estratégica, Marcos institucionais (Missão, Visão de Futuro, Valores e Cadeia de Valor) e estratégia da RFB (Objetivos estratégicos, Indicadores estratégicos e Metas).

A estratégia da RFB já foi disseminada para o nível estratégico (Delegados, Inspetores e Assistentes) e o nível tático (Chefs de projeção e Supervisores de equipes), faltando o nível executivo (demais servidores das projeções) que está previsto para o primeiro semestre de 2015.

10. Procedimentos para Arrolamento de Bens e Direitos e para Propostas de Medidas Cautelares Fiscais na 3ª Região Fiscal

Objetivos Estratégicos:

Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário

Elaborar Ordem de Serviço que especifique o fluxo de trabalho, com a priorização das propostas de ações fiscais. Implantar roteiro de trabalho para arrolamentos de bens e direitos e para a propositura de medida cautelar fiscal.

O projeto foi iniciado em fevereiro de 2014 e foi concluído em dezembro do mesmo ano. Teve como principais objetivos incrementar o Índice de Crédito Tributário Garantido – ICTG na Região Fiscal e melhorar o desenvolvimento dos mecanismos de garantia do crédito tributário. O projeto apresentou importantes produtos, quais sejam: a) Capacitação de servidores, por meio de treinamento regional sobre Arrolamento de bens e direitos, Medida Cautelar Fiscal e Sistema Conprovi – Controle de Processos Vinculados; b) Roteiro operacional de arrolamento de bens e direitos e medidas cautelares fiscais na 3ª Região Fiscal, aprovado pela Portaria SRRF03 nº 272, de 22/05/2014. Vale destacar que o roteiro foi apresentado à Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança, que o divulgou nacionalmente por meio da Nota Técnica Arrolamento nº 003, de 1º de agosto de 2014; c) Realização de mutirão de trabalho nas Delegacias de Fortaleza e de São Luís, com participação de servidores de outras delegacias. Com a realização do mutirão, foram concluídos arrolamentos de bens e diretos no valor de cerca de R\$ 210.000.000,00.

11. Comunidade Regional de Elaboração e Disseminação de Scripts do ContÁgil – Credisco

Objetivos Estratégicos:

Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento

Elevar a percepção de risco e a presença fiscal

Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros

Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade.

Criação da Comunidade Regional de Elaboração e Disseminação de *Scripts* do sistema ContÁgil (Credisco) com as seguintes atribuições: identificar rotinas passíveis de automatização via *scripts*; realizar oficinas de elaboração de *scripts*; estimular o intercâmbio de informação entre os participantes do grupo; divulgar *scripts* (nacionais e regionais) de maior utilidade para região.

O início do projeto foi adiado para 2015 em razão do remanejamento do seu gerente para outra atividade na SRRF03.

12. Gestão Corporativa e Alinhamento Estratégico – Oficinas de Gestão

Objetivos Estratégicos:

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas

Fortalecer a comunicação institucional

Implantar uma metodologia de gestão corporativa que simultaneamente sirva para: divulgar e discutir os principais conceitos da estratégia organizacional, as escolhas estratégicas da RFB, os objetivos estratégicos (seus indicadores e metas) e sua vinculação com as atividades e projetos desenvolvidos na DRF/Fortaleza; estimular a criatividade e a inovação: idéias quanto a projetos e redesenho de processos, de modo a permitir o engajamento criativo, afetivo e efetivo das pessoas na estratégia nos níveis local, regional e nacional; fortalecer a participação na Gestão da DRF.

Esse projeto foi fundido com o de Disseminação da Estratégia da RFB na 3^a RF.

13. Manualização da Gestão de Contratos

Objetivos Estratégicos:

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas

Criar um manual de procedimentos para orientar os servidores da área de logística na execução das rotinas inerentes aos processos de gestão de contratos.

Foi elaborada uma primeira versão do Manual de Gestão de Contratos, ainda incompleta, faltando os modelos de contratos para Fornecimento de água e esgoto, Fornecimento de energia elétrica, Serviços telefônicos local e interurbano e Gestão de frotas.

Este projeto encontra-se parado tendo em vista que os responsáveis pela elaboração do manual foram nomeados Auditores da RFB e ainda não se conseguiram colegas que possam dar continuidade ao trabalho.

14. Reestruturação das atividades de revisão de ofício na 3^a Região Fiscal

Objetivos Estratégicos:

Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento

Reducir litígios tributários e aduaneiros

Implantação de uma nova estrutura para as equipes responsáveis pela revisão de ofício de créditos tributários (tempestiva e intempestiva), de maneira a proporcionar a elevação da produtividade e da qualidade do trabalho nessa atividade.

O projeto tem o propósito de definir um modelo de trabalho para a atividade de revisão de ofício dos créditos tributários lançados no âmbito da 3^a Região Fiscal que possibilite elevar a produtividade e a qualidade do trabalho. O projeto está em andamento com previsão de encerramento até março de 2015. Seus produtos são: - Manual de revisão de ofício, contendo legislação, definições e conceitos relacionados à revisão de ofício e definindo procedimentos e fluxos de trabalho; - Gerenciais para controle de processos: Relatórios e planilhas para controle e acompanhamento do estoque dos processos e produtividade; e Ordem de serviço: Ato do

Superintendente estabelecendo as competências de cada área, aprovando o manual de revisão de ofício, os relatórios gerenciais e definição dos indicadores.

15. Monitoramento de contribuintes detentores de incentivos fiscais de redução do IRPJ

Objetivos Estratégicos:

Elevar a percepção de risco e a presença fiscal

Criar metodologia de acompanhamento das empresas com incentivos fiscais de redução do IRPJ.

Esse projeto não pode ser executado tendo em vista a escassez de pessoal no Semac03 até agosto de 2014. Por essa mesma razão, o projeto foi cancelado.

16. Modelo de Gerenciamento de Contribuintes Estratégicos

Objetivos Estratégicos:

Elevar a percepção de risco e a presença fiscal

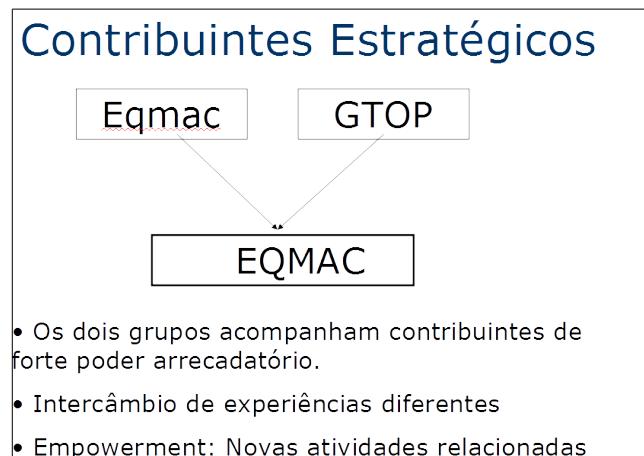
Aproximar a arrecadação efetiva da potencial

Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Otimizar as atividades de acompanhamento de contribuintes estratégicos (diferenciados / órgãos públicos) da DRF Fortaleza, unificando os trabalhos realizados pela Equipe de Maiores Contribuintes – EQMAC e o Grupo Técnico dos órgãos Públicos – GTOP, agregando outras atividades relacionadas.

O projeto, cuja implantação ocorreu no início do ano, deve ser o primeiro a ser concluído no portfólio da DRF/FOR. Por meio desse projeto, as pessoas que já desempenhassem atividades ligadas ao acompanhamento de contribuintes considerados estratégicos para a DRF deveriam se unir em um só grupo de trabalho, para onde migrariam também outras atividades relacionadas com contribuintes relevantes.

Assim foi que houve a fusão entre o GTOP (órgãos públicos) e a antiga Equipe de Maiores Contribuintes – Eqmac (diferenciados), de forma a dar origem ao novo modelo de Eqmac, que passou a abranger também as atividades de Arrolamento, Malha DCTF e Cobrança Especial, além das tradicionais atividades de acompanhamento já realizadas anteriormente por ambos os grupos.



Conquistas:

- Efetiva formação da equipe com ótimo ambiente de trabalho.

- Exclusão de atividades não diretamente ligadas (atendimento direto e obras)
- Adoção de atividades até então órfãs ou quase-órfãs na DRF.
- Sinergia entre as áreas.

Desafios:

- Necessidade de mais um membro com conhecimento fazendário
- Aposentadoria prevista.
- Oficina de Atendimento de Contribuintes Estratégicos com o CAC
- Conseguir dar fluxo contínuo a todas as atividades do grupo
- Melhoria nos índices de Arrolamento da DRF
- Atingir todas as metas do Plano Comac – Interação com os demais serviços,
- Promover incrementos de arrecadação.

17. Guia de Gerenciamento do Atendimento

Objetivos Estratégicos:

**Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade**

O projeto prevê a elaboração de um documento guia que consolide as principais ações a serem observadas pelo gerente de atendimento na condução da equipe e no controle da fila de espera, de modo a oferecer um serviço de qualidade e que seja compatível com os indicadores estratégicos para a área. O projeto justifica-se pela necessidade de produzir um roteiro que auxilie o gerente de atendimento a enfrentar a complexidade de seu ofício, oferecendo um serviço de qualidade ao contribuinte e, ao mesmo tempo, visando o alcance das metas institucionais para a área de atendimento. Em 2014, foram realizadas visitas a duas unidades da Região (CAC Teresina e São Luís), além de outra unidade de fora (CAC Salvador), para coletar visões diversas dos estilos e metodologias gerenciais. Com base nisso, algumas contribuições já se encontram descritas, devendo o trabalho ser concluído em 2015.

18. Expansão do Autoatendimento Orientado

Objetivos Estratégicos:

**Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade**

O projeto tem o objetivo de produzir um modelo de expansão do serviço de Autoatendimento Orientado para ambientes fora da RFB, com possibilidade de oferecer orientações integradas com as demais esferas dos fiscos, democratizando e ampliando o atendimento ao cidadão. O trabalho prevê a definição de procedimentos e infraestrutura específicos para implantação do Autoatendimento Orientado em locais fora da RFB, em parceria com universidades, governos estadual e municipal e entidades de classe (CRC, Sescap, OAB, etc.), mediante acordo de cooperação técnica. Prevê-se também estabelecer procedimentos para realização de Autoatendimento Orientado Integrado, com a inclusão de orientações quanto aos serviços inerentes ao fisco estadual e fisco municipal a serem prestadas em nossos espaços, bem como orientações do fisco federal nas unidades que vierem a ser implantadas pelos outros fiscos. Em 2014, foram inaugurados pilotos para teste deste projeto no Município de Açaílândia, nas universidades Unifor e Estácio (NAF), e nos shopping de serviços públicos “Vapt-Vupt” de Fortaleza e Juazeiro do Norte. Foram também avançadas tratativas com a Secretaria de Finanças – Sefin/Fortaleza e Secretaria da Fazenda – Sefaz/Ceará no sentido de constituir os espaços de orientação integrada para o

Autoatendimento.

19. Atendimento Exclusivo no CAC – Centro de Atendimento do Contribuinte

Objetivos Estratégicos:

Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade

Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade

Implantar um conjunto de fluxos de trabalho, devidamente pactuados entre o CAC e os diversos Serviços em que está dividida a DRF/Fortaleza, de forma que o contribuinte seja atendido exclusivamente no CAC, e somente sua demanda circule pelos demais setores. Para isso o fluxo deve prever estimativa de resposta/solução ao Contribuinte, e os Serviços têm que estabelecer procedimentos especiais de atendimento a essas demandas.

O projeto previu a readequação de todos os fluxos de atendimento na DRF, privilegiando o CAC como espaço de circulação dos contribuintes, evitando a circulação e os atendimentos em outros Serviços.

O fluxo de contribuintes em outros Serviços foi mapeado e foram identificadas as situações que poderiam migrar para o CAC.

Foram realizadas oficinas de gestão com os Serviços para pactuar novos fluxos de atendimento. Em seguida foram realizadas iniciativas de capacitação – 965 horas de treinamento.

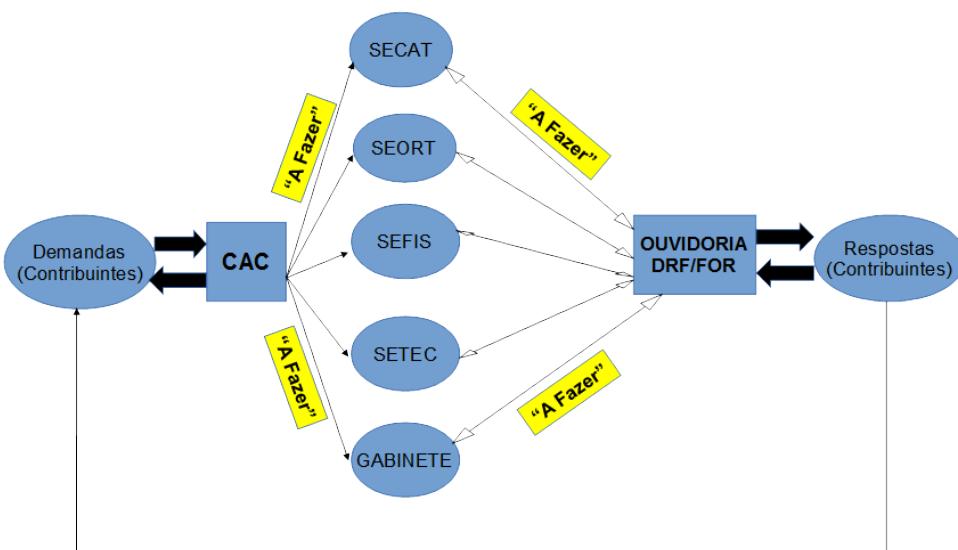
No momento, já praticamente inexistem atendimentos no Serviço de Tecnologia da Informação – Setec, no Serviço de Fiscalização – Sefis e no Serviço de Orientação Tributária – Seort, faltando ainda a fase de redução do atendimento no Serviço de Acompanhamento Tributário – Secat.

Foram definidas ferramentas de comunicação eletrônica entre CAC e Serviços e entre os Serviços e o contribuinte, para dar vazão às situações que não comportam solução somente no CAC. Dessa forma, a demanda circula pelos Serviços desacompanhada do contribuinte.

Os resultados imediatos são a significativa redução de circulação de contribuintes nos Serviços e o aumento da velocidade nos fluxos de comunicação.

A fase atual é de redimensionamento do CAC, inclusive com a implantação de triagem inteligente. Em seguida o Secat deverá passar pelo processo de redução de atendimentos, inclusive com elementos físicos de desestímulo ao trânsito de contribuintes à ala interna da 1ª Sobreloja.

Projeto: Atendimento Exclusivo no CAC



20. Grupo Interorgânico do Crédito Subjudice

Objetivos Estratégicos:

Fortalecer as relações institucionais

Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário

Reducir o tempo entre vencimento do tributo e recolhimento

Formalização de um grupo de trabalho reunindo DRF/Fortaleza e PFN/CE – Procuradoria da Fazenda Nacional no Ceará para tratar as demandas de ambas as partes, concentrando toda a atividade sobre créditos tributários sujeitos a ações judiciais.

Organizar fluxos e responsabilidades entre os dois órgãos no que diz respeito às ações judiciais de cunho tributário, tanto execuções fiscais e Mandados de Segurança, como aquelas em que a própria União está no pólo passivo.

Atualmente todos os fluxos estão definidos, padronizados e rastreados, e não deve mais haver trânsito de papel entre os órgãos (dossiês eletrônicos ou correio eletrônico, dependendo do caso). É possível obter estatísticas de distintos tipos de relacionamento, ainda que de forma não automática.

4.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Quadro 5 - AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS

Identificação da Ação		
Código	147Z	Tipo: Projeto
Título	Construção do Anexo do Ministério da Fazenda em Fortaleza-CE	
Iniciativa		
Objetivo		Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil	
Ação Prioritária	() Sim (X)Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000	700.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Obra concluída			percentual de execução física	Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Obra concluída	percentual de execução física	0,0	

Fonte: SIOP Jan-Dez 2014: Análise da execução do localizador

O setor de engenharia da SRRF03 procedeu a estudo técnico em que identificou a vantajosidade de aquisição de novo imóvel para a construção do anexo ao Ministério da Fazenda no Estado do Ceará. De acordo com a análise, a aquisição possibilitará a diminuição do número de andares a serem construídos no imóvel, e a diminuição dos ambientes de área comum a serem replicados em cada andar. A SRRF03 procedeu a solicitação de manifestação ao SPU quanto a existência de imóvel da União disponível para atender a demanda, o que recebeu negativa como resposta.

Esta SRRF03 contactou o proprietário de imóvel contíguo ao imóvel da União, nº 767 (Oficina SAMF) à rua Barão de Aracati, Fortaleza-Ceará, que manifestou interesse na venda. Para identificar o valor de mercado do imóvel, procedeu-se a contratação de serviços de avaliação de imóvel, que resultou na emissão de laudo técnico, avaliando o imóvel em R\$ 2.800.000,00, que foi devidamente homologado pela Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Ceará – SPU/CE.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal - SRRF03 prossegue com as ações necessárias à aquisição de terreno, contíguo ao original, a fim de ampliar a área disponível para a implantação do Edifício Anexo do Ministério da Fazenda em Fortaleza-CE.

O valor constante no quadro 05 refere-se a iniciativa de obra destacada no PPA 2012-2015 (Projeto-Obra), que não foi inicializada ainda devido a impossibilidade de aquisição de novo terreno, tendo em vista que aguarda a apresentação, pelos vendedores, de documentação complementar solicitada pela SPU/CE, para posterior encaminhamento à Advocacia Geral da União com vistas à obtenção de autorização para efetivação da compra.

Considerando que a meta descrita da iniciativa é a conclusão da obra, apresentamos as informações abaixo, para identificar a real situação da iniciativa.

Execução das metas: prejudicada, pois o projeto básico da obra foi reprogramado para 2015

Fatores intervenientes: dificuldades administrativas, não orçamentárias.

Restos a pagar: não há.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

4.3 - Identificação dos Resultados dos Indicadores Utilizados para Monitorar e Avaliar o Desempenho Operacional da Unidade Jurisdicionada

Para o ciclo de Planejamento Estratégico 2012-2015, a RFB possui 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos. Para medir o alcance/desempenho dos referidos Objetivos, são utilizados 54 Indicadores Estratégicos. Em alguns casos não há desdobramento dos indicadores. Em outros casos, o desdobramento desses Indicadores ocorre no âmbito das Regiões Fiscais, que por sua vez, são desdobrados nos níveis locais, possuindo então caráter mais operacional.

As conclusões, realizadas a partir da análise dos Indicadores, referentes ao ano de 2014, para a 3ª Região Fiscal, são:

- Total de Indicadores Estratégicos: 54
- Indicadores Estratégicos Não Disponíveis ou Não Desdobláveis: 21
 - 1) Índice de atingimento da arrecadação potencial
 - 2) Índice de fortalecimento do comércio exterior
 - 3) Índice de percepção de equidade
 - 4) Índice de Percepção da RFB pelo público Externo
 - 5) Tempo médio de contencioso de primeira instância
 - 6) Índice de litigância administrativa
 - 7) Grau de fluidez do despacho de exportação
 - 8) Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias
 - 9) Grau de cobertura dos convênios
 - 10) Grau de ativação de convênios
 - 11) Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB
 - 12) Tempo médio de contencioso em Delegacias de Julgamento
 - 13) Índice de Variação de Litigância Judicial
 - 14) Índice de Solução de Consultas Internas e de Divergência no Contencioso
 - 15) Índice de Atingimento da Qualidade dos Estudos Setoriais
 - 16) Grau de Atendimento às Demandas por Estudos sobre Política e Legislação Tributária e Aduaneira
 - 17) Tempo Médio de Atendimento aos Pedidos de Informação Recebidos do Exteriores
 - 18) Índice de Adequação de Lotação
 - 19) Índice de Tempestividade das Soluções de Tecnologia da Informação
 - 20) Índice de Densidade de Erros por Pontos de Função
 - 21) Índice de Densidade de Novas Funcionalidades por Pontos de Função
- Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (verde): 16
 - 1) Índice de realização da meta global de arrecadação
 - 2) Índice de adimplência das obrigações acessórias
 - 3) Indicador de atividade de educação fiscal
 - 4) Indicador de presença fiscal
 - 5) Indicador global da atividade de inteligência fiscal*
 - 6) Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal*
 - 7) Indicador global de desempenho da seleção
 - 8) Indicador global da fiscalização
 - 9) Índice global da fiscalização aduaneira
 - 10) Índice global de desempenho aduaneiro no despacho de importação

- 11) Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior
- 12) Grau de fluidez do despacho de importação
- 13) Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira
- 14) Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes
- 15) Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio
- 16) Tempo Médio Bruto Consolidado do Despacho de Exportação

* Embora desdobráveis em nível regional, esses dois indicadores estão sob a gestão da Unidade Central Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação (Copei) e suas sub-unidades Escritórios Regionais de Pesquisa e Investigação (Espei), não sendo de responsabilidade das SRRF.

- Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo de esperado (amarelo): 7
 - 1) Nível de adequação imobiliária
 - 2) Índice de gestão de mercadorias apreendidas
 - 3) Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos
 - 4) Índice de solução de consultas
 - 5) Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos
 - 6) Índice de crédito tributário garantido
 - 7) Nível de adequação da infraestrutura tecnológica
- Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (vermelho): 2
 - 1) Índice de Temporalidade Média de Crédito Tributário
 - 2) Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas
- Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (cinza): 6
 - - 1) Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira
 - 2) Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
 - 3) Índice de recuperação da cobrança especial
 - 4) Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes
 - 5) Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento
 - 6) Indicador do Tempo Médio de Estoque de Restituições Pendentes
- Indicadores Estratégicos com resultado "Não Informado": 2
 - 1) Índice de Adimplência do Crédito Tributário (IACT)
 - 2) Índice de Crédito Tributário *Sub Júdice* Controlado em Processos

OBS: Por motivo de alteração no programa que gera as informações necessárias para apuração dos resultados dos Indicadores "Índice de Adimplência do Crédito Tributário (IACT)" e "Índice de Crédito Tributário Sub Júdice Controlado em Processos", esses valores não puderam ser obtidos até a data deste Relatório.

A seguir são apresentados os resultados dos indicadores de desempenho da Superintendência Regional da RFB na 3ª Região Fiscal, associados à efetividade e à eficácia das ações da UJ, seguidos de análise de desempenho, com abordagem da situação atual, dos pontos críticos e dos encaminhamentos aplicados a cada caso.

Quadro 6 - INDICADORES DE DESEMPENHO

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação	97,70%	100,00%	100,73%	Mensal	$[(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X})] \times 100$
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário (IACT)	94,70%	96,20%	Não informado	Mensal	$\text{IACT} = [\text{ARRECADAÇÃO DARF (+)} \text{ GPS TOTAL (-)} \text{ GPS RECLAM TRABALHISTA (-)} \text{ RETENÇÃO GPS (-)} \text{ GPS MULTAS E JUROS}] / [\text{ARRECADAÇÃO DARF (+)} \text{ SALDOS A PAGAR (+)} \text{ VL GFIP A REC}] \times 100$
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA)	97,23%	98,00%	97,59%	Trimestral	$\text{IAOA} = [\text{Nº Declarantes}] / [\text{(Nº Declarantes + Nº Omissos)}] \times 100$
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação	40,24%	51,10%	66,67%	Mensal	Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Indicador de atividade de educação fiscal	464,87	447,00	447,07	Anual	Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef Obs: Unidade de medida = Número Relativo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	85,36%	85,00%	84,44%	Mensal	$(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$; onde S = IFGED (Índice de Formação de Garantia de Estoques de Dossiês) e R2 = IQSF (Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização)
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global da fiscalização (IGF)	103,10%	100,00%	102,83%	Anual	$(\text{Índice de Desempenho da Fiscalização IDF} \times 0,90) + (\text{Índice de Realização de Crédito Tributário ICT} \times 0,10)$

Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)	100,80%	100,00%	116,40%	Anual	$(Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA \times 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA \times 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA \times 0,70)$
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador de Presença Fiscal (IPF)	Não existia	100,00%	97,50%	Anual	$IPF = [(P1 \times 0,65) + (P2 \times 0,10) + (P3 \times 0,20) + (P4 \times 0,03) + (P5 \times 0,02)]$
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	88,00%	90,00%	95,10%	Trimestral	$(Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) \times 100$
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação (IGDI)	Não existia	100%	89%	Mensal	Média ponderada de 3 indicadores: a) Grau de Eficácia da Seleção Nacional (IGEN), Grau de eficácia da Seleção Local (IGEL), Grau Local de Seleção Aduaneira (ISLA)
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)	Não existia	50,00%	4,64%	Trimestral	$IRC = [50x(Resultado Financeiro / Carteira de Trabalho) + 50x(Medidas Aplicadas/Medidas Aplicáveis)]$
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	57,90%	44,00%	69,80%	Anual	$[(Saldo inicial DCOMP - saldo atual DCOMP) / (saldo inicial DCOMP)] \times 100$
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de Temporalidade Média de Crédito Tributário (ITMP)	Não existia	505,00 dias	1.000,00 dias	Trimestral	$ITMP = \frac{\text{Tempo de Existência dos Processos em Estoque}}{\text{Quantidade de Processos em Estoque}}$
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido (ICTG)	6,60%	20,00%	11,19%	Anual	$ICTG = (\text{Total de Arrolamentos e Medidas Cautelares Fiscais} / \text{CT Passíveis de Garantia}) \times 100$
Reducir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas (ISC)	91,30%	70,00%	50,74%	Trimestral	$(\text{Número acumulado de consultas respondidas pela unidade da RFB até o trimestre} / ((\text{acervo inicial nacional de consultas do período analisado que aguardavam solução} / 4) \times \text{número do trimestre}) + \text{número nacional acumulado de consultas recebidas até o trimestre})$

						$(\text{Processos analisado}) \times (\text{número total de auditores lotados nas Regiões Fiscais} / \text{número de auditores lotados na unidade da RFB})$
Reducir litígios tributários e aduaneiros	Índice de crédito tributário <i>sub judice</i> controlado em processos (ICSJ)	81,00%	52,00%	Não informado	Trimestral	$\text{ICSJ} = \{60 \times [(\text{Estoque a Validar Dezembro do ano anterior} - \text{Estoque a Validar Trimestre Corrente})] / [\text{Estoque a Validar Dezembro ano anterior}]\} + [40 \times (\text{Processos analisado no ano corrente} / \text{Total de Processos Suspensos})]$
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	100,00%	100,00%	98,00%	Mensal	$(0,35 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,40 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,25 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	12,08 milhões de Reais	6,88 milhões de Reais	9,01 milhões de Reais	Anual	Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	112,70%	100,00%	104,83%	Mensal	$(\text{Pontuação realizada no período} / \text{Pontuação prevista no período}) \times 100$, onde: Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4)
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Tempo médio bruto consolidado do despacho de exportação (TBC)	Não existia	0,10 dias	0,02 dias	Mensal	$\text{TBC} = \text{Tempo Bruto primeira Recepção / Desembarço (Segundos)} / (60 \times 60 \times 24) \times \text{Qtde. Ev. Desembarço da DE}$
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	71,43%	86,00%	53,16%	Mensal	$[(\text{Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos}) / (\text{quantidade de atendimento presencial})] \times 100$

Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	375,00 dias	577,00 dias	379,00 dias	Anual	(Somatório do nº de Pedidos Eletrônicos de Restituição (PER) pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Grau de fluidez do despacho de importação	68,39%	62,40%	67,31%	Mensal	Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	78,97	100,0	55,00	Trimestral	$[(0,4 \times \text{ILE}) + (0,3 \times \text{IEB}) + (0,3 \times \text{IPF})]$, onde: ILE = valor arrecadado em leilões; IEB = estoque base; IPF = processos fiscais antigos.
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	90,49	100,0	91,83	Mensal	$[(\text{IETA} \times 0,15) + (\text{IETS} \times 0,20) + (\text{IUCD} \times 0,15) + (\text{IUAD} \times 0,15) + (\text{IETG} \times 0,20) + (\text{IBDC} \times 0,15)] \times 100$. IETA: Estações de trabalho adequadas; IETS: Estações de Trabalho Gerenciadas pela Solução de Segurança; IUCD: Usuários com Obrigatoriedade de Acesso à rede Windows via certificação digital; IUAD: Usuários Ativos no Active Directory; IETG: Estações de Trabalho Gerenciadas pelo Altiris; IBDC: Utilização da Banda de Circuitos de Rede Wan
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)	97,61	100,0	26,96	Trimestral	$[(\text{ITU} \times 0,30) + (\text{IUU} \times 0,30) + (\text{IRS} \times 0,20) + (\text{ILO} \times 0,20)] \times 100$.
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	118,29	100,0	142,0	Trimestral	$\{0,5 \times [(\text{carga horária total de capacitação} / \text{total de servidores da unidade}) / \text{meta}]\} + \{0,5 \times [(\text{total de treinandos capacitados sem repetições} / \text{total de servidores em exercício}) / \text{meta}]\}$.

Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	53,81	60	55	Semestral	$\{ [(IA1 \times 1) + (IA2 \times 2) + (IA3 \times 3)] / 6 \}$ Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60 (IA1), peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40 (IA2), e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40 (IA3).
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	91,85	100,0	99,29	Mensal	$([VE / TDC] \times 100)$ VE = [Valor executado = empenhado a liquidar + liquidados]
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	52,34	100,0	81,84	Trimestral	$(0,4 \times VALOR.MP) + \{0,6 \times [(0,6 \times VALOR.OBRAS) + (0,4 \times QTDE.OBRAS)]\}$ VALOR.MP: Valor Materiais Permanetes; VALOR.OBRAS: Valor de Obras/Serviços; QTDE.OBRAS: Quantidade de Obras/Serviços.

Abaixo são apresentadas as análises de desempenho da Superintendência Regional da RFB na 3ª Região Fiscal, quanto aos indicadores exibidos na tabela anterior.

1. Indicador: Índice de realização da meta global de arrecadação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	99,00	99,75	98,30	99,05	99,71	100,73

- Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.
- Fórmula de cálculo:** $[(Arrecadação realizada em p no ano X) / (meta de arrecadação em p no ano X) \times 100]$.
- Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.
- Análise de Desempenho**
- Situação atual:** A meta da arrecadação atingiu 100,73% do previsto, influenciada pela conjugação dos seguintes fatores.
- Positivos:**

- Incremento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, instituída pela Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 e alterações posteriores, referente à desoneração da folha de pagamentos;
- Reabertura do parcelamento (REFIS), instituído pela Lei nº 12.996/2014;
- Incremento no volume de vendas e, principalmente, na receita nominal de vendas do Comércio Varejista, tanto nacional como regionalmente, conforme Pesquisa Mensal do Comércio – PMC/IBGE, com reflexo positivo nos tributos sobre o faturamento das empresas;
- Variação positiva na massa salarial, conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE e incremento na geração de postos de trabalho na 3ª Região Fiscal, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), o que reflete positivamente na arrecadação dos tributos vinculados à folha de pagamentos (IRRF), bem como nas Receitas Previdenciárias;
- Diminuição das compensações efetuadas em 2014 (até dezembro), em relação ao mesmo período do ano passado, com decréscimo de 2,88%.
- **Negativos:**
- Redução no ajuste e na estimativa mensal do IRPJ/CSLL e da COFINS das Entidades Financeiras, em relação ao ano anterior;
- Diminuição de importação, tanto na ALF/Porto de Fortaleza e ALF/Aeroporto Pinto Martins, sendo os principais decréscimos decorrentes do desempenho dos seguintes setores: Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico (-62,95%); Metalurgia (-21,84%); Atividades de Serviços Financeiros (-99,58%);
- Exclusão do ICMS na base de cálculo (valor aduaneiro) do PIS/COFINS - Importação, conforme RE 559.937/SC (Repercussão Geral), bem como revogação dos parágrafos 4º e 5º, do art. 7º da Lei 10.865/2004, que tratava da inclusão do ICMS na base dos citados tributos, pela lei 12.865/2013, de 09/10/2013, com reflexo nos tributos vinculados ao comércio exterior;
- Redução nos recolhimentos referentes a depósitos judiciais realizados no ano anterior, principalmente pelo setor de Eletricidade, Gás e Outras Utilidades.
- **Pontos críticos:** alterações legislativas (desonerações) efetuadas após o fechamento do ciclo de previsão, impossibilitando a inclusão dos impactos na meta de arrecadação; necessidade de utilização na previsão de parâmetros econômicos, como PIB e inflação, entre outros, mais atualizados e condizentes com a situação macroeconômica real.
- **Encaminhamentos:** necessidade de revisão periódica dos parâmetros econômicos utilizados na previsão.
- **Observações:** O resultado do Indicador, até o mês de junho/2014, correspondeu a 100%, em razão de a Meta adotada pela COPAN até o fechamento do ciclo de previsão ser a própria arrecadação do período.

2. Indicador: Índice de adimplência do crédito tributário

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	96,2%	Mensal

RESULTADOS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
93,30	92,40	92,50	92,70	92,50	92,50	92,70	92,50	92,30	92,20	92,10	92,00

- **Finalidade:** Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).

IACT = [Arrec. DARF + Arrec. GPS Total - GPS Reclam. Trabalhista - Retenção GPS - GPS Multa e Juros] x 100 / Arrec. DARF + Saldos a pagar DCTF + Valor GFIP a Recolher
Onde: Arrec. DARF = arrecadação dos códigos de receita declarados em DCTF

O IACT mede a adimplênciade pagamentos relacionados a créditos tributários declarados em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP). Tendo em vista a anterior defasagem de alimentação de até 2 (dois) meses entre o final de um mês e a sua apuração, houve alteração na forma de medição. Desde 2013, o mês de referência da adimplênciá é o mês de entrega tempestiva das declarações GFIP e DCTF. Para a adimplênciá do mês de setembro de 2014, toma-se por base a DCTF entregue tempestivamente em setembro de 2014, que se refere a fatos geradores de julho de 2014. Tais fatos geradores têm vencimento em julho e agosto de 2014, e podem ter sido pagos entre julho e agosto de 2014. Em relação a GFIP, considera-se adimplente a GFIP entregue tempestivamente em setembro de 2014, que se refere a fatos geradores de agosto de 2014, com vencimento em setembro de 2014. O resultado é cumulativo, ou seja, o resultado de setembro é a soma dos dados historicamente obtidos nos meses anteriores (de janeiro a agosto), mais a medição de setembro. Essa forma de medir evita que variações atípicas de Arrecadação de um dado mês causem grande impacto no indicador desse mês.

- **Fonte dos Dados:** DW Arrecadação, DW DCTF, Sistema Sinal, DW Pagamentos, DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- Análise de Desempenho

Situação atual: No 4º trimestre de 2014, apenas a 10ª RF ficou acima da sua meta e a 1ª, 7ª e 8ª RF ficaram próximos da meta. A 3ª, a 4ª, a 5ª, 6ª e a 9ª RF estão com os resultados abaixo de suas metas em mais de 2% (dois por cento). Como consequencia, o resultado nacional ficou 1% (um por cento) abaixo da meta do ano.

No entanto, na visão histórica, resta caracterizado o fenômeno de queda do indicador em face do oferecimento frequente de parcelamentos especiais, com possibilidades de redução de até 100% (cem por cento) de multa, juros e encargos legais, o que tem desestimulado a adimplênciá dos contribuintes. Em outras palavras, o contribuinte declara o seu débito, mas não paga esperando o próximo parcelamento especial.

Pontos críticos: Com a nova forma de apurar o índice, a defasagem de até 2 (dois) meses entre o Final de um mês e a sua apuração foi reduzida para cerca de 1 (um) mês. No entanto, mantém-se a necessidade de aguardar o fim do prazo da entrega, pelos contribuintes, das declarações DCTF e GFIP e de suas cargas nos sistemas. Além disso, é necessário esperar a disponibilização da informação do batimento GFIP x GPS (Guia da Previdência Social) no sistema Informar. Há dificuldade, por parte das RF, de entendimento e de decomposição do indicador para o nível de Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF).

O indicador representa o congregado de ações da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Essas ações são de diversas áreas, tais como: Educação Fiscal, Fiscalização, Cobrança, Comunicação Social, Atendimento, etc. Cite-se, como exemplo na área de arrecadação e cobrança, o fluxo de intimações automáticas, a implantação do sistema Omissos, a malha DCTF, o pagamento com cartão de débito/crédito, a cobrança de débitos indevidamente suspensos com a utilização fraudulenta de títulos públicos e aplicação medidas coercitivas previstas na Cobrança Especial (Norma de Execução Codac nº 1/2014).

Encaminhamentos: Não há.

3. Indicador: Índice de adimplência das obrigações acessórias

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	98,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
97,32	97,16	97,27%	97,59

- **Finalidade:** Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Omissos (PF).
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Mede atualmente apenas a adimplência da entrega da DIRPF – Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física. O índice da 3ª RF situou-se em 97,59%, muito próximo, portanto, da meta de 98%.

Pontos críticos: O indicador mede a omissão de entrega de declarações por quem é obrigado. Atualmente, o indicador utiliza somente a declaração DIRPF, pois há um sistema informatizado chamado “Omissos” que trabalha especificamente com esse tipo de declaração. Por ser uma declaração anual e o seu prazo de entrega se encerrar no último dia útil de abril de cada ano, somente após o fim desse prazo é possível definir quem era obrigado e se omitiu de entregar a DIRPF para o determinado ano-calendário. Assim, o dado do 1º (primeiro) trimestre contém somente a omissão de declarações de anos anteriores. O sistema Omissos apresenta parametrização nacional. Há estudo de implementação dessa parametrização em nível regional.

Encaminhamentos: O índice deverá medir também o grau de omissão das declarações DCTF, Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica (DIPJ) e Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), com a primeira entrega prevista para 2014 do programa Omissos PJ. Está em estudo a implantação do programa Omissos PJ para as demais declarações com a implantação em uma segunda entrega.

Observações: Não há.

4. Indicador: Indicador de atividade de educação fiscal

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Número relativo	Positiva	447,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
138,80	321,26	373,66	447,07

- **Finalidade:** Aferir o esforço da RFB na realização de eventos de educação fiscal que contribuam para a estratégia institucional, ponderando-os em razão da aderência às diretrizes institucionais, ao público-alvo e ao tipo de evento.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x índice de ponderação definido pela Coaef.
- **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos representantes de educação fiscal em cada região fiscal.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: a meta anual de 447 pontos foi atingida pela 3ª Região Fiscal, que executou 100% da meta (447,07 pontos), após aplicação dos critérios de ponderação dos eventos, conforme estabelecido na Nota Técnica Coaef nº 2/2013, de 22/01/2013. Em números absolutos foram realizados 547 eventos, registrados conforme as orientações da referida norma. Apesar de atingida a meta, esta pontuação representa um número 4% inferior ao registrado em 2013 (464,87). As maiores contribuições para o alcance da meta regional foram oferecidas pelas DRF Teresina, Fortaleza, São Luís, Juazeiro do Norte e pelas ações realizadas pela SRRF03. Em termos de realização das metas estabelecidas para as unidades locais, apenas conseguiram cumprir a pontuação desejada as unidades DRF Floriano, DRF Juazeiro do Norte, ALF Aeroporto Pinto Martins e DRF Teresina. Destacaram-se neste ano ações que culminaram na criação de dois Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal – NAF em Fortaleza e no avançado encaminhamento de um NAF em Juazeiro do Norte.

Pontos críticos: Algumas unidades da 3ªRF não direcionaram os esforços necessários para a realização da meta local. Em especial as Alfândegas do Porto de Fortaleza, do Pecém e do Porto de São Luís, além das DRF Fortaleza e Sobral, careceram de uma melhor assessoria em educação fiscal, ao ponto de identificar e articular oportunidades de realização de eventos. Além disso, também por falhas no trabalho das representações locais, ocorre que eventos realizados deixaram de ser registrados. Ainda há muitas dúvidas por parte dos representantes locais quanto à classificação dos eventos conforme os critérios estabelecidos na Nota Técnica. De outra parte, em reunião nacional da Coordenação de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef com as Divisões de Interação com o Cidadão – Divic, foi acertada a necessidade de um trabalho de revisão da Nota para deixá-la mais clara e para que as ponderações refletem mais fortemente os eventos considerados prioritários pela RFB.

Encaminhamentos: A Coaef deve estruturar trabalho para readequação dos critérios de classificação e ponderação de eventos. Regionalmente, a SRRF03 deverá promover encontro para reciclagem e alinhamento de informações direcionado aos representantes regionais de educação fiscal, a fim de melhor qualificar os eventos promovidos. As unidades locais devem reservar maior importância às atividades de educação fiscal, com a indicação de representantes com perfil adequado a este papel e com a colaboração de todos os servidores da unidade. De modo geral, a Região deve dar continuidade ao trabalho de aproximação com a sociedade, a exemplo dos Fóruns de discussão com entidades de classe, dos NAF e parcerias com os demais Fiscos para orientação tributária e assistência aos contribuintes.

Observações: Não há.

5. Indicador: Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	51,10	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Até JAN	Até FEV	Até MAR	Até ABR	Até MAI	Até JUN	Até JUL	Até AGO	Até SET	Até OUT	Até NOV	Até DEZ
50,00	62,50	61,54	54,55	60,61	58,54	64,81	62,07	62,50	64,29	67,37	66,67

- **Finalidade:** Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês, e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da RFB - SAGE.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3ª RF apresentou excelente desempenho ao longo de 2014 fechando o ano com 66,67% de uma meta de 51,10%.

Pontos críticos: Esse indicador, em regra, foge ao controle da RFB, pois busca mensurar a qualidade do trabalho dos operadores de importação (importadores despachantes etc.). Há outros fatores internos da RFB que podem influenciar os resultados desse indicador, dentre os quais podemos destacar a metodologia de trabalho das unidades da RFB na conferência aduaneira ou a carga de trabalho por Auditor Fiscal.

Encaminhamentos: Em 2014 realizamos diversos treinamentos, cursos e palestras visando qualificar os intervenientes do comércio exterior que operam na 3ª RF, bem como os servidores das nossas Unidades Aduaneiras. Esses eventos deverão se repetir no próximo ano.

Ao longo de 2014 realizamos 2 (duas) Reuniões Sistêmicas Aduaneiras e instalamos o Fórum Aduaneiro do Estado do Ceará que terá reuniões trimestrais e facilitará o intercâmbio entre a RFB e os Intervenientes do Comércio Exterior do Estado do Ceará.

Em 2015 iremos avaliar com a ALF/Porto de São Luís/MA e com a DRF/Teresina/PI a implantação do Fórum Aduaneiro dos Estados do Maranhão e do Piauí.

Observações: A utilização dos Manuais Aduaneiros será de suma importância na uniformização dos procedimentos aduaneiros.

As alterações do Siscomex Importação (plataforma Web, anexação eletrônica de documentos etc.) poderá permitir, ao longo de 2015, a quebra de jurisdição da conferência aduaneira.

6. Indicador: Índice de recuperação da cobrança especial

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
-------------	-------------------	------------	------------	---------

Suara	Percentual	Positiva	50,0%	TRIMESTRAL
-------	------------	----------	-------	------------

RESULTADOS

TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
42,00	42,00	18,36%	4,64%

- **Finalidade:** Medir o resultado das ações de cobrança administrativa.
- **Fórmula de cálculo:** IRCE = 50 x A + 50 x B

Onde: A = (Resultado Financeiro) / Carteira de Trabalho

e

B = [Σ (medida coercitiva aplicada x peso da medida)] / [Σ (medida coercitiva aplicável x peso da medida)]

- **Fonte dos Dados:** Fornecimento de informações pelas unidades descentralizadas.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O resultado da 3ª Região Fiscal ficou muito aquém da meta estabelecida para o 4º trimestre: abaixo de 5%. A parte “A” do indicador, relativa ao resultado financeiro, foi zero, isto é, não foi recuperado nenhum valor, a partir das ações de cobrança especial. Em relação à parte “B”, relativa à aplicação das medidas coercitivas, foi 9,28%, ou seja, das 97 medidas coercitivas indicadas como aplicáveis, somente 9 foram efetivamente aplicadas.

Pontos críticos: Estabelecimento de uma sistematização da avaliação dos resultados. A medição do indicador depende totalmente de informação das unidades descentralizadas. Há dificuldade para receber as informações. Estabelecimento de melhores critérios de levantamento de contribuintes e as formas de aplicação das medidas coercitivas. Promover a mudança de cultura da área de cobrança, deixando de ser uma mera atividade de envio de CT – Créditos Tributários à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para uma postura ativa e objetiva, na busca da recuperação desses CT, ainda no âmbito administrativo. Necessidade de motivação das unidades de ponta e sua capacitação.

Encaminhamentos: Procedimentos descritos na Norma de Execução Codac nº 1, de 2014. Foi publicada na intranet da Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac, em 1º de abril de 2014, a Nota Cobrança Especial nº 001/2014, que divulga os roteiros de aplicação das medidas coercitivas delimitadas na NE Codac nº 1, de 2014.

Observações: O indicador sofreu alterações no ano de 2014, como a mudança do nome, com o acréscimo da palavra “Especial”, para que ficasse claro que está vinculado à medição da Cobrança Especial, e alteração na fórmula, que passou a contemplar duas partes: parte “A”, peso de 50% (cinquenta por cento), relativa ao resultado financeiro; e parte “B”, também com peso de 50% (cinquenta por cento), referente à aplicação de medidas coercitivas, conforme determinado na Norma de Execução Codac nº 1, de 2014. A meta foi definida utilizando esses 2 (dois) componentes, ou seja, resultado financeiro e resultado qualitativo de esforço. Neste 3º (terceiro) trimestre foi feita a primeira medição dos resultados após a implantação da Lista Única, conforme disposto na Norma de Execução Codac nº 1, de 2014, em junho de 2014.

7. Indicador: Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	44,00%	TRIMESTRAL

RESULTADOS

TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
9,40	45,40	59,80	69,80

- **Finalidade:** Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.
- **Fórmula de cálculo:** [(Saldo inicial DCOMP – saldo atual DCOMP) / (saldo inicial DCOMP)] x 100
- **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A Região Fiscal atingiu a meta com folga. Foi o melhor desempenho entre as dez Regiões Fiscais. A meta foi atingida em 160%. Esse desempenho pode ser creditado à estratégia regional de otimização dos recursos humanos alocados à atividade de apreciação de compensações tributárias, mediante a sua concentração na análise das compensações de valores mais vultosos.

Pontos críticos: A inserção dos documentos extremos na proposta de trabalho 2014, em que pese a elevação da meta final para um valor médio de 57% do estoque inicial de trabalho, implica em diminuta quantidade de documentos extremos.

Encaminhamentos: Não há.

Observações: Para o ano de 2014, por ocasião da reunião com os chefes de Divisões de Arrecadação e Cobrança – Dirac de todas as Regiões Fiscais, foram apresentadas e debatidas as novas propostas de metas para o ICP. Foram propostos ajustes pontuais na definição das situações de pendência das declarações de compensação que compõem o estoque do ICP. A proposta de maior relevância para o ano de 2014 foi a criação do conceito de documentos de valor extremo.

A Coordenação Especial de Restituição, Ressarcimento e Compensação – Corec apresentou proposta de trabalho com implementação já no ano de 2014 nos seguintes termos:
 Redução de 100% do estoque de documentos de valor extremo;
 Redução de 30% do estoque dos demais documentos.

Por documentos de valor extremo entendem-se aqueles cujo valor do débito excedam o resultado da seguinte equação, dentro da Região Fiscal à qual pertence:
 Documento de valor extremo > ou = Média (RF) + [5 x Desvio Padrão (RF)]

8. Indicador: Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	85,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
85,83	93,75	44,30	44,88	44,89	45,22	44,94	45,38	59,23	59,17	59,21	84,44

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.
- **Fórmula de cálculo:** $(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Portal Copes.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O IGDS fornece uma medida para o desempenho global da atividade de seleção de contribuintes para fiscalização, sob as vertentes da quantidade de dossiês elaborados e da qualidade da seleção.

É calculado pela soma dos seguintes indicadores:

- Indicador “S”, na proporção de 50%;
- Indicador de Resultado “R2”, na proporção de 50%.

$$\text{IGDS} = \text{S} \times 0,50 + \text{R2} \times 0,50$$

O indicador “S” é o resultado da soma das relações, para cada segmento de contribuintes, entre a quantidade de dossiês elaborados e a meta estabelecida para o período em consideração, ponderadas pelas horas médias previstas para os procedimentos de fiscalização correspondentes. Para o mês de dezembro, a meta do indicador “S” é de 80%.

Já o indicador R2, corresponde à relação entre o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com exame no período. A meta do indicador R2 é de 90%.

Assim, a meta para o indicador IGDS em dezembro é de $0,5 \times 80\% + 0,5 \times 90\% = 85\%$.

Em relação ao indicador “S” a 3^a RF superou as metas estabelecidas em todos os segmentos de contribuintes.

Em relação ao indicador “R2”, foi obtido um resultado de 88,89%, ligeiramente inferior à meta de 90%, o que resultou em um valor de IGDS de 84,45%, também ligeiramente inferior à meta de 85%.

Pontos críticos:

- Metas estabelecidas para o preparo de dossiês provisórios são relativamente inelásticas em relação à quantidade de AFRFB alocados no setor de seleção, com possível prejuízo na qualidade dos dossiês produzidos;
- Instabilidade das ferramentas utilizadas nos trabalhos da seleção (Siga DW, Receitanet BX e e-Processo) ao longo do ano de 2014.
- Dificuldade na seleção de casos de planejamento tributário abusivo.

Encaminhamentos: Até o final de fevereiro a Divisão de Fiscalização – Difis acompanhará o encerramento do ciclo de seleção 2014-2015.

No mês de fevereiro, além do monitoramento da conclusão do ciclo de seleção 2014-2015, as atividades da Difis estarão concentradas na instituição da Equipe Regional de Seleção, Avaliação e Controle da 3^a Região Fiscal – Eqpac03 e no planejamento de evento a ser realizado no início do mês de março, com a participação de servidores que atuam nas áreas de seleção, fiscalização e acompanhamento de grandes contribuintes, visando o planejamento da execução da fiscalização para o ano 2016.

Observações: Não há.

9. Indicador: Indicador global da fiscalização (IGF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
-------------	------------	------------	------------	---------

		MEDIDA			
Sufis/RFB		Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
3,05	7,38	15,73	21,91	29,50	38,50	46,20	57,50	67,00	75,20	86,00	102,83

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,70) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,05) + (Índice de Presença Fiscal IPF x 0,25).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A. INDICADOR GLOBAL DE FISCALIZAÇÃO - IGF

Fornece uma medida do desempenho global da fiscalização em sentido estrito (fiscalização externa), sob as vertentes da execução das metas de fiscalização e da realização de crédito tributário.

É calculado pela soma dos seguintes indicadores:

- 1.1 – Indicador de Desempenho da Fiscalização, na proporção de 90%;
- 1.2 – Indicador de Crédito Tributário, na proporção de 10%.

$$\text{IGF} = \text{IDF} \times 0,90 + \text{ICT} \times 0,10$$

A meta para o IGF e para os seus componentes é de 100%.

De acordo com relatório divulgado pela Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis, o resultado do IGF da 3ª RF em 2014 foi de 102,8%, com destaque para as DRF/FOR (105,2%), DRF/JNE (125,7%), DRF/SLS (104,7%) e DRF/FLO (108,1%).

B. INDICADOR DE DESEMPENHO DA FISCALIZAÇÃO – IDF

O IDF é calculado pela relação entre o somatório da quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, ponderados pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, e o somatório das metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, ponderadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração.

O resultado obtido pela 3ª RF em 2014 foi de 103%, com destaque para as DRF/FOR (109%), DRF/JNE (129%) e DRF/FLO (115%).

O resultado desse indicador foi afetado negativamente pelo baixo desempenho da região nos segmentos de Pessoas Jurídicas-Demais e de Revisão de Declarações de Pessoas Jurídicas. Além disso, as DRF/SOB e DRF/TSA (em especial a primeira) não acompanharam o padrão de desempenho obtido pelas demais unidades.

C. INDICADOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – ICT

O ICT é calculado pela relação entre o crédito tributário lançado no período e a meta anual,

composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento.

O resultado obtido pela 3^a RF em 2014 foi de 104,4%, com destaques para a Equipe Regional de Fiscalização dos Maiores Contribuintes – EFMAC03 (262,0%) e para as DRF/SLS (175,7%) e DRF/TSA (116,8%).

Ressalte-se que a meta de ICT está superdimensionada devido ao resultado atípico obtido em 2014.

D. INDICADOR DE PRESENÇA FISCAL – IPF

A Portaria RFB/Sufis nº 922, de 10/04/2014, desvinculou o IPF da apuração do IGF, tratando-o como um indicador independente.

Esse importante indicador fornece uma medida da presença fiscal, considerados o universo de interesse e o índice mínimo de cobertura de cada segmento de contribuintes definidos pela administração tributária.

Subsidiariamente, pode ser utilizado para o planejamento de alocação de recursos humanos nas atividades de fiscalização.

O resultado obtido pela 3^a RF em 2014 foi de 97,5%, superior à média nacional, que foi de 93,8%.

Pontos críticos: Conforme anteriormente mencionado, o desempenho da 3^a RF foi afetado negativamente pelos resultados obtidos nos segmentos de PJ-Demais e Revisão de Declarações de Pessoas Jurídicas.

Em relação ao segmento de PJ-Demais, verificou-se que a atuação nesse segmento foi prejudicada pela forte atuação nos segmentos de PJ-Diferenciadas e PJ-Médias. Quanto à Revisão PJ, existe uma reclamação antiga de que as situações que incidem nas regras de seleção aplicáveis à revisão de declarações têm baixa relevância e interesse fiscal, o que tem desestimulado os setores de seleção a distribuir procedimentos relativos a esse segmento de contribuintes.

Outro aspecto a destacar foi a realização do Curso de Especialização em Auditoria Tributária, patrocinado pela SRRF03, com participação de parte significativa do corpo técnico da Fiscalização da 3^a RF. Em que pesem os evidentes efeitos positivos esperados em exercícios futuros, houve em 2014 um dispêndio de horas atípico em relação ao que é considerado no estabelecimento das metas de fiscalização.

Encaminhamentos:

- Intensificação do acompanhamento das atividades de fiscalização mediante realização de reuniões periódicas presenciais e por videoconferências, com a participação dos Chefes de Fiscalização e dos supervisores de equipe.

- Retomada de projeto bem sucedido no segmento de PJ-Demais, de fiscalização de contribuintes com indícios de omissão de receita, apurada a partir de bases de dados como: DIPJ ou DASN, DIRF, SIAPE, DECRED e Sped (Nota Fiscal Eletrônica), além de informações coletadas junto aos Tribunais de Contas. Esses procedimentos se revelaram importantes instrumentos de incremento da presença fiscal, em razão de sua simplicidade e celeridade de execução.

Observações: Não há.

10. Indicador: Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE	
META	RESULTADO	META	RESULTADO	META	RESULTADO	META	RESULTADO
20,00%	8,60%	40,00%	62,30%	65,00%	101,10%	100,00%	116,40%

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização aduaneira sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho da fiscalização aduaneira.
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA x 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA x 0,70).
- **Fonte dos Dados:** Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da RFB - SAGE.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3ª RF apresentou ótima performance (116,40% de uma meta de 100%). Entretanto, dentre os indicadores que compõe o IGFA (IDFA, IPFA e ICT), a 3ª RF não atingiu a previsão (meta) de Crédito Tributário (ICT), pelos motivos abaixo indicados.

Pontos críticos: O Índice de Crédito Tributário (ICT) da 3ª RF, como já comentado nos períodos anteriores, foi superestimado com base nos anos anteriores (além de acrescido em 10%), quando tivemos operações especiais (operação luxo – 2011 – com crédito tributário de aproximadamente R\$ 90.000.000,00) e ações fiscais pontuais, encerradas em 2013, em determinadas empresas envolvendo valores altíssimos, no total de aproximadamente R\$ 157.000.000,00, não compatíveis com a realidade da 3ª RF.

Na verdade o crédito tributário lançado pela 3ª Região Fiscal, no ano de 2014, está compatível com o porte da RF e totalmente alinhado com a média histórica de créditos lançados em nossa Região, que é da ordem de R\$ 50.000.000,00/ano.

Houve também redução no quantitativo de ações fiscais de zona secundária, tendo em vista deslocamento de Auditores-Fiscais que exerciam essa atividade para outras áreas (procedimentos especiais, habilitação e pesquisa e seleção aduaneira). Por outro lado, a Equipe de Fiscalização foi reforçada com a chegada de outros colegas, os quais, todavia, além de chegarem ao longo do ano de 2014, assumiram uma nova atividade, que requereu deles um período de adaptação e metas compatíveis com esse período de transição.

Encaminhamentos: Sugerimos que a Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana reveja os critérios para estabelecer a meta de Crédito Tributário (CT), pois os lançamentos decorrentes de operações especiais e de ações fiscais pontuais fora do padrão da RF distorcem esse indicador.

Intensificação da quebra de jurisdição, de modo a disponibilizar para a fiscalização de zona secundária da 3ª Região Fiscal contribuintes de outras regiões fiscais.

Observações: Não há.

11. Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
100,00	100,00	97,00	95,10

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.
- **Fórmula de cálculo:** (Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.
- **Fonte dos Dados:** Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da RFB - SAGE.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Durante todo o ano de 2014 a 3ª RF apresentou desempenho acima da meta de 90%, com performance final superior a 95%.

Pontos críticos: A implantação da Equipe de Pesquisa e Seleção na Seção de Fiscalização Aduaneira da Alfândega do Porto de Fortaleza minimizou alguns pontos críticos. Contudo, ainda temos dificuldades na exploração de novas linhas de pesquisa e consequentemente elaboração de dossiês para determinadas unidades da 3ª RF, tendo em vista o restrito universo de operadores e a natureza das operações comerciais.

Por outro lado, essas dificuldades têm fomentado a busca por operações de outras Regiões Fiscais.

Encaminhamentos: Sugerimos à RFB/Coana a simplificação e a utilização da sistemática de quebra de jurisdição.

Observações: Aguardamos a criação/implantação de uma Equipe Nacional de Pesquisa e Seleção.

12. Indicador: Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação

O Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação – IGDI vem substituir, a partir do 2º Trimestre de 2014, o **Grau de Eficácia da Seleção para Fiscalização no Despacho de Importação**.

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	1,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Até JAN	Até FEV	Até MAR	Até ABR	Até MAI	Até JUN	Até JUL	Até AGO	Até SET	Até OUT	Até NOV	Até DEZ
0,60	0,63	0,54	0,73	0,79	0,81	0,86	0,86	0,87	0,88	0,88	0,89

- **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção e fiscalização aduaneira no curso do despacho de importação, sob as vertentes da presença fiscal e do desempenho das ações fiscais.

- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada de 3 indicadores: a) Grau de Eficácia da Seleção Nacional (IGEN), Grau de Eficácia da Seleção Local (IGEL) e Indicador Local de Seleção Aduaneira (ISLA).

A metodologia de cálculo é a seguinte:

$$\text{IGDI} = \text{IGEL} \times 0,45 + \text{ISLA} \times 0,15 + \text{IGEN} \times 0,40$$

Sendo:

IGEN = (Quantidade de DI selecionadas para canal de conferência em razão de Parâmetros Dinâmicos com retificação e desembaraçadas no mês / Quantidade total de DI selecionadas para canal de conferência em razão de Parâmetros Dinâmicos e desembaraçadas no mês) / Meta.

IGEL = (Quantidade de DI redirecionadas do canal verde com retificação e desembaraçadas no mês / Quantidade total de DI redirecionadas do canal verde desembaraçadas no mês) / Meta.

ISLA = Quantidade de DI redirecionadas do canal verde / Meta de Redirecionamentos do Período.

- **Fonte dos Dados:** Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da RFB - SAGE.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3ª RF encerrou 2014 com desempenho de 0,89 de uma meta de 1,00. Esse foi o melhor resultado ao longo desse ano e está dentro da margem de tolerância de 20% para mais ou para menos.

Pontos críticos: Em 2014 tivemos dificuldades para implantar a equipe de seleção local nas Unidades Aduaneiras da 3ª RF.

Encaminhamentos: A partir de 2015 será implantada uma Equipe de Seleção Regional na ALF/Porto de Fortaleza/CE para atender, de forma centralizada, toda a Região Fiscal. Essa medida deverá melhorar a seleção local/regional e contribuir para melhor desempenho do IGEL.

Observações: O IGEN diz respeito à seleção nacional e as RF, em regra, não têm influência sobre essa parcela significativa do IGDI.

A RFB/Coana revisará os critérios de seleção parametrizada e a implementação dessa nova sistemática tende a melhorar o desempenho do IGEN (Seleção Nacional).

13. Indicador: Índice de solução de consultas

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	70,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
50,78	58,16	62,67	50,74

- **Finalidade:** Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.
- **Fórmula de cálculo:** (Número de consultas minutadas pela DISIT) / ((acervo inicial de consultas do período analisado que aguardavam solução na RFB + número de consultas recebidas na RFB no período analisado)) / (Percentual de AFRFB na RF em relação ao somatório de AFRFB nas 10 RF).
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Foram alcançados 72,4% da meta estipulada.

Pontos críticos: O reduzido quadro de AFRFB em exercício na Divisão de Tributação – DISIT03, no decorrer de 2014, representou o obstáculo para atingir plenamente o Índice de Solução de Consultas, mas por outro lado demonstrou que, sopesando os recursos humanos disponíveis, a Divisão obteve uma produtividade muito elevada.

Encaminhamentos: A DISIT já recebeu em meados de janeiro de 2015, o acréscimo de dois Auditores-Fiscais ao quadro de pareceristas atualmente em exercício. Com a medida, a Divisão ficará dotada de pareceristas em quantidade compatível com a demanda de processos de consultas recebidos do estoque nacional de consultas (administrado pela Coordenação-Geral de Tributação – Cosit, em Brasília).

Observações: Com apenas dois pareceristas, foram solucionados 78 processos de consulta na DISIT03, o que significa uma produtividade excepcional. Desse modo, considerando que o índice de solução de consulta não avalia a produtividade dos pareceristas lotados na Divisão, fica evidente que a pequena diferença que faltou para atingir a meta foi ocasionada pela dificuldade em dotar a Divisão de quantidade suficiente de AFRFB para realizar as atividades atribuídas.

14. Indicador: Índice de crédito tributário *sub judice* controlado em processos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	52,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
15,30	26,47	30,48	<u>37,31</u>

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário *sub judice* controlado em processo e o total de crédito tributário *sub judice*.
- **Fórmula de cálculo:** $ICSJ = 60 \times A + 40 \times B$

Onde: A = (Estoque a Validar de Dezembro do ano anterior - Estoque a Validar do Trimestre Corrente) / Estoque a Validar de Dezembro do ano anterior e B = Processos analisados no ano corrente / Total de Processos Suspensos

Observação: Do valor do estoque a validar são descontados os depósitos judiciais efetuados, conforme apuração feita pela 8ª RF, utilizando o OPJUD.

- **Fonte dos Dados:** DW Devedores, Opjud, DW DCTF.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O ICSJ media, até o final do ano de 2013, a relação entre o CT *sub judice* controlado em processo e o total de CT *sub judice*. A partir de estudos das RF, decidiu-se alterar a fórmula de cálculo do índice, a fim de contemplar tanto a redução do estoque anual de CT a validar, que passou a representar 60% (sessenta por cento) do peso do indicador, quanto o acompanhamento posterior do CT controlado em processo, cujo peso passou a ser 40% (quarenta por cento) do indicador. O indicador, portanto, passou a ser composto por 2 (duas) partes que, unidas, servem para mensurar o total do acompanhamento do CT *sub judice*. Como o indicador passou a ter

característica progressiva, as metas foram proporcionalizadas ao longo dos trimestres, sendo 13% (treze por cento) por trimestre, até chegar a 52% (cinquenta e dois por cento) ao final do ano. Vale destacar que, do valor de CT “A Validar”, são deduzidos os valores de processos identificados com depósito do montante integral. Essa identificação é obtida através do sistema OPJUD, por meio de levantamento realizado pela 8ª RF.

Neste 4º trimestre de 2014, o resultado nacional da 2ª, 4ª, 7ª e 8ª Regiões Fiscais (RF) estiveram acima da meta e da 10ª RF esteve bem próximo. As demais RF estiveram abaixo da meta em mais de 11% (onze por cento). O pior resultado ocorreu na 1ª RF, por ter havido um incremento no saldo de débitos a validar. Adicionalmente, houve pouca redução desse tipo de débito na 3ª, 5ª, 6ª e 9ª RF, o que contribuiu para o resultado abaixo da meta.

Pontos críticos: Pela formulação, se houver grande redução no estoque de débitos "A Validar" ou relevante incremento nos CT suspensos em processos, o indicador aumentará. E, caso contrário, se houver aumento no estoque de débitos "A Validar" e redução nos CT suspensos em processos, o indicador diminuirá. Na 3ª RF há grande parte da carteira dos débitos a validar do Fiscal – Fiscalização Eletrônica são débitos com vencimentos anteriores a 2008 e concentrados na DRF/Fortaleza. Além disso, referem-se, na maioria, a ações judiciais nas quais a União obteve decisões desfavoráveis.

Encaminhamentos: Não há.

Observações: O DW DCTF somente será atualizado em março/2015. Considerando que o ICSJ depende dos dados do DW DCTF, o resultado do 4º trimestre de 2014 ainda não foi apurado.

15. Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Dia	Negativa	0,10	TRIMESTRAL

RESULTADOS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
0,05	0,05	0,16	0,08	0,09	0,07	0,03	0,05	0,02	0,05	0,03	0,02

- Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.
- Fórmula de cálculo:** Tempo Bruto Primeira Recepção / Desembarço (Segundos) / (60x60x24) x Qtde. Ev. Desembarço da DE.
- Fonte dos Dados:** Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da RFB - SAGE.
- Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3ª RF encerrou o ano de 2014 com um excelente desempenho (0,02 dia) para uma meta de 0,10 dia.

Pontos críticos: A falta de um Gerencial de Exportação e a dificuldade no manuseio do DW Arcomex dificultam a aferição dos resultados individualizados das Unidades Aduaneiras da 3ª RF.

Encaminhamentos: Propomos a RFB/Coana a disponibilização de um novo Gerencial do Desempenho Aduaneiro para apuração do tempo de exportação e a criação de um Relatório Compartilhado dentro do DW-Aduaneiro para acompanhamento desse indicador, tendo em vista a dificuldade/pouco conhecimento no uso do DW Arcomex.

Observações: Não há.

16. Indicador: Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	86,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
70,17	95,59	83,94	89,78	94,12	93,89	93,78	90,87	91,37	94,34	83,45	53,16

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos) / (quantidade de atendimento presencial)] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A Região atingiu a meta de 86% em oito dos doze meses de 2014. Em novembro e dezembro, entretanto, registrou-se uma redução no TME-15 para percentuais abaixo da meta. Essa queda ocorreu também em âmbito nacional. Pode-se afirmar que repercussões dos parcelamentos especiais então liberados para adesão nessa época, junto à procura pela nova CND Conjunta e pelo agendamento da opção ao Simples Nacional foram fatores que impactaram o ambiente do atendimento. Regionalmente, as demandas advindas do Projeto Cartas da Difis, bem como a reestruturação do fluxo de trabalho nas DRF Fortaleza e São Luís também contribuíram para este cenário, sem falar no peculiar calendário do mês de dezembro.

Considerando uma apuração acumulada do TME-15 para todo o ano de 2014, a Região atingiu o percentual de 86,6%, portanto acima da meta e pouco superior ao percentual acumulado nacional, que ficou em 85,3%. O Quantitativo de Atendimentos Presenciais (QAP), por sua vez, mediu um total de 1.116.777 serviços prestados em 2014 na 3^aRF, representando um pequeno decréscimo de 2,1% em relação ao QAP de 2013. Em sentido contrário, os serviços realizados por meio do e-CAC (Internet) elevaram-se em 39% em relação ao ano anterior, com o registro de 4.333.517 atendimentos eletrônicos. Trata-se de um destacado crescimento, ainda maior que o verificado em nível nacional, quando os serviços do e-CAC cresceram 36% em 2014, chegando a 106.980.633 atendimentos.

Pontos críticos: (i) quadro numérico de atendentes incompatível com a elevada demanda em algumas unidades de atendimento da Região. Nesse aspecto, a 3^a RF mantém uma relação de produtividade serviços/atendente/dia na razão de 21,9, sendo a terceira maior entre as regiões, estando a média nacional em 20,1 e a 10^aRF, por exemplo, possui essa taxa em 16,9. (ii) lançamento de parcelamentos especiais cuja verificação de regularidade não se encontra sistematizada, gerando complexidade ao atendimento; (iii) os resultados da Região dependem concentradamente dos três maiores CACs, Fortaleza, São Luís e Teresina, que correspondem a cerca de 50% de todo o atendimento das 40 unidades. Nesse aspecto, as DRFs de Fortaleza e São Luís têm passado por reorganização gerencial em seus processos de trabalho cujos resultados ainda não repercutiram positivamente nos CACs. iv) a política de atendimento agendado ainda não está totalmente consolidada na Região, bem como nacionalmente, quando as senhas agendadas concorrem com

senhas entregues na hora e, com maior impacto, com as senhas de caráter prioritário v) reduzida margem para contratação de estagiários, o que prejudicou a ampliação/installação do autoatendimento orientado em algumas unidades.

Encaminhamentos: (i) redimensionamento da equipe de trabalho das unidades com situação de demanda excessiva sobre o número de atendentes; (ii) alocação de quadro de estagiários compatível com as necessidades do Autoatendimento Orientado; iii) continuidade do incremento da política de atendimento agendado, com aprimoramento das grades de vagas de modo a não gerar demanda reprimida; iv) oferecimento de apoio e treinamento para o desenvolvimento das habilidades de gerenciamento de unidades de atendimento.

Observações: Não há.

17. Indicador: Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Dia	Negativa	577	TRIMESTRAL

RESULTADOS

TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
813	671	441	379

- **Finalidade:** Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso pendentes (PER).
- **Fórmula de cálculo:** (Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.
- **Fonte dos Dados:** DW PERDCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Mais uma vez a 3^aRF atingiu a meta com folga. Houve redução de 60,5% no tempo médio de estoque de restituições pendentes, o que corresponde à realização de 151,3% da meta.

Pontos críticos: Não há.

Encaminhamentos: A partir de 2015, a Dirac estabelecerá metas trimestrais priorizando a análise dos pedidos de restituição e ressarcimento mais antigos.

Observações: Foram propostos ajustes pontuais na definição das situações de pendência dos pedidos de restituição, ressarcimento ou reembolso que compõem o estoque do IRP. A proposta de maior relevância para o ano de 2014 foi a exclusão dos pedidos com crédito exaurido do indicador, isto é, aqueles que estejam integralmente compensados. Foi mantida para o ano de 2014 a meta de redução de 40% da idade média do estoque inicial de restituições pendentes, por Região Fiscal. Segundo recomendação do Gabinete da Subsecretaria, a avaliação final do atingimento da meta proposta para o ano de 2014 se dará no mês de dezembro de 2014, com base nos dados de 01/12/14, permitindo análise do desempenho dos indicadores previamente à realização da Reunião de Avaliação Estratégica.

18. Indicador: Grau de fluidez do despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	62,40	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Até JAN	Até FEV	Até MAR	Até ABR	Até MAI	Até JUN	Até JUL	Até AGO	Até SET	Até OUT	Até NOV	Até DEZ
66,85	68,42	67,80	67,77	67,52	67,34	66,54	67,09	67,04	67,32	67,60	67,31

- **Finalidade:** Medir a fluidez do despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da RFB - SAGE.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3ª RF com desempenho de 67,31% apresentou boa performance ao longo do ano de 2014 em comparação a sua meta de 62,40%.

Pontos críticos: Há diversos parâmetros de sistema que podem impactar o grau de fluidez. Na 3ª RF, particularmente, o despacho antecipado (parâmetro de canal amarelo) tem influenciado negativamente os resultados do grau de fluidez, pois a 3ª RF apresenta o maior percentual de despachos antecipados proporcionalmente ao quantitativo de DI e isso consequentemente reduz o percentual de canal verde da 3ª RF que é a base desse indicador.

Outro fator que poderá influenciar nos resultados desse indicador é a não liberação/desembaraço aduaneiro do canal verde nos finais de semana e feriados.

Encaminhamentos: Durante o ano de 2014 reiteramos que as Unidades Aduaneiras da 3ª RF revisassem os parâmetros locais de seleção, assim como adotassem medidas (ex: entrega imediata da mercadoria) visando reduzir o impacto do despacho antecipado nesse indicador.

De forma semelhante ao que foi feito na apuração do tempo médio bruto de exportação (exclusão dos despachos *a posteriori*), sugerimos que Administração Central altere a fórmula de cálculo do Grau de Fluidez de forma a excluir distorções na sua apuração, como por exemplo, os despachos antecipados, fracionados etc.

A partir de 2015 pretendemos adequar os horários de parametrização/liberação, incluindo pelo menos mais um horário.

Observações: Aguardamos mudança na sistemática de seleção que está em fase de homologação pela RFB/Coana.

19. Indicador: Índice de crédito tributário garantido

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	20,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
8,10	8,64	8,48	11,19%

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e medida cautelar fiscal) e o total de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por

arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.

- **Fonte dos Dados:** DW Siga PJ, Informar, PAEX, Conprovi e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O percentual alcançado pela Região Fiscal no final de 2014 permaneceu abaixo da meta estabelecida, apesar da grande evolução apresentada. A 3^aRF apresentou o maior crescimento percentual do total de bens e direitos arrolados, desde a criação do indicador, em 2012. De lá para cá, o crescimento percentual foi de mais de 1.200% em temos de valor arrolado, isto é, de R\$ 59 milhões para R\$ 797,9 milhões.

Pontos críticos: (i) dificuldade de obter informações relativas às medidas cautelares fiscais em curso; (ii) cultura de não informar o valor dos bens e direitos nos arrolamentos cadastrados no antigo sistema Conprovi – Controle de Processos Vinculados; (iii) valoração de bens e diretos feita pelo valor histórico, abaixo do valor de mercado; (iv) procedimentos novos para os servidores que trabalham no arrolamento de bens e direitos, com a implantação do novo sistema Conprovi (módulo GCT).

Encaminhamentos: Aprimorar os mecanismos de garantia, sobretudo relativos à propositura de medida cautelar fiscal e responsabilidade tributária.

Observações: No ano de 2014 foi executado o Projeto “Procedimentos para Arrolamento de Bens e Direitos e para Propositura de Medidas Cautelares Fiscais na 3^a RF”. O projeto foi iniciado em fevereiro de 2014 e foi concluído em dezembro do mesmo ano. Teve como principais objetivos incrementar o índice de garantia do crédito tributário – ICTG na Região Fiscal e melhorar o desenvolvimento dos mecanismos de garantia do crédito tributário. O projeto apresentou importantes produtos, quais sejam: a) Capacitação de servidores, por meio de treinamento regional sobre Arrolamento de bens e direitos, Medida Cautelar Fiscal e Sistema Conprovi; b) Roteiro operacional de arrolamento de bens e direitos e medidas cautelares fiscais na 3^a Região Fiscal, aprovado pela Portaria SRRF03 nº 272, de 22/05/2014. Vale destacar que o roteiro foi apresentado à Coordenação de Arrecadação e Cobrança que divulgou o roteiro nacionalmente por meio da Nota Técnica Arrolamento nº 003, de 1º de agosto de 2014; c) Realização de mutirão de trabalho nas Delegacias de Fortaleza e de São Luís, com participação de servidores de outras delegacias. Com a realização do mutirão foram concluídos arrolamentos de bens e diretos no valor de cercar de R\$ 250.000,00.

20. Indicador: Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Milhão de R\$	Positiva	6,88	TRIMESTRAL

RESULTADOS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
0,50	4,27	5,60	7,01	7,80	7,87	8,22	8,62	8,78	8,83	8,95	9,01

- **Finalidade:** Mensurar o valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.

- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A apreensão total de mercadorias resultante da atuação da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho – Direp nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) somou R\$ 9 milhões, ficando acima da meta estabelecida para a 3ª Região Fiscal. Importante destacar que, dentre a grande variedade de mercadorias retidas, encontram-se cigarros e os veículos que os transportavam bem como, eletrônicos e óculos de sol.

Pontos críticos: (i) defasagem do valor das diárias, diminuindo o interesse dos colegas em deslocamentos para trabalhos de repressão; (ii) limites impostos por normas administrativas às quantidade de diárias e pessoas em deslocamentos a serviço, o que dificulta a realização de atividades de repressão.

Encaminhamentos: Não há.

Observações: Não há.

21. Indicador: Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
150,00	133,33	126,67	115,58	110,00	102,94	107,65	97,78	97,14	100,88	105,97	104,83

Finalidade: Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.

Fórmula de cálculo: (Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde:

Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4).

- **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Foi aplicada a estratégia de priorizar operações de grande porte, de modo a ensejar o cumprimento da meta, que acabou superada em 4,83%.

Pontos críticos: (i) defasagem do valor das diárias, diminuindo o interesse dos colegas em deslocamentos para trabalhos de repressão; (ii) limites impostos por normas administrativas às quantidade de diárias e pessoas em deslocamentos a serviço, o que dificulta a realização de atividades de repressão.

Encaminhamentos: Não há.

Observações: Não há.

22. Indicador: Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
11,20	39,80	64,70	98,00

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.
- **Fórmula de cálculo:** $(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O trabalho conjunto das Eqmac – Equipes de Maiores Contribuintes da região resultou no cumprimento satisfatório da meta, embora tanto a região como algumas unidades individualmente não tenham alcançado os 100%.

Pontos críticos: As principais dificuldades do Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes – Semac03 em 2014 foram a falta de recursos para a execução dos treinamentos planejados; a perda de pessoal experiente que compunha as Equipes de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes das Delegacias de Teresina e São Luís e a dificuldade para cumprimento das metas por parte da equipe da Delegacia de Fortaleza, unidade que concentra a maior parte dos contribuintes diferenciados da região, fruto da falta de exclusividade na execução dos trabalhos de acompanhamento.

Encaminhamentos: (i) propor aos Delegados, por intermédio do Superintendente, que incentivem em suas unidades a execução dos trabalhos de acompanhamento dos contribuintes diferenciados e especiais, tendo em vista esse ser um caminho rápido para se incrementar a arrecadação; (ii) propor aos Delegados contornar o problema da alta rotatividade das equipes com um melhor repasse das tarefas a serem executadas para reduzir o investimento em treinamento básico do pessoal; (iii) propor ao Delegado da DRF/Fortaleza aumentar o tempo de dedicação da Eqmac/DRF/For às atividades de acompanhamento dos grandes contribuintes, tendo em vista sua maior concentração na jurisdição dessa unidade.

Observações: Não há.

23. Indicador: Índice de Temporalidade Média de Crédito Tributário (ITMP)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Dias	Negativa	505,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Tabela: ITMP em Dezembro/2014				METAS PARCIAIS 2014			
Região Fiscal	Tempo Existência Processo (Dias)	Qtde Processos Estoque	Tempo Médio (Dias)	1º trim/2014	2º trim/2014	3º trim/2014	4º trim/2014
Brasil	2.718.588.935	1.838.896	1.478	1178	1132	1086	1040
1 ^a	121.872.085	117.357	1.038	827	795	762	730
2 ^a	62.594.293	67.422	928	689	662	635	609
3 ^a	67.795.516	67.775	1.000	572	549	527	505
4 ^a	290.408.542	170.722	1.701	1466	1409	1352	1295
5 ^a	178.639.513	118.791	1.504	1294	1243	1193	1142
6 ^a	104.525.154	105.772	988	632	608	583	558
7 ^a	361.614.355	244.474	1.479	1089	1046	1004	961
8 ^a	1.307.041.287	681.859	1.917	1556	1496	1435	1374
9 ^a	157.496.019	187.171	841	648	623	597	572
10 ^a	66.602.171	77.553	859	634	610	585	560

- **Finalidade:** Mensurar o tempo médio de permanência de processos nas unidades.
- **Fórmula de cálculo:** ITMP = Tempo de Existência dos Processos em estoque / Quantidade de Processos em Estoque
- **Fonte dos Dados:** DW-Processo
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O ITMP é um novo indicador, que mede a temporalidade média dos processos DIGITAIS localizados nas unidades locais e nas Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF). Não são recuperados os dossiês, nem os processos cancelados, excluídos, encerrados e os arquivados. A meta de 2014 foi baseada na temporalidade de dezembro de 2013 e, de forma proporcional ao longo dos trimestres, deve haver uma redução de 15% (quinze por cento) desse tempo médio em relação à situação em dezembro de 2013. Na Reunião Suara e Dirac do 1º semestre, após ampla discussão, foi aprovada a seguinte proposta de alteração no indicador: 1) Não considerar na extração os processos cadastrados no grupo “Administrativo/Judicial”; 2) Não considerar os processos localizados em “área meio” (logística, gestão de pessoas e tecnologia); 3) Manter todas as atividades. Devido às alterações, também foram recalculadas as metas parciais. Nesta medição do 3º trimestre de 2014, todas as Regiões Fiscais ficaram abaixo de suas metas, sendo que a 3^a Região Fiscal apresentou o maior distanciamento relativo entre o resultado e a sua meta dentre todas as regiões, com quase 66% (sessenta e seis por cento).

Pontos críticos: Falta incluir na medição os processos em papel, que ainda não estão no DW Processos. Atualmente esse DW somente apresenta dados do e-Processo.

24. Indicador: Nível de Adequação Imobiliária (NAI)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	60	SEMESTRAL

RESULTADOS

SEM 1	SEM 2
55	55

- **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60, peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior a 40, e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40.

- **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Em 2014, as Unidades Gestoras da 3^a Região Fiscal realizaram diversas ações com vistas à adequação dos respectivos imóveis. Foram contratados diversos projetos de engenharia, dentre os quais destacam-se os relativos à readequação das redes lógica e elétrica, bem como às adaptações necessárias ao atendimento das normas de acessibilidade e atualização da identidade visual, cuja execução das obras contemplará imóveis de 27 Unidades Administrativas.

Grande parte das citadas ações, entretanto, não resultaram na efetiva contratação das obras, ou, nos casos em que se deu, não resultaram na conclusão das intervenções. Desse modo, conforme já previa o Relatório de Gestão 2013, os esforços empreendidos até o momento ainda não impactaram efetivamente o NAI. Daí a modesta elevação do indicador em relação a 2013 (NAI apurado no 2º semestre = 53,81).

Uma vez que diversas obras foram licitadas/contratadas ao final do exercício de 2014 ou encontram-se previstas no Plano de Engenharia 2015, esperam-se significativas melhorias nas condições dos imóveis para 2015 e 2016.

Pontos críticos: Identificamos, como ponto crítico no referido índice, que a 3^a Região Fiscal ainda possui, atualmente, 5 (cinco) Unidades Administrativas cujos imóveis possuem índice de adequação abaixo de 40, que precisam receber intervenções prioritárias, e 18 imóveis com índice de adequação entre 40 e 60, aquém da nota mínima desejável, 60.

Outras dificuldades pertinentes à efetiva execução das iniciativas de engenharia já foram apresentadas neste Relatório de Gestão, quando da análise da execução das despesas de investimento.

Encaminhamentos: Embora esta Região Fiscal entenda que o desafio para executar as iniciativas recentemente contratadas, bem como as previstas no Plano de Engenharia 2015 (Portaria RFB nº 2.109, de 05/12/2014) é bastante grande, os gestores locais e regionais continuarão a perseguir a melhoria das instalações físicas de seus imóveis.

Para a elevação do NAI da UJ, as iniciativas abaixo são consideradas fundamentais, uma vez que os imóveis em que serão realizadas as intervenções possuem índices de adequação abaixo de 40 ou entre 40 e 60, os quais recebem maior peso (3 e 2, respectivamente) e acarretam grande impacto no cálculo do indicador:

- a) contratação da obra de revitalização das instalações externas da sede da ALF/FOR (índice de adequação = 45,67; peso 2), cujo projeto deverá ser recebido no primeiro semestre de 2015;
- b) conclusão da obra de readequação das instalações físicas (elétrica/lógica/revestimento de piso) da SRRF03 e da DRF/FOR, prevista para o primeiro semestre de 2015;
- c) conclusão das obras de construção de 3 (três) agências-modelo da RFB: em Caxias-MA (índice de adequação = 53,54; peso 2), em Santa Inês-MA (índice de adequação = 49,34, peso 2) e em Caucaia (índice de adequação = 73,01; imóvel locado), todas licitadas no final de 2014, com previsão de término para o segundo semestre de 2015;
- d) conclusão dos projetos de adaptação, estimada para o primeiro semestre de 2015, e posterior contratação das obras de outras 2 (duas) agências-modelo da RFB: em Brejo Santo-CE (nova unidade criada pela portaria RFB nº 90, de 30/01/2013) e em Picos-PI (índice de adequação = 36,92; peso 3);

- e) contratação da obra de recuperação das instalações da ARF/Camocim (índice de adequação = 46,75; peso 2), licitada ao final de 2014 e cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2015;

Observações: Não há.

25. Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
META	5	11	17	25	33	42	50	58	67	78	89	100
RESULTADO	0,38	7,35	16,86	25,14	44,69	47,91	51,06	65,61	91,50	91,31	97,13	99,29

- Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.
- Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF] x 100.
- Fonte dos Dados:** Siafi.
- Análise de Desempenho**

Situação atual: A execução orçamentária de despesas com custeio na 3ª Região Fiscal atingiu o percentual de 99,29%, acima da média nacional que foi de 98,84%. Tendo em vista que o resultado do indicador leva em consideração a execução de diversos gastos de custeio, como despesas para a manutenção da máquina administrativa, despesas com ações de capacitação e despesas de custeio vinculadas ao Plano de Engenharia, consideramos que o resultado obtido representa uma boa execução pela 3ª RF.

Com relação ao custeio para manutenção da máquina administrativa, o maior percentual de execução está nos contratos de Vigilância, Limpeza, Serviços Terceirizados de Apoio Administrativo, Correios e para o pagamento de Diárias e Passagens.

Com relação à meta de custeio vinculado ao Plano de Engenharia, a 3ª RF conseguiu atingir 100% da meta estipulada, que era de R\$ 603.711,43, resultado obtido com o empenho de despesas para reformas de diversas Agências no Estado do Ceará (Russas, Acaraú, Crateús, Ipú, Ubajara) e no Estado do Maranhão (Caxias, Codó, Presidente Dutra e Pedreiras), além da reforma da sede da DRF/Juazeiro do Norte-CE.

Pontos críticos: A maior dificuldade encontrada durante o exercício de 2014 foi o contingenciamento dos créditos orçamentários, conforme disposto no Decreto MP nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014. A RFB, através dos Órgãos Centrais, determinou uma redução de 10,4% sobre o total dos créditos disponíveis para o exercício 2014, e, como consequência dessa limitação, a 3ª RF, através de diversas reuniões com as Unidades Gestoras jurisdicionadas, definiu percentuais de redução em contratos de vigilância das unidades e readequou novos tetos orçamentários para tornar possível a administração dos créditos em função do contingenciamento.

Encaminhamentos: Diante da publicação da Portaria RFB nº 2.108, de 05 de dezembro de 2014, que aprova os referenciais orçamentários para a RFB, será necessário que a 3ª Região Fiscal readequue seus tetos orçamentários em função do tipo de despesa (Locação de Imóveis, Água e

Esgoto, Energia Elétrica, Telecomunicações, Transporte, Vigilância, Limpeza, Serviço de Apoio, Armazenagem, Correios, Manutenção Predial, Diárias e Passagens e Outras Despesas de Custo), tendo em vista que o detalhamento da execução dos créditos orçamentários, por centro de custoS, é uma tendência a ser implementada em todo o poder executivo do Governo Federal.

Observações: Não há.

RELATÓRIO ATUALIZADO ATÉ 31 - DEZ - 2013

3^a REGIÃO FISCAL

SAGE - NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS DESPESAS DE CUSTEIO - PORTARIA RFB Nº 625/2013									
DESCRIÇÃO DOS TETOS	A - TETOS DISPONÍVEIS ANTES DAS DISTRIBUIÇÕES	B - 1 ^a DISTRIBUIÇÃO	C - 2 ^a DISTRIBUIÇÃO	TETOS DISPONÍVEIS APÓS DISTRIBUIÇÕES (A+B+C)	META ANUAL [(A+B+C) x 100%]	META ATÉ JUNHO (A x 42%)	META ATÉ SETEMBRO [(A x 67%) + B]	EXECUÇÃO (EMPENHADO A LIQUIDAR + LIQUIDADO)	RESULTADO DO INDICADOR (META ANUAL)
FIXAS E VARIÁVEIS	13.079.882,68	-	508.662,11	13.588.544,79	13.588.544,79	5.493.550,73	8.763.521,40	13.432.851,03	91,85%
REDE LÓGICA (LOCAL)	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROEDUC REGIONAL	714.210,16	-	-	714.210,16	714.210,16	299.968,27	478.520,81	702.280,99	
EMERGÊNCIA	300.000,00	-	-	300.000,00	300.000,00	126.000,00	201.000,00	233.650,08	
ACESSIBILIDADE	490.236,00	-	-	490.236,00	490.236,00	205.899,12	328.458,12	-	
UF - GRANDES EVENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	
OUTRAS OBRAS	564.064,00	-	-	564.064,00	564.064,00	236.906,88	377.922,88	12.334,20	
OBRAS FRONTEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	
TETO TOTAL	15.148.392,84	-	508.662,11	15.657.054,95	15.657.054,95	6.362.324,99	10.149.423,20	14.381.116,30	

26. Indicador: Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
17,00	34,00	62,25	55%

- Finalidade:** Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).
- Fórmula de cálculo:** $[(0,4 \times \text{ILE}) + (0,3 \times \text{IEB}) + (0,3 \times \text{IPF})]$, onde: ILE = valor arrecadado em leilões; IEB = estoque base; e IPF = processos fiscais antigos.
- Fonte dos Dados:** CTMA e SLE- Sistema de Leilão Eletrônico.
- Análise de Desempenho:**

Situação atual: O desempenho da 3^a Região Fiscal nesse Indicador pode ser considerado satisfatório (55,00), pois ficou entre 80% e 50% do atingimento da meta, para o exercício de 2014.

Para o IGMA foram considerados os valores arrecadados em leilões (ILE), bem como o estoque base (estoque total, excluídas as pendências judiciais) nos depósitos de mercadorias apreendidas das Unidades Jurisdicionadas na 3^a Região Fiscal (IEB) e os processos fiscais em estoque há mais de 360 dias nas contas 130 e 210 (IPF).

O IGMA é composto por três indicadores: Leilão representa 40% do IGMA. Estoque Base representa 30% do IGMA. Processos Antigos(>360 dias) representa 30% do IGMA

LEILÃO

Foi estabelecido o montante de R\$ 2.213.955,13 como meta para a 3^a Região Fiscal quanto à arrecadação em leilões, conforme estabelecido no Memo-Circular nº 64/2014/RFB-Gabin, do Sr.

Secretário da Receita Federal do Brasil. Esta Região superou a meta estabelecida em 43% para valores arrecadados em Leilão (R\$ 3.161.308,00).

ESTOQUE BASE

Com relação ao Estoque Base de mercadorias apreendidas, a 3^a Região ficou abaixo da meta de 30% de redução estabelecida pelo Órgão Central da RFB em apenas 2,88%, devido à complexidade do julgamento de alguns processos administrativos para aplicação ou relevação das penas de perdimento das mercadorias apreendidas, bem como ao grande volume de apreensões decorrentes da atividade de repressão e de fiscalização aduaneira. A proibição de destinação de mercadorias apreendidas, durante o período eleitoral, determinada pela Portaria RFB 783 de 10 de março de 2014, limitou a redução de estoque de mercadorias disponíveis para destinação, sendo, assim também responsável pelo não atingimento dessa meta.

PROCESSOS ANTIGOS(>360 DIAS)

Quanto ao IPF, a 3^a Região Fiscal não conseguiu atingir a meta fixada para conta 210 -Mercadoria sob Custódia (disponíveis para destinação há mais de 360 dias), que era apresentar uma redução de estoque 12 para 11 processos. O estoque de processos dessa conta, foi, entretanto elevado para 27 processos, aumentando, assim, o estoque de processos em 125%. Por outro lado houve significativa redução do estoque de processos na conta 130 – A Disposição de Apreensores (pendentes de apreciação administrativa há mais de 360 dias), a meta fixada era reduzir o estoque de 27 para 24 processos e conseguimos apresentar um estoque de apenas 15 processos.

Pontos Críticos: Acúmulo de processos de perdimento por considerável tempo, exigindo um esforço maior para o saneamento de pendências mais antigas, que naturalmente se tornam mais complexas e atrasam a inauguração de fluxos que poderiam ser usados em situação de estoques razoáveis e contemporâneos ou de pouca antiguidade.

Limitação quantitativa de servidores para dar celeridade ao julgamento dos processos administrativos.

A recepção das mercadorias em depósito, sejam de origem interna da RFB, sejam de órgãos externos, deveria permitir melhor gerenciamento da sua quantidade e qualidade (identificação precisa, valor, peso, volume, estado de conservação, validade, destinações possíveis, etc.), o que repercutiria na eficiência da gestão nas etapas seguintes (autuações, trâmites internos, julgamentos, remoções, destinações, etc.), trazendo qualidade e agilidade ao macroprocesso do perdimento de mercadorias.

A 3^a Região Fiscal vem se destacando como a Região que mais remove mercadorias apreendidas de outras Regiões. No Exercício de 2014 foram realizadas 11 remoções de mercadorias apreendidas, originárias da 9^a Região Fiscal e já apresentávamos um estoque elevado de mercadorias representadas pelas 43 remoções de mercadorias realizadas em 2013. A limitação da destinação de mercadorias estabelecidas para o período eleitoral dificultou a otimização da conta 210, tanto para a redução do estoque, como para a redução de processos.

Observações: Os pontos críticos acima destacados ainda persistem, mas a SRRF03 e as demais unidades da 3^a RF têm enfrentado a contento tal situação, com resultados promissores na redução de estoques e de processos.

Tais avanços decorrem de medidas concretas implementadas na Região Fiscal, com destaque para a estruturação de equipes de julgamento, mutirões (julgamentos, destinações, leilões, incorporações, etc.), reformas em depósitos próprios, reuniões de avaliação e de acompanhamento

de redução dos estoques, investimento em equipamentos e serviços de apoio (capatazia, manutenções, etc.), além da motivação dos servidores envolvidos e da conscientização das equipes sobre o aspecto intersistêmico desse macroprocesso.

Relevante, ainda, registrar que, fruto destas medidas, a 3^a RF continua conduzindo o Projeto Estratégico de Gestão de Mercadorias, que busca sistematizar as orientações às unidades e equipes envolvidas com tais trabalhos. O mencionado projeto estratégico objetiva também trazer uma avaliação sobre a necessidade de mudanças na nossa gestão de mercadorias.

27. Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
META	30	60	80	100
RESULTADO	3,71	10,18	54,56	81,84

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.
- **Fórmula de cálculo:** $(0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{0,6 \times [(0,6 \times \text{VALOR.OBRAS}) + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})]\}$, em que VALOR.MP = Valor Executado em investimentos para materiais permanentes (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em Investimentos para materiais permanentes. VALOR OBRAS = Valor Executado em Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em investimento para Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas. QTDE OBRAS= Quantidade de Obras/Serviços executados integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas / Total de Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: No início ano de 2014 foi disponibilizado o crédito orçamentário no montante de R\$ 17,9 milhões de reais para a 3^a Região Fiscal, relativos a Investimentos, sendo R\$ 16,7 milhões para o Plano de Engenharia de 2014. Ao longo do ano este montante foi alterado, tendo em vista ajustes realizados pelas Unidades Jurisdicionadas e pela própria capacidade de execução das mesmas. Fatores alheios ao interesse das UGs, como o contingenciamento aplicado aos órgãos do Executivo Federal, por exemplo, também impactaram a execução. Ao final do exercício, as UG da 3^a RF realizaram empenhos no montante total de R\$ 10.565.892,80 (dez milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), em torno de 59% do inicialmente disponibilizado, e de 81,84% do montante de despesas com investimentos, ajustadas ao longo do ano.

As despesas de crédito com Investimento estavam subdivididas, para efeitos de mensuração das metas, em despesas com Reaparelhamento das Unidades e despesas com iniciativas ligadas ao Plano de Engenharia – PE 2014. As do PE 2014, subdivididas em Emergencial, Acessibilidade, Unidades Modelo, Redes Elétricas e Lógicas, Outras Obras e Serviços de Engenharia e Obras Destacadas.

Dos valores disponibilizados para Reaparelhamento das Unidades, após a definição do contingenciamento a ser aplicado pelas Regiões Fiscais, o teto da 3^a RF, que era de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais), foi reduzido para R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), resultando em um montante empenhado pelas unidades de R\$ 898.507,29 (oitocentos e noventa e oito mil, quinhentos e sete reais e vinte e nove centavos), acima da meta ajustada em 149,58%.

Com relação ao Plano de Engenharia, da meta ajustada de R\$ 15.617.349,66 (quinze milhões, seiscentos e dezessete mil, trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos) e 27 iniciativas, foi executado o percentual de 61,90% dos seus créditos orçamentários, totalizando o montante de R\$ 9.667.385,51 (nove milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e hum centavos), e 81,48% das suas iniciativas previstas (22/27).

Entre os maiores destaques na execução do Plano de Engenharia 2014 estão as licitações de três unidades modelos (Caucaia-CE, Caxias-MA e Santa Inês-MA), que totalizaram um valor empenhado de R\$ 6.167.336,00 (seis milhões, cento e sessenta e sete mil, trezentos e trinta e seis reais); a contratação de projeto de acessibilidade/rede lógica e identidade visual para diversas unidades da 3^a RF, no montante empenhado de R\$ 950.404,43 (novecentos e cinquenta mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e três centavos); a revitalização das instalações externas da Alfândega do Porto de Fortaleza, no montante empenhado de R\$ 335.943,05 (trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e três reais e cinco centavos); a modernização da rede lógica do Centro de Atendimento ao Contribuinte da DRF São Luis-MA, de R\$ 526.100,00 (quinhentos e vinte e seis mil e cem reais); a recuperação da ARF Camocim-CE, R\$ 478.007,48 (quatrocentos e setenta e oito mil, sete reais e quarenta e oito centavos); a reforma do Centro de Atendimento ao Contribuinte da DRF Teresina-PI, R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais); e a execução do projeto lógico e elétrico do 2º, 3º e 4º pavimentos do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda-CE, R\$ 191.450,00 (cento e noventa e um mil quatrocentos e cinquenta reais).

Pontos críticos: Embora no ano de 2014 a Superintendência Regional da RFB na 3^a Região Fiscal tenha tido um acréscimo substancial em seu quadro de servidores na Seção de Engenharia – SAENG, com a chegada de 2 (dois) arquitetos, e de 1(um) engenheiro civil, oriundos de concurso externo para o quadro do Ministério da Fazenda, e a chegada ainda de 1 ATRFB, com formação em arquitetura, perfazendo um total de 06 servidores naquela seção, a Região Fiscal ainda se ressentiu da precariedade do quadro em relação ao quantitativo de demandas contratadas em 2014 e dos desafios para 2015. A contratação das iniciativas licitadas em 2014 resultam, inevitavelmente, em um trabalho especializado de fiscalização das obras e serviços contratados durante o decorrer do ano de 2015. Some-se ao desafio, a necessidade sempre crescente de atendermos a demandas reprimidas ao longo dos anos, e que estão apresentadas pelas Unidades, através do Plano de Engenharia 2015.

A DRF/TSA e a DRF/SLS foram contempladas com a remoção de uma ATRFB, com formação em arquitetura e uma servidora Arquiteta, respectivamente, o que possibilita um melhor planejamento das referidas Unidades, e uma melhor interlocução com os servidores da SAENG, considerando que o assunto ligado a área de engenharia sempre é muito técnico, e precisa de profissionais especializados. No entanto, ainda é insuficiente para as demandas das referidas Unidades. Nas demais Unidades da 3^a RF, a carência ainda é maior, pois suas necessidades na área são repassadas continuamente para a SAENG, que não consegue atender o volume da jurisdição, pela insuficiência de servidores nas referidas Ugs.

Encaminhamentos: O Terreno anexo ao Edifício-Sede do Ministério da Fazenda-CE foi devidamente avaliado, através de profissional responsável, bem como foram adotados procedimentos para sua efetiva aquisição. No entanto, as tratativas e etapas de análises pelos

diversos órgãos envolvidos no processo não se concluíram no ano de 2014, o que inviabilizou a concretização da ação, que está em fase de análise pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, o que impede os demais procedimentos para empenho da despesa de aquisição.

Observações: Embora não tenhamos atingido a meta estabelecida pelo Órgão Central da RFB (SUCOR), para a execução das despesas com Investimentos, o resultado da 3^a RF foi bem superior ao resultado nacional, uma vez que a Região atingiu 81,84%, enquanto que o resultado Nacional foi de 51,14%, conforme quadro abaixo.

SAGE - NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS DESPESAS DE INVESTIMENTOS - PORTARIA RFB Nº 625/2013								RESULTADO DO INDICADOR (META ANUAL)	
OBRAS - PLANO DE ENGENHARIA DIENG (PORTARIA RFB Nº 528/2013)									
PESO - 60%									
Fórmula: [(EXECUÇÃO/TETOS DISPONÍVEIS)*60% + (Nº DE OBRAS EM FASE IV/Nº DE OBRAS TOTAL)*40%]*60%									
1	DESCRIÇÃO DOS TETOS	TETOS DISPONÍVEIS	META ANUAL - 100%	META ATÉ JUNHO - 60%	META ATÉ SETEMBRO - 90%	EXECUÇÃO VALOR (EMPENHADO A LIQUIDAR + LIQUIDADO)	RESULTADO OBRAS VALOR (%)	RESULTADO OBRAS (%)	
OBRAS - VALOR 36%	AGÊNCIA MODELO	690.000,00	690.000,00	414.000,00	621.000,00	158.511,82	22,97%	19,48%	
	EMERGÊNCIA	280.000,00	280.000,00	168.000,00	252.000,00	-	0,00%		
	ACESSIBILIDADE	500.000,00	500.000,00	300.000,00	450.000,00	-	0,00%		
	UF - GRANDES EVENTOS	-	-	-	-	-	-		
	OBRAS DESTACADAS	2.000.000,00	2.000.000,00	1.200.000,00	1.800.000,00	-	0,00%		
	OUTRAS OBRAS	780.299,00	780.299,00	460.179,40	702.269,10	419.401,90	53,75%		
	FRONTEIRA	-	-	-	-	-	-		
OBRAS - QUANTIDADE 24%	REDE LÓGICA	2.676.000,00	2.676.000,00	1.605.600,00	2.408.400,00	1.280.180,10	47,84%	48,93%	
	TOTAL	6.926.299,00	6.926.299,00	4.155.779,40	6.233.669,10	1.857.993,90	26,83%		
MATERIAL PERMANENTE - 40%	Nº DE OBRAS/SERVIÇOS TOTAL		META ANUAL - 100%	META ATÉ JUNHO - 60%	META ATÉ SETEMBRO - 90%	EXECUÇÃO QUANTIDADE (Nº DE OBRAS EM FASE CONTRATUAL IV)	RESULTADO OBRAS QUANTIDADE (%)	73,64%	
	22	22	14	20	9	40,91%			
MATERIAIS PERMANENTES PESO - 40%									
Fórmula: [(EXECUÇÃO/TETOS DISPONÍVEIS)*40%]									
MATERIAL PERMANENTE - 40%	DESCRIÇÃO DOS TETOS	TETOS DISPONÍVEIS	META ANUAL - 100%	META ATÉ JUNHO - 60%	META ATÉ SETEMBRO - 90%	EXECUÇÃO (EMPENHADO A LIQUIDAR + LIQUIDADO)	RESULTADO MATERIAL PERMANENTE (%)	73,64%	
	REAPARELHAMENTO	2.845.727,00	2.845.727,00	1.707.436,20	2.561.154,30	2.095.712,74	73,64%		

28. Indicador: Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	1,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
0,37	0,73	0,91	1,42

- Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.
- Fórmula de cálculo:** $\{0,6 \times [(\text{carga horária total de capacitação} / \text{total de treinandos sem repetições}) / \text{meta}]\} + \{0,4 \times [(\text{total de treinandos capacitados sem repetições} / \text{total de servidores em exercício}) / \text{meta}]\}$.

- **Fonte dos Dados:** Siscad.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: A meta estratégica relacionada a capacitação e desenvolvimento de servidores (IGACD) na 3^aRF, foi superada em 42,00%.

O Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento, composto pelo Grau de Amplitude e pelo Grau de Aprofundamento, teve na 3^aRF os seguintes resultados:

- Grau de Amplitude - 72,39% (proporção dos servidores capacitados)
- Grau de Aprofundamento - 76,65 (carga horária média de servidores capacitados).

Pontos críticos: Baixo valor das diárias.

Encaminhamentos: Aperfeiçoar o planejamento das ações direcionando-as ao suprimento das maiores lacunas. Atuar junto as Unidades e Divisões no sentido de sensibilizá-las da importância do grau de amplitude.

Observações: Não há.

29. Indicador: Nível de adequação do Ambiente Informatizado às novas Ferramentas colocadas à disposição (NAF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1,54%	1,54%	1,54%	0,00%	0,00%	3,98%	0,00%	0,00%	11,64%	0,00%	0,00%	26,96%

- **Finalidade:** Apurar o nível de adequação e aprofundamento das ferramentas do ambiente informatizado.
- **Fórmula de cálculo:** [(ITU = Indicador de Tablets) x 0,30 + (IUU = Indicador de Ultrabooks) x 0,30 + (IRS = Indicador de Rede sem Fio) x 0,20 + (ILO = Indicador de licenças Office) x 0,20] x 100
- **Fonte dos Dados:** Ferramenta de gerenciamento, Altiris.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: O NAF é composto por 6 indicadores (ITU = Indicador de Tablets, IUU = Indicador de Ultrabooks, IRS = Indicador de Rede sem Fio, ILO = Indicador de licenças Office). A distribuição dos equipamentos (tablets e ultrabooks) iniciou-se, de fato, em dezembro, devido ao atraso na chegada destes equipamentos. Por este motivo, apenas no final do ano o indicador teve uma relativa melhora, encerrando 2014 com 26,96%. Em que pese o baixo valor do indicador de licenças Office, a distribuição é realizada de acordo com a demanda dos usuários.

Pontos críticos: A entrega dos tablets e ultrabooks às unidades foi prejudicada devido ao atraso no envio dos equipamentos, os quais só foram entregues no final do ano, comprometendo os respectivos indicadores. A reforma que está ocorrendo nos 2º, 3º e 4º pavimentos do prédio do Ministério da Fazenda atrasou a instalação dos equipamentos de Rede sem Fio nos ambientes da DRF-Fortaleza e Superintendência. As unidades alegaram que o atraso nas instalações dos Pontos Acesso foi devido à demora nos testes realizados nos equipamentos e autorização para uso, os quais

não requereram tais licenças em grande quantidade.

Encaminhamentos: Uma vez que equipamentos(tablets, ultrabooks e pontos de acesso) já foram distribuídos às unidades, acompanhar e cobrar a instalação e utilização dos mesmos.

Observações: Não há.

30. Indicador: Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
82,28%	86,46%	77,54%	90,23%	92,02%	91,39%	92,37%	93,13%	91,52%	90,42%	90,02%	91,83%

- **Finalidade:** Apurar o nível de adequação da infraestrutura tecnológica.
- **Fórmula de cálculo:** [(IETA = Estações de trabalho adequadas x 0,15) + (IETS = Computadores gerenciados pela Solução de Segurança x 0,20) + (IUCD = Usuários com obrigatoriedade de acesso a rede Windows via Certificação Digital x 0,15) + (IUAD = Usuários ativos no Active Directory x 0,15) + (IBDC = Banda disponível dos circuitos de Rede Wan x 0,15) + (IETG = Computadores gerenciados pelo Altiris x 0,20)] x 100.
- **Fontes de Dados:** Contratos de aquisição, Active Directory, Console de Gerenciamento do SEP, Consolde de Gerenciamento do Altiris, GTIC e SA3.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O NIT é composto por 6 indicadores (Estações de trabalho adequadas, Computadores gerenciados pela Solução de Segurança, Usuários com obrigatoriedade de acesso a rede Windows via Certificação Digital, Usuários ativos no Active Directory, Banda disponível dos circuitos de Rede Wan, Computadores gerenciados pelo Altiris). Verificamos que houve uma evolução consistente ao longo do período, saindo de um percentual de 82,28% em janeiro para 91,83% no final do ano. Esta melhora foi devida principalmente a um trabalho de saneamento de inconsistências no Active Directory, gerando uma evolução em todos os índices.

Pontos críticos: Os indicadores têm sido afetados por inconsistências na base de dados do Active Directory. Este ponto já está sendo atacado desde o final de 2014, proporcionando uma significativa melhora nos índices.

Encaminhamentos: Continuar o saneamento da base de dados do Active Directory.

Observações: Não há.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 5 - Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade

O item “**Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade**” não é tratado neste Relatório de Gestão, pois esta Unidade não é gestora de fundos de aval, de fundos garantidores de crédito ou de fundos de investimento (itens 64 e 65 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 6: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O subitem “**Demonstração e justificação de eventuais passivos reconhecidos no exercício**” (subitem 6.3 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), não será apresentado neste Relatório de Gestão pois não houve registro de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício financeiro de 2014 nesta UJ.

O subitem “**Informações sobre transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres**” (subitem 6.5 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não será apresentado neste Relatório de Gestão pois não houve transferência de recursos desta UJ mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como a título de subvenções, auxílios ou contribuições no exercício financeiro de 2014.

O subitem “**Informações sobre renúncia de receitas**” (subitem 6.7 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não será apresentado neste Relatório de Gestão pois esta UJ não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, a prestação de informações relacionadas a este Subitem. Alguns quadros deste Subitem serão apresentados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

6.1 - Demonstração da Execução das Despesas

Quadro 7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	170010	170040	25103.04.125.2110.20VF.0001			566.221,43
Recebidos	170010	170040	25103.04.125.2110.20VF.0001			1.864.752,37
Recebidos	170010	170040	25103.04.129.2110.2238.0001			350.367,30
Recebidos	170010	170040	25103.04.122.2110.2000.0001			13.012.413,37
Recebidos	170010	170040	25103.04.125.2110.2237.0001			1.267.380,01
Recebidos	170010	170040	25103.04.125.2110.20VF.0001			153.653,37
Recebidos	170010	170040	25103.04.125.2110.20VF.0001			37.490,00
Recebidos	170010	170040	25103.04.125.2110.20VF.0001			72.035,64
Recebidos	170010	170040	25103.04.331.2110.00M1.0001			17.743,67
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	170010	170040	25103.04.125.2110.20VF.0001	8.949.736,83		
Recebidos	170010	170040	25103.04.125.2110.20VF.0001	1.203.066,03		
Recebidos	170010	170040	25103.04.125.2110.20VF.0001	717.648,68		
Recebidos	170010	170040	25103.04.125.2110.20VF.0001	93.553,25		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		

Movimentação	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Quadro 8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquida		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	10.135.350,81	10.329.728,64	10.014.671,40	9.569.923,62
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de preços	149.865,40	0,00	113.011,83	0,00
c) Concorrência	261.295,06	0,00	207.852,51	0,00
d) Pregão	9.724.190,35	10.329.728,64	9.693.807,06	9.569.923,62
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	2.281.215,47	2.560.939,47	2.280.922,57	2.535.938,05
h) Dispensa	1.379.998,53	1.744.231,81	1.379.705,63	1.720.412,46
i) Inexigibilidade	901.216,94	816.707,66	901.216,94	815.525,59
3. Regime de Execução Especial	50.002,07	66.807,11	50.002,07	66.807,11
j) Suprimento de Fundos	50.002,07	66.807,11	50.002,07	66.807,11
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.136.615,78	2.449.936,79	2.136.615,78	2.449.936,79
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	2.136.615,78	2.449.936,79	2.136.615,78	2.449.936,79
5. Outros	380.070,06	1.005.728,00	380.070,06	994.118,92
6. Total (1+2+3+4+5)	14.983.254,19	16.413.140,01	14.862.281,88	15.616.724,49

Quadro 8A - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (SRRF03)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquida		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.126.247,89	1.381.170,80	1.126.247,89	1.381.170,80
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	1.126.247,89	1.381.170,80	1.126.247,89	1.381.170,80
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	444.006,67	528.626,80	444.006,67	528.626,80
h) Dispensa	158.495,71	207.388,64	158.495,71	207.388,64
i) Inexigibilidade	285.510,96	321.238,16	285.510,96	321.238,16
3. Regime de Execução Especial	3.614,29	5.474,00	3.614,29	5.474,00
j) Suprimento de Fundos	3.614,29	5.474,00	3.614,29	5.474,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	569.845,77	602.602,35	569.845,77	602.602,35
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	569.845,77	602.602,35	569.845,77	602.602,35
5. Outros	78.056,51	226.891,69	78.056,51	226.891,69
6. Total (1+2+3+4+5)	2.221.771,13	2.744.765,64	2.221.771,13	2.744.765,64

Quadro 9 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	16.325.582,04	16.875.769,85	14.233.357,63	14.985.199,26	2.092.224,41	1.890.570,59	14.231.523,94	14.971.200,11
37 – Locação de Mão de Obra	7.056.059,20	6.413.907,01	6.474.836,08	6.012.461,46	581.223,12	401.445,55	6.474.836,08	6.012.461,46
39 – Outros. Serv. Pes. Jurídica	3.896.403,42	4.626.063,64	3.102.219,04	3.433.957,22	794.184,38	1.192.106,42	3.100.678,25	3.432.775,15
14 – Diárias Pessoal Civil	2.136.527,28	2.449.936,79	2.136.527,28	2.449.936,79	0,00	0,00	2.136.527,28	2.449.936,79
Demais elementos do grupo	3.236.592,14	3.385.862,41	2.519.775,23	3.088.843,79	716.816,91	297.018,62	2.519.482,33	3.076.026,71
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 – Investimentos	11.434.669,22	3.954.017,04	749.896,56	1.427.940,75	10.684.772,66	2.526.076,29	630.757,94	645.524,38
51 – Obras e Instalações	10.284.634,65	1.908.576,43	570.502,53	150.856,82	9.714.132,12	1.757.719,61	454.206,41	144.382,57
52 – Equip.Material Permanente	1.111.579,57	2.045.440,61	179.394,03	1.277.083,93	932.185,54	768.356,68	176.551,53	501.141,81
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	38.455,00	0,00	0,00	0,00	38.455,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 9A - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (SRRF03)

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	2.757.865,47	3.008.142,56	2.212.806,13	2.675.187,53	535.059,34	332.955,03	2.212.806,13	2.675.187,53
37 – Locação de Mão de Obra	118.629,86	262.544,15	101.199,02	251.402,10	17.430,84	11.142,05	101.199,02	251.402,10
39 – Outros. Serv. Pes. Jurídica	998.785,09	1.197.540,54	794.583,98	1.012.134,10	194.201,11	185.406,44	794.583,98	1.012.134,10
14 – Diárias Pessoal Civil	569.845,77	602.602,35	569.845,77	602.602,35	0,00	0,00	569.845,77	602.602,35
Demais elementos do grupo	1.070.604,75	945.455,52	747.177,36	809.048,98	323.427,39	136.406,54	747.177,36	809.048,98
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 – Investimentos	2.059.762,95	1.543.578,19	8.965,00	69.578,11	2.050.797,95	1.474.000,08	8.965,00	69.578,11
51 – Obras e Instalações	1.702.111,70	1.433.741,92	0,00	50.057,68	1.702.111,70	1.383.684,24	0,00	50.057,68
52 – Equip.Material Permanente	357.651,25	109.836,27	8.965,00	19.520,43	348.686,25	90.315,84	8.965,00	19.520,43
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Crítica

No ano de 2014 a 3ª Região Fiscal manteve um nível de execução orçamentária de Custeio

cujos valores de empenhos emitidos pelas Unidades Gestoras jurisdicionadas se aproximaram bastante da execução realizada durante o ano de 2013, atingindo 96,73%, em valores nominais.

Nossas principais despesas de custeio continuam sendo serviços terceirizados, com cessão de mão de obra, cujos objetos são: Serviços de Vigilância, Limpeza e Conservação e Apoio Administrativo (Terceirizados), que responderam por 43,22% de todo o montante empenhado pela Região Fiscal.

A modalidade de licitação mais utilizada em 2014 continuou sendo o Pregão Eletrônico, o que justifica o alto grau de liquidação e pagamento de despesas nessa modalidade durante o referido ano, como se observa no Quadro 08. Os contratos continuados de bens e serviços comuns, bem como aquisições de material permanente (móvels, divisórias) e vários equipamentos (Ex: Nobreaks, estabilizadores) foram os objetos contratados, por pregão eletrônico, com 52,20% do total dos empenhos emitidos por nossas UGs, enquanto as contratações decorrentes de Concorrência representaram 22,34% do montante.

Para as modalidades de Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação, que são relativas a objetos para os quais os arts. 24 e 25 da Lei 8.666/93 possibilitam a contratação de forma dispensável ou inexigível, temos: Água e Esgoto, Energia Elétrica, Locação de Imóveis, bem como contratações celebradas com empresa pública que goze da condição de monopólio na prestação de serviços, como é o caso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, bem como para aquisição de serviços e bens de pequeno vulto, a Região Fiscal reduziu seu nível de execução de despesas para um patamar de 90,53% da execução de 2013.

Ressaltamos ainda houve redução com as despesas realizadas com Suprimento de Fundos, evidenciando uma tendência já perseguida pela Região, que em 2013 reduziu suas contratações diretas em um percentual de 12% do valor nominal de 2012, e que, no ano de 2014, conseguiu um decréscimo ainda maior nessa forma de execução, chegando a um percentual de 25,15% do nominalmente executado em 2013. Esses dados evidenciam a política de utilização cada vez menor dessa modalidade de compras.

Devido ao forte impacto do contingenciamento determinado pelo Governo Federal durante o exercício de 2014, as Unidades jurisdicionadas fizeram ajustes em suas execuções, com algumas reduções em seus objetos contratados, principalmente nos contratos com despesas de Vigilância. Houve uma substituição de tipos de postos de vigilância, ou até mesmo uma redução desses quantitativos de postos pelas Unidades, como foi o caso da Delegacia da RFB em Fortaleza/CE, da DRF Sobral/CE, DRF Juazeiro do Norte/CE e DRF Teresina/PI. Essas providências reduziram, de forma nominal, o valor de execução da referida despesa, em relação a 2013, no percentual de 5%. Essas providências de gestão possibilitaram às Unidades honrarem seus contratos em andamento, que ao serem repactuados não tiveram valores majorados acima dos créditos orçamentários disponibilizados para a Região. Os acréscimos nos contratos decorreram também de previsão legal, que alterou o adicional de periculosidade para a categoria de Vigilantes, o que importou numa majoração unitária dos postos da ordem de 16%, aproximadamente. Para que isso fosse possível as Ugs reduziram, num percentual de 13,80% suas despesas com deslocamento, em relação à execução de 2013.

Destacamos as dificuldades enfrentadas pelas diversas Unidades da Região na manutenção da boa qualidade de suas instalações, devido aos constantes contingenciamentos e alterações de limites orçamentários, que são insuficiente para fazer frente às diversas demandas.

Nos últimos anos, a Região tem enfrentado, com muito empenho, o desafio de licitar e

contratar serviços de engenharia e obras com o intuito de alcançar um novo patamar de qualidade em suas instalações físicas prediais. No entanto, todas as UGs se ressentem da falta de serviços de manutenção predial, que é considerada uma demanda prioritária por todas elas, sem o quê não se pode assegurar a permanência do padrão de qualidade das instalações. Caso a contratação de manutenção predial não seja priorizada, novas intervenções nas Unidades administrativas podem vir a ser demandadas nas já recém-reformadas ou recém-construídas unidades. Essa situação tem gerado um compromisso, por parte da Região Fiscal, de dar uma maior prioridade de recursos orçamentários e humanos para a concretização desses serviços de manutenção predial.

As Unidades jurisdicionadas realizaram, em 2014, uma execução de despesas com reaparelhamento mobiliário 45,65% menor que 2013, tendo em vista que, nos últimos 4 anos foram realizados diversos procedimentos de aquisição de móveis, alavancando a qualidade das instalações mobiliária das Unidades.

A Região Fiscal teve um incremento na execução das despesas com Investimento, da ordem de 189,19% em relação ao exercício anterior, devido ao alto nível de execução das iniciativas ligadas ao Plano de Engenharia.

Nas despesas com obras e instalações, em termos de valores absolutos, executamos 5 (cinco) vezes mais que em 2013. Nossas principais ações foram as licitações e contratações de projetos e execuções de obras para as Agências da RFB em Caxias/MA, Caucaia/CE e Santa Inês/MA, perfazendo um total de R\$ 5.958.895,52 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos). Essas agências seguirão padrões nacionais, definidos em contratação nacional de projetos para diversas tipologias de agências, estabelecidos conforme o porte de cada uma delas. As Regiões Fiscais ficaram responsáveis pela contratação de adaptações desse projeto nacional às realidades dos terrenos doados pelas Prefeituras Municipais, e demais demandas para a efetiva contratação de suas construções. Também tivemos, no âmbito da 3ª Região Fiscal, reformas licitadas para os Centros de Atendimento ao Contribuinte nas sedes da DRF/Teresina e DRF/São Luis, que perfizeram um montante de R\$ 1.126.100,00 (um milhão, cento e vinte e seis mil, e cem reais). Outras contratações, de menor porte, também contribuíram para a elevação da execução das despesas com investimento e que resultaram nessa execução muito acima dos valores históricos da 3ª Região Fiscal.

Se somarmos as execuções de despesas de custeio e investimento da Região Fiscal, o total de R\$ 27.760.251,26 representa um incremento de 33,27% do valor nominal executado em 2013. Esse grande montante empenhado, especialmente em relação a iniciativas de obras e serviços de engenharia, gera um desafio muito grande para as Unidades Gestoras jurisdicionadas, que precisarão envidar esforços nos sentido de acompanhamento da execução dos referidos contratos durante o ano de 2015.

6.2 - Informações sobre Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

Quadro 10 - DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	2110 / 2000	-	-
Legal	2110 / 2000	25.160,42	19.694,92
Mercadológica	2110 / 2000	-	-
Utilidade pública	2110 / 2000	-	-

OBS: Além das despesas discriminadas acima existe despesa empenhada e paga no valor de R\$ 1.053,80, na ND 33903209 - Material para Divulgação, na UG 1700040 – Superintendência

Regional da RFB na 3^aRF.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 3^a Região Fiscal e suas Unidades Jurisdicionadas realizaram despesas com publicidade de caráter legal, assim entendidas aquelas que se destinam a dar conhecimento de atas, editais, atos convocatórios de licitação e leilão, avisos e outras informações da Administração Pública com a finalidade de atender a comandos legais.

A distribuição de publicidade desta natureza compete - por força de lei - à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) S/A, conforme dispõem a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008 e o Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008.

Desta forma, cada uma das Unidades Gestoras da 3^a região fiscal firmou contrato com a EBC a fim de verem satisfeitas as imposições normativas acerca da obrigação de tornar públicos seus editais, avisos e outras informações.

Em regra, dado tratar-se de contratação direta, o período de vigência da relação contratual é de 60 (sessenta) meses, *ex vi* do artigo 57, II da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3 - Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 11 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	4.445.728,34	3.117.048,58	141.257,17	1.187.422,59
2012	1.489.383,61	955.210,07	534.173,54	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	796.415,52	796.415,52	0,00	0,00
2012	281.136,51	281.136,51	0,00	0,00

Análise Crítica

Os Restos a Pagar Processados, existentes em 01.01.2014, são decorrentes de empenhos emitidos tanto em 2013 quanto em 2012, e foram todos pagos durante o ano passado.

O saldo de R\$ 281.136,51 (duzentos e oitenta e um mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta e um centavos), do empenho inscrito em restos a pagar processados de 2012, da UG 170108 (ALF/FOR), se refere à execução da obra de revitalização das instalações elétricas e lógicas, bem como instalações de CFTV, alarme e combate contra incêndio, recuperação de instalações hidrossanitárias, de ar condicionado e construções de guarita e passarela de ligação entre a sede da ALF/FOR e o Depósito de Mercadorias Apreendidas, cujo valor total era de R\$ 1.687.037,17 (um milhão, seiscentos e oitenta e sete mil, trinta e sete reais e dezessete centavos). O saldo apontado foi devidamente pago nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, e a obra foi concluída a contento, trazendo melhorias substanciais para as instalações físicas daquela Unidade.

Os empenhos de 2013, inscritos em restos a pagar processados, resultam substancialmente de aquisições de mobiliários da DRF/SLS, cujo empenho 2013NE800454 foi parcialmente inscrito no valor de R\$ 406.674,48 (quatrocentos e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), bem como de empenhos da DRF/FOR, no valor de R\$ 222.154,45 (duzentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos). Todos os saldos foram

pagos no decorrer de 2014. Atualmente, ainda consta saldo no valor de R\$ 116.684,00 (cento e dezesseis mil, seiscentos e oitenta e quatro reais), destinado a aquisição de divisórias para a execução do serviço de modernização do CAC, previsto para iniciar-se no mês de maio/2015.

Com relação aos valores inscritos em **Restos a Pagar Não Processados**, decorrentes de empenhos emitidos no exercício de 2012, a maior parte desses valores decorreu da contratação da obra de construção da Agência da RFB em Balsas, pela DRF/IMP (UG 170030), cuja contratada não concluiu a obra. Houve a impossibilidade de aditamento do contrato, devido à não regularização da situação fiscal da contratada, aplicando-se-lhe a penalidade contratual cabível, ao que se seguiu o cancelamento do saldo de empenho, no valor de R\$ 512.393,54 (quinhentos e doze mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e quatro centavos).

Para os demais valores reinscritos em restos a pagar não processados, os empenhos do exercício de 2012 referem-se, substancialmente, a objetos contratados pela SRRF03 (UG 170040) e pela UG 170108 - ALF/FOR. A SRRF03 reinscreveu o valor de R\$ 229.280,00 (duzentos e vinte e nove mil, duzentos e oitenta reais), que foi devidamente liquidado e pago em 2014, resultante da aquisição de divisórias (Material Permanente) para atender layout do 3º e 4º pavimentos do edifício sede do Ministério da Fazenda no Ceará. Devido ao atraso na conclusão da readequação das instalações lógicas e elétricas da Unidade em 2013, e a falta de espaço físico para acondicionar o material, enquanto não fosse possível a montagem desse material, solicitou-se à fornecedora que adiasse a entrega. A Unidade foi atendida pela fornecedora, porém, houve a necessidade de reinscrição do valor. Para a ALFFOR, o saldo de R\$ 550.506,90 (quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e seis reais e noventa centavos), resulta de empenho ainda relativo à obra de revitalização da ALF/FOR que, embora em execução durante todo o ano de 2013, não pode ser concluído, implicando na necessidade de reinscrição parcial, cujo saldo também foi liquidado e pago em 2014.

Para os empenhos emitidos no exercício de 2013, no total de R\$ 4.445.728,34 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos), destacamos as seguintes iniciativas como mais relevantes:

A) A UG 170040 - SRRF03 licitou no ano de 2013 uma obra de readequação dos 2º, 3º e 4º pavimentos do edifício-sede do Ministério da Fazenda, cujo vencedor foi contratado no início de 2014, no valor R\$ 1.275.230,10 (um milhão duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta reais e dez centavos). A referida obra, por ajustes e por outros vários motivos, teve seu cronograma atrasado, o que resultou na necessidade de inscrição novamente em 2015, no valor de R\$ 923.308,73 (novecentos e vinte e três mil, trezentos e oito reais e setenta e três centavos).

B) A UG 170108 – ALF/FOR licitou e contratou as obras de recuperação da estrutura de concreto e da cobertura de sua sede e Depósito de Mercadorias Apreendidas, no valor de R\$ 226.850,00 (duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta reais), através do empenho nº 2013NE800308, bem como a aquisição de mobiliário e divisórias a serem utilizadas após a concretização da recuperação de suas instalações, iniciativa já citada neste Relatório, no valor de R\$ 553.614,00 (quinhentos e cinquenta e três mil, seiscentos e catorze reais). Também houve um aditamento ao referido contrato, no valor de R\$ 127.730,00.

C) Os demais valores constantes em restos a pagar não processados no início de 2014, e que são decorrentes de empenhos emitidos em 2013 pelas Unidades Gestoras, resultam de contratações diversas, e que foram em sua maior parte liquidadas e pagas no decorrer do exercício passado, como é a prática para contratações de serviços continuados e outras contratações por preço global.

D) As Unidades Gestoras DRF/IMP, ALF/FOR, DRF/SLS, DRF/TSA tiveram valores importantes inscritos em restos a pagar decorrentes de aquisições de móveis e de equipamentos para suas instalações que tiveram montante registrado no total de R\$ 527.208,00 (quinhentos e vinte e sete mil, duzentos e oito reais), e que tiveram suas entregas adiadas pelos fornecedores, por interesse da Administração, considerando que forma adquiridos em decorrência de projetos recebidos, mas que as obras ainda não forma concluídas e não há espaço e nem condições de montagem dessas divisórias.

6.4 - Informações sobre Suprimento de Fundos

Quadro 12 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	170028	DRF/São Luís	-	-	7	9.000,00	1.500,00
	170030	DRF/Imperatriz	-	-	4	16.434,51	6.285,51
	170035	DRF/Teresina	-	-	10	6.874,00	1.000,00
	170040	SRRF03	-	-	6	9.200,00	2.000,00
	170041	DRF/Fortaleza	-	-	10	5.700,00	800,00
	170042	DRF/Juazeiro do Norte	-	-	9	14.230,64	5.230,64
	170108	ALF/Porto de Fortaleza	-	-			
	170225	ALF/Porto de São Luís	-	-	2	465,45	465,45
	170330	DRF/Sobral	-	-	1	2.000,00	50.000,00
	170337	DRF/Floriano	-	-	3	8.790,00	3.000,00
	170387	ALF/Aerop.Internac.Pinto Martins	-	-	3	2.440,00	1.000,00
	170532	ALF/Porto de Pecém	-	-			
2013	170028	DRF/São Luís	-	-	15	10.376,88	2.500,00
	170030	DRF/Imperatriz	-	-	5	18.721,34	6.000,00
	170035	DRF/Teresina	-	-	11	16.062,85	2.500,00
	170040	SRRF03	-	-	4	7.600,00	2.000,00
	170041	DRF/Fortaleza	-	-	4	1.950,00	800,00
	170042	DRF/Juazeiro do Norte	-	-	9	13.000,00	3.000,00
	170108	ALF/Porto de Fortaleza	-	-	-	-	-
	170225	ALF/Porto de São Luís	-	-	2	487,70	487,70
	170330	DRF/Sobral	-	-	5	6.000,00	48.000,00
	170337	DRF/Floriano	-	-	5	12.732,34	3.332,34
	170387	ALF/Aerop.Internac.Pinto Martins	-	-	2	3.950,00	1.000,00
	170532	ALF/Porto de Pecém	-	-	-	-	-
2012	170028	DRF/São Luís	-	-	6	6.561,48	2.750,00
	170030	DRF/Imperatriz	-	-	4	11.835,68	6.000,00
	170035	DRF/Teresina	-	-	16	20.450,00	2.000,00
	170040	SRRF03	-	-	4	4.000,00	2.000,00
	170041	DRF/Fortaleza	-	-	6	3.500,00	1.500,00
	170042	DRF/Juazeiro do Norte	-	-	13	23.800,00	5.000,00
	170108	ALF/Porto de Fortaleza	-	-	-	-	-
	170225	ALF/Porto de São Luís	-	-	1	300,00	300,00
	170330	DRF/Sobral	-	-	3	2.800,00	48.000,00
	170337	DRF/Floriano	-	-	5	14.349,48	3.650,00
	170387	ALF/Aerop.Internac.Pinto Martins	-	-	3	1.460,84	600,00
	170532	ALF/Porto de Pecém	-	-			

Quadro 13 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quan- tida- de	Valor Total	Quan- tida- de	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	170028	DRF/São Luís					8.695,33	8.695,33
	170030	DRF/Imperatriz					11.623,80	11.623,80
	170035	DRF/Teresina					4.995,62	4.995,62
	170040	SRRF03			2	620,00	2.992,37	3.614,29
	170041	DRF/Fortaleza					2.251,17	2.251,17
	170042	DRF/Juazeiro do Norte					7.880,38	7.880,38
	170108	ALF/Porto de Fortaleza					-	-
	170225	ALF/Porto de São Luís					465,45	465,45
	170330	DRF/Sobral					1.863,29	1.863,29
	170337	DRF/Floriano			13	2.250,00	5.316,74	7.566,74
	170387	ALF/Aerop.Internac.Pinto Martins					1.046,00	1.046,00
	170532	ALF/Porto de Pecém					-	-
2013	170028	DRF/São Luís					10.376,88	10.376,88
	170030	DRF/Imperatriz					13.014,02	13.014,02
	170035	DRF/Teresina			5	1.040,00	14.415,14	15.455,14
	170040	SRRF03			1	250,00	4.587,61	4.837,61
	170041	DRF/Fortaleza			1	250,00	840,85	1.090,85
	170042	DRF/Juazeiro do Norte					5.229,85	5.229,85
	170108	ALF/Porto de Fortaleza					-	-
	170225	ALF/Porto de São Luís					487,70	487,70
	170330	DRF/Sobral					3.159,45	3.159,45
	170337	DRF/Floriano			20	3.535,00	5.422,73	8.957,73
	170387	ALF/Aerop.Internac.Pinto Martins					2.177,11	2.177,11
	170532	ALF/Porto de Pecém					-	-

Quadro 14 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
170028	DRF/São Luís	33390.30	04	42,00	
			16	971,50	
			17	774,00	
			21	200,00	
			24	762,00	
			26	1.924,10	
			27	188,00	
			28	410,23	
			39	37,80	
		33390.39	16	300,00	
			17	797,00	
			19	75,00	
			46	353,70	
			57	1.080,00	
			63	250,00	
			95	530,00	

			04	1.190,00
			16	128,00
			17	61,00
			21	139,50
			24	1.606,90
			25	300,00
			26	2.147,65
			28	67,00
			29	135,00
			30	30,76
			42	292,00
			16	300,00
			17	3.292,99
			19	1.023,00
			43	120,00
			58	200,00
			59	290,00
			95	300,00
170030	DRF/Imperatriz	33390.30	24	728,62
			26	903,00
			16	1.350,00
170035	DRF/Teresina	33390.39	17	440,00
			20	590,00
			59	780,00
			63	204,00
170040	SRRF03	33390.30	12	91,60
			16	22,17
			17	257,45
			19	259,04
			21	95,94
			22	31,71
			24	270,00
			26	1.116,65
			28	24,00
			36	342,74
			39	114,99
			41	140,00
			44	170,00
		33390.39	17	480,00
			26	96,00
			46	102,00
170041	DRF/Fortaleza	33390.30	22	80,00
			26	640,55
			44	155,52
		33390.39	17	1.290,00
			99	12,00
		33390.47	10	73,10
170042	DRF/Juazeiro do Norte	33390.30	07	1.084,62
			16	485,32
			17	16,00
			19	35,00
			21	729,65
			24	2.759,91
			25	257,08

			26	688,84
			28	217,76
			29	111,50
			39	38,70
		33390.39	16	868,00
			17	274,00
			56	95,00
			63	219,00
170108	ALF/Porto de Fortaleza	33390.30	-	-
		33390.39	-	-
170225	ALF/Porto de Pecém	33390.30	-	-
		33390.39	19	465,45
170330	DRF/Sobral	33390.30	04	46,00
			16	1.024,80
			17	111,00
			21	34,90
			22	276,59
			26	357,00
			28	13,00
		33390.39		
170337	DRF/Floriano	33390.30	04	280,00
			16	322,85
			21	469,06
			24	1.810,69
			26	1.765,14
		33390.39	16	515,00
			17	1.845,00
			19	285,00
			63	54,00
			69	220,00
170387	ALF/Aerop. Internac. Pinto Martins	33390.30	16	305,00
			26	35,00
			28	36,00
		33390.39	17	670,00
170532	ALF/Porto de Pecém	33390.30	-	-
		33390.39	-	-

Análise Crítica

170028 – DRF/São Luis/MA

Com relação ao uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF, a Unidade prefere não fazer saques nem utilizar suprimento de fundos através de Contas Tipo B, valendo-se unicamente da modalidade fatura, cuja utilização é mais transparente e o controle muito mais rígido.

A Delegacia tem a sede e mais 08 (oito) agências jurisdicionadas que apresentam necessidades pontuais de pequenos reparos e manutenções, que são resolvidos de forma racional com a utilização do CPGF, com grande economicidade para o erário. Caso as aquisições/contratações para esses serviços fossem feitas por meio de uma das modalidades de licitação, provavelmente não haveria interesse por parte do fornecedor, devido ao pequeno valor da transação ou, caso esta prosperasse, o preço certamente seria muito maior do que o obtido através do CPGF. Portanto, a utilização do suprimento de fundos através do CPGF é muito útil para resolver pequenas despesas, proporcionando agilidade à gestão administrativa.

No exercício de 2013, utilizamos o valor de R\$ 10.376,88, através do Cartão de Pagamentos

do Governo Federal – CPGF, para atender a despesas enquadradas como suprimento de fundos. Entretanto, no exercício de 2014, a despesa foi de R\$ 8.695,33, registrando uma redução da ordem de R\$ 1.681,55, correspondente a um percentual de 16,20%.

O de maior valor de limite individual, no exercício de 2013, foi de R\$ 2.500,00. Já no exercício de 2014, passou para R\$ 1.500,00. Portanto, houve uma redução na ordem de R\$ 1.000,00, correspondendo a um percentual de 40%.

A Unidade sempre procura ter parcimônia na utilização do suprimento de fundos e observa atentamente a legislação que rege a matéria. Desse modo, as prestações de contas têm sido aprovadas sem restrições.

Embora os diversos setores desta Delegacia e agências jurisdicionadas demandem aquisições de materiais ou contratações de serviços enquadrados na modalidade de suprimento de fundos, há um setor específico que verifica a viabilidade do atendimento, o valor, a excepcionalidade, tipo de aquisição etc. Desse modo, o controle fica mais rigoroso.

170030 – DRF/Imperatriz

Esta Unidade utilizou apenas a sistemática CPGF quando teve que recorrer ao Suprimento de Fundos. Todos os esforços foram envidados no sentido de controlar a aplicação de tais recursos.

Para tanto, planilhas foram elaboradas com informações detalhadas sobre cada operação realizada, de forma a assegurar a conformidade com a legislação vigente. Os resultados atingidos foram satisfatórios. Sem esta modalidade de gasto, esta Unidade teria enfrentado sérios transtornos devido principalmente à ausência de contrato de prestação de serviços continuados de manutenção predial durante boa parte do exercício e à carência de pessoal na área de compras de materiais e contratação de serviços eventuais. A sistemática do Suprimento de Fundos permitiu ao gestor fazer aquisições de materiais e pequenos serviços da forma célere, econômica e eficiente que a situação excepcional exigira.

Conclui-se portanto que o instrumento do suprimento de fundos em 2014, apesar de excepcional, foi de grande importância para o normal funcionamento desta Unidade.

170035 – DRF/Teresina

A Unidade utiliza o suprimento de fundos apenas com despesas via CPGF. Há necessidade de abertura de suprimento de fundos para fazer face a despesas de pequeno vulto e imprevistas que surgem no decorrer do exercício financeiro. Seria mais dispendioso fazer uma licitação ou executar os procedimentos de uma Dispensa de Licitação para despesas de pequeno valor e que requerem urgência. Todas as despesas somente são efetuadas mediante prévio consentimento do ordenador de despesa. Os sistemas do Banco do Brasil, por meio dos quais são efetuadas as transações, estão programados para não permitirem compras ou saques em valores superiores ao permitido pela legislação ou em valores superiores ao total aberto para o suprido.

170040 - Superintendência

O uso do referido recurso, no âmbito da SRRF03, tem se dado de acordo com o que prevê as normas que o regulamentam (Lei Nº 4.320/64; Dec. Lei Nº 200/67; Dec. Nº 5.355/2005, Port. MF Nº 95/2002; Port. MF Nº 448/2002, Port. MP Nº 41/2005, In STN Nº 04/2004, Manual Siafi –

Código 02.11.21), respeitando-se a exigência de utilizá-lo com despesas de pequeno vulto e eventuais. Com base nas premissas acima identificadas, o suprimento de fundos da SRRF03 foi utilizado num total de R\$ 2.936,29, para despesas com material de consumo, e R\$ 678,00 para despesas com serviços. A Unidade tem observado a exigência de prestação de contas por parte dos servidores designados para a movimentação dos referidos créditos, e as devidas reclassificações necessárias para tal fim. A SRRF03 tem evitado a utilização de saques no cartão corporativo, procurando realizar suas aquisições com suprimento de fundos apenas de fornecedores e prestadores que disponham de máquinas para a realização de despesas através de faturas. No ano de 2014 houve apenas uma despesa em que a suprida utilizou o saque, tendo sido apresentada a devida justificativa. Na SRRF03 houve uma redução do valor efetivamente utilizado com a antecipação de despesas (Suprimento de Fundos), da ordem de 25,29%, em relação ao ano de 2013.

170041 – DRF/Fortaleza

Durante o exercício 2014 a DRF/FOR primou, na concessão de suprimento de fundos, pelo cumprimento das disposições normativas (Lei Nº 4.320/64; Dec. Lei Nº 200/67; Dec. Nº 5.355/2005, Port. MF Nº 95/2002; Port. MF Nº 448/2002, Port. MP Nº 41/2005, In STN Nº 04/2004, Manual Siafi – Código 02.11.21), restringindo sua utilização aos casos de despesas eventuais e de pequeno vulto, ou urgentes, que não puderam aguardar o procedimento normal da despesa.

O processo de concessão apenas é formalizado após o surgimento da demanda, ou seja, a disponibilização ocorre mediante o caso concreto.

São supridos 02 (dois) servidores do Serviço de Programação e Logística – Sepol, para atender necessidades da sede da DRF, e cada um dos chefes das agências jurisdicionadas, porquanto facilita o atendimento de demandas urgentes e evita o deslocamento do pessoal da DRF para as agências.

Por prudência, a cada concessão é lançado o saldo correspondente no sistema Autoatendimento do Setor Público do Banco do Brasil, instituição emitente do Cartão Corporativo do Governo Federal, com a inserção da data limite de utilização, o que impossibilita a ocorrência de gasto superior ao valor autorizado, ou extemporâneo.

No controle, é utilizada uma planilha, onde se lançam os pagamentos, e o saldo de cada suprimento é calculado automaticamente, já que o SIAFI não disponibiliza essa informação.

170042 – DRF/Juazeiro do Norte

Esta Unidade Gestora utiliza suprimento de fundos de material de consumo (nd 339030) e de pessoa jurídica (nd 339039) através do Cartão de Pagamentos do Governo Federal - CPGF. Faz-se uso do suprimento de fundos para o pagamento de despesas de pequeno vulto e imprevistas, que se impõem no decorrer do exercício financeiro. Registre-se que 100% das despesas efetuadas por meio do CPGF na UG se deram na modalidade “fatura”. Saliente-se que a burocracia em relação ao saque faz declinar do uso. Observe-se que os gastos com suprimento de fundos em 2014, sofreram um acréscimo em relação ao exercício 2013, e mantiveram uma similaridade em relação ao exercício de 2012. Atribui-se a eventos esporádicos da manutenção predial, bem como à aquisição de água mineral na cidade do Icó, o acréscimo do valor da despesa do exercício de 2014. Informa-se ainda que todos os suprimentos concedidos tiveram suas prestações de contas aprovadas pelo ordenador de despesas. Ressalta-se que a modalidade de gastos via suprimento de fundos é de

grande importância para o normal funcionamento desta Unidade Gestora.

170108 – Alfândega do Porto de Fortaleza

No período de 2014, a Unidade não utilizou a sistemática do suprimento de fundos. Avalia-se retomar a sua utilização em 2015.

170225 – Alfândega do Porto de São Luís

A Unidade utilizou em 2014 o estritamente necessário de despesas por meio do Suprimento de Fundos, o que facilitou o seu controle no período.

170330 – DRF/Sobral

A UG não utiliza saques ou a conta TIPO B. Com relação aos exercícios anteriores, houve uma redução na quantidade de suprimentos emitidos, devido à programação de gastos que foi realizada de forma mais eficiente. O cartão, no exercício corrente, só foi utilizado para aquisição de materiais diversos de pequeno valor, cuja imprevisibilidade e urgência tornou necessária a escolha dessa modalidade de compra mais célere, porém sempre considerando as normas da legislação vigente.

170337 – DRF/Floriano

Primeiramente, ressalta-se que esta Unidade realizou, durante o exercício de 2014, despesas de pequeno vulto conforme estabelecido na legislação vigente. O custeio de despesas através da sistemática do suprimento de fundos justifica-se pela localização da DRF/FLO/PI no interior do Estado do Piauí, cuja dificuldade em contratar empresas aptas a fornecer material e/ou serviços comuns para a Administração é constante. Assim, mesmo realizando programações prévias de licitações para as aquisições anuais, surgiram algumas necessidades urgentes de pequenas aquisições de material e/ou serviços, que, por serem de pequeno vulto, onerariam um processo licitatório. Por fim, acrescenta-se que todas as prestações de contas do exercício de 2014 ocorreram em tempo hábil, e na forma estabelecida pela legislação aplicável.

170387 – Alfândega do Aeroporto Internacional Pinto Martins

No exercício de 2014, a Unidade experimentou uma redução na utilização do suprimento de fundos em relação ao exercício anterior, como resultado de uma política de gestão. A utilização foi decorrente em sua maior parte (aproximadamente 65%) da necessidade imediata de reparo em impressoras, para utilização nos serviços prestados para o evento COPA DO MUNDO DE 2014, o qual teve a cidade de Fortaleza como uma das sedes, visto que a Unidade não dispunha de equipamento para substituição.

170532 - Alfândega do porto do Pecém

A Unidade não utilizou suprimento de fundos em nenhuma de suas modalidades.

6.5 – Alimentação do SIASG e SICONV

A declaração encontra-se no [Item 15 - Anexos e Apêndices](#).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 7: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 7, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU Nº 134/2013)

A parte “**Terceirização irregular de cargos**” do subitem “Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada” (subitem 7.1, letra “g”, da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não será apresentada neste Relatório de Gestão pois 3ª Região Fiscal não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira de Auditoria Fiscal.

Na Receita Federal do Brasil, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e pela Unidade Central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor). Compete à Cogep, regimentalmente, planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a Gestão de Pessoas (GP) está a cargo das Divisões, Serviços, Seções e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Segep, Sagep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências ou delegacias e tecnicamente à Cogep.

As Áreas de GP executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 90/2014 e, assim como no ano anterior, realizado de forma descentralizada por cada Região Fiscal, com validação da Cogep. Como consequência deste trabalho em grupo, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

1. O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siape. Por exemplo, o lançamento de ocorrências (afastamentos, egressos, etc) do mês de dezembro podem sofrer acertos até a homologação da folha de pagamento, geralmente na segunda quinzena de janeiro. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siape: a informação consolidada de dezembro de 2014 só ficou acessível no dia 28 de janeiro de 2015. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho. O tópico de Qualificação da Força de Trabalho também é impactado: as informações solicitadas ficam disponíveis no Sistema de Capacitação e Desenvolvimento – Siscad – quase sempre no final de janeiro (às vezes até excedendo este período), quando são concluídos todos os trâmites necessários ao fechamento das ações de capacitação, o que inclui envio de documentos pelos servidores, por terceiros, aprovação de várias autoridades, inconsistências do próprio Siscad, etc, de modo que podem ocorrer atrasos significativos no fechamento das ações e, consequentemente, nos relatórios gerenciais necessários à Prestação de Contas.
2. Vemos como positiva a mudança de foco das informações solicitadas, passando de uma quantidade considerável de quadros trabalhosos para análises críticas qualitativas.
3. As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Enquanto aguardamos a definitiva implantação do novo sistema SIGEPE, nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapcad que

facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3. Contudo, cabe ressaltar que, no final de 2014, em virtude da obrigatoriedade de uso do certificado digital pelos operadores do Siape/Extração-Siape, o Sistema SA3 apresentou dificuldades nos procedimentos de recuperação de dados.

4. As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do DW Siape. Identificamos para o plano de capacitação 2015 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração.
5. A Cogep detectou ao longo dos trabalhos um exemplo de divergência entre duas extrações idênticas realizadas em dias diferentes no DW Siape para o quadro de Estagiários. Apesar dos dados de 2014 já estarem consolidados no sistema, houve uma discrepância de cerca de 40 mil reais nas despesas com estagiários para a 4^aRF entre as duas extrações. Como é bastante improvável que este montante seja devido apenas a ajustes retroativos, questionamos a confiabilidade da fonte dos dados. Todavia, assim como em todos os outros quadros, citamos a data da extração, para que possa ser o marco de comparação.
6. Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.
7. Para o novo quadro solicitado, Distribuição da Lotação Efetiva, foi utilizado o mesmo conceito de macroprocesso finalístico introduzido pela Copav no tópico 1.4. Macroprocessos Finalísticos.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

7.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

7.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 15 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.268	1.147	28	52
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.268	1.147	28	52
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.268	1.138	28	52
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
1.2.5 Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei 8112/90	Não há	1	0	0
1.2.6 Outros	Não há	8	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.268	1.147	28	52

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, Relatórios dos Sistemas Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) e Sisac (Sistema de Controle de Ações de Comunicação)

Quadro 15A - FORÇA DE TRABALHO DA UJ (SRRF03)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
• Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	175	124	07	03
1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	175	124	07	03
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	175	123	07	03
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
1.2.5 Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei 8112/90	Não há	1	0	0
1.2.6 Outros	Não há	0	0	0
• Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
• Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
Total de Servidores (1+2+3)	175	124	07	03

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, Relatórios dos Sistemas SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) e SISAC (Sistema de Controle de Ações de Comunicação)

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A força de trabalho da RFB é composta por servidores da Carreira Auditoria e por servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ) em exercício na RFB. Ambos são considerados “Servidores de carreira vinculada ao órgão”. Entretanto, a lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.
2. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB por provimento originário – nomeação por concurso público.
3. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões, inclusive dos servidores lotados na RFB com exercício em outro órgão, visto que o cargo ocupado interfere em nosso grau de lotação.
4. Incluído o item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
5. Incluído o item 1.2.6 para demonstração de servidores cedidos, anistiados, e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente.
6. A extração dos dados da coluna “Lotação Efetiva” foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014, e a da coluna “Egressos” foi realizada no dia 19/01/2015. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essas datas podem gerar distorção da informação.

Análise Crítica

Os servidores de carreira da Receita Federal do Brasil abrangem os pertencentes à Carreira de Auditoria (ARFB), ou seja, Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários e os pertencentes ao Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (Pecfaz) em exercício no Órgão.

A Receita Federal do Brasil, desde a década passada, vem distribuindo as vagas autorizadas dos servidores da Carreira ARFB pelas suas unidades gestoras tendo por base um Estudo de Lotação (EL). O EL atual está alicerçado na demanda de trabalho de unidades de tributos internos e aduaneiras, mensurada com distintos conjuntos de variáveis objetivas.

Para dimensionar a força de trabalho e subsidiar a política de movimentação de servidores, calcula-se o Grau de Lotação (GL) das Unidades de lotação. Sua fórmula contempla no numerador a quantidade de servidores lotados em cada unidade organizacional e no denominador o valor máximo de lotação distribuído para cada unidade de acordo com o EL, aprovado pela Portaria RFB nº 1.953 de 27/07/2012.

Com base no referido GL, constata-se que em dezembro de 2014 a RFB apresentou uma defasagem de aproximadamente 51% do limite de ocupação de postos de trabalho da Carreira de Auditoria. Portanto, mesmo com o ingresso de 1.209 servidores no ano, o grau de lotação continua muito abaixo das necessidades do Órgão.

Diferentemente do que ocorre com a distribuição dos servidores da Carreira de Auditoria da RFB, que possui um quantitativo de vagas autorizadas em lei, número esse utilizado como base no Estudo de Lotação, as vagas relativas aos servidores administrativos (Pecfaz) ainda necessitam de autorização legal para que possam ser objeto de ato normativo da RFB.

Além do baixo grau de lotação citado anteriormente, o déficit no quadro de servidores é fortemente agravado pelo elevado número de vacâncias ocorridas no ano de 2014. A tabela a seguir mostra o grau de reposição dos egressos em 2014, calculado de acordo com a fórmula abaixo.

Fórmula: $\sum \text{entradas} / (\sum \text{vacâncias} + \sum \text{exonerações} + \sum \text{aposentadorias} + \sum \text{falecimentos} + \sum \text{demissões})$

Região Fiscal	Ingressos 2014	Egressos 2014	Reposição do quadro
1ª Região Fiscal	146	107	1,36
2ª Região Fiscal	191	70	2,73
3ª Região Fiscal	28	52	0,54
4ª Região Fiscal	11	90	0,12
5ª Região Fiscal	31	73	0,42
6ª Região Fiscal	17	144	0,12
7ª Região Fiscal	58	192	0,30
8ª Região Fiscal	312	405	0,77
9ª Região Fiscal	76	142	0,54
10ª Região Fiscal	78	103	0,76
UC	260	112	2,32
DRJ	1	36	0,03

RFB	1.209	1.526	0,79
------------	--------------	--------------	-------------

A tabela indica a proporção de ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Portanto, apenas 3 UJ receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano. Em 2014 houve ingresso de servidores de todos os cargos que compõem o quadro da RFB (AFRFB, ATRFB, Administrativos Nível Médio e Administrativos Nível Superior) e, mesmo assim, o quantitativo decresceu em relação ao do ano de 2013.

Ainda em relação ao quadro acima cabe ressaltar que o número de egressos é elevado em grande parte em razão das aposentadorias. Dos 52 cargos vagos no ano em questão, 65% ocorreram em função de aposentadoria. Esse fenômeno pode ser explicado pelo perfil etário dos servidores do Órgão, uma vez que mais de 51% desses servidores encontram-se na faixa etária acima de 50 anos – conforme gráfico abaixo – e mais de 20% fazem jus ao Abono de Permanência.

De acordo com o exposto acima, conclui-se que o Órgão está com grande déficit de pessoal, situação essa agravada pelo crescente número de vacâncias.

Quadro 16 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	416	724
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	416	724
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	414	724
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
1.1.5. Servidores requisitados art. 93 parágrafo 7º da Lei 8112/90	1	0
1.1.6. Outros	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	416	724

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

Quadro 16A - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA (SRRF03)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	71	53
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	71	53
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	70	53
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
1.1.5. Servidores requisitados art. 93 parágrafo 7º da Lei 8112/90	1	0
1.1.6. Outros	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	71	53

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Incluído o item 1.1.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
2. Incluído o item 1.1.6 para demonstração de servidores anistiados e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional

diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente. Este item difere do item 1.2.6 do Quadro 43 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ por não conter os cedidos. Para estes, não é possível obter informação de em qual processo de trabalho estão atuando.

3. A extração dos dados foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.
4. Processos da Área Fim considerados conforme conceito de macroprocesso finalístico introduzido pela Copav no tópico 1.4. Macroprocessos Finalísticos. A extração desta informação foi realizada no SA3, através de vinculação do Setor UA com o principal processo de trabalho nele realizado. Segue tabela com as correspondências:

Atividade Principal do Setor UA	Macroprocesso	
	Área Meio	Área Fim
Assessoria em Gabinete	X	
Assessoria Especial	X	
Atividades Auxiliares	X	
Auditória Interna	X	
Corregedoria	X	
Gestão de Pessoas	X	
Logística e Gestão de Pessoas	X	
Planejamento, Organização e Avaliação Institucional	X	
Programação e Logística	X	
Tecnologia da Informação	X	
Tecnologia da Informação e Logística	X	
Administração Aduaneira		X
Arrecadação e Cobrança		X
Assessoria de Comunicação Social		X
Atendimento e Educação Fiscal		X
Contencioso Administrativo e Judicial		X
Cooperação Fiscal e Integração		X
Estudos Econômico-Tributários e Previsão e Análise de Arrecadação		X
Fiscalização		X
Gestão de Cadastros		X
Julgamento		X
Maiores Contribuintes		X
Ouvidoria		X
Pesquisa e Investigação		X
Programação e Estudos		X
Relações Internacionais		X
Ressarcimento, Compensação e Restituição		X
Tributação		X

Análise Crítica

O atual estudo para distribuição da lotação avalia apenas a demanda de trabalho vinculada aos processos aduaneiros e de tributos internos. Está em andamento atualização que busca contemplar todos os processos de trabalho executados no Órgão, inclusive aqueles das áreas meio e de atividades tipicamente gerenciais.

Quadro 17 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	34	33	6	7
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	34	33	6	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	34	33	6	7
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	169	161	34	33
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	169	161	34	33
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	203	194	40	40

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

Quadro 17A - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS (SRRF03)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	13	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	13	13	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	15	15	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	15	15	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	28	28	0	0

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Ingressos e egressos são contabilizados como ocorridos no ano de 2014 levando-se em conta a data de publicação da portaria. Lançamentos retroativos de exoneração podem gerar

distorção da informação.

3. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
4. Incluído o item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
5. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados.
6. A extração dos dados foi realizada no dia 13/01/2015 em relação ao ano de 2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

Análise Crítica

O quantitativo de cargos em comissão e funções gratificadas da RFB é distribuído pelo Regimento Interno (Portaria MF nº 203/2012). Nota-se pela análise do Quadro 17 que há quase 10 postos de chefia vagos, demonstrando uma baixa atratividade para ocupação destes cargos. Esse fato foi confirmado por diagnóstico interno realizado em 2014 para o Ciclo de Planejamento 2016-2019, no qual os servidores destacaram a pouca motivação para assumir chefias na RFB, uma vez que o valor pecuniário estabelecido para as funções não condiz com o nível de responsabilidade assumido.

A constatação acima também é corroborada pela elevada rotatividade nesses postos. Houve mudança de quase 20% dos detentores de função durante o ano de 2014, número considerado alto e que prejudica a continuidade dos trabalhos em andamento, assim como o plano de capacitação que é realizado com todos os gestores da RFB, Programa de Desenvolvimento Gerencial – DGR.

7.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de trabalho

A qualificação e capacitação da força de trabalho da Receita Federal do Brasil é regida pela Portaria RFB nº 128/2013, que disciplina a aplicação da Política de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, alinhando-se às diretrizes do Decreto nº 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990.

Tendo em vista o marco legal supramencionado, A RFB adota o modelo de capacitação com foco em competências, o qual se apoia no inventário de competências construído por meio do mapeamento de competências realizado no período de outubro de 2010 a outubro de 2011. Foram identificadas as competências institucionais e individuais, as últimas classificadas por sua vez em gerenciais, fundamentais e específicas (por processo de trabalho). A partir das competências mapeadas são realizados ciclos bienais de diagnóstico, ou apuração das lacunas das competências, por meio da autoavaliação pelos servidores e da avaliação pela chefia imediata dos domínios existentes relativamente às competências individuais. Na metodologia aplicada, as lacunas de competência representam a diferença entre o domínio necessário e o domínio existente. Após a consolidação do diagnóstico são aferidas as lacunas por servidor, por unidade, por macroprocesso e por processo de trabalho.

Já foram realizados dois ciclos de diagnóstico, em 2011 e 2013, onde foram identificadas as competências que apresentam maiores lacunas, ou seja, as que mais precisam ser desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos organizacionais. As lacunas aferidas permitem realizar o diagnóstico de necessidades de capacitação, de forma a direcionar as ações de capacitação e

desenvolvimento dos servidores, isto é, trata-se de uma ferramenta para subsidiar o plano de médio prazo da capacitação e ainda permite aprimorar o diálogo entre as chefias e sua equipe na definição de planos de desenvolvimento individuais e da equipe.

Na RFB, o plano de capacitação por competências é representado pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc), o qual está pautado na redução das lacunas de competências e na promoção do desenvolvimento sistemático e contínuo dos servidores. O Proeduc consolida, anualmente, ofertas de capacitação emanadas das Unidades Centrais, representadas prioritariamente pelos Programas Nacionais de Capacitação (PNC), e também por unidades descentralizadas, de modo que todas as ações de capacitação estejam relacionadas com uma ou mais competências individuais. Conforme a Portaria RFB nº 118/2012, o desenvolvimento do Proeduc deve observar as seguintes Diretrizes Estratégicas:

- I - desenvolver ações de capacitação orientadas para o desenvolvimento integral dos servidores e gerentes, considerando o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes;
- II - democratizar as oportunidades de capacitação, tornando-as acessíveis a todos os servidores e gerentes, primando ainda pelo incentivo ao autodesenvolvimento;
- III - diversificar as modalidades e estratégias de capacitação, com intensificação da educação à distância;
- IV - desenvolver as competências fundamentais, as quais devem integrar o conteúdo programático das ações de capacitação e
- V - sistematizar Programas Modulares Nacionais e demais eventos de capacitação, relacionando aprendizagem à competência.

No que concerne ao Proeduc relativo ao exercício de 2014, aprovado pela Portaria RFB nº 1.881/2013, importa destacar que sua estruturação teve por base o 1º ciclo de mapeamento de competências, concluído em 2011, e o 2º ciclo de diagnóstico de competências, realizado em 2013, que contou com a participação voluntária de 75% dos servidores. Seu desenvolvimento se deu em conformidade com a análise estratégica de cada unidade e com base nas lacunas de competências, visando identificar as ações de capacitação que podiam melhorar o desempenho dos servidores e, por conseguinte, os resultados institucionais.

O quadro abaixo detalha as áreas das ações de capacitação e desenvolvimento ofertadas, suas respectivas lacunas e resultados alcançados em 2014:

	Competências	Lacunas *	Nº de ações planejadas	Nº de ações executadas	Nº de participações (com repetição)	Nº de horas
Fundamentais	Comunicação eficaz	1.17	14	20	368	3.805
	Ética profissional	0.79	-	-	-	-
	Trabalho em equipe	1.01	7	30	683	2.602
	Orientação para resultados	1.18	-	-	-	-
	Ação sistêmica	1.23	1	-	-	-
	Autodesenvolvimento	1.26	12	49	168	4.493
	Criatividade e Inovação	1.37	1	-	-	-
	Excelência na prestação de serviços	1.07	10	8	197	1.036
	Racionalidade na utilização de recursos	1.16	1	-	-	-
Gerenciais	Visão e orientação estratégica	- 0.54	4	3	40	354
	Efetividade de gestão	0.40	5	-	-	-
	Negociação e cooperação	1.13	-	-	-	-
	Liderança	1.14	4	5	116	2.272
	Gestão da mudança e inovação	0.49	2	1	30	120
Específicas Macroprocessos**	Políticas Institucionais	- 0.39	-	-	-	-
	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	- 0.51	39	9	170	2.860
	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	0.87	68	17	532	22.038
	Administração Aduaneira	0.37	27	9	118	1.976
	Segurança Jurídica e Solução de Litígios	- 1.29	21	8	278	3.545
	Interação com a Sociedade	- 0.04	37	17	339	1.969
	Gestão Estratégica, Projetos e Processos	- 0.05	-	3	73	1.352
	Gestão Institucional	- 0.39	2	1	12	144
	Controle Institucional	- 3.00	-	-	-	-
	Gestão Orçamentária e Financeira	0.07	10	12	45	886
	Governança de Tecnologia Da Informação	- 0.03	9	2	37	320
	Gestão de Pessoas	- 0.21	21	6	61	773
	Gestão de Materiais e Logística	0.64	66	24	63	930
Total		-	361	224	3.330	51.475

* **Fórmula:** DN – DE = L, onde DN = Domínio Necessário, DE = Domínio Existente e L = Lacuna de Competência. A escala de valores possíveis para as lacunas vai de -5 a 5.

** Macroprocessos conforme cadeia de valor vigente até novembro de 2014.

Fonte: SA3 e Siscad (extração de dados em 05 e 06/02/2015).

Na categoria das competências fundamentais, que descrevem comportamentos desejados de todos os servidores, a maioria dos treinamentos foram realizados no intervalo entre as cinco maiores lacunas, atingindo o percentual de 64% das ações executadas.

No tocante as competências gerenciais, que descrevem comportamentos desejados de todos os servidores que exercem funções gerenciais na RFB, as ações se concentraram na maior lacuna em atendimento a uma demanda estratégica da região.

No bloco de competências específicas, que descrevem comportamentos desejados nas atuações específicas dos servidores em suas respectivas áreas, 57% das ações atenderam às quatro áreas que apresentaram lacunas, o restante buscou o atendimento de demandas estratégicas de manutenção da qualidade dos serviços e trabalhos realizados.

Como diretriz geral, buscou-se suprir as maiores lacunas de competências, priorizando áreas que estrategicamente contribuem ao aprimoramento da administração tributária e aduaneira, na busca da justiça fiscal, com respeito ao cidadão, para o maior benefício da sociedade.

7.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 18 - CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2014									0,00	
	2013									0,00	
Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	192.832.042,20	1.687.686,18	16.153.112,56	5.482.428,42	5.987.524,55	8.105.464,07	0,00	84.423,98	1.649.922,40	231.982.604,36
	2013	186.550.577,77	1.608.796,42	15.553.138,31	5.374.956,13	6.181.736,23	7.631.408,59	3.548,43	390.162,78	1.153.456,01	224.447.780,67
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014									0,00	
	2013									0,00	
Servidores Cedidos com Ónus											
Exercícios	2014	1.303.149,92	0,00	118.310,76	40.237,61	26.764,48	28.282,35	0,00	166,07	8.773,63	1.525.684,82
	2013	987.272,27	0,00	92.175,53	26.719,46	23.173,48	19.165,93	0,00	0,00	4.781,66	1.153.288,33
Servidores com Contrato Temporário											
Exercícios	2014									0,00	
	2013									0,00	

Fonte: DW Siape – 10/02/2015

Quadro 18A - CUSTOS DO PESSOAL – Servidores com UORG relacionadas à SRRF/3ª RF

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	19,275,566,91	388.319,39	1.676.728,73	535,295,50	579,755,52	1.021.302,55	0,00	11.649,25	230.472,16	23.719.090,01
	2013	17,978,399,14	372.248,32	1.561.725,29	553,228,02	540,073,02	900.249,59	106,96	21.506,52	149.882,20	22.077.419,06
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores Cedidos com Ónus											
Exercícios	2014	235,442,68	0,00	21.403,88	326,77	4.103,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	303.435,60	0,00	20.423,55	10.127,12	5.733,00	248,73	0,00	0,00	340.004,00	
Servidores com Contrato Temporário											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: DW Siape – 10/02/2015

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais. Os custos relativos à folha de pagamento da DRJ Fortaleza estão alocados neste quadro
2. A extração consistiu em coletar os valores de todas as rubricas relacionadas ao custo de pessoal das unidades pagadoras da Receita Federal do Brasil referente aos anos de 2014 e 2013, discriminando-as por natureza de despesa e agrupando-as de acordo com a tipologia de cargos. A classificação das rubricas por natureza de despesas e o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos seguiu as determinações constantes da Portaria TCU 90/2014.
3. Foram utilizadas somente rubricas lançadas como rendimento, independente da denominação - exceto as referentes a adiantamento, para evitar duplicidade. Em comparação com a Prestação de Contas anterior, houve reclassificação de algumas rubricas por mudança de entendimento, principalmente quanto à coluna “Demais despesas variáveis”. Houve também a inclusão de novas rubricas inexistentes na extração anterior, tendo em vista o novo agrupamento de servidores solicitados no quadro.
4. Sobre o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos:
 - a. O agrupamento de servidores foi implementado por meio da situação funcional de cada servidor.
 - b. Não foram considerados os servidores na situação funcional de Aposentados ou Instituidores de pensão uma vez que estes são administrados pelas respectivas Superintendências Regionais do Ministério da Fazenda - SAMF, órgãos independentes da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB.
 - c. Não foram identificados servidores com contrato temporário.

- d. Não existem Membros de Poder e Agentes Políticos.
- e. No caso dos cedidos com ônus, a determinação da existência do ônus se baseou na característica do órgão de destino (se a cessão foi para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou para Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista, considerou-se como sem ônus - conforme Art. 93, §§ 1º e 2º da lei 8.112/1990). Situações específicas como as previstas no art. 93 inciso II e §§ 6º, 7º, foram ignoradas por se tratarem de exceções que demandariam uma análise individual de todos os casos de cessão.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento

UNIDADE	AJUDA DE CUSTO	DIÁRIA	TRANSPORTE	AUXÍLIO			TOTAL
				MORADIA	FUNERAL	CRECHE	
3 ^a RF	257.906,32	2.136.615,78	0,00	7.200,00	8.798,88	0,00	2.410.520,98

Fontes: SIAFI Gerencial e SIAFI Operacional. Extraído pela Copol, data-base da consulta: 26/01/2015.

7.1.4. Irregularidades na Área de Pessoal

7.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:

- Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.
- No ato da posse, são de entrega obrigatória os seguintes documentos:
 - Termo de Responsabilidade declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.
 - Cópia da publicação do ato ou protocolo de pedido de vacância relativo ao cargo ocupado, se ocupante de outro cargo, emprego ou função pública.
 - O servidor se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.
- No caso de servidor que pleiteia a licença para tratar de interesses pessoais, deve apresentar os seguintes documentos, que auxiliam na prevenção destes casos:
 - Na solicitação da licença, deve anexar manifestação prévia favorável da Comissão de Ética da RFB ou da Controladoria-Geral da União (CGU), nos casos em que o servidor for exercer atividade privada ou atividade potencialmente geradora de conflito de interesses, obtida através de consulta efetuada por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI);
 - Formulário descrevendo as atividades que pretende desenvolver durante o período da licença, as efetivamente desenvolvidas durante e aquelas que passou a desempenhar após o término do afastamento.
- São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público. A Portaria RFB nº 2.543/2011 estabeleceu o inventário de competências do órgão, sendo a Ética Profissional considerada uma competência fundamental, ou seja, é competência desejada

de todos os servidores da RFB. Ela faz parte, portanto, da grade de disciplinas do programa de formação de novos servidores, bem como do programa anual de capacitação.

Em 2014 não foram detectados casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos nesta UJ. Caso venham a ser detectados, será aplicada a rotina prevista pelos artigos 133 e 143 da Lei 8.112/90.

7.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Conforme Análise Crítica feita para o **Quadro 15**, o Órgão vem sofrendo perdas constantes no quadro de servidores, sendo que 30% dessas foram em função de vacância por posse em cargo inacumulável ou exoneração. Esse número reflete um problema de retenção de servidores, principalmente dos cargos de Analista-Tributário e Assistente-Técnico Administrativo, que acabam migrando para cargos de melhor remuneração dentro do próprio Poder Executivo. Na última nomeação para o cargo de Analista-Tributário, cerca de 15% dos nomeados não entraram em efetivo exercício na RFB.

O elevado percentual de vacâncias citado anteriormente tem alguns impactos significativos para o Órgão. O primeiro deles refere-se ao programa de capacitação elaborado para formação e aperfeiçoamento desses novos servidores, tendo em vista os custos financeiro e operacional envolvidos. Outro ponto negativo diz respeito à lacuna deixada nas unidades de exercício desses servidores. A recomposição do quadro da Unidade só irá ocorrer, na maior parte dos casos, quando houver um novo concurso público, situação essa que depende do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão responsável pela autorização de novos concursos.

Ações de Prevenção – Gestão de Processos e Desvio de Função

A RFB implementou em setembro de 2013 o seu Modelo de Governança de Processos (atualizado pela Portaria RFB nº1.708/2014), que estabelece a metodologia para o mapeamento da situação atual de processos de trabalho. Atrelados a este modelo, foram também criadas a Política de Gestão de Riscos (Portaria RFB nº1.674/2014) e a Metodologia de Análise de Atribuições dos cargos em exercício na Receita Federal do Brasil (Portaria RFB nº2.226/2014). Tais instrumentos, utilizados em conjunto, possibilitam a identificação e a prevenção de riscos, na medida em que contribuem para:

1. Comunicação do fluxo de atividades para os servidores;
2. Manutenção do conhecimento;
3. Treinamento de novos servidores das áreas de negócio;
4. Adequação de normativos e manuais de procedimentos;
5. Padronização da execução do processo;
6. Análise da situação atual e identificação de oportunidades de melhoria;
7. Definição de papéis, responsabilidades, competências e atribuições, inclusive para acesso a sistemas;
8. Visualização e documentação dos riscos do processo.

Já foram mapeados e publicados na intranet da RFB 17 processos da Gestão de Pessoas, e elaborado cronograma para a análise de riscos de toda a árvore de processos da área para os próximos 4 anos.

A Metodologia de Análise de Atribuições dos Cargos, especificamente, é de competência da Cogep, que valida as informações prestadas pelas diversas áreas de negócio da RFB (inclusive a

própria Gestão de Pessoas). Tem como finalidade não só otimizar a alocação do quadro funcional do órgão, considerando os diversos processos de trabalho desenvolvidos na instituição, como também conscientizar os gestores quanto à efetiva observância das atribuições legais dos cargos, com vistas a se evitar eventuais desvios de função.

7.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Grau de Lotação Bruto

Fórmula: (nº de servidores da carreira ARFB em 31/12) / (lotação autorizada)

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

Região Fiscal	2010	2011	2012	2013	2014
1ª Região Fiscal	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%	46,95%
2ª Região Fiscal	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%	54,04%
3ª Região Fiscal	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%	60,09%
4ª Região Fiscal	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%	56,14%
5ª Região Fiscal	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%	49,49%
6ª Região Fiscal	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%	51,79%
7ª Região Fiscal	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%	52,45%
8ª Região Fiscal	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%	39,51%
9ª Região Fiscal	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%	47,29%
10ª Região Fiscal	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%	47,56%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%	78,23%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%	56,71%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%	48,96%

A diminuição do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do baixo ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, em comparação às perdas ao longo de 2014. Percebe-se que o quadro da RFB vem decrescendo continuamente. Se considerarmos os dados desde 2008, temos uma perda líquida de quase 2.000 Auditores-Fiscais. Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vendo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos.

Este preocupante cenário foi constatado também pela CGU em 2012, que recomendou, tendo como base a Auditoria Anual de Contas, elaboração de projeto que evidenciasse o inadequado quantitativo de servidores em exercício na RFB. Segundo esta recomendação, foi realizado estudo em dezembro de 2012, com dados estatísticos do quadro funcional da RFB, os benefícios de seu crescimento e os riscos e impactos nas atividades caso não haja recomposição. O estudo foi enviado à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda em 19/12/12 (Memo Gabin 1654/2012). A CGU emitiu parecer, através do Processo nº 12440.000160/2012-09, de que a RFB cumpriu o recomendado, explicitando as necessidades anuais de recomposição e fortalecimento de seu quadro para o período 2013-2015.

Em maio de 2014, para o ciclo de planejamento do PPA 2016-2019, foi enviado ao MF documentação com valores atualizados sobre a recomposição do quadro da RFB, levando em conta também novas demandas alocadas ao órgão: funcionamento 24 horas de portos, fiscalização das atividades de previdência complementar e implantação do projeto de Atendimento Integrado RFB/PGFN. Abaixo segue quadro com os valores solicitados ao MF:

O Aviso Ministerial nº 164/2014/MF e a Nota Técnica nº 10.014/SGE/SE/MF, de 27/5/2014, propõem o provimento de 2.000 vagas de AFRFB e 3.000 de ATRFB para 2015, sujeitos ainda à apreciação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (para ATAs, não foi discriminado o quantitativo por órgão do MF).

O baixo grau de lotação da RFB pode ser desmembrado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro abaixo que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação Nov2014	Grau de Lotação Nov2013
RFB	AFRFB	10.496	20.395	51,46%	54,37%
	ATRFB	7.777	16.677	46,63%	45,27%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.582	1.805	87,65%	86,26%
	Oficial de Chancelaria	848	1.893	44,80%	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.807	2.186	82,66%	78,37%
	Agente	6.147	8.033	76,52%	77,68%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor Fiscal do Trabalho	2.732	3.644	74,97%	76,70%
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Procurador Geral da Fazenda Nacional	2.081	2.400	86,71%	87,08%
Tribunal de Contas da União[3]	Auditor Federal de Controle Externo	1.737	1.767	98,30%	93,32%
Média sem a RFB				78,80%	77,99%

[1] Boletim Estatístico de Pessoal nº 223 do MP, de novembro de 2014

[2] Publicação “Dados LDO” do MP. Portaria nº156. De 21/07/2014

[3] Relatório Trimestral de atividades do TCU (terceiro trimestre de 2014). A lotação máxima autorizada refere-se aos valores apresentados no documento "Quadro Lotação Autorizada x Atual"

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõem o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as assimetrias verificadas.

Grau de Equalização

Fórmula: Quantidade de unidades de provimento de lotação com grau de lotação dentro da faixa de 15% em torno da média / total de unidades com provimento de lotação.

A RFB possui 167 unidades com provimento de lotação. Apesar do grau de lotação do órgão ser baixo, como ressaltado anteriormente, existe uma política de movimentação de pessoal que objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Abaixo segue quadro com o quantitativo de ingressos e egressos internos e externos de cada região fiscal, no ano de 2014:

Região Fiscal	Ingressos 2014	Egressos 2014	Entradas Remoção 2014	Saídas Remoção 2014	Saldo 2014
1ª Região Fiscal	146	107	83	117	5
2ª Região Fiscal	191	70	68	148	41
3ª Região Fiscal	28	52	69	51	-6
4ª Região Fiscal	11	90	68	36	-47
5ª Região Fiscal	31	73	71	50	-21
6ª Região Fiscal	17	144	120	68	-75
7ª Região Fiscal	58	192	205	140	-69
8ª Região Fiscal	312	405	834	865	-124
9ª Região Fiscal	76	142	139	122	-49
10ª Região Fiscal	78	103	89	105	-41
UC	260	112	184	234	98
DRJ	1	36	33	27	-29
RFB	1.209	1.526	1.963	1.963	-317

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3, extração das remoções em 19/01/2015

Apesar das dificuldades de provimento e de se compensar as perdas constantes dos últimos anos, a distribuição dos servidores pelas unidades tem se tornado cada vez mais homogênea. Como o grau de lotação é baseado em Estudo de Lotação que leva em conta a demanda de trabalho comparativa entre as unidades, a RFB tem agido no sentido de, mesmo com a escassez atual de servidores, distribuir pelo território nacional um quantitativo justo.

7.2 - Informações sobre a Contratação de Mão de Obra de Apoio

7.2.1. Contratação de Mão de Obra de Apoio

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luis – DRF/SLS				CNPJ: 00.394.460/0080-45							
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
2013	L	O	04/2013	04.833.107/0001-71	01/08/13	01/08/14	9	9	-	-	E
2014	L	O	07/2014	19.609.199/0001-88	09/09/14	09/09/15	9	9	-	-	A
2012	V	O	02/2012	10.809.411/0001-86	02/05/12	02/05/14	8	8	-	-	E
2014	V	O	06/2014	17.746.143/0001-03	07/07/14	07/07/15	8	8	-	-	A

Observações: Observações: Nos contratos de nºs 04/2013 e 07/2014, foram contratados 09 Serventes, mas apenas 08 (oito) prestam serviços, sendo 01 em cada das 08(oito) Agências Jurisdicionadas. E 01 Servente presta serviço na Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Itaqui, inclusive o pagamento pelo serviço é feito por aquela unidade.

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz – DRF/IMP				CNPJ: 00.394.460/0429-01							
Informações sobre os Contratos											

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	P	C	M	C	P	C	
			02/2011	13.909.561/0001-50	01/01/12	30/04/15	8	6	-	2	-	-	P
2012	V	O	05/2012	08.888.686/0001-00	01/01/13	31/12/15	-	-	8	8	-	-	P

Observações:

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina – DRF/TSA					CNPJ: 00.394.460/0081-26								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	P	C	M	C	P	S	
					01/12/13	31/07/15	4	4	-	-	-	-	A
2013	L	O	04/2013	11.399.787/0001-22	01/07/11	31/12/14	13	13	-	-	-	-	E

Observações:

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza – DRF/FOR					CNPJ: 00.394.460/0079-01								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	P	C	M	C	P	S	
					01/10/11	31/01/15	-	-	8	8	-	-	P
2011	L	O	06/2011	03.651.472/0001-00	01/07/10	30/06/15	-	-	22	22	-	-	P
2010	V	O	02/2010	12.285.169/0001-14									

Observações: A quantidade de postos do Contrato nº 02/2010 foi alterada diversas vezes, através de termos aditivos. A quantidade atual de vigilantes é de 22.

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte – DRF/JNE					CNPJ: 00.394.460/0082-07								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	P	C	M	C	P	S	

					Atividades Contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	02/2012	07.188.842/0001-68	01/02/12	01/02/15	-	-	10	10	-	-	P
2014	V	O	01/2014	86.960.598/0001-86	01/01/14	01/01/16	-	-	9	9	-	-	A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante														
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR					CNPJ: 00.394.460/0375-76									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
					2010	L	O	03/2010	03.651.472/0001-00	18/02/10	17/02/15	12	12	-
2010	V	O	04/2010	12.215.075/0001-79	02/07/10	02/07/15	13	13	-	-	-	-	-	P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luís – ALF/SLS					CNPJ: 00.394.460/0419-21								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
					-	-	-	-	-	-	-	-	-

Observações: O Contrato de Limpeza nº 04/2013, celebrado pela DRF/SLS/MA, que atendeu a ALF/SLS/MA no período de 01/08/2013 a 01/08/2014, disponibilizou 1 (um) posto de trabalho para a nossa Unidade (Processo nº 10320.000254/2013-91).

A partir de 02/08/2014, o novo Contrato de Limpeza nº 07/2014, celebrado pela DRF/SLS/MA, que também atende a ALF/SLS/MA, nos disponibilizou 1 (um) posto de serviço (Processo nº 10320.000253/2014-28). Deste modo, a nossa Unidade apenas remaneja mensalmente o valor do crédito orçamentário correspondente para aquela Delegacia.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB					CNPJ: 00.394.460/0463-03								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
					-	-	-	-	-	-	-	-	-

					Atividades Contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	02/2012	04.135.894/0001-88	02/01/12	01/05/15	9	9	-	-	-	-	P
2012	V	O	01/2012	86.960.598/0001-86	02/01/12	01/05/15	13	13	-	-	-	-	P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano – DRF/FLO					CNPJ: 00.394.460/0469-90								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	L	O	01/2014	05.695.725/0001-65	07/01/14	07/09/15	6	6	-	-	-	-	A
2011	V	O	03/2011	08.578.865/0001-41	29/07/11	31/07/14	8	8	-	-	-	-	E
2014	V	O	04/2014	12.062.071/0001-06	10/09/14	09/09/15	8	8	-	-	-	-	A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Aeroporto Internacional Pinto Martins – ALF/APM					CNPJ: 00.394.460/0418-40								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Porto de Pecém – ALF/PEC					CNPJ: 00.394.460/0530-08								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Observações:															
LEGENDA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															

Fonte: Siasg

Análise Crítica

As UG 170040 - Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal – SRRF03, 170387 – Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional Pinto Martins – ALF/APM e 170532 – Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Pecém – ALF/PCE não possuem contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva vigentes em 2014.

UG 170028 – DRF/São Luís

Nos contratos de nºs 04/2013 e 07/2014, foram contratados 09 Serventes, mas apenas 08 (oito) prestam serviços, sendo 01 em cada uma das 08 (oito) Agências Jurisdicionadas. O nono Servente presta serviço na Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Itaqui, sendo inclusive o pagamento pelo serviço feito por aquela unidade.

A terceirização de atividades consideradas meio tais como Vigilância, Limpeza e Conservação é importante para suprir demandas nessas áreas, liberando a administração da Delegacia para dedicar-se mais às atividades-fim.

UG 170030 – DRF/Imperatriz

O contrato de vigilância armada encontra-se dentro da normalidade, tendo sido renovado o período contratual por mais 12 (doze) meses, passando a ter vigência até 31/12/2015. Quanto ao contrato referente à limpeza e conservação das instalações da DRF/IMP e agências jurisdicionadas, encontra-se em fase de prorrogação contratual, estando também dentro dos padrões aceitáveis em sua execução.

UG 170035 – DRF/Teresina

O contrato 02/2011, referente aos serviços de Vigilância e Segurança Armada, tinha fim previsto para 30/06/2015, porém, houve necessidade de a DRF/TSA ampliar o objeto do contrato, para prover vigilância 24 horas para o Depósito de Mercadorias Apreendidas – DMA, cuja vigilância até então estava sob a responsabilidade da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí – SAMF/PI. Assim, o contrato anterior foi encerrado para realização de nova licitação e contratação no ano de 2014, contemplando a vigilância do DMA. As principais dificuldades encontradas na execução dos contratos referem-se a atrasos nos pagamentos de auxílio alimentação e salários e demora no envio das documentações solicitadas.

Com relação ao contrato dos serviços de Limpeza e Conservação, foram adotadas providências no encaminhamento de notificações solicitando regularização das pendências e cumprimento dos prazos.

Por vezes, as empresas contratadas atrasam o fornecimento de fardamento e auxílio

alimentação aos seus empregados, além do material de limpeza necessário para a prestação do serviço, ensejando a emissão de notificação. Essa providência tem sido suficiente para a regularização do fornecimento pela empresa contratada, sem necessidade de aplicação de penalidade de multa.

Em razão dos problemas apontados no contrato de limpeza, a unidade optou por não renová-lo, para providenciar nova licitação no ano de 2015.

UG 170040 – Superintendência

Os serviços de limpeza, higiene e vigilância que atendem às necessidades desta Unidade Gestora, que desempenha suas atividades no Edifício Sede do Ministério da Fazenda - Ceará, são providos por contratos celebrados pela SAMF/CE.

UG 170041 – DRF/Fortaleza

A DRF/FOR programa, bimestralmente, visitas às 08 (oito) Agências jurisdicionadas, com o objetivo de fiscalizar, *in loco*, a execução dos contratos que demandam alocação de mão-de-obra (vigilância, limpeza, manutenção predial e apoio administrativo).

Nessas visitas, os fiscais de contratos coletam informações com os funcionários terceirizados e servidores das Agências. É preenchido um questionário específico por contrato. Cada contrato possui um fiscal titular e dois substitutos, previamente designados em Portaria.

Das demandas apuradas é preenchida uma planilha consolidada onde é lançada a data da ocorrência, descrição do problema, previsão da solução e a providência tomada. A referida planilha serve de instrumento para o gerenciamento contratual.

Também se utiliza uma planilha denominada “Quadro geral” onde se visualiza o contrato até o seu término, permitindo o planejamento a médio/longo prazo de tarefas tais como prorrogações, aditivos e repactuações.

A comunicação com as empresas contratadas é mantida via mensagens eletrônicas a partir do correio institucional ou via Ofício, a depender da natureza do assunto.

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e a regularidade fiscal são verificadas mensalmente, por ocasião dos pagamentos.

Na condução dos contratos a maior dificuldade encontrada refere-se à compreensão e manipulação da planilha de custos e formação de preços da IN SLTI/MPOG 02/2008, dada a sua complexidade e constantes alterações.

Quanto à execução contratual, de modo geral, tem atendido às expectativas, visto que as contratadas vêm cumprindo com as obrigações assumidas, e pequenos ajustes de procedimentos e cobranças são realizados de acordo com as demandas.

UG 170042 – DRF/Juazeiro do Norte

As atividades de limpeza e conservação e vigilância ostensiva, objeto dos contratos 02/2012 e 01/2014, respectivamente, embora estejam sendo executadas satisfatoriamente pelos contratados

desta DRF/Juazeiro do Norte, exigem efetivo acompanhamento pela fiscalização dos contratos. A esse respeito, cabe registrar a necessidade de identificação e capacitação de pessoal com perfil para atuação na área, haja vista a crescente demanda de serviços e o reduzido contingente de servidores alocados à atividade. Essas medidas, todavia, dependem fundamentalmente do ingresso de novos funcionários na RFB, o que não tem ocorrido com a freqüência e a dimensão necessárias. As atividades de limpeza e conservação e vigilância armada ou ostensiva, dentre outras tantas, apóiam e são imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional da RFB, que não pode prescindir desses serviços.

UG 170108 – Alfândega do Porto de Fortaleza

Os contratos de terceirização de mão de obra, inclusive vigilância, limpeza e higiene estão tendo os seus andamentos de modo satisfatório, cumprindo seus fins .

UG 170225 – Alfândega do Porto de São Luís

A partir de 02/08/2014, o Contrato de Limpeza nº 07/2014, celebrado pela DRF/SLS/MA, que também atende a ALF/SLS/MA, disponibilizou para esta Unidade 1 (um) posto de serviço (Processo nº 10320.000253/2014-28). Deste modo, a Unidade apenas remaneja mensalmente o valor do crédito orçamentário correspondente para aquela Delegacia.

Esta disponibilização de 1 posto de trabalho para limpeza atende à demanda da Unidade.

UG 170330 – DRF/Sobral

Os contratos de Limpeza e Vigilância desta UG estão ativos e regulares e serão prorrogados no mês de maio/2015.

UG 170337 – DRF/Floriano

Nos contratos de prestação de serviços limpeza, higiene e vigilância ostensiva da DRF/FLO/PI não existem problemas. Ambos serão submetidos a processos de prorrogação contratual, neste ano de 2015, tendo em vista a boa prestação de serviços pelas contratadas.

UG 170387 – Alfândega do Aeroporto Internacional Pinto Martins

A Unidade não possui contratos de limpeza e nem de vigilância.

UG 170532 – Alfândega do Porto do Pecém

A Unidade não possui contratos de limpeza e nem de vigilância.

Quadro 20 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante								
Informações sobre os Contratos								
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados		Sit.
						F	M	S

					Início	Fim	P	C	P	C	P	C
2013	2	O	06/2013	05.206.485/0001-98	09/09/13	09/05/15	-	-	2	1	-	- P
2013	5	O	06/2013	05.206.485/0001-98	09/09/13	09/05/15	-	-	19	17	-	- P

Observações: No contrato de nº 06/2013, da área 05, foram contratados 17 Recepcionistas, mas apenas 16 (dezesseis) prestam serviços, sendo 08 na sede e 01 em cada das 08(oito) Agências Jurisdicionadas. E 01 Recepcionista presta serviço na Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Itaqui, inclusive o pagamento pelo serviço é feito por aquela unidade.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz – DRF/IMP												
UG/Gestão: 170030/00001				CNPJ: 00.394.460/0429-01								
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C		
					09/09/13	09/05/15	-	-	3	3	-	- P
2013	5	O	02/2013	07.800.844/0001-66	09/07/14	03/03/16	-	-	1	1	-	- A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina – DRF/TSA												
UG/Gestão: 170035/00001				CNPJ: 00.394.460/0081-26								
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C		
					09/09/13	09/05/15	-	-	3	3	-	- P

					Início	Fim	P	C	P	C	P	C
2012	2	O	02/2012	09.019.150/0001-11	01/07/12	31/10/15	3	-	3	-	-	P
2012	5	O	10/2012	06.234.467/0001-82	01/12/12	31/03/16	-	-	5	5	-	P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	07/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	12/04/15	-	-	2	2	-	-	P
2013	5	O	07/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	12/04/15	-	-	2	2	-	-	P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	

2011	09	O	04/2011	33.373.325/0001-79	01/06/11	30/09/14	-	-	5	5	-	-	E
2013	02	O	10/2013	06.234.467/0001-82	02/12/13	01/05/14	-	-	1	1	-	-	E
2013	02	O	08/2013	06.234.467/0001-82	13/08/13	12/04/15	-	-	1	1	-	-	P
2013	05	O	08/2013	06.234.467/0001-82	13/08/13	12/04/15	-	-	2	2	-	-	P
2013	05	O	10/2013	06.234.467/0001-82	02/12/13	02/08/15	-	-	5	5	-	-	P
2013	12	O	08/2013	06.234.467/0001-82	13/08/13	12/04/15	1	1	-	-	-	-	P

Observações: A informação “12 – Outras” corresponde ao posto de carregador (capatazia).

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte – DRF/JNE		UG/Gestão: 170042/00001		CNPJ: 00.394.460/0082-07		Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	04/2010	09.019.150/0001-11	01/11/10	01/02/14	-	-	1	1	-	-	E
2012	12	O	10/2012	07.188.842/0001-68	01/11/12	01/11/15	-	-	1	1	-	-	P
2013	4	O	04/2013	09.019.150/0001-11	10/09/13	10/05/15	1	1	-	-	-	-	P
2013	5	O	04/2013	09.019.150/0001-11	10/09/13	10/05/15	-	-	2	1	-	-	P
2013	12	O	04/2013	09.019.150/0001-11	10/09/13	10/05/15	1	1	-	-	-	-	P
2014	2	O	04/2014	09.019.150/0001-11	05/03/14	05/11/15	-	-	1	1	-	-	A

Observações: Área 12, Contrato 04/2013: Jardinagem. Área 12, Contrato 10/2012: Eletricista.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR		UG/Gestão: 170108/00001		CNPJ: 00.394.460/0375-76		Informações sobre os Contratos							
Observações: Área 12, Contrato 04/2013: Jardinagem. Área 12, Contrato 10/2012: Eletricista.													

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
							P	C	P	C			
					Início	Fim	P	C	P	C			
2013	4	O	03/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	12/04/15	-	-	1	1	-	-	P
2013	5	O	03/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	12/04/15	-	-	2	2	-	-	P
2013	12	O	03/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	12/04/15	-	-	3	3	-	-	P
2013	12	O	03/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	12/04/15	-	-	1	1	-	-	P
2013	12	O	03/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	12/04/15	-	-	1	1	-	-	P

Observações: 12 -Outros - Prestação de serviço de um motorista, de um mensageiro e de três carregadores.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luís – ALF/SLS													
UG/Gestão: 170225/00001				CNPJ: 00.394.460/0419-21									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
							P	C	P	C			
					Início	Fim	P	C	P	C			
2013	2	O	02/2013	07.800.844/0001-66	02/09/13	02/05/15	-	-	2	2	-	-	P
2013	5	O	02/2013	07.800.844/0001-66	02/09/13	02/05/15	-	-	1	1	-	-	P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB													
UG/Gestão: 170330/00001			CNPJ: 00.394.460/0463-03										
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.		
					Início	Fim	P F	C P	C P	C S			
2013	5	O	03/2013	06.234.467/0001-82	13/08/13	12/04/15	- -	5	4	- -	P		

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano – DRF/FLO													
UG/Gestão: 170337/00001			CNPJ: 00.394.460/0469-90										
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.		
					Início	Fim	P F	C P	C P	C S			
2012	5	O	02/2012	11.399.787/0001-22	01/06/12	31/01/14	- -	2	2	- -	E		
2012	12	O	03/2012	09.019.150/0001-11	03/03/12	03/03/14	- -	1	1	- -	E		
2014	5	O	02/2014	05.695.725/0001-65	10/03/14	10/11/15	- -	2	2	- -	A		
2014	12	O	03/2014	13.179.025/0001-46	10/03/14	28/08/14	- -	1	1	- -	E		
2014	12	O	05/2014	10.013.974/0001-63	22/10/14	21/06/16	- -	1	1	- -	A		

Observações: 12 Outros: motorista.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional Pinto Martins – ALF/APM													
UG/Gestão: 170387/00001			CNPJ: 00.394.460/0418-40										
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.		
					Início	Fim		P	C	P	C	P	C
					13/08/13	13/04/15	-	-	1	1	-	-	P
2013	2	O	02/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	13/04/15	1	1	-	-	-	-	P
2013	4	O	02/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	13/04/15	-	-	1	1	-	-	P
2013	12	O	02/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	13/04/15	4	4	-	-	-	-	P
2013	12	O	02/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	13/04/15	-	-	1	1	-	-	P
Observações: Área 12 mensageiros e carregadores													
LEGENDA													
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes 12. Outras				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									

Fonte: Siasg

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Porto de Pecém – ALF/PCE													
UG/Gestão: 170532/00001			CNPJ: 00.394.460/0530-08										
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.		
					Início	Fim		P	C	P	C	P	C
					13/08/13	12/04/15	-	1	-	1	-	-	P
2013	2	O	02/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	12/04/15	-	-	-	3	-	-	P
2013	5	O	02/2013	09.019.150/0001-11	13/08/13	12/04/15	-	-	-	3	-	-	P
Observações: (**) Trata-se de um único contrato com 2 objetos, sendo o mesmo silente em relação à escolaridade dos funcionários													
LEGENDA													
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes 12. Outras				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									

Fonte: Siasg

Análise Crítica

UG 170028 – DRF/São Luís

No contrato de nº 06/2013, da área 05, foram contratados 17 Recepionistas, mas apenas 16 (dezesseis) prestam serviços à DRF, sendo 08 na sede e 01 em cada uma das 08(oito) Agências Jurisdicionadas. O 18º recepcionista contratado presta serviço na Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Itaqui, sendo inclusive o pagamento pelo serviço feito por aquela unidade.

Na prestação dos serviços, por parte das empresas terceirizadas, são observadas as normas contratuais pactuadas e a legislação em vigor.

A respeito disso, na prestação do serviço de vigilância armada oriunda do contrato nº 02/2012, com a empresa MAFRA – Segurança Privada Ltda, CNPJ nº 10.809.411/0001-86, que venceu em 02/05/14, a nota fiscal do mês de abril/14 veio desacompanhada do comprovante do recolhimento dos encargos previdenciários e das rescisões contratuais dos vigilantes envolvidos.

A citada empresa foi notificada, porém não houve resposta. Por descumprimento de cláusulas contratuais a empresa foi multada e o pagamento do mês de abril/14, retido.

Nesse sentido, foram cientificados a Procuradoria da União no Maranhão, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e a Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região, para aplicação de medidas administrativas e judiciais que o caso comporta.

Também com relação ao serviço de limpeza e conservação oriundo do contrato nº 04/2013, com a empresa SERCON – Nordeste Empreendimentos e Serviços de Conservação Ltda – ME, CNPJ nº 04.833.107/0001-71, que venceu em 31/07/14, a nota fiscal do mês de julho/14 veio desacompanhada das rescisões contratuais dos serventes envolvidos no contrato.

A citada empresa foi notificada, porém não houve resposta. Por descumprimento de cláusulas contratuais a empresa foi multada e o pagamento do mês de julho/14, retido.

Nesse sentido, foram científicos a Procuradoria da União no Maranhão, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e a Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região, para aplicação de medidas administrativas e judiciais que o caso comporta.

UG 170030 – DRF/Imperatriz

Os contratos de Recepionistas (02/2013) e Motorista (08/2014) são fundamentais para o desempenho das atividades da DRF/IMP e da agência de Balsas-MA, devido à carência de servidores na referida área e à extinção dos cargos na administração federal direta. Os referidos contratos encontram-se dentro dos padrões aceitáveis de execução, não necessitando de ressalvas.

UG 170035 – DRF/Teresina

Em relação aos contratos de serviços de Condução de Veículos Oficiais - Motorista e de Recepção, consideramos que os quantitativos contratados se encontram dentro dos estritos limites necessários ao adequado funcionamento desta Delegacia e de suas unidades, não havendo previsão de qualquer alteração no objeto desses contratos.

Quanto a gestão e fiscalização, tais contratos não apresentaram grandes irregularidades que

requeressem atuação ou aplicação de punições por parte da Administração, com uma única ressalva da aplicação de penalidade de multa para a empresa contratada para os serviços de Motorista. No entanto, a contratada corrigiu sua conduta após a aplicação da referida penalidade, não havendo mais nada a relatar desde então. Diante disso, no momento não há mais irregularidades a serem mencionadas nessa análise crítica.

UG 170040 – Superintendência

A SRRF03 realizou licitação em meados de 2013, cujo objeto foi a contratação da prestação de serviços terceirizados com cessão de mão de obra. Foram incluídos postos de motoristas e recepcionistas, através de Pregão Eletrônico, com Registro de Preços, de acordo com a previsão normativa do Decreto nº 2.271/2000, com Parecer de aprovação da Procuradoria da Fazenda Nacional, no Ceará, que é o nosso órgão de assessoramento jurídico.

A SRRF03 tinha um contrato de prestação de serviços terceirizados com postos de recepcionistas, motoristas, auxiliares de serviços gerais e mensageiros, que atendia às Unidades da Região Metropolitana de Fortaleza, num total de 16 postos. O contrato foi encerrado e nova licitação foi realizada, para contratação de serviços a serem prestados nas Unidades Gestoras da mesma área (DRF/FOR, SRRF03, ALF/APM, ALF/PCE, ALF/FOR). O novo contrato redimensionou as necessidades dessas Unidades, ensejando a redução para 4 postos, sendo dois motoristas e duas recepcionistas.

Os referidos postos de trabalho têm contribuído bastante para o bom andamento dos serviços da Unidade, uma vez que há uma disponibilidade maior dos servidores para desempenharem as atividades de maior complexidade, e afetas a seus respectivos cargos efetivos.

UG 170041 – DRF/Fortaleza

Os serviços de locação de mão de obra dispostos no quadro acima envolvem as categorias de recepcionista, motorista e carregador. Além das visitas bimestrais realizadas pela equipe de fiscalização de contratos da DRF/FOR às agências que possuem postos de recepcionista, a fiscalização do contrato possui contato direto com os terceirizados que prestam serviços no Edifício-Sede.

No tocante à execução do contrato, a empresa presta o serviço como esperado, cumprindo as obrigações decorrentes do vínculo. Eventualmente surgem demandas ou ajustes que são devidamente repassados para empresa através do fiscal de contrato e rapidamente solucionados.

A fiscalização é realizada por um fiscal titular e, na falta deste, por dois substitutos, todos previamente designados em portaria. Como mecanismo para controle das demandas, a equipe utiliza uma planilha em que consta o resumo do problema, a situação em que este se encontra e as providências que foram tomadas.

Para controle dos prazos contratuais, há um “Quadro Geral de Contratos” onde consta o início e termo de cada contrato, de forma a permitir o planejamento prévio e execução de licitações, prorrogações em tempo hábil.

De ressaltar que a comunicação entre contratada e contratante é realizada via ofício ou mensagens eletrônicas, sempre prezando pela formalização e clareza daquilo que é repassado, de forma a evitar mal entendidos.

Os pagamentos são realizados mensalmente e consistem na parte fixa, referente aos serviços prestados em cada posto, e na parte variável, referente às diárias e horas extras porventuras prestadas pelo motorista e carregador terceirizados. Tais verbas são pagas diretamente pela empresa aos terceirizados e posteriormente resarcidas quando do pagamento da fatura.

UG 170042 – DRF/Juazeiro do Norte

A prestação dos serviços de condução de veículos oficiais, de copeiragem, de jardinagem, de recepção e de manutenção do sistema elétrico contratados por esta UASG, embora venham sendo executados a contento, demandam firme acompanhamento da fiscalização dos contratos, já tendo, inclusive, sido objeto de aplicação de sanções administrativas (advertência e multa compensatória) por parte desta contratante. Os contratados, por vezes, negligenciam no cumprimento de suas obrigações contratuais, exigindo efetividade das ações da fiscalização. Outro fator que se observa e causa certa preocupação para os órgãos contratantes refere-se ao fato de um mesmo prestador de serviços, na maioria das vezes, ganhar certame licitatório para o mesmo objeto da contratação anterior, ou seja, a cada cinco anos um novo contrato é celebrado com a mesma pessoa jurídica do contrato anterior. Se este fato é vantajoso ao prestador por poder manter seus trabalhadores no mesmo local de prestação de serviços, continuamente, sem a interrupção do contrato de trabalho, para a Administração pode não ser bom, principalmente pelo fato de dar margem a possível relação de pessoalidade e subordinação na relação de emprego com os trabalhadores do contratado.

UG 170108 - Alfândega do Porto de Fortaleza

Os contratos de terceirização de mão de obra, inclusive vigilância, limpeza e higiene não tiveram ocorrências de interrupção de serviços e/ou cessação do pagamento de verbas trabalhistas, tendo os fiscais contratuais cobrado mensalmente os comprovantes de pagamento das empresas contratadas e questionado aos colaboradores se o contrato estava sendo cumprido em consonância com a legislação.

UG 170225 - Alfândega do Porto de São Luís

A contratação de 3 postos de trabalho, sendo 2 motoristas e 1 recepcionista, atende a demanda da Unidade.

UG 170330 - DRF/Sobral

Contrato regular.

UG 170337 - DRF/Floriano

Esta DRF/FLO/PI possui 2 (dois) contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra ativos, um de recepção e outro de motorista, em ambos não existem problemas. Foram contratados com prazo de duração para 20 meses, dessa forma, serão submetidos a processos de prorrogação contratual, um ainda neste ano de 2015 e o outro em 2016, tendo em vista a boa prestação de serviços pelas empresas contratadas. Já sobre o Contrato DRF/FLO 03/2014, cujo

objeto foi a contratação de serviço de motorista terceirizado, o mesmo foi rescindido unilateralmente pela Administração em 28/08/2014, tendo em vista a falência da empresa contratada.

UG 170387 - Alfândega do Aeroporto Internacional Pinto Martins

Não houve nenhum fato que desabonasse ou prejudicasse o andamento do contrato.

UG 170532 - Alfândega do Porto do Pecém

Não foram identificadas dificuldades na condução dos contratos desta UG.

7.2.2. Contratação de Estagiários

Quadro 21 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	124	124	121	123	683.083,95
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	124	124	121	123	683.083,95
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
1.3 Área Fim	0	0	0	0	0
1.4 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	124	124	121	123	683.083,95

Fonte: DW Siape – 05/02/2015

Quadro 21A - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS (SRRF03)

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
4. Nível Superior	10	10	9	8	56.853,96
1.5 Área Fim	0	0	0	0	0
1.6 Área Meio	10	10	9	8	56.853,96
5. Nível Médio	0	0	0	0	0
1.7 Área Fim	0	0	0	0	0
1.8 Área Meio	0	0	0	0	0
6. Total (1+2)	10	10	9	8	56.853,96

Fonte: DW Siape – 05/02/2015

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Estagiários das DRJs estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais;
2. Para este quadro, foi considerado o conceito de atividade-meio, ou seja, atividades de suporte administrativo, independentemente se a área/unidade em que elas são desenvolvidas tem caráter precípua finalístico ou de apoio;
3. Foram apuradas rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte de Estagiário e Recesso Remunerado de Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
4. O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

Análise Crítica

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos junto a empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a própria RFB. Além da legislação específica para a contratação de estagiários, Lei 10.788/2008, na RFB o procedimento para a disponibilização de vagas para estágio não-obrigatório está regulamentado pela Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, proporcionando uma padronização nos procedimentos de gestão de estagiários em todas as unidades descentralizadas.

O estágio na RFB é um ato educativo escolar desenvolvido na modalidade não-obrigatório visando à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior. Todos os estagiários na RFB são alocados em atividades-meio (suporte administrativo) em função de a Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, em seu art. 4º, § 1º determinar que os estagiários não devem ser alocados em atividades que comprometam o sigilo fiscal – atividades estas que seriam as finalísticas da RFB.

Cabe à Divisão de Saúde e Qualidade no Trabalho – Disaq, da Coordenação-Geral de Gestão com Pessoas – Cogep, supervisionar a contratação de estagiários, em âmbito nacional, e à Divisão de Gestão de Pessoas – Digep, das Superintendências – SRRF, regionalmente.

Na RFB a seleção de estagiários de nível superior atualmente é feita por exame curricular e entrevista, utilizando agente de integração, que divulga as vagas disponíveis de acordo com o curso de formação e período escolar pré-definido, recruta os estudantes e os encaminha para entrevista com o servidor que será o supervisor do estágio. As vantagens observadas neste tipo de seleção são: o menor custo, o sistema menos burocrático, exigência de menor logística, menor periodicidade, permitindo melhor ajuste às necessidades da dinâmica dos processos de trabalho da RFB, além de não privilegiar somente os estudantes com excelente formação teórica, oportunizando a experiência profissional para todos. Existe uma multiplicidade de áreas na RFB, e, por essa razão, são oferecidas vagas de estágio para diversos cursos de graduação.

O Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – Siape é o sistema primário utilizado nacionalmente para registro das contrações, alteração de dados e desligamento de Estagiários, bem como para pagamento da bolsa, auxílio-transporte e demais ações de folha de pagamento dos estudantes. Há outros sistemas/segmentos informatizados na RFB, replicadores dos dados do Siape, que também são utilizados como referência para gerenciamento das informações de Estagiários, tais como: SA3, DW-Siape, Sief ou mesmo planilhas de controle de uso local.

7.3 - Informações referentes a Contratos Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

A) DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO E OS IMPACTOS NOS CONTRATOS DAS UNIDADES GESTORAS DESTA SRRF03.

Identificamos, no universo de contratos firmados pelas Unidades Gestoras jurisdicionadas por esta SRRF03, até o encerramento de 2014, que a desoneração da folha de pagamento impactou apenas os contratos cujos objetos são relacionados a obras e serviços de engenharia.

Embora no ano de 2014 as Unidades Gestoras da 3ª Região Fiscal não tenham conseguido realizar os procedimentos necessários para o cálculo do impacto financeiro da desoneração da folha nos contratos afetados pela Lei nº 12.546/2011 e o art. 13 da Lei nº 12.844/2013, a Região Fiscal priorizará, no ano de 2015, a identificação, análise e revisão dos valores contratados, cujos objetos tenham sido impactados.

A Região Fiscal identificou como potencialmente passível de revisão um total de 24 (vinte e quatro) contratos, no período de dezembro/2011 a dezembro/2014. A apuração dos impactos financeiros ficará a cargo da SRRF03 e das Unidades que gerem os respectivos contratos, observando-se as orientações constantes de Manual específico, emitido pela Copol. Considerando a complexidade do assunto, a Região considera importante a realização de treinamento com os servidores que atuarão nas atividades, que envolverá tanto os contratos encerrados quanto os ainda vigentes, e em andamento. As diferenças apuradas serão notificadas e cobradas pelas respectivas Unidades contratantes.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 8: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O tópico “**Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade jurisdicionada, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não**” (parte do subitem 8.2, letra “d”, da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não será apresentado neste Relatório de Gestão pois não há, na 3ª Região Fiscal, imóveis da União cedidos a terceiros.

Também não constam neste Relatório de Gestão informações sobre **Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ**, pois não há, na 3ª Região Fiscal, nenhum imóvel funcional da União sob sua responsabilidade.

8.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

Legislação

Instituição Normativa/Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda - Sistema 1/Função 03/cód. Assunto 004 de 02/09/1997, IN COSEG/SAA/SE/MF 1.03.004. IN/SLTI/MP nº 03, de 15 de março de 2008 e DECRETO Nº 6.403, de 17 de março de 2008. Lei 1.081 de 13 de abril de 1950.

Importância e Impacto

As Unidades Gestoras – UG utilizam a frota de veículos próprios para deslocamentos de seus servidores, em serviço, dentro do município de sua própria sede ou em municípios em que estão sediadas Unidades Administrativas jurisdicionadas. É o caso dos deslocamentos de servidores para a realização de auditorias fiscais em entidades públicas ou privadas ou para a participação em eventos oficiais em outros Órgãos Públicos. Os veículos também são empregados no transporte de material permanente e de consumo, indispensáveis à manutenção da máquina administrativa, bem como de servidores encarregados de prestar apoio logístico ou tecnológico às Unidades subordinadas, e ainda para o transporte de servidores da área de gestão, quando necessário. O transporte de mercadorias apreendidas decorrente das diversas operações de vigilância e repressão organizadas de forma nacional, regional ou local pela RFB também é feito mediante o uso da frota de veículos das UG.

Plano de Substituição

O plano de substituição da frota passa por decisão da Administração Central da RFB. No entanto, esta Região Fiscal tem apresentado, continuamente, dados que consolidam necessidades das diversas UG, para subsidiar decisão do Sr. Secretário da RFB.
Registre-se que a RFB também se vale da incorporação de veículos objeto de pena de perdimento, aplicada pelo Órgão, para compor sua frota de veículos. Alguns dos veículos das UG da 3ª Região Fiscal são oriundos dessas incorporações.

No ano de 2014, em decorrência das eleições gerais realizadas no Brasil, em âmbito Federal e Estadual, as Unidades foram impedidas pela legislação eleitoral de dar prosseguimento ao desfazimento de veículos considerados ociosos, obsoletos, ou antieconômicos, o que retomaremos no exercício de 2015

Atualmente encontra-se em vigor a Portaria MPOG nº 268, de 30 de julho de 2013, que suspende a realização de novas contratações relacionadas a alguns serviços, entre eles a aquisição de veículos, conforme abaixo:

PORTRARIA Nº 268, DE 30 DE JULHO DE 2013.

(publicada no DOU de 31/07/2013, seção I, página 100)

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto nos arts. 5º e 9º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 3º Fica Suspensa a realização de novas contratações relacionadas a:

- I – Locação de imóveis;
- II – aquisição de imóveis;
- III – reforma de bens imóveis;
- IV – aquisição de veículos; (*grifo nosso*)**
- V – locação de veículos; e,
- VI – locação de máquinas e equipamentos.

Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação

Esta Região Fiscal não dispõe de experiência de locação de veículos, e possui frota de veículos próprios em bom estado de conservação, inclusive com aquisição de forma centralizada pela Receita Federal do Brasil, em que a 3ª Região Fiscal foi contemplada com 17 (dezessete) veículos Mitsubishi L200 Triton. No nosso caso, então, a locação de veículos não constituiria uma boa prática de gestão, uma vez que implicaria na necessidade de desfazimento de bens públicos em bom estado de conservação. Ademais, há nesta Unidade Jurisdicionada uma demanda por veículos de grande porte do tipo *pick-up*, que se prestam ao transporte tanto de servidores quanto de material de consumo/permanente e mercadorias apreendidas. A locação deste tipo de veículo tem um custo elevado, o que traria à UG maiores despesas com custeio, comprometendo a já apertada programação orçamentária. Com a aquisição dos veículos, estima-se um período de três a cinco anos, dependendo da garantia do fabricante, sem grandes despesas de manutenção. Para esses veículos, a relação custo-benefício da aquisição nos parece economicamente mais vantajosa do que a da locação. Acresça-se que algumas UG têm motoristas oficiais em seus quadros de servidores, o que representa um custo fixo que seria duplicado, na hipótese da locação de veículos com a mão de obra inclusa, ou desperdiçado, na hipótese de locação dos veículos sem os condutores.

Estrutura de controle das despesas com Veículos oficiais

O abastecimento e a manutenção dos veículos são feitos por empresa contratada por meio de licitação realizada no âmbito da 3ª Região Fiscal, sob a responsabilidade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal dividido em 3 (Três) Centros de custos, quais sejam: DRFTSA, para as Unidades localizadas no Estado do Piauí, DRFSLS, para as Unidades localizadas no Estado do Maranhão, e a SRRF03, para as Unidades localizadas no Estado do Ceará. A empresa contratada emite relatórios gerenciais que ensejam à Administração Regional o acompanhamento do consumo de combustível e das despesas de manutenção dos veículos, por centro de custos. Eventualmente, algumas despesas de pequeno vulto são assumidas pelas próprias Unidades Gestoras, mediante dispensa de licitação. Os deslocamentos somente são realizados após autorização do Delegado, Inspetor ou Superintendente cujo veículo esteja sob sua gestão. A saída dos veículos é controlada mediante o documento “Requisição de Transporte”, onde são anotadas todas as informações relativas a cada deslocamento. O controle de entrada/saída é efetuado pela própria UG ou pelo Setor de Transportes da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda, nos imóveis administrados pelo Ministério da Fazenda.

Unidade Gestora	Veículo		Média Anual de Km Estimado dos Veículos em uso	Idade Média da Frota (anos)	Custo Total de Manutenção + Abastecimento
	Tipo	Quantidade			
170028	Utilitário	05	6.745	12	30.694,57
	Carga	01	5.269	16	
	TOTAL	06			
170030	Utilitário	04	7.541	12,33	24.869,05
	TOTAL	04			
170035	Passeio	02	1.200	7	39.677,00
	Utilitário	03	8.766	9	
	Carga	01	3.890	10	
	TOTAL	06			
170040	Passeio	07	2.145	4,4	53.543,89
	Utilitário	16	8.316	6,75	
	Carga	01	-	7	
	TOTAL	24			
170041	Passeio	01	-	4	13.045,26
	Utilitário	03	11.208	8	
	TOTAL	04			
170042	Utilitário	03	3.216	10	17.477,41
	Carga	01	2.228	8	
	TOTAL	04			
170108	Passeio	01	1.267	5	14.077,92
	Utilitário	03	12.538	4,66	
	Carga	01	-	10	
	Coletivo	01	-	12	
	TOTAL	06			
170225	Passeio	01	3.000	9	33.420,91
	Utilitário	05	8.000	6,4	
	Carga	01	3.000	9	
	Coletivo	02	4.000	9	
	TOTAL	09			
170330	Passeio	02	15.702	9	17.663,60
	Utilitário	02	6.758	9,66	
	TOTAL	04			
170337	Passeio	01	2.000	6	16.076,22
	Utilitário	03	9.750	9	
	TOTAL	04			
170387	Passeio	01	-	-	3.875,32
	Utilitário	02	3.032	2	
	TOTAL	03			
170532	Passeio	01	2.508	5	26.983,30
	Utilitário	05	11.517	5,2	
	TOTAL	06			

8.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

Quadro 22 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	CEARÁ	22	20
	Fortaleza	2	2
	Aracati	1	1
	Baturité	1	1
	Itapipoca	1	1
	Maranguape	1	1
	Quixadá*	1	1
	Quixeramobim	1	1
	Caucaia	1	1
	Russas*	1	0
	Juazeiro do Norte	1	1
	Brejo Santo	1	0
	Crato	1	1
	Icó	1	1
	Iguatu	1	1
	Senador Pompeu	1	1
	Sobral	1	1
	Acaraú	1	1
	Crateús	1	1
	Ipu	1	1
	Ubajara	1	1
	Camocim	1	1
	PIAUI	8	8
	Teresina	1	1
	Campo Maior	1	1
	Parnaíba	1	1
	Piripiri	1	1
	Floriano	1	1
	Oeiras	1	1
	Bom Jesus	1	1
	Picos	1	1
	MARANHÃO	11	11
	Bacabal	1	1
	Codó	1	1
	Pinheiro	1	1
	Presidente Dutra	1	1
	Santa Inês	2	2
	Imperatriz	1	1
	Carolina	1	1
	Balsas	1	1
	SãoLuis*	1	1
	Caxias	1	1
Subtotal Brasil		41	39
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		41	39

Fonte: Spiunet

Observação: *ver análise crítica

Quadro 23 - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170028	0723.00010.500-0	13	3	72.993,50	30/11/2011	135.630,00		
	0763.00021.500-0	13	3		30/11/2011	241.123,00		24.487,35
	0869.00003.500-7	13	4	37.911,69	30/11/2011	183.853,70		300,00
	0879.00002.500-9	12	3	44.284,36	30/11/2011	143.404,40		24.487,35
	0957.00008.500-7	13	5	40.684,08	30/11/2011	71.980,80		
	0757.00058.500-7	12	8		01/07/2012	54.915,00		24.487,35
	0957.00031.500-2	12	8		01/07/2012	18.750,00		
170030	0803.00001.500-3	13	4	511.412,25	30/11/2011	2.644.080,00	91.199,00	2.300,00
	0753.00005.500-5	12	2	27.885,00	30/11/2011	189.050,96		
	0727.00009.500-8	13	4	19.583,85	30/11/2011	164.850,00		
170035	1043.00002.500-2	13	3	75.018,49	30/11/2011	217.131,21		
	1153.00002.500-6	13	3	286.643,06	30/11/2011	939.397,52	8.600,00	
	1167.00205.500-0	13	3	110.256,13	30/11/2011	175.580,78	50.660,80	
	1219.00014.500-8	13	4	113.728,27	30/11/2011	189.040,52	2.900,00	6.467,49
170040	1389.00644.500-0	13	5	743.000,00	30/11/2011	743.000,00		
170041	1321.00002.500-0	13	3	122.316,86	22/10/2013	660.000,00		
	1455.00050.500-3	13	3	54.000,00	22/10/2013	730.000,00		5.960,00
	1429.00001.500-7	11	3	134.755,26	22/10/2013	745.000,00		54.385,72 **
	1537.00001.500-4	11	3	92.134,08	22/10/2013	586.000,00		
	1529.00024.500-9	11	3	62.073,71	22/10/2013	388.000,00		
	1341.00004.500-6	18	8	40.000,00	25/04/2012	40.000,00		
	1373.00015.500-4	13	8	161.154,66	17/10/2013	161.154,56		
	Quixadá*	13	1	642.078,78				480,00
170042	1349.00008.500-3	13	8	150.000,00	05/08/2013	150.000,00		
	1447.00002.500-0	13	3	1.067.929,07	30/11/2011	2.424.477,12	153.033,32	868,00
	1385.00019.500-0	13	3	70.495,44	30/11/2011	183.912,15		
	1409.00001.500-2	13	3	139.087,09	30/11/2011	306.942,00		
	1411.00009.500-8	13	3	130.409,02	30/11/2011	273.533,34		6.090,66
	1555.00016.500-4	13	3	231.502,64	30/11/2011	231.502,64		
170108	1389.00289.500-1	13	3	822.664,80	07/12/2001	822.664,80	438.821,43	7.663,85
170225	0921.00713.500-9	13	3	10.626,00	11/07/2014	1.531.500,00		

	1559.00395.500-9	13	3	541.000,00	30/11/2011	4.599.992,32		
170330	1303.00001.500-7	11	3	134.326,80	30/11/2011	349.997,64		21.255,39
	1383.00008.500-3	11	3	131.612,74	30/11/2011	269.999,99		
	1417.00002.500-9	11	3	71.425,70	30/11/2011	300.003,31		18.703,09
	1573.00005.500-2	11	8	7.140,00	30/11/2011	78.540,00		44.201,44
	1351.00029.500-0	13	8	95.000,00	30/11/2011	190.408,00		
170337	1077.00003.500-2	13	2	282.349,58	30/11/2011	282.349,58		515,00
	1139.00002.500-0	13	3	303.245,92	30/11/2011	303.245,92		
	1037.00004.500-9	13	3	192.866,92	30/11/2011	192.866,92		
	1159.00035.500-5	13	3	597.143,66	08/03/2013	597.143,66		
Total							745.214,55	242.652,69
Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:								
1 – Aquicultura 2 – Arrendamento 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta 4 – Cessão – Outros 5 – Cessão – Prefeitura e Estados 6 – Cessão Onerosa 7 – Comodato 8 – Disponível para Alienação 9 – Em processo de Alienação 10 – Em regularização – Cessão 11 – Em regularização – Entrega 12 – Em regularização – Outros 13 – Entrega – Adm. Federal Direta 14 – Esbulhado (Invadido) 15 – Imóvel Funcional 16 – Irregular – Cessão 17 – Irregular – Entrega 18 – Irregular – Outros 20 – Locação para Terceiros 21 – Uso em Serviço Público 22 – Usufruto Indígena 23 – Vago para Uso								
Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:								
1 – Novo 2 – Muito Bom 3 – Bom 4 – Regular 5 – Reparos Importantes 6 – Ruim 7 – Muito Ruim (valor residual) 8 – Sem Valor								
Fonte: Spiunet Observação: *ver análise crítica **Valor despendido com ARF da jurisdição da DRF/Fortaleza (sem identificação do RIP)								

Análise Crítica

A RF03 é constituída de 12 (doze) unidades gestoras, mas 2 (duas) destas unidades não têm imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade direta. São elas a Alfândega do Porto do Pecém/CE (UG – 170532), que funciona na área disponibilizada pelo Governo do Estado do Ceará, na Ceará Portos, e a Alfândega do Aeroporto Internacional Pinto Martins (UG – 170387), que ocupa área disponibilizada pela INFRAERO no Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza.

Quanto ao preenchimento do Quadro 23, algumas observações tornam-se importantes sob o ponto de vista de padronização das informações encaminhadas pelas UG, e consolidadas nesta UJ.

Seguindo orientação da Setorial Contábil da Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol, o preenchimento da coluna RIP do Quadro 23 adotou o RIP de utilização do imóvel, já que

este é o RIP relacionado com o sistema SIAFI.

A adoção do RIP de utilização dos imóveis no preenchimento dos quadros e inclusão dos dados solicitados, bem como a pesquisa detalhada no Sistema Spiunet gerou uma inconsistência nas informações prestadas, que deverá ser aqui ressaltada. Algumas Delegacias funcionam dentro dos Edifícios-Sede do Ministério da Fazenda de cada Estado e deveriam ter na SPU um RIP de utilização específico, correspondente a cada área ocupada. Na 3^a Região Fiscal, as Delegacias de Fortaleza, Teresina, São Luis, a Alfândega do Porto de São Luis e a Superintendência se encontram nesta situação. No entanto, apenas as Unidades do Maranhão apresentam no Spiunet RIP de utilização específico (relativos a áreas do Edifício-Sede do MF/MA utilizadas pela DRF e pela ALF). Com o objetivo de padronizar os procedimentos, esta informação não foi lançada no Quadro 30 no presente relatório. Dessa forma, no citado Quadro, na linha referente ao município de São Luís/MA, figura apenas o terreno da Alfândega do Porto de São Luís. Ressalte-se, no entanto, a importância desta divisão de responsabilidades na utilização do imóvel: como cada vez mais as UG da RFB necessitam realizar despesas com obras e serviços em suas áreas de trabalho, objetivando o ajuste do espaço às suas necessidades, estas despesas não podem ser incluídas no Relatório de Gestão, porque foram realizadas para acréscimo patrimonial no valor de imóveis da União que não se encontram sob sua responsabilidade direta.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 3^a Região fiscal está iniciando um processo para contratação do serviço de avaliação dos imóveis para as unidades administrativas.

Analizando os dados de todas as unidades da região constantes no sistema Spiunet verificam-se outras incompatibilidades de informações, que podem ter algum reflexo no presente relatório, quanto à gestão do patrimônio imobiliário da União sob a responsabilidade das UG. A unidade de Senador Pompeu consta no Spiunet sob a responsabilidade da DRF/Juazeiro do Norte, embora tenha sido extinta, e a UG tenha solicitado ao SPU/CE as providências relativas à exclusão desta responsabilidade. Quanto à Delegacia de Fortaleza, o imóvel de Quixadá foi entregue pelo SPU/CE à DRF/Fortaleza, mas a inclusão no Spiunet não foi concluída por aquele órgão. Também em relação à mesma Delegacia, registre-se que o terreno em Baturité permanece sob a responsabilidade da UG, mas questões específicas de ocupação que ainda não foram resolvidas impedem que a exclusão da responsabilidade seja concluída.

As unidades gestoras da RF03 tentaram em 2013 regularizar junto ao SPU de cada Estado a situação dos imóveis sob sua responsabilidade, bem como a correção de informações constantes no Spiunet, reiterando através de ofícios ou processos a solicitação da documentação dos imóveis sob sua responsabilidade, que deveria ser mantida sob sua guarda, principalmente quanto à entrega. O preenchimento da coluna "**Regime**" do Quadro 23 manteve a mesma orientação do ano anterior, utilizando-se o código 11 para a situação de "Em regularização - Entrega".

Neste relatório as unidades gestoras foram orientadas a adotar os mesmos procedimentos do ano anterior, incluindo no campo "**Despesas do Exercício**" os valores das despesas constantes no sistema SIAFI referentes a reparos e reformas realizadas nos imóveis próprios da União sob sua responsabilidade, independente de ser contrato ou não, e mesmo que a benfeitoria não estivesse regularmente lançada no Spiunet. Tal procedimento se justifica pela demora que se registra para regularização das obras e reformas realizadas nos imóveis, principalmente no SPU.

Ainda quanto ao preenchimento do Quadro 23, na informação lançada na coluna "**Estado de Conservação**", as unidades que tinham reparos e obras em andamento ao final de 2014 lançaram a situação inicial do imóvel, antes do início dos serviços (4 - regular, ou 5 - reparos importantes), e só após concluídos os serviços de reparos e reformas a situação deverá mudar, ainda

que não tenha sido concluído o processo de inclusão da benfeitoria no Spiunet, bem como o lançamento no SIAFI do acréscimo do valor patrimonial do imóvel.

Considerando que as reavaliações dos imóveis da RF03 aconteceram em 2011, e tinham uma validade de 2 (dois) anos, deveria ter sido contratado em 2013 por cada UG o serviço de reavaliação, obedecendo à metodologia definida pelo SPU para atualização dos valores do patrimônio imobiliário da União. A dificuldade de encontrar profissionais habilitados para execução do serviço e a falta de conhecimento de algumas unidades na área técnica impossibilitaram a reavaliação dos imóveis sob sua responsabilidade em 2014. Apenas a DRF/Fortaleza conseguiu contratar uma empresa especializada e atualizou os valores dos seus imóveis. Em 2015, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 3^a Região fiscal está iniciando um processo para contratação do serviço de avaliação dos imóveis de forma centralizada para todas as unidades administrativas sob sua jurisdição, incluindo as unidades próprias e as alugadas.

Segue abaixo uma análise crítica detalhada referente aos imóveis sob responsabilidade de cada UG, tratando principalmente da situação atual no sistema Spiunet, e das medidas que estão sendo adotadas para regularização das pendências ainda existentes.

A **UG 170028 - DRF/São Luis** possui 7 (sete) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam as Agências de Bacabal, Codó, Pinheiro, Presidente Dutra e Santa Inês, e os terrenos de Santa Inês e Caxias, onde deverão ser construídas Agências Modelo. Os imóveis se encontram no sistema Spiunet, já estando incluídas as benfeitorias hoje existentes, exceto no caso dos terrenos. Existem 3 (três) imóveis alugados, onde funcionam as Agências de Chapadinha, Caxias e Pedreiras. A DRF/São Luis funciona no Edifício-Sede do MF em São Luis, administrado pela SAMF/MA.

A **UG 170030 - DRF/Imperatriz** possui 3 (três) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam a Delegacia, a Agência de Carolina e o terreno onde está sendo construída a Agência de Balsas. Atualmente, a Agência de Balsas funciona em prédio alugado. A benfeitoria será incluída no sistema Spiunet no terreno de Balsas pelo SPU/PI tão logo seja retomada e concluída a obra que se encontra parada.

A **UG 170035 - DRF/Teresina** possui 4 (quatro) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam o Depósito de Mercadorias Apreendidas, as Agências de Parnaíba, Piripiri e Campo Maior. Os imóveis se encontram no sistema Spiunet, já estando incluídas as benfeitorias hoje existentes, exceto a reforma de Piripiri, realizada em 2013.

A **UG 170040 - SRRF03** possui apenas um imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade direta. O referido imóvel foi adquirido para complementação de área de um terreno existente, pertencente à União, próximo ao Edifício-Sede do MF, que se encontra sob a responsabilidade da SAMF/CE. Na área compreendida pelos dois imóveis deverá ser construído o prédio Anexo ao Edifício-Sede do MF/CE, para acomodar a Superintendência, suas divisões, e outros órgãos do MF. A edificação hoje existente no imóvel deverá ser demolida, tão logo seja concluído o projeto e iniciada a obra.

A **UG 170041 - DRF/Fortaleza** possui 7 (sete) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam as Agências de Aracati, Itapipoca, Quixeramobim, Russas, Maranguape, Quixadá, além do terreno em Caucaia, onde deverá ser construída a sede da ARF/Caucaia em 2015. Quanto ao terreno em Baturité, registre-se que, embora legalmente doado pela Prefeitura Municipal, ainda não figura no Spiunet em nome da DRF/Fortaleza. Por outro lado, um antigo terreno no mesmo município, embora devolvido à Prefeitura, permanece constando no

Spiunet sob a responsabilidade da DRF/Fortaleza. Além do mencionado terreno, também não figura no Spiunet, sob a responsabilidade da Unidade, o imóvel em que funciona a Agência de Quixadá. A respeito desse imóvel, aduza-se que o montante informado a título de “valor histórico” corresponde ao valor da obra recebida definitivamente em abril/2012.

A UG 170042 - DRF/Juazeiro do Norte possui 5 (cinco) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta. Neles funcionam a Delegacia e as Agências de Crato, Icó, Iguatu e um terreno para construção da agência modelo de Brejo Santo, doado pela Prefeitura. Os imóveis se encontram regularizados no sistema Spiunet, cabendo aqui uma observação. A ARF Senador Pompeu foi extinta e a exclusão da responsabilidade da UG pelo imóvel já foi solicitada ao SPU. A unidade foi orientada a reiterar as solicitações encaminhadas ao SPU/CE.

A UG 170108 - Alfândega do Porto de Fortaleza possui apenas um imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam a sede da Alfândega e o depósito de Mercadorias Apreendidas. O imóvel (terreno e benfeitorias) acha-se em processo de regularização no SPU já que as dimensões do terreno e benfeitorias incluídas no sistema Spiunet não correspondem à realidade.

A UG 170225 - Alfândega do Porto de São Luis possui apenas um imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade direta. O imóvel encontra-se regularizado no Spiunet, e constitui-se de um terreno onde deverá ser construída a sede própria da UG.

A UG 170330 - DRF/Sobral possui 6 (seis) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam a Delegacia e as Agências de Acaraú, Camocim, Crateús, Ipu e Ubajara. Os imóveis se encontram no sistema SPIUNet, achando-se em fase de regularização junto ao SPU a inclusão no referido sistema das benfeitorias referentes à construção das Agências de Ubajara e Camocim. A regularização da ARF/Camocim no Spiunet está dependendo da inclusão da benfeitoria no terreno, o que não pode acontecer face a problemas que impediram o recebimento definitivo da obra. O processo de licitação para recuperação foi finalizado em dezembro de 2014. A inclusão da benfeitoria da ARF/Ubajara já foi solicitada pela UG ao SPU/CE, mas, ainda, permanece a pendência. A unidade foi orientada a reiterar junto ao SPU a regularização das pendências.

A UG 170337 - DRF/Floriano possui 4 (quatro) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam a Delegacia, e as Agências de Oeiras, Bom Jesus e o terreno onde será construída a sede da ARF/Picos nos moldes do Projeto AGENCIA MODELO. Os imóveis se encontram no sistema Spiunet devidamente regularizados.

8.3 - Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 24 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL		
CEARÁ	2	2
Baturité	1	1
Caucaia	1	1
PIAUÍ	2	2
Picos	1	1
São Raimundo Nonato	1	1
MARANHÃO	4	4
Caxias	1	1

	Chapadinha	1	1
	Pedreiras	1	1
	Balsas	1	1
	Subtotal Brasil	8	8
EXTERIOR	-	-	-
	Subtotal Exterior	-	-
	Total (Brasil + Exterior)	8	8

Fonte: Spiunet – dados em processo de lançamento

Análise Crítica

DRFSLS

Tendo em vista a necessidade da RFB em atender os contribuintes jurisdicionados pelas Agências da RFB nos municípios de Pedreiras/MA e Chapadinha/MA a Administração da Delegacia da RFB em São Luis tem mantido a diretriz de locar imóvel para as instalações das referidas Unidades Administrativas. Com relação a locação do imóvel da ARF/Caxias esta providência tem sido mantida até a conclusão da construção da Agência Modelo, que foi licitada e contratada em 2014, e deverá ser concluída em 2015.

Os contratos da DRFSLS estabelecem que as reformas e manutenções dos imóveis locados, que são realizadas pearly a melhor estruturação física e logica da Unidade são de responsabilidade desta Delegacia.

DRFIMP

Em virtude da paralisação da construção da Agência da Receita Federal do Brasil em Balsas-MA, persiste a necessidade de locação do referido imóvel. Os gastos com manutenção, quando necessários, são custeados pela própria administração, conforme prevê o contrato de locação.

DRFFOR

Atualmente, as Agências de Baturité e Caucaia funcionam em prédios alugados, tendo como locadores, respectivamente, Carlos Viana, CPF 036.982.703-15, processo 10380.010356/2009-24, e Alessandra Soares Loureiro Magalhães, CPF 377.290.553-68, processo 10380.003522/2008-55(2013) e 10380722234201441(2014).

Em relação à ARF Caucaia, o contrato de execução da Obra do prédio próprio (Agência modelo) foi celebrado no final de 2014, com previsão de término da obra em 2015.

Já em Baturité, a Prefeitura doou um terreno à União para construção de um prédio para funcionamento da agência, que se encontra em fase de regularização junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

DRFFLO

Existem dois imóveis locados para funcionamento de ARF jurisdicionada à DRF/FLO/PI. Um na cidade de São Raimundo Nonato. Foi programado, para 2015, um valor de R\$ 450.000,00 para a aquisição de terreno naquele município para futura construção de prédio para a instalação da ARF/SRN/PI. Já na cidade de Picos, em 2013 foi regularizado um terreno doado pelo DNIT. Em

2014 foi concluído o processo licitatório do projeto padrão da RFB (Agência Modelo), cuja previsão para início das obras de construção do prédio para a instalação da ARF/PIC/PI é 2015.

Com essas ações iremos eliminar a contratação de imóveis para locação.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 9: Gestão da Tecnologia da Informação
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Não consta neste Relatório de Gestão “**informações sobre a necessidade de desenvolvimento de novos sistemas**” (letra “b” do subitem 9.1 - Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013), uma vez que esse assunto está sob a gestão do Órgão Central, e as respectivas informações serão apresentadas no Relatório de gestão do Órgão Central.

Não consta neste Relatório de Gestão a “**relação dos contratos que vigeram no exercício de referência**” (letra “c” do subitem 9.1 - Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013), uma vez que a 3ª Região Fiscal não detém contratos na área de Tecnologia da Informação.

9.1 - Informações sobre Sistemas Computacionais

9.1.1. Sistemas computacionais utilizados e suas funções – Hospedagem Serpro

Nome	Descrição
SATELITE PARCELA-MENTO LEI 11941	Sistema fará a leitura dos movimentos (arrecadação, retificação, restituição e compensação) a cada decênio oriundos das receitas e procederá a decomposição em códigos de receita específicos, de acordo com o perfil da dívida do contribuinte. Após a decomposição, o sistema enviará os dados ao CLACON. Há integração com o CLACON; PERFIL DÍVIDA; TRATARET; SIAFI; CPF; CNPJ e TOM
GPI - Gerencial Papel Imune	O sistema Gerencial Papel Imune (GPI) tem por objetivo manter o cadastro de registros especiais de Papel Imune e possibilitar consultas aos dados da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune (Declaração de Informações Fiscais – DIF Papel Imune), bem como gerar relatórios que forneçam informações para auxiliar na programação, seleção e preparo das ações fiscais.
CPF - ECT	Sistema que possibilita efetuar consulta on-line para validação de atendimentos de solicitações CPF, coleta e encaminhamento de inscrições e atualizações para o cadastro de pessoa física - CPF, por intermédio da Empresa de Correios e Telegráficos - ECT.
CPF - Atualizações	Sistema que possibilita ao servidor da RFB efetuar as operações de inscrição, inclusão, alteração, regularização, cancelamento e anulação de registros de cidadãos no Cadastro de Pessoa Física (CPF), realizar a complementação de atendimentos iniciados em conveniadas e obter dados estatísticos para apoiar ações gerenciais. Permite também consultar informações relativas às declarações de IRPF apresentadas pelo contribuinte, débitos em conta corrente Pessoa Física, beneficiário da DIRF, sócio e/ou responsável por empresa no CNPJ.
TOM – Grande Porte	Permitir a consulta on-line aos órgãos e municípios por seus códigos e nomes e por ceps. São realizadas consultas pelo usuário e pelos sistemas que atendem a RFB unificando os códigos e descrições. Sendo uma tabela única, sua atualização está presente simultaneamente em todos os sistemas que a consultam. Esta atualização é feita sempre que o cliente faz sua requisição através do gestor e tem sua principal causa nas portarias emitidas pelo Ministério da Fazenda ou da RFB. Permite a manutenção de um cadastro único, atualizado e de fácil consulta sobre os órgãos jurisdicionados da RFB, proporciona maior consistência e integridade às suas informações.
IRPJ - Gerenciador Sistemas On Line	Sistema responsável pela coleta das informações contidas nas declarações de rendimento de pessoa jurídica - lucro real (Form 1), gerando arquivo para atualização da Base IRPJ.
IRPJ - Incentivos Fiscais	Sistema responsável pelo tratamento das declarações de lucro real, de contribuintes que optaram por incentivos fiscais, e controle das solicitações efetuadas por PERC (pedido de revisão de certificado), com envio de arquivo e extrato para os fundos, informando os optantes e o valor da opção.
Angela – Arrec Análise Gerencial	Sistema responsável pela coleta mensal, armazenamento e apresentação de dados referenciados à arrecadação de tributos federais abrangendo 24 meses, constituindo-se em ferramenta de análise, acompanhamento e suporte à tomada de decisão pela RFB.
SIPRAR - Sistema de Previsão da Arrecadação	Permite o registro, por UA e por Natureza de Receita, dos valores mensais previstos da arrecadação, consolidando-os nos níveis regional e nacional, estando sua base de dados disponível para acesso por meio de extrator de dados.
Avadas - Sistema de Validação e Aceitação de Darfs	Sistema responsável pela validação dos arquivos magnéticos de prestação de contas da arrecadação federal (pagamentos) recebidos pela rede arrecadadora, procedendo à

da Rede Arrecadadora	transcrição e processamento dos pagamentos entregues em papel (BDA-DARF).
Carol - Cad Agente Arrec On-Line	Sistema responsável pela gestão do cadastro dos agentes arrecadadores, efetuando o registro, armazenamento e apresentação de dados referenciados aos bancos que constituem a rede arrecadadora de receitas federais.
SIADI - Sistema Informação Arrecadação Diária	Sistema responsável pela coleta diária, armazenamento e apresentação de dados referenciados à arrecadação de tributos federais, abrangendo 6 (seis) decênios, constituindo-se em ferramenta de análise, acompanhamento e suporte à tomada de decisão pela RFB.
SINCOR - TACO - Tabelas Coeficientes	Sistema que armazena e disponibiliza para consulta os coeficientes de correção monetária (OTN, ORTN, BTN, BTNF, TRD, UFIR, SELIC, TJM), por meio de aplicativo on-line e/ou rotinas utilizadas pelos sistemas de consolidação de débitos.
SINCOR – SIDAT - Sistema de Datas	Registra feriados (municipais, estaduais e federais) e prorrogações de datas de vencimento de créditos tributários, tornando a informação disponível para uso dos sistemas de cobrança. O tratamento centralizado dessas informações gera confiabilidade e integração nas informações prestadas, proporcionando redução de custos, uma vez que elimina a necessidade de esforços duplicados.
ALERTA - Comunicado do Simples Nacional	Sistema que identifica inconsistências entre os valores declarados pelos contribuintes e as informações obtidas por meio de outras fontes de dados. Após a identificação das inconsistências, o ALERTA emite uma comunicação ao contribuinte informando a existência de divergências e solicita regularização. Essa comunicação deve ser feita no Portal do Simples Nacional, quando o contribuinte acessa os serviços disponíveis.
Simples Nacional - Carnê MEI	Sistema responsável pela geração de arquivos com dados do domicílio dos contribuintes optantes pelo regime de Microempreendedor Individual e demais informações necessárias à emissão do Documento de Arrecadação - DAS, com código de barras, para pagamento na rede arrecadadora (bancos), obedecendo à agenda tributária dos vencimentos dos tributos
SINAL - Sistema Inform Arrec Feder	Sistema responsável pela manutenção de uma base de dados em ambiente de grande porte, com atualização diária das informações referentes a pagamentos de tributos, contribuições federais, documentos e depósitos dos contribuintes pessoa física e pessoa jurídica.
SINCOR SIPADE - Sistema Parcelamento de Débitos	Realiza o controle dos processos de parcelamentos negociados previamente com o contribuinte, efetuando a cobrança das parcelas por intermédio da rede arrecadadora, com a utilização da sistemática de débito automático, ou por meio da emissão de DARFs enviados pelos correio. O sistema tem como característica principal o gerenciamento dos processos de parcelamento dos contribuintes, concedendo desta forma ao usuário um acionamento rápido e efetivo nas situações das parcelas, através das funções online do sistema. Realiza a integração com a rede bancária e com os sistemas TRATAR PAR e PROFISC, mantendo a situação do processo sempre atualizada.
PROFISC - Processos Fiscais	Sistema que possibilita o acompanhamento e o controle da tramitação dos processos fiscais com crédito tributário em todas as suas fases, até o encerramento ou envio à PGFN, possibilitando a integração das diversas áreas da RFB (arrecadação, fiscalização, tributação e delegacias de julgamento) e dos órgãos do Ministério da Fazenda (Protocolo, PFN, Conselho de Contribuintes, etc). Esse controle é efetuado de forma integrada com diversos sistemas da RFB, módulos do SIEF e com sistemas de outros clientes.
SICODEC - Sistema Controle de Declarações	Sistema responsável pela emissão de 2ª via de Multa por Atraso na Entrega de Declaração e de omissão de Declarações.(Grande Porte)
SICODEC - DCTF	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais.
SICODEC - DIRF	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte.
SICODEC - DIPJ	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica.
SICODEC - DIRPF	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física.
SICODEC - DACON	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais.
SICODEC - ITR	Sistema responsável pela emissão de 2ª via de multa por atraso na entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
SICODEC - DIMOB	Sistema responsável pela emissão de 2ª via da Notificação de Lançamento, referente a

	multa por atraso na entrega de Declaração Informações sobre Atividades Imobiliárias.
SICODEC - DERC	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais, com emissão de Autos de Infração para cobrança da multa por atraso para as situações de entrega espontânea fora do prazo, entrega após a intimação e pelo não atendimento à intimação. O programa possibilita a inclusão manual de contribuintes não selecionados pelos critérios automáticos para emissão de intimação e omissos.
SICODEC - DIMOF	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega da Declaração de Informações sobre a Movimentação Financeira, com emissão de Autos de Infração para cobrança da multa por atraso para as situações de entrega espontânea fora do prazo, entrega após a intimação e pelo não atendimento à intimação. O programa possibilita a inclusão manual de contribuintes não selecionados pelos critérios automáticos para emissão de intimação e omissos.
Sincor CCPJ - Batch	Sistema responsável pela recepção, crítica e alocação automática dos débitos de lançamento de DIRPJ e DCTF e pelo controle dos débitos inadimplentes e controle da quitação dos mesmos.
Sincor CCPJ - On Line	Disponibilizar os débitos de declarações de contribuintes pessoa jurídica, após o batimento, permitindo as correções, através de funções on-line, das vinculações de débitos e pagamentos.
PROFISC - Alocação Automática - BATCH	O sistema realiza a alocação automática de pagamentos, remissão e indicação de termo de revelia/perempção para os processos que deveriam estar em cobrança final por decorso de prazo.
SIAP - Sistema de Assinalamento de Pagamento	O sistema promove o direcionamento dos pagamentos para os aplicativos devidos, com base nas características dos DARFs, garantindo principalmente exclusividade no uso deste pagamento.
Funções Genéricas Sincor (On Line)	Sistema responsável por prover as demais aplicações do SINCOR de procedimentos unificados e padronizados, como tratamento de erros e controle de impressão.
ITR - Tabelas	Disponibilização da tabela de municípios para atender ao sistema ITR
DCTF - On Line	Sistema responsável por disponibilizar à RFB dados referentes às declarações de DCTF, bem como informações gerenciais on line.
ITR - Lançamento Diário	Sistema responsável por efetuar o cálculo do lançamento do ITR dos imóveis rurais solicitados on-line pelas unidades da RECEITA, para emissão de notificações e DARF.
Profisc - Gera Informação Gerencial	Aplicativo que extrai, consolida e agrupa informações dos processos administrativos fiscais com crédito tributário, fornecendo base de dados para elaboração de consultas para o sistema PROFISCONS. (Gera informações administrativas para todos os níveis gerenciais da RFB. Fornece dados sobre processos agregados para elaborar estatísticas sobre o acompanhamento dos processos)
PROFISC - Consulta Gerencial	Sistema que disponibiliza dados gerenciais consolidados sobre o SIEF Processos, para consulta on-line pela RFB.
CPF - Cadastro Nacional Pessoa Física	Sistema responsável pela manutenção da base de dados do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, incluindo os processos de atualização de situação cadastral e dados cadastrais a partir da entrega de declaração (DIRPF/DAI).
TRATARET - Trat Retif DARFs Clas	Sistema responsável pelo tratamento das informações referentes à retificação de pagamentos de tributos federais., geradas pelo sistema SINAL, para alimentação do sistema CLACON (classificação e controle), gerando a informação sobre os valores da arrecadação retificada.
TRATANI - Trata Info Contribuintes	Sistema responsável pela emissão de certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais, por meio da recuperação de informações sobre irregularidades fiscais disponíveis nos sistemas da RFB, tais como, omissão de entrega de declaração, créditos tributários vencidos e não pagos, regularidade no recolhimento de pagamentos, créditos tributários na situação de exigibilidade suspensa. As informações são disponibilizadas em relatório único para que a fiscalização possa analisar e decidir sobre a emissão de certidão.
SINCOR - Trata Pagto de Cobrança Créd. Trib.	O sistema possibilita a consulta e a atualização (transferência, bloqueio e desbloqueio) dos pagamentos dos sistemas do SINCOR, facilitando a alocação dos pagamentos aos débitos do contribuinte, possibilitando um atendimento mais conclusivo ao contribuinte e maior agilidade no atendimento na RFB, com diminuição das filas que o contribuinte tem que enfrentar.
CADIN - Cadastro de Inadimplentes	O sistema é responsável pela manutenção e atualização do cadastro de inadimplentes e omissos de declarações junto à RFB, agregando informações de outros sistemas, identi-

	ficando os contribuintes inadimplentes e prováveis inadimplentes para com o fisco.
GERPROCPJ - Geração Processo Eletrônico PJ	Sistema responsável pela geração de processos fiscais de débitos de pessoa jurídica, originados de autos de infração e das declarações de IRPJ, com envio de arquivos eletrônicos para inscrição em Dívida Ativa da União.
SIAR - Acompanhamento de Remessas Bancárias	Sistema responsável pela coleta diária, armazenamento e apresentação de dados relativos às remessas de prestação de contas da arrecadação de tributos federais entregues pela rede arrecadadora, informando a quantidade de DARF recepcionados nos meios magnético, eletrônico e físico (papel).
GERPROCPF - Geração Processo Eletrônico PF	Sistema responsável pela geração dos processos fiscais de débitos de pessoa física, originados de autos de infração e das declarações de IRPF, com envio de arquivos eletrônicos para inscrição em Dívida Ativa da União.
Conta Corrente Pessoa Física	Sistema responsável pelo controle do pagamento dos créditos tributários das pessoas físicas junto à RFB, originados do processamento das declarações de IRPF, pelo sistema de lançamento ou de ações de fiscalização. Possui funções de inclusão on-line de créditos tributários, alocação de pagamentos aos créditos tributários, emissão local de DARF e consulta aos eventos de atualização dos créditos tributários.
TO - Tabela Orçamentária	Sistema responsável pela coleta, armazenamento e apresentação de dados relativos à tabela de receitas federais, constituindo-se na principal ferramenta de apoio a aplicativos instalados no ambiente IBM de grande porte, da administração tributária.
CLACON Centralizado	Sistema responsável pelo controle e pela classificação da arrecadação das receitas federais, disponibilizando informações sobre os pagamentos para fins de acompanhamento, controle e análise pela RFB do comportamento da arrecadação e dos contribuintes, subsidiando o processo e a distribuição dos recursos arrecadados aos beneficiários. O sistema também fornece informações para o banco Central, permitindo o acompanhamento do comportamento da rede arrecadadora quanto às inconsistências entre a apresentação de contas e o repasse financeiro.
ITR - Distribuição	Sistema responsável pela distribuição decenal dos valores arrecadados às entidades beneficiárias do ITR (União, Municípios, CNA, CONTAG e Ministério do Trabalho), por meio da decomposição de cada DARF com o seu correspondente lançamento.
ITR - Trata Débitos	Sistema responsável pelo planejamento, seleção e execução da cobrança de débitos relativos ao ITR, com emissão de avisos de cobrança e correspondentes relatórios de apoio.
ITR - Prog. Gerador de Declaração - PGD Validador	Programa de declaração do ITR (PGD ITR) e suas respectivas rotinas de validação e aceitação.
IRPJ - Geração da Base	Sistema responsável pelo carregamento da base PJ com os dados das declarações, com a função de preservar a integridade da base, criticando os dados dos sistemas de captação.
ITR - Gerenciador ON LINE	Sistema responsável pela gestão e armazenamento de dados do ITR, provendo os diversos módulos on-line para tratamento dessas informações.
Profisc - Cobrança Final - Enviados à PGFN	Sistema responsável por disponibilizar informações para o CADIN dos processos fiscais em cobrança final e dos processos enviados à PGFN.
FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES - DATAPREV/BDCONTRIB	Extração e compilação diária de dados dos sistemas CPF e CNPJ em arquivo digital a ser encaminhado à DATAPREV para atualização do banco de dados de contribuintes previdenciários (BD Contrib). O envio diário é feito por meio de sistema de controle.
PROFISC - Interface - Dívida Ativa	Sistema que possibilita a inscrição semi-eletrônica de processos fiscais já movimentados para a PGFN, disponibilizando periodicamente, na Base intermediaria RFB x PGFN, os dados dos processos e do demonstrativo de débitos de cada processo para a inscrição.
DOI - Processamento	Sistema responsável pela recepção de informações sobre operações imobiliárias transmitidas via RECEITANET pelos Cartórios. O sistema também efetua o tratamento das informações no ambiente de grande porte para posterior cruzamento com os sistemas de interesse da área de fiscalização da RFB.
SISAI - Sistema de Acompanhamentos de Inaptos	Sistema responsável pela publicação de editais e atos para empresas a serem consideradas inaptas no cadastro CNPJ, disponibilizando informações sobre as mesmas.
RADARPJ - Transferência de Pagto PJ entre DRFs	Sistema responsável pela realocação diária dos pagamentos de pessoa jurídica que sofreram alterações de jurisdição de Delegacia.
Guia PF - Geração Unificada Informações Agregadas	Sistema responsável pela apresentação unificada, em um único aplicativo, do dossiê do contribuinte Pessoa Física, acessando de forma dinâmica as informações básicas em cada um dos sistemas da RFB em que o mesmo é referenciado.

Redarf - Retificação de Darf	Sistema responsável pela verificação junto aos sistemas de cobrança do SINCOR se a retificação solicitada pelo SIEF pode ser efetivada, promovendo a retificação dos pagamentos nas bases do SINCOR em tempo real, mantendo a integridade dos dados do SINAL, do SIEF e do SINCOR.
ITR - Geração Base/M.- Serpro	Sistema responsável pela geração da base de declarações do ITR (DITR), promovendo a descompactação das declarações entregues em meio eletrônico (PGD ITR) e a carga das declarações entregues em formulário.
ITR - Malha Cadastro	Sistema que aponta irregularidades no preenchimento das declarações DIAC e DIAT, segundo critérios pré-definidos, permitindo sua regularização e a correspondente liberação da declaração para a formação do CAFIR e lançamento do imposto.
ITR - Lançamento	Cálculo e lançamento do sistema ITR.
ITR - Emissão Distribuição	Sistema responsável pela emissão das notificações e Darf relativos ao lançamento do ITR a partir de 1997, assim como os relatórios espelho de lançamento para utilização pelos órgãos da RECEITA e relatório de controle de postagem na ECT.
SIMPLES NACIONAL - Atualização Tabela Estados e Municípios	Sistema responsável pela atualização on-line da tabela de estados e municípios que estabelecem ou suspendem convênio com a RFB.
IRPJ - Omissos	Sistema responsável pela identificação dos contribuintes omissos de entrega da declaração IRPJ (5 últimos exercícios ou segundo definição da Receita), possibilitando a emissão de intimações pelo sistema SICODEC.
IRPJ - Extração Sapli	Sistema destinado a possibilitar a fiscalização, o acompanhamento e o controle das declarações IRPJ, no que diz respeito à compensação de prejuízos fiscais e à tributação do lucro inflacionário.
CONTACORPJ - Sistema de Administração da Cobrança	Sistema responsável pela geração de cobrança para os contribuintes que possuem débitos devedores no Conta Corrente PJ, possibilitando o controle da evolução da cobrança, disponibilizando informação sobre débitos não resolvidos, para fins de inscrição na dívida ativa. O sistema também permite que o usuário conheça o universo de devedores da UL disponíveis para cobrança e fornece informações para análise do efeito das cobranças emitidas.
DCTF - Gerenciais	Sistema que fornece informações gerenciais, referentes às declarações DCTF a partir do exercício 1997, que podem ser apuradas por Delegacia, Região Fiscal e Nacional, agregadas por valores declarados, compensações e redutores tributários. O sistema ainda permite a consulta e a impressão de declaração específica.
CNPJ - Cadastro Nacional Pessoa Jurídica	Sistema responsável pela manutenção de uma base de dados atualizada com as informações de Empresas (dados cadastrais, quadro societário e de administradores e alterações efetuadas), visando atender à RFB, INSS, Estados e Municípios Convenentes.
SIVEX - Sistema Vedas e Exclusões	Sistema responsável pela emissão dos Atos Declaratórios executivos de aceitação, vedação e exclusão da sistemática do Simples.
ITR - Arquivamento	Searq e Searq IRPF - gravado em cd-rom e recuperação para impressão das declarações anuais do ITR, a partir de 1998.
CPMF - Trimestral 1999/2000	Sistema responsável pela recepção, validação e armazenamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, entregues por todas as pessoas jurídicas, ou a ela equiparadas, na forma da legislação pertinente e disponibilizando informações gerenciais do controle da produção.
IRPJ - Lançamento Multas Por Atraso	Sistema responsável pela emissão de auto de infração, com chancela eletrônica, das declarações até o exercício de 2006, entregues em atraso, sendo as multas lançadas no sistema Conta Corrente Pessoa Jurídica.
CPMF - Não Incidentes	Programa validador de declarações da CPMF de contribuintes não incidentes desse tributo.
CPMF - Mensal Consolidada	Sistema responsável por recepcionar, validar e armazenar a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira – CPMF, consolidada e entregue mensalmente pelas instituições financeiras conforme legislação pertinente.
ITR - Conta Corrente Linear	Sistema responsável por efetuar a cobrança do Imposto Territorial Rural.
ITR - Cadastro Fiscal Imóveis Rurais - CAFIR	Sistema de cadastramento dos imóveis rurais.
Isentos Base de Declarações	Aplicativo responsável pela manutenção da consistência da base de declarações de isentos DAÍ

DNF - Processamento	Sistema responsável pela recepção de informações sobre empresas adquirentes de matéria prima para fabricação de embalagens, bem como empresas adquirentes de embalagens, com base nos dados das notas fiscais das empresas fornecedoras.
Ada Explorer	Sistema que autoriza e executa extração de dados das aplicações da RFB residentes em bancos de dados ADABAS, de acordo com perfil de acesso previamente autorizado pela RFB.
CPMF - Medidas Judiciais	Sistema responsável pela validação, recebimento e descompactação das declarações enviadas via internet e das declarações entregues em cartucho pelas instituições financeiras.
SINALDEP-LEVDEP - Sinal Depósito (Módulo de DJE)	Sistema responsável pelo controle dos levantamentos de depósitos judiciais e extrajudiciais, recolhidos ao Tesouro Nacional na forma da Lei 9.703 de 17/11/1998.
CPMF - Trimestral Declarações	Sistema responsável pela descompactação das declarações enviadas pela internet através do PGD/Receitanet, pela validação das declarações recebidas em cartucho pertencentes a exercícios anteriores ao 4º trimestre de 2006, provendo mecanismos de extração on-line ou batch dos dados contido nas declarações da base de dados, para o sistema Dossiê Integrado. O aplicativo também disponibiliza dados de movimentações financeiras para o DW, provendo mecanismos de extração on-line, para batimentos do sistema DIRF_DIRFXDARF, e recuperar dados de movimentação financeira e CPMF mediante solicitação do sistema INFOJUD.
ITR – TDA – Base de Pgto c/ Títulos de Dívidas Agrárias	Sistema responsável pelo cadastramento dos Títulos da Dívida Agrária (TDA), a serem utilizados para pagamento do imposto ITR .
ITR - Gerencial	Sistema responsável pela produção de informações gerenciais relativas ao ITR, especificamente relacionadas com as malhas cadastro e valor.
ITR - Sistema de Preços de Terras	Sistema responsável pela manutenção, e pela disponibilização para consulta, da tabela de Preços de Terra.
SISCAD - Sistema de Capacitação e Desenvolvimento	Sistema responsável pela automação e controle dos processos de planejamento, programação e execução das ações de Capacitação e Desenvolvimento de RH da RFB.
HOD - Host On Demand para a RFB	Contabilizar uso do Host on Demand (emulador de 3270 - via internet) pela RFB.
Cálculo de Penalidades da Rarf	Módulo de cálculo específico dos encargos e penalidades para o sistema Âncora na ambiência SIEF.
Gerencial Papel Imune	Sistema responsável pela recepção das informações relativas a empresas que utilizam Papel Imune.
SINCOR - Adaptação da Tabela Fundamentação Legal	A port. RFB/PGFN 583/89 institui GT com a finalidade de definir e implementar a unificação das tabelas de fundamentação legal lançamento e da cobrança dos créditos tributários no âmbito da RFB e da PGFN.
ITR - Integração dos Sistemas ITR e Tratani	Sistema responsável por disponibilizar, de forma integrada, as informações dos sistemas que tratam o ITR, para subsidiar o processo de emissão de certidões negativas.
SINCO - Sistema Integrado De Coleta	Sistema responsável pela integração das coletas de informações fiscais das empresas em um único aplicativo, proporcionando ao contribuinte a transmissão dessas informações por meio da internet e criando sistema gerencial para o usuário da RECEITA na plataforma cliente servidor.
ITR - Inscrição da Dívida Ativa a partir de 1997	Sistema responsável por efetuar a inscrição na Dívida Ativa das declarações ITR 1997.
ITR - Trata-Declaração	sistema responsável pelo tratamento das Declarações do ITR de 1998 a 2000.
Dirf - Coleta Declarações	Sistema responsável pela recepção e processamento de Declarações da DIRF (Declaração de Imposto Retido na Fonte).
CPF - Atualização Réplica Bacen	Sistema responsável por disponibilizar as atualizações do cadastro de pessoas físicas - CPF para manutenção da réplica do cadastro no Banco do Brasil - BACEN
SIPAC - Consulta à Base Sinal para Órgãos Conveniados	Sistema que possibilita a órgãos conveniados com a RFB consultarem a base de pagamentos do SINAL, via Internet, com manutenção do cadastro dos órgãos conveniados no ambiente SIEF.
Cálculo de Acréscimos Legais - Fibra	Sistema que subsidia todos os outros sistemas que necessitam efetuar cálculos de acréscimos legais, com base em toda a legislação e regras de acréscimos aplicáveis a créditos tributários, depósitos judiciais, depósitos sub júdice, direitos creditórios, compensações, restituições, resarcimentos, penalidades da rede arrecadadora, tratamentos de juros para tributos não vencidos, permitindo a realização de consolidações e imputa-

	ções.
ITR - Geração de Edital	Aplicativo responsável pelas atividades de planejamento, emissão e acompanhamento de edital para débitos do CCITR.
ITR – Seleção de Devedores a partir de 1997	Aplicativo que efetua a seleção de CT devedores, conforme critérios pré-definidos, para geração de processos.
ITR - Cobrança	Aplicativo responsável pela cobrança de débitos do CCITR, contemplando funcionalidades para administrar as atividades de planejamento, emissão e acompanhamento.
ITR - Informações Gerenciais CCITR (Débitos a partir de 1997)	Módulo de informações gerenciais do CCITR.
DCTF - Lançamento 2004/2006	Sistema responsável pela consolidação de dados das declarações DCTF, efetuando o cálculo das datas de vencimento para posterior lançamento do crédito tributário para os sistemas de cobrança.
DCTF - Controle e Geração de Débitos 2004/2006	Geração do crédito tributário proveniente das declarações DCTF, para posterior envio aos sistemas de cobrança.
DCTF - Gerenciais 2004/2006 (DCTF - WEB)	Sistema responsável por fornecer informações gerenciais, referentes às declarações DCTF a partir do exercício 1997, com consultas consolidadas por Delegacias, Região Fiscal e âmbito Brasil, agregadas por valores declarados, compensações e redutores tributários. O sistema também possibilita a consulta e a impressão de uma declaração específica.
IPI - Enquadramento de Bebidas	Possibilitar que as solicitações de enquadramento de bebidas sejam feitas por processo eletrônico, desde o pedido do interessado até a elaboração do ato.
CONTAPAES – Contabilização do PAES	Tratamento dos DARFs, das retificações, restituições e compensações relativos ao parcelamento especial - PAES, tendo em vista sua classificação pelo CLACON.
Dacon Consulta Gerencial	Sistema gerencial e de consulta para atender à recepção de informações pelo PGD DA-CON, nos moldes da consulta DCP.
Dacon – Processamento	Sistema responsável pela descompactação dos demonstrativos de apuração de contribuições sociais gerados pelo PGD Dacon.
DIMOB - Consultas Gerenciais	Sistema responsável por disponibilizar consultas gerenciais da DIMOB - Declaração de Informação sobre atividades Imobiliárias.
Regimes de Incidência para Pis/Pasep/COFINS	Sistema responsável por disponibilizar no sítio da RFB o Termo de Opção para o regime especial de apuração e pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.
IRPF - Malha Imposto de Renda Pessoa Física	Possibilitar a análise das declarações de IRPF, exercício 2004 em diante, que se encontram em Malha Fiscal, bem como , promover acertos, liberações, cancelamentos, emissões de intimações e autos de infrações.
PROFISC - Extração de Dados	Sistema responsável pela extração e processamento mensal de informações de processos do sistema PROFISC, consolidando as informações em arquivo MS-ACCESS para envio à RFB.
IRPJ - Geração de Débitos	Sistema responsável pela geração de débitos das declarações IRPJ e Simples Federal, liberadas de malha, para o sistema conta corrente IRPJ.
PROFISC - Consultas Alerta	Sistema responsável pelo armazenamento e tratamento de dados dos processos que serão objeto de cobrança nas mensagens enviadas pelo Sistema Alerta.
SCC - Cons e Impressão PERDCOMP no Grande Porte	Sistema responsável pelas consultas e impressões da PERDCOMP a partir do Receitanet.
SINCOR CCITR - Conta Corrente ITR	Sistema responsável por efetuar a cobrança do Imposto Territorial Rural, utilizando a imputação proporcional.
ITR - Depuração da Base CCITR	Sistema responsável pela depuração da base do Conta Corrente ITR.
ITR - Malha Fiscal	Aplicativo que identifica, de acordo com critérios pré-definidos definidos, irregularidades no preenchimento das declarações ITR a partir de 2003 (inclusive), com aplicação na Web para seleção e tratamento das irregularidades, permitindo emissão ou intimação para comparecimento, acerto e notificação de lançamento.
Distribuição de Pagamentos	Sistema que recepciona diariamente arquivos dos bancos, com os pagamentos recebidos e gera arquivos para as entidades que administram as receitas e para os sistemas internos da RFB que necessitam dessas informações.
CPF - Fornecimento de Dados do CPF ao SE-	Sistema responsável pelo fornecimento de dados do CPF ao SENASP/MJ.

NASP/MJ	
Decred Declarações	Banco de dados contendo informações geradas pelo programa gerador da Declaração de Operações com Cartão de Crédito, permitindo consultas operacionais e gerenciais das declarações.
SCC - Comunicação	Aplicativo responsável por efetuar a comunicação prévia ao sujeito passivo (contribuinte) intimando-o a prestar esclarecimentos sobre incorreções ou inconsistências detectadas pelos sistemas de controle e análise eletrônica dos Pedidos de Restituição e /o
SARED – Sistema de Armazenamento e Recuperação de Docs	Sistema que possibilita a captura de imagens de diversos tipos de documentos da RFB, armazenando-as em um repositório no servidor de arquivos WEB, permitindo posterior consulta parametrizada a estas informações com controle de acesso ao usuário.
IRPJ - Interface Sistema de Controle de Créditos	Sistema de interface com o Sistema de Controle de Créditos - SCC, módulos: IRPJ, CSLL e pagamento Indevido ou a Maior.
DBF - Declaração de Benefícios Fiscais - Consulta	Sistema produzido em ambiente de microcomputador, que se utiliza da internet para transmissão dos dados captados para a RFB.
PGD e Validador Dacon	Aplicativo acionado pelo RECEITANET na transmissão, pelos contribuintes, de declarações gravadas para entrega à RFB utilizando o PGD DACON.
IRPJ - Identifica Contrib. Obrigados a DCTF Mensal	Sistema que possibilita a identificação dos contribuintes obrigados a entregar a DCTF Mensal.
SIMPLES NACIONAL	Sistema responsável pelo tratamento do regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
SINSAT – Contabilização do Simples Nacional	Sistema responsável pela classificação dos Documentos de Arrecadação do Simples Nacional
ITR - Cadastro de Municípios Conveniados	Projeto que visa atender aos convênios estabelecidos entre a Receita Federal do Brasil e os Municípios.
Parc Excepcional Débito PJ junto à RFB/PGFN/INSS	Sistema responsável pela decomposição da classificação da Arrecadação do Parcelamento Excepcional (PAEX).
Emissão de IP para Receita Previdenciária	Aplicativo com interface no sistema SUCOP para emissão de Intimações de Pagamento referentes à receita previdenciária.
SCC PERDCOMP Rotinas De Integração	Rotinas de uso comum para os módulos do sistema de controle de créditos (SCC), bem como rotinas para atender solicitações de outros sistemas.
Fornecimento de Informações ao Senado Federal	Transmissão mensal de arquivo para o SENADO FEDERAL, com dados cadastrais de pessoas jurídicas, não protegidos por sigilo fiscal.
CPMF - Não Incidência - MRE	Sistema responsável pela divulgação às instituições financeiras dos CPF de diplomatas estrangeiros e do CNPJ de embaixadas, consulados de carreira e representações de organismos internacionais isentos da CPMF.
CONTAPAEX2 – Contabilização do PAEX	Aplicativo responsável pela decomposição da arrecadação do parcelamento excepcional 120 meses Pessoa Jurídica (PAEX 120).
Gerador de Número Padrão de Documento	Aplicativo responsável pela geração de número de documento para uso de sistemas que emitem documentos da RFB para contribuintes.
Validador declaração Transferência de Títulos de Ações DTA	Aplicativo responsável pela validação das Declarações de Transferência de Titularidade de Ações - DTTA.
Contasimples - Contabilização do Simples Federal	Sistema responsável pelo ajuste da classificação do parcelamento do Simples Federal.
SIVEXSN - Sistema de Vedações e Exclusões do SN	Sistema responsável pela emissão dos Atos Declaratórios executivos de aceitação, vedação e exclusão da sistemática do Simples Nacional.
SCC – PERDCOMP – Normalização de Débitos	Sistema responsável pela normalização de débitos tributários declarados na PERDCOMP.
Parcelamento Timemania junto à RFB	Sistema responsável pela decomposição da classificação da arrecadação do Parcelamento TimeMania em 240 meses, de entidades de prática desportiva da modalidade de futebol profissional.
ITR - Malha Ditec (Críticas e Aplicativo)	Sistema responsável pelo processamento e crítica de declarações ITR dos anos 2008 em diante, mantendo um único arquivo com informações de todos os exercícios abrangidos.
Contabilização do ITR	Sistema responsável pela apuração diária do valor líquido arrecadado com o Imposto Territorial Rural - ITR.
Parcelamento TIMEMA-	Sistema que efetua a decomposição da classificação da Arrecadação do Parcelamento

NIA junto à PGFN	TimeMania PGFN, em parcelas específicas por natureza de receita.
IRPJ - Carga Declarações	Sistema responsável pelo tratamento das declarações IRPJ, alimentando as bases do IRPJ.
IRPJ - Consulta Declarações	Sistema de consulta on line aos dados das declarações IRPJ, dados de arquivamento e registro de eventos ocorridos com as mesmas.
IRPJ - Malha Cadastro/Retificação	Sistema responsável pela crítica dos dados cadastrais e duplicidade das declarações IRPJ
IRPJ - Validador Declarações	Sistema responsável pela crítica das declarações de IRPJ no momento da transmissão do micro do contribuinte para as bases do Serpro, tendo sido incluídas, para o exercício de 2010, de críticas de certificação digital.
DMED - Validador, processamento e Armazenamento	A DMED se destina à realização automatizada de descompactação e carga das declarações DMED em ambiente grande porte, gerando dados nos bancos ADABAS. Além disso, há um módulo de consulta ao extrato no processamento da DMED.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 01	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 01.
FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES - DATAPREV/BDCONTRIB	Extração e compilação diária de dados dos sistemas CPF e CNPJ em arquivo digital a ser encaminhado à DATAPREV para atualização do banco de dados de contribuintes previdenciários (BD Contrib). O envio diário é feito por meio de sistema de controle.
IRPF/07 - Gerenciador De Processamento	Aplicativo responsável pelo gerenciamento e controle da chamada a todos os módulos (Malha DITEC, Malha Valor, Malha Débito, Cálculo etc.) que envolvem o processamento de uma Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, até o exercício 2007, efetuando a crítica e o apontamento nos parâmetros de Malha definidos pela RFB.
IRPF/07 - Malha RFB	Verificar se as declarações IRPF infringem parâmetros pré-estabelecidos, registrar a incidência, emitir relatórios para as drf1s e pedidos de esclarecimentos para os declarantes.
IRPF/07 – Restituições	Sistema responsável pela geração de arquivos com as restituições do IRPF das declarações até 2007 (fitas e disquetes) para os bancos..
IRPF/07 - Consulta Declaração	Aplicativo responsável por disponibilizar informações sobre as declarações IRPF até 2007, já processadas.
IRPF/07 – Controle Gerencial	Suprir a RFB de informações tanto em nível estratégico quanto em nível operacional, sobre o processamento das declarações IRPF, fornecer informações gerenciais sobre processamento do IRPF, controlar o fluxo das declarações em todas as fases do sistema.
IRPF - Multiexercícios	Aplicativo responsável pelo processamento de declarações de imposto de renda pessoa física, a partir do exercício de 2008 (inclusive), tratando vários exercícios no mesmo aplicativo.
IRPF/08 – Coleta Declaração	Sistema responsável por recepcionar, preparar e transcrever nas regionais do SERPRO as declarações do IRPF dos exercícios a partir de 2008 (inclusive) e efetuar o controle de qualidade das declarações transcritas nas prestadoras.
IRPF/MX - Base de Dados - RJO	Modelo lógico de dados, com dicionarização de atributos e integração com o modelo geral de dados da RFB, que possibilita a gestão e manutenção do banco de dados do IRPF.
IRPF/08 - Malha RFB	Sistema responsável por verificar se as declarações do IRPF do exercício de 2008 infringem parâmetros pré-estabelecidos, registrando a incidência de irregularidades, com emissão de relatório para as DRFs e pedidos de esclarecimentos para os declarantes.
IRPF/MX - Cronograma e Lotes	Sistema responsável por fornecer à RFB as informações necessárias para a tomada de decisão quanto à liberação dos lotes de emissão de declarações processadas, dos exercícios a partir de 2008 (inclusive).
IRPF/08 - Cálculo	Sistema responsável por efetuar todos os cálculos do imposto de renda das declarações de 2008, enquadrando cada uma conforme suas características em uma tabela de casos que, dentre outras funções, determina os tipos de documentos de saída a serem emitidos.
IRPF/08 - Restituições	Sistema responsável pela geração de arquivos contendo as restituições do IRPF do exercício de 2008 (fitas e disquetes) para os bancos.
IRPF/08 - Controle Gerencial	Sistema responsável por suprir a RFB de informações em nível estratégico e em nível operacional, referentes ao processamento das declarações de IRPF do exercício de 2008, e por controlar o fluxo das declarações em todas as fases do sistema.
IRPF/MX - Malha Débito	Sistema responsável por identificar os contribuintes com Imposto a Restituir (IAR) apurado em Declaração de Ajute Anual da Pessoa Física, Declaração de Espólio e Declaração de Saída Definitiva do País, que possuam débitos junto à RFB do Brasil e/ou à

	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, notificá-los efetivar a compensação dos débitos.
IRPF/09 - Validador	Sistema responsável pela transmissão automática, da Embratel para o Serpro, das declarações de IRPF do exercício de 2009, recebidas por intermédio do serviço Receitafone, promovendo a organização de base de dados específica.
IRPF/09 - Descompactação e Carga de Declarações	Sistema responsável pela validação e transmissão das declarações do IRPF, do IRPJ e do ITR, referentes ao exercício de 2009, elaboradas em disquetes, das unidades locais da RFB para o banco de dados do SERPRO.
SINALDEP – Sinal Depósito	Sistema responsável pelo controle dos depósitos judiciais e administrativos de contribuições e tributos federais, administrados pela RFB, efetuados pela Caixa Econômica Federal, por contribuintes com ações judiciais e fiscais, com atualização diária, com os movimentos e os saldos de todas as consultas. O sistema também disponibiliza consulta às contas, exibindo os saldos e os movimentos, permitindo ainda a alteração do número do processo e do código de receita das contas abertas antes de 23/09/96, como também a alteração dos contribuintes dessas contas.
RadarPF – Transferência de Pgto PF entre DRFs	Realocar diariamente os pagamentos do Sinal e os débitos do CONCACORPF dos contribuintes pessoa física que sofreram alterações de jurisdição de Delegacia.
SIEF - SCC - Reintegra	Solução de TI responsável pelo processamento e tratamento das declarações PERD-COMP, executando de forma automática procedimento de análiss de créditos, de compensação, de emissão de despacho decisório e de cobrança. É apoiado pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensação – SCC.
Sief - Processos	Módulo do Sief (sistema integrado de informações econômico fiscais), que possibilita controlar/acompanhar de forma integrada os principais processos que tramitam pela RFB, principalmente os que envolvem crédito tributário, com interação entre os vários tipos (auto de infração, notificação de lançamento, parcelamento, restituição, resarcimento, compensação, ações judiciais, de consulta).
Sief - Cadastro CPF	Sistema que possibilita a servidor da RFB, no ambiente SIEF, efetuar as operações de inscrição, inclusão, alteração e cancelamento de cidadãos no cadastro de pessoas físicas, realizar a complementação de atendimentos iniciados em conveniadas e obter dados estatísticos para apoiar ações gerenciais.
Sief - Ação Fiscal	Sistema que possibilita o controle e o acompanhamento das ações fiscais, gerando informações e documentos que possibilitam maior eficácia e melhor gerenciamento em nível nacional, regional e local das ações fiscais, tendo em vista a necessidade de otimização da utilização dos recursos humanos.
Sief - Controle de Mercadorias Apreendidas	Sistema responsável pela recepção das informações sobre mercadorias apreendidas, diretamente ou através do sistema SAFIRA, fornecendo informações gerenciais e estatísticas locais, regionais e consolidadas para os gestores dos diferentes níveis organizacionais da RFB, possibilitando o controle das movimentações contábeis e de estoque físico nas fases de guarda, remoção e destinação para entidades beneficiantes, para órgãos públicos para destruição ou para leilões de pessoas físicas e jurídicas. O sistema também é utilizado como apoio às atividades de preparação de leilões.
Sief - Declaração de Operação Imobiliária - Doi	Tornar disponível consultas on-line das informações constantes nas declarações sobre operações imobiliárias, apresentadas pelos cartórios através do Programa Gerador de Declarações – DOIPGD.
Sief - Sistema Integrado Inf Econômico-Fiscais	Sistema de informações que viabiliza todos os relacionamentos do contribuinte com a RFB. Esta visão integrada está registrada no modelo de dados corporativo da receita, e torna-se mais acurada à medida que mais dados são implementados no seu banco de dados. Uma consequência direta desta visão integrada é a possibilidade de prestar-se ao contribuinte um atendimento conclusivo em qualquer situação. As aplicações do sief, quer as de consulta ou as de atualização, destinam-se a dar suporte às atividades da drf. Utilizam-se dos dados localizados no banco de dados da drf, que por sua vez armazena as informações dos contribuintes exclusivamente por ela jurisdicionados. Os recursos alocados a este código de sistema complementam o desenvolvimento de módulos específicos (outros códigos) do sief, bem como suprem as necessidades de consultoria e desenvolvimento de funcionalidades de uso comum.
DW RFB - Processo ETL Importação	Aplicativo que efetua a extração de dados do comércio exterior - importação, para o sistema de DW Indicadores Estratégicos, fornecendo informações agregadas para o nível gerencial da RFB.
SIEF - Recursos Humanos	Sistema destinado a disponibilizar, no ambiente SIEF, dados corporativos de recursos humanos dos servidores da RFB, mantidas pelo SIAPECAD, para fins de consultas ge-

	renciais e apoio a outras aplicações usuárias.
Sief - Tom - Consulta e Atualização	Sistema responsável por fornecer informações referentes a órgãos, municípios entre outros assuntos e domínios de interesses aos diversos sistemas da RFB, como também, subsidiar com informações outros ministérios do governo federal.
Sief - Controle Acesso Trans	Aplicativo responsável pela gestão do ambiente de acesso ao SIEF, possibilitando cadastramento de usuários e de seus níveis de acesso às transações, de acordo com os perfis associados
Sief - DCTF 1999/2003 - Apoio	Aplicativo que realiza a extração das DCTF a partir de 1999, das bases do ambiente de grande porte, para posterior distribuição e carga em bases locais - Sief, realizando o controle de todo o processo de transferência de jurisdição e apoiando a manutenção quanto a correções e apurações especiais.
Sief - Carga dos Débitos Oriundos de Dcomp	Sistema responsável por executar a carga de Créditos Tributários originados de débitos declarados em DCOMP nas tabelas do recorte de cobrança no ambiente SIEF.
SIEF - IRPF Impressão Múltipla	Sistema que possibilitar a impressão de listas de declarações de IRPF dos exercícios de 2001 a 2005, no ambiente SIEF.
Sief - Trata Tipo de Créd PIS/Pasep/Cofins	Sistema responsável pelo processamento das rotinas de reconhecimento do direito creditório referente aos créditos do PIS/PASEP e CONFINS, integrando as funcionalidades globais do SCC (Sistema de Controle de Crédito).
Sief - Pagamento	Sistema responsável pela manutenção de base de dados no SIEF, com atualização diária, referente aos pagamentos de tributos, contribuições federais e documentos depósitos dos contribuintes pessoa física e jurídica.
SIEF - Receitas	Sistema responsável pela coleta, armazenamento e apresentação de dados referenciados à tabela de receitas federais no ambiente SIEF, constituindo-se em ferramenta de apoio a aplicativos de administração tributária.
Sief - Tabelas	Aplicativo responsável por tornar disponível no ambiente de rede local das DRF, informações sobre as tabelas necessárias aos diversos módulos do Sief, com aplicativos para consulta, atualização e emissão.
Sief - Fiscalização Eletrônica	Sistema responsável pelo controle dos débitos apurados a partir das declarações de DCTF (exercício 97/98) e IRPJ (exercício 98), efetuando, conforme o caso, a seleção de contribuintes para inscrição em dívida ativa da união, a intimação de contribuintes para comparecimento às unidades locais da RFB ou a geração de auto de infração eletrônico.
Sief - Chancelas	Sistema destinado a sistematizar o processo de disponibilização de assinaturas eletrônicas, denominadas chancelas eletrônicas, com vistas à utilização nos documentos gerados nos diversos sistemas da secretaria da RFB.
Sief - Delegação de Competência	Sistema responsável pelo controle das delegações de competência para assinatura de Mandado de Procedimento Fiscal – MPF pelas autoridades das Unidades Administrativas da RFB de acordo com o que determina a Portaria RFB 407/2001.
Sief-GP-Crítica/Controle/Formatação/Geração de CTS	Garantir duas atuações: monitorar o erro/SIEF legado (conjunto de registros anteriores a integração do processo fiscal com a fiscalização eletrônica) e efetuar a carga dos créditos tributários a partir das DCTFs correspondentes nos respectivos domicílios fiscais do contribuinte, gerenciando os erros originados neste processo de carga e garantindo a segurança e a integridade das informações
Sief - Ação Fiscal Internet/Intranet	Sistema que possibilita a manutenção de horas trabalhadas dos Auditores Fiscais e permite aos contribuintes a consulta no site da RECEITA da veracidade dos mandatos de procedimentos fiscais a eles atribuídos e também permitir às instituições financeiras consultas da veracidade das requisições de movimentações financeiras a elas solicitadas..
SIEF - Cobrança Integrada	Sistema responsável por efetuar todos os procedimentos de Cobrança dos Créditos Tributários, originários de Declaração DCTF, Autos de Infração etc.
Sief - Dirf Operações	Sistema que disponibiliza no ambiente SIEF as operações de consulta de dados da declaração imposto retida na fonte - DIRF, bem como operações de cancelamento e cópia de declarações.
Sief - CTMA - Leilão Of Line	Sistema responsável pela recepção dos dados de leilões de mercadorias apreendidas do Sief-CTMA e pela emissão de DARFs, permitindo consultas e atualização de dados de arrematante, gerando ao final um arquivo para retorno ao Sief - CTMA
Sief - Malha Débito/PF	Sistema responsável pelo controle da malha débito na plataforma SIEF, integrado a todos os sistemas que controlam débito da pessoa física, inclusive a PGFN.
Sief - Ação Fiscal Aduaneiro	Sistema que possibilita o planejamento, acompanhamento e controle das ações fiscais aduaneiras realizadas em unidade de despacho ou áreas sob controle aduaneiro e ações

	realizadas normalmente após o desembarço e a entrega da mercadoria aos importadores, transportadores, etc, bem como a integração com os sistemas SAFIRA, PROCES-SOS, SISCOMEX, CTMA E CORPE.
Sief - Carga Perdcomp Rede Local	Aplicativo que efetua a carga de PERDCOMP (pedidos de restituição ou resarcimento e declarações de compensação, oriundos das transmissões via PGD) no ambiente Sief, em banco centralizado Oracle.
Sief - Consulta e Impressão de Perdcomp	Sistema que disponibiliza rotinas de consultas e impressão da PERDCOMP (pedidos de restituição ou resarcimento e declarações de compensação), no ambiente SIEF buscando a declaração por parâmetros a fim de instruir processos.
Sief - Tratam. Tipo de Crédito IPI - Ressarcimento	Sistema que efetua o reconhecimento do direito creditório do IPI resarcimento, integrando as funcionalidades do SCC (sistema de controle de crédito).
Sief - Tratam Tipo de Crédito Pagamento Indevidido	Sistema que efetua o reconhecimento do direito creditório referente a créditos de pagamentos indevidos a maior, integrando as funcionalidades do SCC (sistema de controle de crédito).
Sief - SCC Saldos Negativos	Sistema que efetua o reconhecimento do direito creditório referente a créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL, integrando as funcionalidades do SCC (sistema de controle de crédito).
Sief - Tratam. de Créd Oriundos de Ação Judicial	Sistema que efetua o tratamento dos créditos oriundos de ação judicial, integrando as funcionalidades de SCC (sistema de controle de crédito)
DCTF - Carga Rápida	Sistema que efetua a extração das DCTF a partir de 1999, das bases de dados do ambiente de grande porte, para posterior distribuição e carga em bases locais - Sief, controlando todo o processo de transferência de jurisdição e apoiar a manutenção quanto a correções e apurações especiais.
Sief - Âncora Conciliação	Aplicativo responsável pela conciliação da prestação de contas da rede arrecadadora de receitas federais.
Sief - SCC Núcleo	Sistema que efetua as verificações preliminares e outros procedimentos necessários aos módulos do SCC.
SCC - Créditos Previdenciários	Sistema da SCC resultado da demanda CODAC 0564/2008-110 que trata da implantação e manutenção em operação de parte inicial do módulo SIEF SCC - Créditos Previdenciários, responsável pelo tratamento dos pedidos gerados pelo Programa Gerador de Documentos (PGD) PER/DCOMP relacionados aos créditos previdenciários. Estas informações serão disponibilizados no ambiente SIEF.
SIEF PREVISÃO- Sistema de Previsão da Arrecadação Federal - Módulos Eventos	Sistema de informações gerenciais para previsão e acompanhamento e análise da arrecadação.
Sief Web Análise Maiores Contribuintes	Sistema responsável pelo acompanhamento dos maiores contribuintes, em substituição ao Registro de Análises
Validador SVA no RECEITANET	Aplicativo validador, que efetua a crítica dos arquivos gerados pelo PGD SVA antes da sua transmissão à base de dados da RFB, de forma a identificar erros cometidos pelo contribuinte, evitando assim que arquivos inválidos sejam colocados na base.
SIEF - SCC DACON	Aplicativo que disponibiliza ao usuário do SCC e à fiscalização externa uma visão detalhada (analítica) ou panorâmica (agregada) dos créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, no regime de incidência não-acumulativo, apurados e demonstrados no DACON, bem como as diversas formas e montantes de aproveitamento de descontos pelo próprio contribuinte (no demonstrativo DACON), pedido de resarcimento (PER) ou compensação (DCOMP). O aplicativo permite ao auditor fiscal responsável por execução de procedimento de fiscalização e/ou diligências referente às contribuições citadas, o acesso aos totais de créditos apurados pela pessoa jurídica em cada período de apuração, por tipo de crédito, suas formas de aproveitamento bom como os saldo disponíveis para aproveitamento de ofício.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 02	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 02.
SIEF - PAGAMENTO AUTOMATICO LOTE EM	O serviço irá realizar consulta a diversos sistemas em rotinas bach para verificação fiscal do contribuinte, compensação de ofício e pagamento automático do crédito (se houver). Hoje este procedimento é feito de forma manual pelo usuário. O sistema é um módulo do SIEF Processos Comp e Rest e as rotinas Bach que serão executadas são adaptações das rotinas on line existente
AVAL - Aceitação e Vali-	O AVAL tem por finalidade receptionar as remessas de documentos de arrecadação

dação de Documentos de Arrecadação	enviadas pela Rede Arrecadadora, de acordo com preconizado pelo Manual de Arrecadação/Recebimento com Utilização do Código de barras- Versão04, distribuído pela Febraban. Além disso, o sistema realizará críticas nos documentos de arrecadação, enviado à rede arrecadadora os diagnósticos das remessas processadas e as informações necessárias para os sistemas SIEFRDOC e ANCORA. Nesse primeiro momento, o DARF terá de ser gerado necessariamente pelo Sistema SENDA. O AVAL faz a comunicação com a rede arrecadadora por meio de FTP que envia os arquivos com as informações dos DARF arrecadados pelos prestadores de serviços. Podendo esse envio ocorrer a qualquer hora do dia. A aceitação da remessa é realizada automaticamente pelo AVAL, que verifica os dados, realiza a aceitação da remessa ou devolve a remessa para o banco com as críticas realizadas. O sistema terá um modo online disponibilizado para a Área usuária da RFB para a verificação do status das remessas enviadas pela rede Arrecadadora. No módulo batch, serão processadas e validadas as remessas enviadas pela rede arrecadadora, procedimento que tem que ser realizado a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana.
Siscomex - Legislação In-trazonal - Aladi -Atualiza	Sistema responsável pela atualização da legislação referente aos acordos no âmbito da ALADI, contendo informações sobre os protocolos, as tarifas, as margens de preferências e as quotas negociadas, baseado nas nomenclaturas NALADI - NCCA e NALADI-SH/93, comportando informações históricas desde 1983.
Siscomex - Legislação - Intra - Aladi - Consulta	Aplicativo de consulta à legislação referente aos acordos no âmbito da ALADI (associação latino americana de integração).
Siscomex - Legislação - Letra - NBM - SH - Consult	Sistema que possibilita a emissão da legislação baseada na nomenclatura brasileira de mercadorias
Lince - Informações - Importação - IBGE-IPEA-BNDES	Aplicativo responsável pela geração de arquivo contendo informações sobre as importações brasileiras para o IPEA, IBGE e BNDES
e-DBV - Declaração de Bens de Viajante	Sistema contém os seguintes módulos:A) Módulo Viajante - funcionalidades: preencher, alvar, editar, transmitir e consultar extrato da e-DBV. B) Módulo Fiscal - funcionalidades: consultar, editar, registrar as e-DBV dos viajantes, com parametrização de seleção, 'avermelhar', consultas gerenciais, listas de interesse.
Lince - Consulta Estatística - Importação	Sistema que possibilita consultas refinadas às informações de importações brasileiras, agregadas mensalmente, em um determinado período.
Lince - Consulta Dados Fiscais - Importação	Sistema que possibilita consultar as informações das declarações de importação, em apoio à ação de fiscalização das unidades aduaneiras da RFB.
PORTAL SISCOMEX	Portal unificado para operações brasileiras do comércio exterior, que permite acesso a informações aduaneiras e consulta pelos importadores e exportadores de suas operações, anexação eletrônica de documentos, acesso a legislação e notícias de órgãos regulamentadores.
VICOMEX - Visão Integrada do Comércio Exterior	O sistema está inserido no âmbito do Portal SISCOMEX e tem como público-alvo os importadores e exportadores. Seu propósito é oferecer a esses usuários uma visão completa de todas as suas operações de comércio exterior que estejam em andamento.
Lince - Informações - Aladi	Sistema responsável pela geração de arquivos mensais sobre as importações brasileiras já validadas pela RFB, enviado à ONU, ALADI e MERCOSUL
Siscomex Importação Consulta-Di	Sistema que possibilita a consulta a informações da Declaração de Importação - DI, auxiliando o importador, a fiscalização aduaneira e o depositário, na realização de seus respectivos trabalhos
Siscomex - Tabelas e Cadastros	Aplicativo de SUPORTE responsável pela manutenção e atualização das tabelas e cadastros que são as bases de validação para os demais sistemas da área de comércio exterior, engloba os sistemas de tabelas e cadastros do comércio exterior.
Lince - Consulta Importação - Diário	Sistema que possibilita o acompanhamento diário das importações brasileiras, viabilizando o conhecimento prévio da balança comercial pelas autoridades governamentais.
Siscomex Importação-Di	Sistema que possibilita a elaboração da Declaração de Importação, em meio eletrônico, contendo as informações que caracterizam uma operação de importação, distribuídas em grupos de informações comerciais/administrativas, determinando as regras para impostos, para o grupo de aduaneiras que apoiam a fiscalização no desembarque da mercadoria, e das taxas cambiais, fornecendo subsídios para o fechamento do câmbio pelo BACEN.
Siscomex Importação Mantra Aéreo	Sistema de apoio ao controle aduaneiro sobre veículos e cargas procedentes do exterior, trânsito de cargas pelo território brasileiro e colocação das mesmas em armazéns al-

	fandegados.
Siscomex Importação Presença de Carga	Sistema responsável pelo tratamento das informações relativas a manifesto de cargas importadas e de armazenamento de cargas, via transmissão de dados eletrônicos, disponibilizando-as para controle aduaneiro.
Siscomex - Legislação - NCM - Atualiza	Sistema que possibilita a atualização da legislação tributária de comércio exterior baseada na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), tendo como fonte o Diário Oficial da União, disponibilizando informações sobre o imposto de importação desde 1995, e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) desde 1997, bem como benefícios do IPI, antidumping, contingenciamento, medidas de salvaguarda e acordos internacionais, GATT, SGPC e Mercosul.
Siscomex - Legislação - Mercosul - Consulta	Aplicativo que disponibiliza consultas à legislação tributária, referente ao imposto de importação
Siscomex Importação	Sistema responsável pelas ações de controle e fiscalização do comércio exterior.
Siscomex Importação-Li	Sistema responsável pelo registro dos Licenciamentos de Importação (LI), que são solicitações prévias do importador ao governo federal, visando receber autorização para realizar um tipo específico de operação de importação, disponibilizando as informações aos órgãos federais anuentes, para análise, a fim de que possam decidir sobre a concessão de autorização de importação.
Siscomex Cadastro Representantes Micro	Sistema de SUPORTE a atualização e consultas WEB do cadastro de anuentes, cadastro de usuários de bancos para LI e cadastro de depositários, utilizados no Siscomex.
Siscomex - Legislação - Trat - Adm - SECEX	Sistema que possibilita atualização e consultas à legislação não tarifária, informando as restrições a que estão sujeitas as importações de determinadas mercadorias e as situações que exigem Licenciamento Prévio (LI).
Siscomex Importação - Gerencial - Rfb	Sistema que disponibiliza consultas gerenciais sobre informações das declarações de importação registradas no Siscomex, para acompanhamento por parte das repartições aduaneiras da RFB
Siscomex Importação Notícias	Sistema responsável pela disseminação de informações relativas às importações
Siscomex Importação Nve-Sinal-Valor	Sistema responsável por verificar se o valor declarado da mercadoria está situado dentro da faixa de valores estabelecidos e a descrição da mercadoria está de acordo com os padrões da NVE.
Siscomex - Legislação - Exame - Tributário	Sistema responsável pela validação das informações da declaração de Importação frente à legislação aduaneira vigente na época de registro, fornecendo diagnóstico para o importador e para a fiscalização.
Siscomex Importação - Despacho	Sistema responsável pelo acompanhamento do despacho aduaneiro, desde o registro da declaração até a liberação da mercadoria na alfândega.
Siscomex Importação Seleção Parametrizada	Sistema responsável por informar o tipo de tratamento a ser dado às importações, a partir de parâmetros estabelecidos, dinamicamente, pelas aduanas.
Siscomex Importação Débito em Conta	Sistema que possibilita, por meio de interação com os bancos, o pagamento, pelo importador, dos impostos de importação, por meio de débito em conta corrente, no ato da solicitação do registro da declaração de importação no Siscomex.
Lince - Relatório-Internet - Importação	Sistema responsável pela geração quinzenal de arquivos contendo informações sobre as importações brasileiras, para elaboração de relatórios a serem divulgados, via internet, pela RFB.
Siscomex Importação Anuente	Sistema que possibilita aos órgãos anuentes do processo de importação, que participam da análise dos Li elaborados pelos importadores, registrarem o resultado de suas anuências, com a decisão sobre a autorização para realização de operação de importação.
Siscomex - Declaração Simplificada Importação	Elaboração e registro da Declaração Simplificada de Importação, aplicando os devidos controles de carga e débito automático de tributos, tornando disponível informações para os usuários e para o despacho aduaneiro.
SISTEMA MERCANTE	Sistema de Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - processa o controle da arrecadação do AFRMM, Manifestos de Carga, Conhecimentos de Embarque, Benefícios, Incentivos, Cadastros, Tabela Débito em Conta e outros.
Lince - Depuração De Informações Estatísticas	Aplicação responsável pela depuração de informações estatísticas de importação
Siscomex - Controle de Recolhimento do ICMS	Sistema que possibilita o controle do recolhimento do ICMS declarado pelos importadores, permitindo o débito automático em conta corrente, para pagamento dos tributos estaduais, possibilitando controle por parte das Secretarias Estaduais de Fazenda, por meio de arquivos diários de declarações desembaraladas e das declarações de ICMS

	geradas pelo Siscomex
Trânsito Aduaneiro Nacional	Sistema que efetua o controle do trânsito aduaneiro multi-modal, em nível nacional.
Siscomex - Internação - ZFM	Controle de mercadorias internadas e redução do coeficiente de imposto
Siscomex Carga	Sistemas que possibilitam à aduana brasileira prever e planejar com antecedência a chegada de navios e cargas desembaraçadas em portos brasileiros, permitindo uma fiscalização mais eficiente e um gerenciamento mais efetivo por parte da RFB
Lince - Geração De Arquivos	Sistema responsável por disponibilizar informações diárias e mensais, sobre datas e valores de importações e exportações que compõem a Balança comercial brasileira, para download pela intranet da RFB, por usuários habilitados pela Receita.
Siscomex - Gerencial Internação - ZFM	Sistema que disponibiliza informações referentes ao processo de internação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.
Geração de Arquivos DSI/DSE	Aplicação Web para disponibilização de arquivos de DSI e DSE para download
HARPIA RTU - REGIME TRIBUTÁRIO UNIFICADO	Sistema que possibilita à RFB a identificação precoce de riscos aduaneiros que possam afetar decisões
DW RFB - Extração Importação	Aplicativo que disponibiliza informação sobre as importações brasileiras para o DW Corporativo da RFB.
SISTEMA REMESSA	Controlar Remessa Expressa, importações porta a porta, em nível nacional.
INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DE APOIO AO SISCORI	Sistema de atualização de parâmetros para extração de informações estatísticas que irão subsidiar a análise da ocorrência de irregularidade na Importação. Consulta dados estatísticos para usuário importador e usuários RFB.
SISCOSEUR - Modulo Venda	Sistema integrado com o SISCOMEX para controlar as operações de exportação de serviços, com registro de usuários, com consulta a Registro de Venda de Serviços e faturamento.
SISCOSEUR - Modulo Aquisicao	Sistema integrado com o SISCOMEX para controlar as operações de importação de serviços, com registro de usuários, com consulta a Registro de Aquisição de Serviços e pagamento.
EDMOV - DECL MOV FÍSICA INTERNACIONAL DE VALORES	Sistema de controle da movimentação física de valores efetuada por empresas transportadoras.
SISCOMEX - Cadastros Aduaneiros	Sistema para gerir cadastros aduaneiros, que engloba: Representação por Terceiros; Representação por Dirigente; Representação por Despachante; Sanção Administrativa; Cadastro Interveniente; Parâmetros de Representação. Esse sistema é acesso pelo Siscomex Importação, Siscomex Exportação e RADAR/DOSSIÊ.
SISCOMEX - Tabelas Aduaneiras Web	Sistema para disponibilizar as seguintes tabelas em ambiente WEB: Atividade de Comércio Exterior, Motivo Alteração Cancelamento Sanção, Termo de Responsabilidade; Tipo de Sanção, Tratamento Aduaneiro Especial, entre outras. O sistema possibilitará que o SISCOMEX, o contribuinte e a RFB tenham acesso e mantenham as tabelas de informações Aduaneiras na plataforma WEB. O sistema é acessado principalmente pelo Siscomex Importação, Siscomex Exportação e Cadastros Aduaneiros
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 03	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 03
MANUAIS ELETRÔNICOS - RFB - ADUANA	Rotina de publicação dos manuais ADUANEIROS na página da RFB na internet.
Lince - Consulta - Estatística - Exportacão	Sistema que possibilita o acompanhamento mensal das exportações brasileiras, apoian-do as autoridades governamentais brasileiras na tomada de decisões relativas à política de comércio exterior.
Siscomex Exportação Notícias	Sistema que propicia a disseminação eletrônica de notícias sobre comércio exterior, no segmento exportação.
Siscomex Exportação Declaração	Sistema responsável pela integração das fases comercial, cambial e aduaneira das exportações brasileiras, por meio de processamento cooperativo SERPRO/BACEN, para apoio operacional às aduanas, exportadores e depositários.
Siscomex Exportação Gerencial	Sistema que possibilita a realização de consulta gerenciais sobre as declarações de exportação registradas no SISCOMEX, para acompanhamento por parte da aduana da RFB.
SALEX - Sistema Acompanhamento Liquidações	Elaborar solução com a finalidade de controlar a comprovação das liquidações das operações de câmbio, nos limites estabelecidos pela lei, em relação às exportações de bens

de Exportações	e serviços. O sistema possibilitará, além da verificação da observância das normas cambiais, a emissão de intimações e notificações aos contribuintes faltosos.
Siscomex Exportação Seleção Parametrizada	Aplicativo responsável pelo tratamento diferenciado dos despachos de exportação nas repartições aduaneiras, tendo como base critérios pré-estabelecidos pela RFB que definem o tipo de canal atribuído (verde, laranja e vermelho) ao despacho.
Siscomex Exportação Despacho	Sistema responsável pela integração eletrônica das fases comercial, cambial e aduaneira das exportações brasileiras, por meio de processamento cooperativo entre os sistemas executados nos computadores do SERPRO e do BACEN, para suporte operacional às atividades das aduanas, exportadores, depositários e transportadores. Compreende as atividades realizadas pelas aduanas (recepção de documentos, distribuição de despachos, desembaraço, emissão de comprovantes, averbação), por exportadores, transportadores e depositários (informação de presença de carga e de dados de embarque), consultas, emissão de extratos e trocas de informações com o BACEN
Lince - Relatório - Internet - Exportação	Sistema responsável pela geração quinzenal de arquivos contendo informações sobre as exportações brasileiras, para elaboração de relatórios a serem divulgados, via internet, pela RFB.
Siscomex Exportação-DSE	Sistema responsável pelos procedimentos operacionais associados ao despacho simplificado de exportação, disponibilizando informações e consultas, relativas a todas as fases do despacho simplificado de exportação, como elaboração, registro, distribuição, desembaraço, presença de carga, dados de embarque e interação com o BACEN.
Siscomex-Sel-Parametrizada-DSE	Sistema que racionaliza o desembaraço aduaneiro de mercadorias submetidas a despacho através da DSE - Declaração Simplificada de Exportação, confrontando as informações constantes da DSE com parâmetros previamente estabelecidos pela RFB, para determinar o nível do desembaraço: automático (canal verde), e documental/físico (canal vermelho).
Lince Consulta Exportação Diário	Aplicativo responsável pela organização das informações relativas às exportações diárias
Siscomex- Integração Aduanas Mercosul-Indira	Aplicativo responsável por prover o intercâmbio de informações sobre as operações de importação e exportação entre os países do Mercosul, dotando esses países de ferramenta de fiscalização do trâmite de mercadorias.
Siscomex Gerencial do Desempenho Aduaneiro	Sistema responsável pela geração de informações gerenciais sobre o desempenho aduaneiro, para acompanhamento e gestão das unidades aduaneiras.
Radar – Sist. Rastream. Atuação Interv. Aduaneiros	Aplicativo que possibilita o controle das atividades desenvolvidas por importadores e exportadores, por meio da formação de um dossiê para cada pessoa física e jurídica interveniente em atividades de comércio exterior.
Gerencial do Trânsito	Informações agrupadas de trânsito aduaneiro
Lince-Informações Estatísticas De Comércio e Tarifa	Sistema responsável por disponibilizar informações referentes às importações e exportações brasileiras e a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, com alíquotas do Imposto de Importação. As informações são extraídas do sistema Lince e enviadas para o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e para a Organização mundial do Comércio - OMC. O acesso ao sistema é realizado pela página da RFB na internet, por usuários habilitados pela Receita.
e-DPV - Controle de Decl. de Porte de Valores	Sistema responsável pelo controle da saída de valores do país, de pessoas físicas.
Siscomex Legislação - Consulta Minuta	Aplicativo disponibilizado na página da RFB que permite ao cidadão consultar e registrar sugestões a todas as propostas de legislação aduaneira apresentadas pela Receita
Siscomex Consulta Notícias	Sistema responsável pela publicação de informações da RFB para acesso a todos os intervenientes nos processos de comércio exterior.
Portal de Áreas de Controle Integrado	Solução Internet, com possibilidade de acesso via Intranet, para publicação e atualização da situação e funcionalidade das Áreas de Controle Integrado - ACI
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 04	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 04
eSocial Simplificado do Empreendedor Doméstico - versão Junho	Sistema integrante do PUC-Programa de Unificação do Crédito Previdenciário Fazendário que tem por finalidade viabilizar a gestão e o controle das obrigações tributárias e trabalhistas dos empregadores domésticos, surgidas com a Emenda Constitucional 72/2013.
SEC - Sistema de Emissões Centralizadas	Novo sistema versão do SUCOP, englobando a antiga. Contém as seguintes funcionalidades: controle sobre a emissão de correspondências; controle sobre a entrega de correspondência; armazenamento de imagens; armazenamento e localização de documentos físicos; consulta aos dados de postagem de correspondência.

e-AssinaRFB - Sistema de assinatura digital de documentos	Realiza a assinatura digital de documentos e os armazena, de modo a que qualquer pessoa que tenha o documento em mãos em formato digital ou impresso possa checar sua validade de forma on-line.
ATOS	Sistema que controla e gerênci a tramitação colaborativa de minutas de atos (INs, Portarias, Decretos e outros) entre a Cosit e outros setores da RFB.
SPED PORTAIS	Portais do SPED: www.SPED, www.CTE, www.NFE, www.JuntaContingencia etc.
VIA - Visão Integrada do Atendimento	Sistema que tem por objetivo promover a integração das informações de diversos sistemas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, disponibilizando aos seus atendentes todas as funcionalidades e informações necessárias à execução das rotinas de atendimento, em uma seqüência lógica, de acordo com a necessidade de cada contribuinte.
e-SICODEC - Sist.Controle de Entrega de Decl. na Web	Sistema responsável pela emissão de 2 ^a via de Multa por Atraso na Entrega de Declaração e de omissão de Declarações.(Web)
TRATAPAR - Trata Parcelamentos	O sistema trata parcelamento (tratapar) tem como objetivo realizar procedimentos operacionais para constituição de processos de parcelamentos dos contribuintes com dívida na RFB, mediante a integração entre os muitos sistemas de cobrança existentes, possibilitando, de forma automática, a recuperação ou suspensão dos débitos do contribuinte e o cadastramento dos processos no sistema de parcelamentos.
SIJUT - Sistema de Informação Jurídico-Tributária	Sistema que possibilita aos auditores fiscais a consulta on-line dos atos legais de interesse da RECEITA, que são selecionados diariamente pelo Sedil/Cosit/RECEITA.
SICALC RFB - Cálculo de Acréscimos Legais Gde Porte	Aplicativo responsável pela consolidação e imputação de pagamentos a débitos. Para a consolidação, o aplicativo efetua o cálculo do valor devido em determinada data, considerando os acréscimos legais devidos (multa de mora, juros de mora e correção monetária). Para a imputação, o aplicativo calcula o valor que determinado pagamento abate do valor total de um débito. O sistema foi desenvolvido para substituir quatro sistemas de cálculo de acréscimos legais atualmente em uso e está disponível em plataforma micro e mainframe, encontrando-se implantado nos sistemas TRATA parcelamento, SICALC, Conta Corrente Pessoa Física, SIEF-Cobrança, PROFISC e SICALC.
Papéis de Fiscalização	Ferramenta de apoio aos AFRF, que padroniza os procedimentos fiscais em relação às empresas auditadas, por meio de planilhas que permitem a entrada de informações, o cálculo de valores, limites e alíquotas, emitindo avisos e/ou crítica, quando necessário.
Manual REFIS - Adesão	Sistema de suporte à recuperação fiscal, apoiando as ações de regularização de créditos da União, oriundos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela RFB e pelo INSS, decorrentes de fatos geradores ocorridos ate 31/08/1999, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos
Manual REFIS - Consolidação	Recuperar e consolidar os créditos tributários administrados pela RFB, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/10/1999, dos contribuintes que realizaram opção pela sistemática de recuperação fiscal (Refis). O projeto irá integrar os sistemas do Sincor (ContacorPJ, Profisc, Sipade), Sief cobrança e os débitos declarados pelos contribuintes no PGD Refis.
Manual REFIS - Conta Corrente	Sistema responsável pela gestão das amortizações da dívida de cada contribuinte optante pelo REFIS no âmbito da RFB, INSS, e PGFN, bem como a regularidade desses contribuintes com suas obrigações fiscais durante todo o tempo em que estiverem no programa de recuperação fiscal.
Manuais Eletrônicos -	Serviço de divulgação dos manuais da RECEITA com acesso via Internet, somente disponível para os usuários RECEITA.
SAGA - Sistema Nac. Apoio Gerenc. Atendimento	Sistema de apoio ao serviço de atendimento ao contribuinte, por meio da administração de senhas e pela geração de informações estatísticas sobre o serviço prestado nas Unidades de Atendimento da RFB, possibilitando a avaliação e o acompanhamento de seu desempenho.
SICALCWEB APOIO – Interfaces de Apoio	Aplicação disponível na Intranet da RFB para permitir a gestão das tabelas necessárias ao funcionamento do sistema Sicalc Web , o gerenciamento e monitoração do ambiente de pagamentos e, da cobrança dos agendamentos pelo Serpro e RFB. A aplicação de consulta as receitas e contribuições disponibilizadas no sítio da RFB, é suportada por este sistema e banco de dados, bem como outros aplicativos na plataforma stand alone.
CTSJ – Crédito Tributário Subjudice	Aplicativo responsável pela importação de dados dos créditos tributários e pagamentos, que permite aos funcionários da RFB, em ambiente de microcomputador, efetuar o tratamento do crédito tributário objeto de ações judiciais, desde a composição da Base de

	cálculo até a apuração do débito. Contem diversas funcionalidades que permitem tratar e aplicar toda a gama de decisões decorrentes das ações judiciais tais como, índices diversos de atualização de créditos e diferente dos adotados pela RFB, alterações de alíquotas, datas de vencimento dos tributos e contribuições, entre outras. O alvo é o tratamento dos créditos tributários constantes e decorrente dos sistemas de cobrança da RFB, que se encontram suspensos por medida judicial.
DCP - Declaração de Crédito Presumido - Consulta	Sistema gerencial e de consulta para atender à recepção de informações pelo PGD DCP.
Manual do PAES	Sistema responsável pela recuperação, consolidação e administração das amortizações da dívida dos créditos tributários, decorrentes de fatos geradores até 28/02/2003, de contribuintes de pessoa física ou jurídica que registraram pedido de Parcelamento Especial - lei 10.684 no âmbito da RFB e PGFN. Acompanhar o cumprimento das obrigações fiscais dos contribuintes até que a dívida seja totalmente liquidada ou o parcelamento seja rescindido por irregularidade.
e-Processo Digital	Serviço de GED e WORKFLOW que automatiza o trâmite do processo administrativo/fiscal em todas as instâncias da RFB.
Auditorias Internacionais	Sistema responsável pelos procedimentos de auditoria (pesquisa, verificações, planilhas de cálculo, etc) nas operações sujeitas ao controle de preços da transferência, manipulando dados do contribuinte (estoques, vendas, etc.) e da Base Siscomex.
Sistema Decisões	Sistema responsável por disponibilizar consulta à base de dados composta pelas decisões, pareceres, soluções de consulta, soluções de divergência, soluções de consulta interna, notas técnicas e acórdãos, emitidos no âmbito da RFB e Conselhos de Contribuintes - MF, permitindo o conhecimento e integração dos entendimentos exarados nesses atos em nível nacional.
COMPROVI - CONTROLE DE PROCESSOS VINCULADOS	Sistema responsável pelo controle de informações oriundas dos processos administrativos vinculados, como a notícia crime enviada ao Ministério Público, as comunicações ao Banco Central , ao Conselho de atividades financeiras e de outros documentos.
IACOM - Ssistema de Acompanhamento de Comissões	Sistema de acompanhamento e controle de comissões de processos administrativos disciplinares em nível nacional.
SISCAC WEB - Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte	Centralização de informações necessárias ao atendimento padronizado do contribuinte.
PAEX - Parcelamento Excepcional – MP 303	Sistema que atende ao parcelamento instituído pela Medida Provisória 303/2006 nos moldes previstos nos artigos 1º (débitos com vencimento até 28/02/2203) e 8º (débitos com vencimento a partir de 01/03/2003 até 31/12/2005).
Servidor de Integração RFB - PREVIDÊNCIA	Serviço destinado a hospedar a Intranet/RFB e os sistemas de Controle de Demanda (SCD) e COMPROT, disponibilizando acesso a usuários da Previdência e DATAPREV e da própria RFB não alocados em instalações da Secretaria.
E-FAU – Sistema Habilitação Eletrônica de Usuários	Sistema que possibilita a realização de todos os pedidos de cadastramento e habilitação nos sistemas informatizados da RFB de forma eletrônica, com aposição de assinatura digital e certificação digital.
ETHOS - SISTEMA GESTÃO CORRECIONAL	Sistema de gestão de todos os feitos correicionais no âmbito da Coger e Escritório Regionais
Suite de Aplicativos RFB	Porta de entrada para acesso a todos os aplicativos intranet da RFB, mediante login único (single sign-on)
SIJUT - II	Sistema que disponibiliza para as unidades da RECEITA a documentação Jurídico-Tributário, atualizada diariamente pela DISEN/COSIT, visando auxiliar os funcionários no desempenho de suas atividades, agilizando a interpretação e a aplicação das normas legais para solução de problemas tributários, estendendo à sociedade acesso a essa base, por meio do sítio da RECEITA na internet.
EMISSÕES PREVIDENCIÁRIAS - SISOBRA	Sistema responsável pela emissão de correspondências previdenciárias, que utiliza informações do sistema SISOBRA , desenvolvido pela DATAPREV, para postagem dos documentos sob registro controladas pela RFB.
LEL - Sistema de Levantamento de Eventos de LOG	O sistema LEL tem por objetivo auxiliar a RFB em suas ações de controle e auditoria em seus ambientes informatizados, de maneira que seja possível pesquisar, de maneira analítica, informações sobre os acessos aos dados de seus sistemas, tais como: quantidades de acesso, identificação de usuários, o que foi acessado, tipificações, gargalos operacionais, material de comprovação de suspeitas de desvio de conduta entre outras

		informações.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 05		Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 05
MANFIS - Manuais da Fiscalização		MANFIS é um sistema de TI que se destina a disponibilizar na intranet da RFB os manuais que regulamentam o processo de Negócio de fiscalização. O Sistema será desenvolvido com a utilização de tecnologia Zope Plone e terá controle de acesso mediante utilização de Certificação Digital. O Sistema contemplará: Modulo Gestor; Módulo usuário; Controle de acesso; Controle de Versões; Versão Stand-Alone; Ferramenta de edição de texto.
SENDA - Sistema de Emissão e Numeração de Documentos de Arrecadação		Aplicativo tem por objetivo ser um mecanismo único de geração de Documentos com códigos de barra, no formato Batch e On line, que possa ser integrado com outros sistemas que tenham a necessidade de gerar documentos de arrecadação pelos módulos da Receita Federal do Brasil. O sistemas irá permitir que o contribuinte imprima DARF pela Internet no formato PDF bem como os servidores imprima via intranet. O módulo batch poderão ser impressos boletos para pagamento do ano todo. Nessa modalidade, após a impressão do DARF, ocorre o envio por meio dos Correios para o Contribuinte.
OMISSOS DIRPF - Sistema de Controle de Gestão e Monitoramento dos omissos DIRPF		O sistema OMISSOS tem por objetivo, apontar para diversos outros sistemas da RFB, os números de inscrição (NI) de contribuintes que se encontram omissos de Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (DIRPF). O sistema apontará a omissão de DIRPF dos últimos 5 (cinco) exercícios, tendo como início o exercício 2007.
SELECON – Sistema de Administração de Selos de Controle		Sistema responsável por administrar o estoque e a movimentação de selos de controle, apoiando a fiscalização de empresas usuárias dos mesmos, controlando o cadastro e guias de movimentação de selos, assim como, contribuintes e consumidores. O sistema também possibilita a fiscalização de informações on-line e relatórios sobre a movimentação de selos, estoques e pedidos da Casa da Moeda do Brasil. Traz como benefício a fiscalização, ferramenta eficaz no combate à sonegação do Selo de Controle por parte de produtores e importadores de cigarros e de bebidas.
SAFIRA WINDOWS		Sistema destinado a racionalizar, agilizar e uniformizar os procedimentos de formalização do Auto de Infração ou Notificação de Lançamento, resultante do trabalho de auditoria realizado junto aos contribuintes fiscalizados, como também fornecer em meio magnético dados para outros sistemas da RECEITA.
SUCOP – Sistema Único Controle Postagem		Sistema que possibilita controlar as correspondências encaminhadas aos contribuintes, possibilitando uma melhor gestão do contrato junto à ECT e fornecendo às ULs informações sobre a situação dos objetos postados.
MANUTENÇÃO DA WEB - RFB	DA	Disponibilização de recursos de infraestrutura necessários à manutenção da Web da RFB. Desenvolvimento e manutenção de home pages da RFB, envolvendo programas em HTML, programação visual das páginas, implementação de links, contadores, recursos de animação, som e imagem.
IRPJ - PORTAL WEB		Portal na web para integração dos aplicativos do sistema IRPJ
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 06		Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 06
SIMPLES NACIONAL - PGDAS Declaração - PG-DAS-D		Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório desenvolvido para atuar como apuração de declaração com periodicidade mensal, facilitando a gestão e controle da arrecadação e provendo ao usuário fiscalizador da União, Estados e Municípios, condições de simular as apurações dos contribuintes e sensibilizar os sistemas de Cobrança e Processos. O sistema foi desenvolvido na Web em arquitetura .Net, modularização de componentes hospedados em servidor dedicado de alta performance. Linguagem de programação: Html, Asp.net (vb.net); Banco de Dados: MS-SQL Server
PARCSN - TERMO DE OPÇÃO PARCELAMENTO DO SIMPLES NACIONAL		Este aplicativo disponibiliza aos contribuintes o registro do Termo de Opção pelo Parcelamento de débitos do Simples Nacional, não incluindo as operações de consolidação e efetivação dos parcelamentos. Não será necessário ao contribuinte efetuar o pagamento da primeira prestação. Somente haverá exigência de pagamento a partir do mês subsequente à efetiva consolidação dos débitos, ou seja, implantação da solução definitiva no PAEX. Após o registro de cada pedido, será necessário transferir os débitos do FISCEL para o SIEF-processo, cadastrando-os em um processo. Esse procedimento será necessário para que não haja implicações nas rotinas de regularidade fiscal. O aplicativo estará disponível pelo ECAC.
APLIDISMOV - Aplicati-		Aplicativo integrador para dispositivos móveis, com módulos APP Pessoa Física e

vo Integrador para Dispositivos Móveis	APP Viajantes no Exterior, que permitirão ao contribuinte acessar serviços da RFB em dispositivos móveis que utilizem sistemas operacionais Android e iOS.
Contágil - Extração de Informações das Declarações e Cadastro	O sistema visa recuperar informações dos sistemas DCTF, SVA, SPED Fiscal e Cadastro de Pessoa Jurídica para envio ao Hosting do Contágil, via Qware.
BLOG da RFB	O Blog da RFB destina-se a ser a principal fonte de informação da população e dos meios de comunicação acerca das apreensões realizadas de forma a garantir a fidedignidade e a qualidade das informações sobre o assunto.
IRPF/MX Declaração Original Online m-IRPF	Declaração Original IRPF m-IRPF é um aplicativo que possibilita ao contribuinte apresentar a Declaração Original IRPF por meio de dispositivos móveis.
PROJETO INTEGRADOR NACIONAL - REDESIN	PROJETO INTEGRADOR NACIONAL - REDESIN
SISCOMEX MOBILE - APP DO IMPORTADOR	SISCOMEX MOBILE - APP DO IMPORTADOR
COMPSN - Compensação do Simples Nacional	O COMPSN é um aplicativo que permite ao contribuinte solicitar a compensação de valores devidos relativos os tributo Simples Nacional, acompanhar e consultar o resultado do pedido por meio da Internet, pelo Portal do Simples Nacional e pelo e-CAC, com uso de certificação digital e controle de senha.
Portal de Cooperação - Comércio Exterior	Apoiando a cooperação e integração entre administrações tributárias do País e outros organismos internacionais, esse sistema visa propiciar à Secretaria da Receita Federal - RFB controle e divulgação de eventos. Disponibiliza gestão de funcionalidades como programação de eventos (exemplo: ENAT) e controle de frequência.
Certidão Negativa Internet	Sistema responsável por emitir a certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais, via Internet, de acordo com a IN 80 (de 23/10/1997, exposto no artigo 8), por meio de análise de informações dos seguintes sistemas: CNPJ, Profisc , Sipade, Conta Corrente PJ , Sincor – Tratani , DCTF, Sinal, DIRPJ, DIRF e parcelamento - simples.
Parcelamento Simples	Sistema que possibilita a recuperação e a negociação da dívida do contribuinte optante pelo simples, que solicitou o parcelamento de todos os créditos tributários, possibilitando o cadastramento automático do processo no sistema Profisc e posteriormente o cadastramento no sistema parcelamento simples.
IRPF/MX - Restituição WEB	Sistema que possibilita aos contribuintes consultar a restituição do IRPF via Internet.
Estatística/Auditoria Internet - RFB	Sistema que disponibiliza estatísticas dos serviços Internet da RECEITA (site da RECEITA e receita Net), auditoria de logs de transmissão de declarações.
CNPJ - Cadastramento via Internet	Sistema que possibilita aos contribuintes o envio do PGD do CNPJ por meio da mídia internet, utilizando o Receitanet para concluir o processo de envio. O contribuinte deve enviar via correio a documentação necessária para comprovar a veracidade dos dados. O contribuinte receberá via internet uma resposta conclusiva do ato de cadastro, que pode ser: - relação de incompatibilidades; - disponibilização do comprovante de inscrição e situação cadastral; - certidão de baixa.
CPF - Consulta Pública e Atendimento	Sistema disponível na WEB que permite ao contribuinte emitir comprovante de inscrição e de situação cadastral no CPF e acompanhar solicitação de alteração no Cadastro de Pessoa Física
SITFIS – Situação Fiscal Web	Sistema responsável por fornecer ao contribuinte pessoa física ou jurídica, possuidor de certificado digital, as informações/irregularidades referentes a dados cadastrais, entrega de declarações, débitos vencidos e em aberto, débitos com exigibilidade suspensa e pagamentos, no âmbito da RFB. Informar ao contribuinte como solucionar as irregularidades apontadas, por meio de textos explicativos e permitir que se regularize via internet, inicialmente, de modo análogo ao efetuado pelo Sistema Programa de Auto Regularização - PAR.
INFOCONV	Serviço de acesso via web service para fornecimento de informações aos convenentes. Acesso por emulador, com recursos de criptografia forte de 128 bits e controle de acesso integrado ao Senha Rede do SERPRO, permitindo o acesso direto às bases de dados dos sistemas da RECEITA, residentes em ambiente de grande porte, por meio de intranet ou Internet
DIF - Bebidas	Sistema responsável por recepcionar, por meio de PGD, as informações relativas à tributação de bebidas.
SICALCWEB – Cálculo	Aplicação disponível na Internet, no sítio da RFB e que facilita ao contribuinte, calcula-

de Acréscimos Legais Web	lar ou não os acréscimos legais por meio de consolidação. Possui agenda fornecendo automaticamente a data de vencimento dos tributos. Permite efetuar o pagamento e /ou agendamento e, cobrança dos agendamentos, dos tributos e contribuições administrados pela RFB, com ou sem acréscimos legais, diretamente no Internet banking do contribuinte, utilizando o ambiente de pagamentos do Serpro.
Cálculo de Penalidades da DARF - WEB	Aplicação disponível na Internet, no sítio da RFB e que permite calcular os encargos e penalidades aplicadas as instituições financeiras que efetuaram o recolhimento incorreto da arrecadação federal.
Requisição de Movimentação Financeira - PGD	Sistema responsável pela recepção, por meio de PGD, das informações solicitadas às instituições financeiras por intermédio das Requisições de Movimentações Financeiras, bem como permitir acesso a estas informações pelas unidades da RFB requisitantes.
DOSSIÊ INTEGRADO	Aplicativo responsável pela geração de dossiê único de contribuintes para o preparo da ação fiscal.
DCIDE - Combustíveis - Declaração da Contribuição	Aplicativo Internet da RFB para entrega da Declaração CIDE - Combustível.
DERC - Decl Rend Pagos Consultores Org Internacionais	PGD e Validador para recepção e validação das Declarações de Rendimentos pagos a Consultores por Organismos Internacionais.
Declaração de Benefícios Fiscais	Sistema responsável pela recepção, por meio de PGD, das informações sobre doações efetuadas por pessoas físicas com base na Lei de Incentivo à Cultura e conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.
DECWEB - Cópia Eletrônica de Declaração via WEB	Sistema responsável por emitir cópia de declarações aos contribuintes certificados, através da página da RFB.
Comprovante de Pagamentos no e-CAC	Sistema responsável por tornar disponíveis na página da RFB na Internet, dentro do serviço interativo de atendimento virtual - Receita 222, as funcionalidades do pagamento a serem utilizados pelos contribuintes.
DECRED - Declaração de Operações com Cartões de Crédito	Sistema referente à Declaração de Operações com Cartões de Crédito - de acordo com a IN RECEITA 341, de 15.07.2003.
Parcelamento Web	Sistema destinado a proporcionar um auto-atendimento, por meio da Internet, aos contribuintes interessados em parcelar sua dívida e normalizar sua situação fiscal perante a RFB, evitando assim a locomoção dos contribuintes às unidades administrativas.
DCTF - INTERNET 2004/2006	Sistema responsável por recepcionar, validar e transmitir as declarações DCTF/99 a partir do exercício 1999, utilizando a Internet como meio de comunicação. Será utilizado o sistema receitanet como padrão de recepção e transmissão para os servidores, e posterior armazenamento em Bases centralizadas do sistema DCTF.
REDARFNET – Retificação da Darf Via Web	Aplicativo que permite a realização de pedido de retificação de Darf ou Darf-Simples pelo contribuinte, por meio da página da RFB em ambiente Internet, e o respectivo processamento eletrônico.
Sistema Fale Conosco	Sistema responsável por gerenciar as mensagens eletrônicas (e-mail) enviadas pelos contribuintes por meio da página da RECEITA, controlar as respostas formuladas pela RECEITA.
DERC - Consultas Gerenciais	Sistema de Consultas Gerenciais das Informações geradas pelo PGD_DERC.
Certidão negativa Conjunta RFB - PGFN	Sistema que unifica a Certidão Negativa da RFB e da PGFN, de forma a emitir a Certidão para a Fazenda Nacional
E-SAFIRA - Sistema Int Suporte à Apuração e Emissão de Auto de Infração	Sistema de apoio ao auditor fiscal desde a fase de fiscalização de um determinado contribuinte até a emissão do auto de infração.
SCC - Validador da PERDCOMP no RECEITANET	Rotinas evolutivas do Validador das declarações PERDCOMP transmitidas pelo respectivo PGD.
SCC - Descompactação da PERDCOMP do RECEITANET	Aplicativo de descompactação e descriptografia das declarações PERDCOMP relativas à versão 1.3 do PGD, procedentes das transmissões desse PGD e residentes no Balde do Receitanet , no ambiente Grande Porte.
Declaração de Inatividade de PJ	Sistema responsável pela declaração on-line de pessoas jurídicas inativas.

Procurações Eletrônicas	Sistema que permite identificar se determinado contribuinte está legalmente autorizado a acessar informações pertencentes a outro contribuinte ou exercer uma atividade acessória, perante a RFB, em nome de terceiros, utilizando certificação digital e por intermédio dos serviços disponibilizados no Receita 222.
Sistema Consulta Prévia para Certificado RFB	Sistema responsável pelo processo de consulta prévia que é acionado quando da solicitação de certificação digital, pelas autoridades certificadoras (AC) credenciadas pela RECEITA, realizando a verificação dos dados e a identificação do contribuinte, mediante uma consulta prévia ao CPF e ao CNPJ da RECEITA, no processo de solicitação de certificados pelos contribuintes.
Caixa Postal	Caixa postal disponível no sítio da RFB para comunicação da Administração Tributária com o contribuinte de forma sigilosa e individual com utilização de certificação digital.
Consulta PERDCOMP Web	Sistema que facilita a consulta dos Pedidos de Restituição e /ou Compensações - PERDCOMP via WEB, apresentando o resultado da transmissão da declaração (PerD-comp), a situação do andamento e o resultado final da análise.
Consulta Malha IRPF Web	Aplicativo que exibe na Intranet informações relativas às seções de Resultado Final e Contribuintes relacionados das declarações do IRPF.
Portal e-Cac	Permitir que um contribuinte, PF ou PJ, com utilização de seu certificado digital, acesse os serviços para os quais tenha permissão, possibilitando a comunicação de forma centralizada, segura e sigilosa entre a RFB e o contribuinte. Demanda COTEC 377/2005
SPED - Sistema Público de Escrituração Digital	Solução destinada a promover a atuação integrada entre os fiscos, uniformizar a coleta de dados contábeis e fiscais, bem como racionalizar as obrigações acessórias dos contribuintes
SCC - Comunicação WEB	Sistema que permite ao usuário a realização de consultas e impressão da 2º via dos documentos enviados pelo SCC - Comunicação.
ASSINADOC – Assinador Digital de Documentos	Aplicativo que possibilita à RECEITA assinar digitalmente documentos, com utilização de certificados aderente aos padrões ICP-Brasil.
INFOJUD - Serviço de Fornecimento de Informações ao Poder Judiciário (e-CAC)	Sistema responsável por fornecer, via WEB e certificação digital, informações de contribuintes da RFB ao poder judiciário.
DPREV - PGD e Validador	Aplicativo responsável por gerar a declaração anual a ser prestada pelas entidades de Previdência Privada, Sociedades Seguradoras ou Administradoras do FAPI à RECEITA acerca dos participantes de planos de benefícios optantes pelo regime de tributação de que trata o art. 1º da Lei 11053/2004.
DIF Papel Imune - PGD	Aplicativo desenvolvido em ambiente de microcomputador que se utiliza da internet para transmissão dos dados captados para a RFB.
PGD Declaração de Informações Fiscais de Bebidas	Aplicativo desenvolvido em ambiente de microcomputador, que se utiliza da internet para transmissão dos dados captados para a RFB.
PGD Demonstrativo de Notas Fiscais	Aplicativo desenvolvido em ambiente de microcomputador que se utiliza da internet para transmissão dos dados captados para a RFB.
TOM Web	Sistema responsável por apresentar, em arquitetura voltada para a INTERNET, consultas gerenciais e operacionais a partir do cadastro TOM da plataforma Grande Porte.
Termo de Opção Domicílio Tribut. Eletrônico	Criação do serviço TERMO DE OPÇÃO dentro do e-CAC para autorização do sujeito passivo para o recebimento de intimação por meio eletrônico em seu domicílio tributário (Caixa Postal).
ITR - Consulta Declaração WEB	Sistema que possibilita aos contribuintes consultar as informações das Declarações de Imposto Territorial Rural – DITR, incluindo também o histórico das alterações a partir de 2006 na WEB.
MIDAS – Módulo de Impressão de Declarações Assinadas	Sistema centralizado de impressão das principais declarações da RFB, com vistas prioritariamente ao atendimento de solicitações externas e futuramente poderá ser adaptado para uso direto por usuários externos , através de aplicação no e-CAC.
DIMOB - PGD e Validador	Aplicativo acionado pelo Receitanet na transmissão, pelos contribuintes, de declarações gravadas para entrega à RFB utilizando o PGD DIMOB .
PGD DEREX - Demonstração de Exportação	PGD DEREX - Demonstração de Exportação
Simples Nacional - Programa Gerador de DAS - PG-DAS	Sistema que possibilita ao contribuinte participante do regime do Simples Nacional, efetuar mensalmente a apuração do valor devido do crédito tributário nas esferas municipal, estadual e federal, disponibilizando meios de pagamento que permitam o seu recolhimento junto à rede arrecadadora.

SPED - SEFAZ Virtual	Sistema que atende ao serviço SPED NF-e, criando uma infraestrutura que abriga os serviços para as secretarias de fazenda dos Estados realizarem a autorização e recebimento das NF-e das empresas de suas unidades da federação.
Simples Nacional - Simulador do PGDAS	Aplicativo que permite aos usuários dos entes federativos (município, estado e união) simular apurações do valor devido de crédito tributário realizadas ou não pelo contribuinte no sistema PGDAS.
Simples Nacional - DASN - Declaração Anual	Aplicativo que possibilita aos optantes do Simples Nacional elaborar e transmitir a declaração, confirmando ou retificando as informações sócio-econômicas, por ano calendário, das declarações dos últimos 5 (cinco) anos, e, posteriormente, fazendo a carga e o lançamento das declarações no sistema de cobrança.
Atos Normativos	Sistema responsável pelo cadastro dos Atos Normativos de interesse da RFB, para utilização pelo e-FAU.
PGD DIMOF - Declaração de Informação sobre movimentações financeiras	PGD DIMOF - Declaração de Informação sobre movimentações financeiras
Envio de SMS IRPF	Sistema responsável pela manutenção de cadastro de números de celular e envio de mensagens SMS para os números cadastrados de informação sobre a disponibilidade de restituição do IRPF.
Requerimento Malha Fiscal Multiexercício	Sistema responsável pela análise das declarações de IRPF, exercício 2004 em diante, que se encontram em malha fiscal, e efetivação de acertos, liberações, cancelamentos, emissões de intimações e autos de infração.
SIMPLES NACIONAL - Programa Gerador do DASMEI	Sistema que possibilita ao contribuinte participante do regime do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI), efetuar mensalmente a apuração do valor devido do crédito tributário nas esferas municipal, estadual e da união, disponibilizando meios de pagamento que permitam o seu recolhimento junto à rede arrecadora.
SIMPLES NACIONAL - Declaração Anual SIMEI	Aplicativo que permite aos optantes do regime do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI) gerar e transmitir a declaração de ajuste anual de forma online, confirmando ou retificando as informações fornecidas mensalmente por intermédio do PGDAS e coletando os dados sócio-econômicos.
RFB - Editais Eletrônicos (e>Editais)	O sistema tem por objetivo garantir a ciência pública a todos os editais relacionados a intimações e convocações eventualmente existentes em nome de contribuintes pessoa jurídica.
LEILAO ELETRONICO	Controla e processa as etapas de elaboração, execução e homologação de leilões não presenciais de produtos apreendidos pela RFB, por meio de integração com o Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA, no ambiente Sief, responsável pela disponibilização dos produtos a serem leiloados.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 07	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 07
SPED - EFD-PIS/COFINS	Escrituração Fiscal Digital do PIS/Pasep e Cofins será utilizado pelo contribuinte para apresentar digitalmente, com transmissão via internet, os registros dos documentos fiscais da escrituração e os respectivos demonstrativos de apuração das contribuições para o PIS/Pasep e a Confins e dos créditos de não cumulatividade bem como outras informações de interesse econômico-fiscais.
SEFISC - Sist. Eletrônico Único Fiscalização - SN	Módulo Sistema Eletrônico Único de Fiscalização do Simples Nacional, provendo ao usuário fiscalizador da União, Estados e Municípios, condições de efetuar os procedimentos de fiscalização relativos ao Simples Nacional. O sistema é desenvolvido em ambiente Web, em arquitetura. Net, modularização de componentes hospedados em servidor dedicado de alta performance. Linguagem de programação: Html, Asp.net (C#.net); Banco de dados: MS-SQLServer
SIEF - E-PROCESSO INTERNET	O serviço que será implantado tem como objeto permitir ao contribuinte acesso ao andamento processual, consulta ao andamento de processos e juntar documentos a processos, ou seja, cria a funcionalidade de download e upload de documentos via internet. O controle de acesso do sistema é pelo e-cac com código de acesso e certificação digital
SIMPLES NACIONAL - AINF - AUTO DE INFRAÇÃO	Módulo de lançamento de documentos e emissão do Auto de Infração do Simples Nacional.

SPED - NF-e Ambiente Nacional	Nova versão do SPED que engloba a recepção de novo evento de NF e Manifestação de Destinatário.
IRPF/07 - Web Consulta	Sistema que disponibiliza para os contribuintes suas informações relativas ao IRPF na WEB.
IRPF/08 - Web Consulta	Sistema que disponibiliza para os contribuintes suas informações relativas ao IRPF na WEB.
IRPF/MX - Retificadora Web	IRPF - RETIFICADORA WEB.
DW RFB - Tema LEL	Ambiente DW para consultar as logs armazenadas nos diversos sistemas transacionais utilizados pelos servidores da RFB numa base única.
DW RFB - TEMA REDE ARRECADADORA	Sistema cujo objetivo é disponibilizar informações e operações relativas à Rede Arrecadadora de Receitas Federais RARF, permitindo cruzamentos, filtros e agregações.
Novo Decisões WEB	Implantação e manutenção em operação do sistema NOVO DECISÕES (Libreoffice com camada de persistência em ORACLE), adequado ao Modelo de Dados Corporativo da RFB SIEF.
DW RFB - Tema Tratamento de Dimensões	Tratar as tabelas de Dimensões, comuns ao ambiente DW e responsáveis pela integração dos temas.
DW RFB - Tema IES	Tema DW voltado para tomada de decisão do nível estratégico.
DW RFB - Tema Arco	Tema DW voltado para auditoria e controle dos sistemas.
DW RFB - Tema Arrecadação	Tema DW responsável pela apresentação de dados de arrecadação de tributos federais, com históricos desde o exercício de 2000.
DW RFB - Tema Siga PF	Tema DW voltado para tomada de decisão e seleção para fiscalização dos sujeitos passivos PF.
DW RFB - Tema Siga PJ 05	Tema DW voltado para tomada de decisão e seleção para fiscalização dos sujeitos passivos PJ.
DW RFB - Tema Siga ITR	Tema DW voltado para tomada de decisão e seleção para fiscalização de imóveis rurais.
DW RFB - Tema Siga PJ	Aplicação DW voltada para tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PJ.
DW RFB - Processo ETL - CNPJ	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao CNPJ para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - CPF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao CPF para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - CAFIR	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao CAFIR para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - DIPJ	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes à DIPJ, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - SigaPF e SigaPJ	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao SIGAPJ e SIGAPF, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - DITR	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes à DITR, para carga no DW corporativo da RECEITA.
DW RFB - Processo ETL - DCTF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes à DCTF, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - DIRF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados relativos à DIRF, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - DOI/DIF/DNF/Selecon/DBF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes a diversas Declarações, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - CPMF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes à CPMF, para carga no DW corporativo da RFB
DW RFB - Processo ETL - Arrecadação	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados de arrecadação de tributos federais para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - RH	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados do SIEF RH, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Tema Ação Fiscal	Tema DW responsável pela apresentação de dados referentes às ações fiscais.
DW RFB - Processo ETL - Sinco	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados armazenados no sistema SINCO, oriundos de fontes externas, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL Arrec - Sinal	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao SINAL, para alimentar o DW corporativo da RFB

DW RFB - Processo ETL - Perdcomp	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados dos Pedidos de Restituição e/ou Compensações - PERDCOMP para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - Dau	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados de pessoas físicas e jurídicas inscritas no sistema da Dívida Ativa da União, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Tema Pagamentos	Tema DW para análise dos pagamentos das receitas administradas pela RFB, efetuando publicação detalhada dos documentos de arrecadação pagos pelos contribuintes, dados de seu processamento e transmissão efetuada pela rede arrecadadora.
DW RFB - Tema DIRPF Extração 2005	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados da DIRPF para alimentar o DW corporativo da RFB
DW RFB - Tema DIRF	Tema DW para análise das DIRF apresentadas pelos contribuintes, dados de seu processamento e transmissão para análise gerencial e estratégica.
DW RFB - Tema Atendimento	Sistema gerencial com informações da Central de Atendimento ao Contribuinte, para análise estratégica da RFB
DW RFB - Tema Sped	Tema DW com alguma agregação dos dados do Sped, para análise estratégica das informações.
DW RFB - Tema Controle de Acesso	Tema DW responsável pela apresentação de dados dos perfis de acesso aos serviços da RFB, com informações do Senha DW, Senha SIEF, Senha Rede e Senha Previdência, etc
DW RFB - Tema eProcesso	Tema DW para análise estratégica dos dados do e-processo.
DW RFB - Tema Devedores	Aplicativo que permita a definição de perfil de todos os devedores da RFB, a fim de subsidiar uma posterior análise a ser feita pela RFB.
DW RFB - Tema Maiores Contribuintes	Tema DW que permite o acompanhamento dos Maiores Contribuintes.
DW RFB - TEMA SIGA PJ 01	Propiciar mecanismo de seleção de contribuintes para executar atividade de ação fiscal aos contribuintes Pessoa Jurídica.
DW RFB - TEMA SIGA PJ 02	Propiciar mecanismo de seleção de contribuintes para executar atividade de ação fiscal aos contribuintes Pessoa Jurídica.
DW RFB - TEMA SIGA PJ 03	Propiciar mecanismo de seleção de contribuintes para executar atividade de ação fiscal aos contribuintes Pessoa Jurídica.
DW RFB - TEMA SIGA PJ 04	Propiciar mecanismo de seleção de contribuintes para executar atividade de ação fiscal aos contribuintes Pessoa Jurídica.
DW RFB - Tema ARCOMEX	Tema DW voltado para auditoria e controle dos sistemas - Aduaneiro (ARCOMEX).
DW RFB - Tema Setores de Risco	Tema DW sobre os assuntos DIF Cigarros, DIF Bebidas, DNF, Selo e outros, para apoio à tomada de decisão pelos gestores da RFB.
DW RFB - Tema DCTF	Sistema responsável por disponibilizar as informações da DCTF no ambiente DW, a fim de possibilitar a extração de relatórios de cunho gerencial através do uso da ferramenta da MICROSTRATEGY.
DW RFB - Tema PERD-COMP	Tema DW para análise estratégica de informações dos Pedidos de Restituição e/ou Compensações (PerDcomp).
DW RFB - Tema DIRPF	Tema DW para análise estratégica dos dados de DIRPF apresentadas pelos contribuintes, dados de processamento, transmissão e malhas.
DW RFB - Tema IRPJ	Tema DW para análise estratégica dos dados de DIPJ, DSPJ e DASN apresentadas pelos contribuintes, dados de processamento, transmissão e malhas.
DW RFB - TEMA SIGA PF - ANO CALENDÁRIO 2005	Aplicação DW voltada para a tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PF.
DW RFB - TEMA SIGA PF - ANO CALENDÁRIO 2004	Aplicação DW voltada para tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PF.
DW RFB - TEMA SIGA PF - ANO CALENDÁRIO 2003	Aplicação DW voltada para tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PF.
DW RFB - TEMA SIGA PF - ANO CALENDÁRIO 2002	Aplicação DW voltada para tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PF.
DW RFB - TEMA DIRPF	Sistema responsável pela extração e tratamento dos dados da DIRPF exercício 2008,

EXTRAÇÃO 2008	EXERC	que serão encaminhados para carga na base DW DIRPF.
DW RFB - Tema ADUANEIRO		Tema DW para análise estratégica e seleção de intervenientes aduaneiros, a partir de critérios técnicos e objetivos, possibilitando a análise das Importações e Exportações e as informações da Zona Franca de Manaus.
DW RFB - TEMA DIRPF EXTRAÇÃO 2006	EXERC	Sistema responsável pela extração e tratamento dos dados da DIRPF exercício 2006, que serão encaminhados para carga na base DW DIRPF.
DW RFB - TEMA DIRPF TRANSF E CARGA 2009		Sistema responsável pela extração e tratamento dos dados da DIRPF exercício 2009, que serão encaminhados para carga na base DW DIRPF.
ARCO - AUDITORIA E CONTROLE DE SISTEMAS		Sistema de apoio às funções de controle, auditoria e correição, permitindo a visualização, de forma agregada, das transações, atualizações dos registros e operações exercidas nos sistemas operacionais da RFB, de modo a propiciar a identificação de: consistência, emprego apropriado e obediência às normas; erros ou desvios na utilização e falhas nos procedimentos e na segurança. (DW disponível no Discoverer)
DW RFB - Processo ETL - ARCO - CONTACORPJ		Extrator de eventos do Conta Corrente PJ, gerando informações a serem utilizadas no sistema ARCO.
DW RFB - Processo ETL - PROFISC		Aplicativo que efetua a extração de dados de eventos do Profisc, gerando informações a serem carregadas no DW ARCO.
DW DA ZONA FRANCA DE MANAUS		Solução de Datawarehouse que organiza e disponibiliza informações da Declaração de Controle de Internação da Zona Franca de Manaus
DW RFB - Processo ETL - ARCOMEX		Aplicativo que efetua a extração de dados de eventos, gerando informações a serem carregadas no DW ARCOMEX. de dados do Siscomex Importação e Exportação, permitindo à RFB auditoria desses eventos
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 08		Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 08
RECEITANET		Sistema que possibilita a entrega de declarações e documentos pelos contribuintes com utilização da internet.
SIMPLES - CONSULTA CONVENENTES		Sistema responsável por fornecer informações operacionais e gerenciais aos convenentes do Simples (INSS, estados, distrito federal e municípios) sobre as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples sob sua jurisdição, assim como disponibilizar a opção de consulta da RFB a esses dados.
ITR - PORTAL WEB PARA MUNICÍPIOS CONVENIADOS		PORTAL WEB de sistemas ITR para acesso pelos municípios conveniados com a RECEITA
SN - PGDAS EXTRATOR - PROGRAMA GERADOR DO DAS		Aplicativo que gera arquivos quinzenais contendo as apurações efetuadas no sistema PGDAS - Sistema Gerador de DAS e dos respectivos perfis de DAS gerados, para envio aos estados, municípios e DF.
SINTEGRA APLICAÇÃO - SISTEMA DE INFORMAÇÃO RFB		Produção da Aplicação Sintegra – Sistema de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias. Aplicação utilizada pelas Secretarias de Fazenda Estaduais e do DF, Secretaria da Receita federal RFB, e Superintendência da Zona Franca de Manaus.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 09		Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 09
RECEITANET-BX		O Receitanet-BX disponibiliza para download arquivos originais ECD, Fcont, EFD-IPI, EFD-Pis/Confis e NF-e. Está sendo iniciada a integração com outros sistemas, dentre eles o Contágil. O Receitanet-BX é uma aplicação cliente-servidor, desenvolvida em Java, portanto multiplataforma, que requer a utilização obrigatória de certificado digital. O Sistema foi projetado para trabalhar em 3 camadas. Aplicação Cliente: Aplicação desktop responsável pela iteração com o usuário final. Esta é a camada na qual as informações enviadas pelo sistema Fim São apresentadas. Aplicação Servidora: Serviço responsável por receber as requisições das aplicações clientes, formatando as informações para serem entregues aos sistemas Fim. Sistema Fim: Sistema que efetivamente detém os dados e arquivos a serem disponibilizados para o usuário.
SIEF - PRODUÇÃO DO DESIGNER 10G		SIEF – Produção do designer 10G (Oracle Developer Suite e pgms extra-case de apoio)
SIEF ADPRO - SITE DE PUBLICAÇÃO - RFB		SIEF – ADPRO – Site de Publicação RFB
Contágil - RFB		Serviço de hosting do sistema Contágil de propriedade da RFB.
Hospedagem WEBPROG -		Hospedagem, armazenamento e processamento do Sistema WEBPROG.

RFB	
Hospedagem SISAM - RFB	Serviço de Hosting do Sistema SISAM de propriedade da RFB

9.1.2. Sistemas computacionais utilizados e suas funções – Hospedagem Dataprev

Nome	Descrição
Consultas Técnicas	Agilizar e padronizar a troca de informações entre a Receita Federal do Brasil e as ARF em questões normativas.
INFORMAR	Tornar disponível, de forma ágil e amigável, informações gerenciais e/ou operacionais das áreas de arrecadação, fiscalização e cobrança, para a Receita Federal do Brasil, por meio da intranet. Permitir o acompanhamento das metas do plano operacional da RF
CNAF - Cadastro Nacional de Ações Fiscais	Manter o registro e fornecer consultas, via intranet, dos procedimentos fiscais em curso e realizadas nas Delegacias da Receita Federal do Brasil. Controlar o envio de carga para os auditores fiscais. Recuperar nas bases centrais o kit da fiscalização.
Suporte WEB	Permitir o suporte técnico aos sistemas da Receita Federal do Brasil.
SAFIS - Sistema de Auditoria Fiscal	Apoiar o trabalho externo do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil armazenando e processando dados em equipamento portátil (notebook) no momento da ação fiscal. Funciona de forma integrada com o sistema SISCOL e CNAF, de onde obtém a carga de trabalho.
AGUIA - Módulo de Tratamento de Divergências	Proceder o tratamento das divergências GFIP x GPS gerando instrumentos para cobranças dos valores devidos.
CEI WEB - Sistema de cadastramento de matrículas CEI	Cadastrar matrículas CEI e responsáveis por estas matrículas, via internet.
DISO WEB	Calcular, emitir e controlar os Avisos de Regularização de Obras (ARO), conforme as regras vigentes.
DISO WEB (INTERNET)	Declaração para regularização de obra para construção civil.
PRODIN – Sistema de Tratamento de Débitos Anteriores ao SICOB	Permitir a Receita Federal o tratamento dos débitos anteriores a migração realizada em Setembro de 1999.
SIF - Sistema de Inteligência Fiscal	O SIF - Sistema de Inteligência Fiscal é um sistema gerencial, com agregação de dados de diversas bases cujo objetivo é dar suporte ao planejamento da ação fiscal, direcionado para a detecção de indícios de sonegação e para a realização de estudos econômicos.
AUDICOMP-P - Sistema de Auditoria de Compensações Previdenciárias	Ferramenta para automatizar a verificação de compensações para CNPJs informados pela coordenação/analista da Receita Federal, além de disponibilizar ao contribuinte uma ferramenta WEB para o detalhamento da origem dessas compensações, de forma que possibilite à RFB concentrar esforços na fiscalização de empresas e buscando desestimular o uso indevido de compensações previdenciárias.
SISOBRA PREF	Cadastrar e controlar os habite-se e alvarás de obras de construção civil emitidos pelas Prefeituras Municipais.
SISOBRA NET	Permitir o encaminhamento eletrônico do arquivo com as informações de alvarás e habite-se emitidos pelas Prefeituras Municipais.
SISOBRA GER	Controla as obras existentes no cadastro da Receita Federal do Brasil de forma e evitar a decadência através do envio de cartas aos contribuintes responsáveis pelas obras.
SISCOL - Módulo de Dados Cadastrais	Manter o cadastro de empresas, contadores, co-responsáveis e obras.
SISCOL - Módulo de Procedimentos Fiscais	Controlar o recebimento da carga fiscal do sistema SAFIS.
SISCOL - Módulo de Documentos de Débito e Controle de DEBCAD	Manter o cadastro de débitos administrativos.
SISCOL - Módulo de Tabelas e Ferramentas do sistema	Manter tabelas do sistema e disponibilizar funções utilitárias.
AGUIA - Serviço de integração com o sistema SISCOL	Atualizar online o cadastro de estabelecimentos, responsáveis e obras da base de dados da Arrecadação.
AGUIA - Entidades	Manter o cadastro de entidades filantrópicas a partir de dados enviados pelo CNAS –

Filantrópicas	Conselho Nacional de Assistência Social, e outras informações.
AGUIA - Consultas ao cadastro menu estabelecimentos	Consultar e manter as informações do cadastro de estabelecimentos / entidades equiparadas para arrecadação previdenciária.
AGUIA - Consultas ao LOG de estabelecimentos	Consultar o histórico das operações sobre os dados do cadastro (LOG).
AGUIA - Consultas ao conta corrente de guias de recolhimento	Consultar dados dos recolhimentos feitos através dos documentos de arrecadação previdenciária (DARP, GRPS, GRPS-3, GPS) a partir de parâmetros de pesquisa informados pelo usuário.
AGUIA - Ajuste de guias	Localizar as guias de arrecadação (GPS, GRPS, GRPS-3, DARP) para torná-las disponíveis para ajustes de quaisquer campos, e também promover a correta associação das mesmas ao conta corrente dos estabelecimentos / equiparados.
AGUIA - Consulta ao LOG de atualizações de guias de recolhimento	Permitir consultas ao histórico de atualizações das guias de recolhimento de arrecadação previdenciária (GPS, GRPS, GRPS-3).
AGUIA - Inclusão de guias	Incluir guias de arrecadação previdenciária (GPS, GRPS, GRPS-3) que não entraram pelo sistema de arrecadação bancária na rotina de transmissão normal, além das guias referentes a títulos, dação, depósito recursal, reembolso e restituição.
SAL - Cálculo de acréscimos legais de contribuintes individuais	Calcular as contribuições previdenciárias devidas esteja elas em atraso ou não, de contribuintes individuais, segurados especiais, empregado doméstico e facultativo na internet. Na intranet, permite, ainda, simular cálculos em datas passadas.
SAL - Cálculo de acréscimos legais de empresas e equiparados	Calcular as contribuições previdenciárias devidas, estejam elas em atraso ou não, de empresas e órgãos públicos.
SAL - Cálculo de indenizações, DIC e contagem recíproca	Calcular a indenização referente às contribuições não pagas para o período em que o exercício de atividade não exigia filiação obrigatória ao RGPS – INDENIZAÇÃO. Calcular a indenização referente às contribuições não pagas para o período em que o exercício de atividade exigia filiação obrigatória ao RGPS – DIC Retroação da data de início das contribuições. Calcular a indenização para fins de CONTAGEM RECÍPROCA referente às contribuições não pagas para o período em que o exercício de atividade exigia filiação obrigatória ao RGPS – CONTAGEM RECÍPROCA.
GPS - Emissão de GPS com código de barras offline	Emitir a GPS paga pagamento de contribuições que não estejam em atrasos com o código de barras quando não houverem contribuições para outras entidades.
Restituição - Sistema de Restituição	Efetuar o cálculo dos valores a restituir relativos a contribuições da retenção da Lei 9711.
AGUIA - Módulo GFIP	Fornecer informações relativas às GFIPs dos contribuintes (CNPJ e CEI), confrontar os valores devidos à Previdência com os valores recolhidos (GPS) e proceder tratamento das divergências encontradas.
GFIP WEB - Consultas	Aplicativo destinado a disponibilizar para consultas informações dos arquivos GFIP originais declarados pelos contribuintes e armazenados na base GFIP WEB.
GFIP WEB - Desbloqueio de GFIP	Sistema destinado a desbloquear GFIP's.
CNISA - Módulo on-line	Atualizar e Disponibilizar consultas às bases de dados agregados por estabelecimento para apoiar os serviços de Arrecadação e Fiscalização.
CNISA - DCBC	Relacionar as remunerações dos trabalhadores declaradas em GFIP, por estabelecimento, competência e FPAS, apresentando os trabalhadores discriminados de acordo com a sua categoria e código de ocorrência (exposição a agentes nocivos).
CND - Sistema Corporativo	Cadastrar, emitir e controlar pedidos de certidão baseada na análise das informações constantes na base e nas regras de negócio vigentes.
CND - Sistema de Baixa de Empresas	Emitir e controlar pedidos de certidão de baixa de empresa (finalidade 3) baseada na análise das informações constantes na base e nas regras de negócio vigentes.
CND - Serviços de Pedido de CND e Consulta na WEB	Cadastrar pedido, emitir certidão e verificar na Internet a situação de uma empresa para concessão de certidão baseada na análise das informações constantes na base e nas regras de negócio vigentes.
SICOB - Módulo Documento Original	Possibilitar o tratamento / acompanhamento dos dados do documento original.
SICOB - Módulo Processo	Possibilitar o tratamento / acompanhamento dos dados do processo.
SICOB - Módulo Parcelamento	Possibilitar o tratamento / acompanhamento dos parcelamentos.

SICOB - Módulo Cobrança	Possibilitar o tratamento / acompanhamento da cobrança.
SICOB - Módulo de Apoio e Tabelas Auxiliares e Impressão	Possibilitar a consulta a todas as tabelas auxiliares utilizadas pelo sistema.
SICOB - Módulo de Integração com o SISCOL	Cadastramento de NFLD, LCD e AI, retificação dos processos, desmembramento e cadastramento de decisão no SICOB que são informadas através do sistema SISCOL.
SICOB - Ambiente de Treinamento	Prover ferramental informatizado para treinamento do Sistema SICOB, no ambiente de Treinamento /Desenvolvimento.
RETPREF - Módulos Retenção e Remessa	Permitir o cadastramento e a manutenção dos valores lançados para retenção do Fundo de Participação de Estados e Municípios.
CND WEBSERVICE	Disponibilizar funcionalidade por meio de um web service para uso da Receita Federal do Brasil para verificação fiscal das contribuições previdenciárias de determinada Empresa.
FNDE - Transferência de débitos do salário educação para Receita	Transferir os processos administrativo-fiscais, relativos ao salário educação, constituídos no FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para os Sistemas de Cobrança e Dívida Ativa Previdenciários, com a finalidade de atender a Lei 11.547/2007
Parcelamento Especial	Disponibilizar funcionalidade para concessão On-Line de parcelamento especial de dívidas previdenciárias de um determinado contribuinte. Essa funcionalidade contempla troca de arquivos e requisições de WebService entre DATAPREV e SERPRO.
SISFPJ	Serviço de Informação da Situação Fiscal de Pessoa Física e Jurídica
PARCWEB Ecac - Módulo Parcelamento Lei 10.522/02	Permitir à Receita Federal a consolidação de parcelamentos ordinários e simplificados de processos da RFB, via INTRANET e INTERNET, da Lei 10522/02
RESTCI - Restituição do Contribuinte Individual	Permitir à Receita Federal a inclusão de guias negativas, GPS/GFIP, para devolução de indébitos de contribuintes individuais, via INTRANET.
SDJ - Sistema de Depósito Judiciais Extra-Judiciais	Controlar as entradas das remessas de dados de Depósito e Liberação, Judicial e Extrajudicial, desde a recepção, incluindo sua passagem pelas diferentes etapas de tratamento. Disponibilizar dados para gestão do RFB e PGFN, tanto ao nível central quanto regional. Fornecer informações para atualização nos diversos Bancos de Dados da Arrecadação, Cobrança, Procuradoria e CNIS.
AGUIA - Serviços de Atualização de Guias de Recolhimento	Atualização da conta corrente dos contribuintes em função dos recolhimentos efetuados por meio da GPS – Guia de Previdência Social.
AGUIA - Batimento GFIP x GPS	Efetuar o batimento GFIP x GPS, apurando o conta corrente de divergências do contribuinte.
SISOBRA - Rotinas de sincronização do cadastro de obras	Manter a base de dados de obras do sistema SISOBRA GER sincronizada com o cadastro de obras central da Receita Federal do Brasil.
SISOBRA - Rotinas de atualização com as obras das prefeituras	Incluir novas matrículas CEI na base de dados de obras da Receita Federal do Brasil com as informações encaminhadas pelas Prefeituras Municipais.
AGUIA - Serviços de Integração com o cadastro do CNPJ	Atualizar o cadastro de estabelecimentos da base de dados da Arrecadação com os movimentos oriundos do SERPRO.
ARPA - Apropriação das Receitas - Obrigações Correntes	Gerar lançamentos para o registro oficial da receitas de Obrigações Correntes, Débitos Administrativos e Procuradoria, calcular e efetuar o repasse dos valores apurados correspondentes às entidades Terceiros.
AGUIA - Serviços de Integração com o sistema GFIP WEB - carga da GFIP	Atualização da GFIP versão 8 ou posterior na base de dados de arrecadação.
AGUIA - Serviços de Distribuição de Valores da GFIP	Distribuição dos valores de GFIP versão 8 ou posterior na base de dados de arrecadação, gerando a conta corrente de GFIP do contribuinte.
AGUIA - Serviços de controle de IP e tratamento de divergências	Gerar, emitir e controlar o vencimento das IPs e a gravação dos DCGs no SICOB.

GFIP WEB - Carga da GFIP	Sistema destinado a captar e armazenar os arquivos SEFIP / GFIP originais transmitidos pelas empresas via Internet, por meio do sítio Conectividade Social, operado pela Caixa Econômica Federal.
GFIP WEB - Extração para receita	Extração e transmissão para o MV2 das informações das GFIP originalmente declaradas pelos contribuintes e armazenadas na base GFIP WEB.
GFIP WEB - Extração AUDIG	Sistema destinado às extrações dos arquivos GFIP originais transmitidos pelas empresas via Internet, por meio do sítio Conectividade Social, para AUDIG.
GFIP WEB - Bloqueio de GFIP	Carga de arquivo destinado a atualizar com marca de débito as GFIP's de Empresas em débito (DCG) e bloquear entrada de novas GFIP's.
CNISA - Agregado RAIS	Processar o movimento da RAIS atualizando a base de dados agregados do CNIS e gerando informações para os sistemas de Arrecadação.
SICOB - Rotina de Atualização Mensal da Base	Manter toda a base de informações de Créditos e parcelamentos atualizada.
SICOB - Rotina de Emissão de Cobrança Mensal de Parcelamento	Emitir a cobrança mensal dos parcelamentos cadastrados na base a serem cobradas via GPS, débito em conta-corrente e FPM.
SICOB - Rotina de Apropriação de Pagamentos	Tratar os pagamentos efetuados na rede bancária com códigos de recolhimento de Cobrança administrativa.
SICOB - Rotina de Integração com o REFIS/SERPRO	Tratar as informações enviadas pelo SERPRO com relação às adesões das empresas ao REFIS.
SICOB - Rotina de Carga de Depósito Judicial	Receber as informações de depósitos judiciais via SDJ – Sistema de Depósitos judiciais e permitir sua vinculação e apropriação nos créditos do sistema SICOB.
RETPREF - Rotinas de cálculo e envio de retenção para o BB	Encaminhar ao Banco do Brasil os arquivos com os comandos de retenção do fundo de participação de estados e municípios, baseado nas regras estabelecidas para cada modalidade de retenção.
Tramitação de processos nas unidades RFB e PGFN	Movimentar os processos em cobrança administrativa entre as unidades da RFB, em função de alteração da unidade responsável pelo contribuinte, por alteração de jurisdição, mudança do estabelecimento centralizador do contribuinte ou no endereço do mesmo, ou pela sucessão e incorporação de empresas. Movimentar os créditos em Dívida Ativa entre as unidades da PGFN, com base em alterações de jurisdição das procuradorias.
COBRE - Sistema de Controle Básico de Remessas de GPS	Controlar as entradas das remessas de dados de diferentes rotinas de arrecadação, desde a recepção, incluindo sua passagem pelas diferentes etapas de tratamento. Disponibilizar dados para gestão financeira, tanto ao nível central quanto regional. Fornecer informações das Receitas Arrecadadas pela Rede Bancária visando o controle das remessas, bem como a liberação das mesmas, para atualização em bancos de dados.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 10: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

10.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Quadro 25 - Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		x
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	x	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	x	-
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	x	-
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.	x	- http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/acoes_programas/acoes_prog_ramas.htm
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.	x	- http://intraspoa.fazenda/spoa/faz-melhor.php

Considerações Gerais

O presente quadro foi preenchido mediante a utilização da medida estatística “moda”, isto é, elegeu-se como resposta da UJ a cada um dos itens do quadro aquela (“Sim” ou “Não”) que registrou o maior número de ocorrências entre as UG jurisdicionadas.

As repostas das UG foram apresentadas pela área de Programação e Logística de cada uma delas.

O Ministério da Fazenda elaborou o Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS, em agosto de 2013, que tem como objetivo geral instituir as práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos, atendendo ao disposto no Art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012, cujos **OBJETIVOS ESPECÍFICOS** são:

- Congregar as ações de sustentabilidade que já estão sendo desenvolvidas no Ministério da Fazenda, visando à sincronia de atividades com o mesmo fim.
- Aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações pautadas por critérios de sustentabilidade socioambiental.
- Valorizar o poder de compra do Estado como instrumento para implementação de políticas públicas,

contribuindo com a gestão responsável, visando o desenvolvimento nacional com sustentabilidade ambiental, econômica e social.

- Promover a cultura da sustentabilidade e sua incorporação às atividades cotidianas desenvolvidas no serviço público.

As UG da SRRF03 têm adotado uma série de medidas de gestão ambiental e de licitações sustentáveis que estão em sintonia com o PLS do Ministério da Fazenda, como abaixo se demonstra.

DRF/São Luis - Nas aquisições de materiais, de consumo ou permanentes, são inseridas regras editalícias contemplando a aquisição de bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 E 15448-2. Também se exige que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Exemplos: Processo nº 10320.000271/2014-18, Pregão Eletrônico nº 07/2014,;processo nº 10320.722324/2014-47, Pregão Eletrônico nº 09/2014.

DRF/Imperatriz - Tem feito a inclusão de alguns critérios relacionados à sustentabilidade ambiental (Incisos II, IV,V e VIII do art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 01/2010 e Anexo V da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30/04/2008) nos editais das últimas licitações realizadas. Além disso, a preocupação com a redução de consumo de papel e copos descartáveis é constante. Uma das iniciativas adotada por esta Delegacia foi o projeto “adote um copo”, no qual uma parte dos servidores trazem seus copos de vidro e outros utilizam um mesmo copo descartável ao longo de todo o dia, reduzindo consideravelmente o consumo de copos descartáveis na DRF/Imperatriz-MA. A Unidade executa a separação de resíduos recicláveis descartáveis, porém a prefeitura do município deixou de fazer a coleta seletiva que havia iniciado no exercício de 2014. Dessa forma, providenciaremos a habilitação de associação ou cooperativa, conforme prevê o decreto 5.940/2006, para viabilizar a destinação desses resíduos.

DRF/Teresina - Inclui em seus contratos cláusula que obriga a contratada a adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, descarte de materiais potencialmente tóxicos/poluentes.

DRF/Fortaleza – Vem adotando as seguintes práticas:

1) Licitações(aquisições):

- Pregão DRF/FOR nº 1/2014: material de consumo: Aquisição de Papel A4, Material reciclado.
- Pregão DRF/FOR nº 2/2014: Aquisição de *splits* tipo *inverter* para todas as Agências jurisdicionadas, equipamento com capacidade de economia de energia de até 40%.
- Adesão ao Pregão 03/2013 da DRF/TSA/PI: Guichês para ampliação da triagem do CAC - Certificação ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou reflorestamento.
- Concorrência DRF/FOR nº 1/2014: Construção da Agência modelo da ARF Caucaia, cujo projeto foi elaborado visando à sustentabilidade tanto na construção quanto na manutenção predial, com especificações técnicas socioambientais, de forma a atender o interesse do órgão, de preservação do meio ambiente e do bem estar social.

2) Rotinas de trabalho:

- Adoção de procedimentos racionais em relação à aquisição e utilização de materiais de consumo, onde são observados a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos adquiridos.
- Uso de correio eletrônico, sempre que possível.
- Impressão frente e verso de documentos, sempre que possível.
- Impressão dupla por folha, no que couber.
- Impressão no modo rascunho.
- Adoção de medidas de racionalização da água, energia e demais insumos.
- Utilização da prática correta de descarte de resíduos.

3) Iniciativas Específicas:

- Extinção do Contrato de Malote celebrado entre a DRF e os correios, substituindo-o por comunicações eletrônicas,

na maioria dos casos.

- Utilização do sistema e-assina: esse sistema tem por objetivo realizar a assinatura digital de documentos, para trânsito e pós-validação. É ferramenta fundamental para que se amplie a utilização de documentos digitais no âmbito da Receita Federal, de maneira que o trânsito de documentos ocorra de forma puramente virtual, contribuindo assim com a preservação do meio ambiente, na medida em que se dispensa a impressão de documentos para sua assinatura.
- Utilização do e-processo - contribui na preservação do meio ambiente, na medida em que dispensa o meio físico e os materiais utilizados para a formalização de atos processuais, mantendo todo o processo na forma digital.
- Redução no consumo de água em metro cúbico de 4% aproximadamente, em relação a 2013.
- Redução no consumo de água em quilowatts de 4% aproximadamente, em relação à 2013.
- Realização de campanhas, através do envio de emails, direcionadas a todos os servidores, para utilização de papel reciclado.
- Realização campanhas, através do envio de emails, direcionadas a todos os servidores, para redução do consumo de papel.
- Participação da Comissão criada pela Portaria SAMF 115/2012, destinada à realização de programas da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P; dentre as iniciativas podemos citar palestras, divulgação de informativos.
- Utilização da coleta seletiva solidária.
- Participação de servidores em treinamentos sobre a questão da sustentabilidade.

DRF/Juazeiro do Norte - Em 22/5/2014, foi firmado com a Associação do Engenho do Lixo, CNPJ nº 11.263.979/0001-07, sediada na cidade de Juazeiro do Norte(CE), o Termo de Compromisso pelo qual a entidade, quinzenalmente, está coletando os resíduos sólidos recicláveis descartados pela Unidade, em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006, de 25/10/2006.

ALF/Porto de Fortaleza - Exige das empresas fornecedoras que atentem para a aquisição de produtos que utilizem tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental e/ou produtos recicláveis. Na destinação de resíduos, embora não possua programa específico de destinação seletiva, utiliza a coleta de lixo terceirizada, ficando a cargo da empresa terceirizada a tarefa de separação dos resíduos recicláveis, e direciona os resíduos produzidos pelas destruições de mercadorias apreendidas para associações e cooperativas de catadores de lixo.

DRF/Sobral - A unidade está se preparando para iniciar o processo de coleta seletiva de resíduos recicláveis no ano de 2015. Além disso, tem aplicado as seguintes iniciativas:

- a) Aquisição de papel A4 reciclado e o incentivo à impressão frente e verso ou modo rascunho.
- b) Adoção de medidas racionais no consumo de água e energia: monitoramento contínuo do uso de equipamentos energéticos, controle de vazamentos nos sistemas hidráulicos.
- c) Utilização de sistemas informatizados em detrimento do uso de papel impresso. Ex: sistema e-processo, correio eletrônico e redução do envio de documentos por malote.
- d) Reutilização de copos descartáveis no consumo diário de água , por parte dos servidores.

DRF/Floriano - exige, em seus processos licitatórios, que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços e fornecimentos de bens à Unidade. Ademais, incentiva o servidor da DRF a evitar o uso excessivo de materiais plásticos, a exemplo de copos descartáveis, sacolas, etc. Por fim, são realizadas campanhas de conscientização sobre uso racional de água e energia elétrica, tendo como instrumento de disseminação de mensagens via notes e murais.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 11: Atendimento de Demandas de Órgão de Controle
(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O subitem “Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU” (subitem 11.1 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não será apresentado neste Relatório de Gestão pois esta UJ não recebeu determinações do TCU no exercício de 2014.

O subitem “Tratamento de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno ao qual se vincular a Unidade Jurisdicionada” (subitem 11.2 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não será apresentado neste Relatório de Gestão pois esta UJ não recebeu determinações da Controladoria-Geral da União – CGU no exercício de 2014.

11.1 - Demonstração do Cumprimento das Obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 90/2014 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função;
- A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de Prestação de Contas, incluindo todos os servidores em exercício no órgão e não apenas aqueles detentores de função.

Quadro 26 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Região Fiscal	Unidade Pagadora	Pendências de entrega da DBR				
		Quantitativo				Total
		Servidores sem função	FG1	FG2	FG3	
3 ^a	DRF/São Luís	19	1	1	0	21
	DRF/Teresina	0	0	0	0	0
	SRRF03	13	0	0	0	13
Total		32	1	1	0	34

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, extração realizada no dia 05/02/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

Atualmente 1.113 servidores da 03^a RF (97,03% do corpo funcional) estão com os registros atualizados. Não existe nenhuma pendência em relação aos ocupantes de DAS.

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU N° 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem a obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF. As autorizações de acesso à DIRPF são geradas e controladas via SA3.

A área de gestão de pessoas fornece, no ato da posse ou na realização da cobrança, a autorização de acesso à DIRPF a fim de estimular a entrega deste documento e minimizar o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo. Atualmente, menos de 2% dos servidores ainda optam pela entrega da DBR.

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações. A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda se

entrega as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocados na pasta funcional.

Periodicamente a área de gestão de pessoas efetua cobrança da entrega da DBR, via contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da necessidade, dos riscos e das consequências da não entrega do documento.

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre o patrimônio e a remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

11.2 - Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar Responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário

Quadro 27 - MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
1	1*							

* Furto de um notebook de propriedade da RFB, na DRF/Teresina, avaliado em R\$ 1.725,00, apurado mediante Sindicância e Termo Circunstaciado Administrativo (Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de Fevereiro de 2009), onde restou demonstrado que não se configurou a culpa do servidor responsável pelo equipamento, que não agiu com negligência, imprudência ou imperícia, ficando desobrigado de proceder ao resarcimento ao erário. Tendo em vista o valor do dano causado ao erário, não houve necessidade de instauração de processo junto ao TCU.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 12: Informações Contábeis
(Item 12, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O subitem “**Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas**” (subitem 12.2 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não será apresentado neste Relatório de Gestão, pois esta Unidade não possui informações a serem prestadas. O referido subitem constará apenas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

12.1 - Demonstração das Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 3ª Região Fiscal – SRRFB03 atende, em sua maior parte, ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

No que tange à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, adotam-se as rotinas de mensuração subsequentes relativas ao ativo imobilizado, especialmente a depreciação, no entanto as relativas ao intangível (reconhecimento inicial, amortização e redução ao valor recuperável) estão com implantação em andamento.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da RFB são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

- A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e,
- Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da SRRFB03 é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

a2) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis. Os bens imóveis da RFB são de propriedade da União e

todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNet, exceto a Agência da DRF/FOR em Quixadá e o terreno doado pela Prefeitura de Baturité para a construção da Agência da DRF/FOR naquele município.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU ainda estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal - SIAFI.

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Existe projeto do Ministério da Fazenda em andamento, que está levantando os itens do intangível, principalmente os sistemas corporativos, e negociando com o órgão gestor do sistema de controle patrimonial (Secretaria do Tesouro Nacional), com o fim de definir a rotina do procedimento da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – SRRFB03, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a RFB utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

CONCEITOS

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da SRRFB03 obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

b) CRÉDITOS e OBRIGAÇÕES

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de diretos a receber, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB. A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade.

Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100. Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos.

Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado mensalmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) ESTOQUES

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As UG's do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) INVESTIMENTOS

A SRRFB03 não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou públicos-

privados.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) INTANGÍVEL

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da SRRFB03 ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

g) DIFERIDO

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A SRRFB03 não dispõe de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2014 da SRRFB03 foi de R\$ 16.944.891,02 referente à depreciação de bens móveis. A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Os impactos relacionados à aplicação da NBC T 16.10, que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, somente serão informados no Relatório de Gestão das Unidades Centrais da RFB, pois se referem a contabilizações que não são realizadas em nível regional.

12.2 - Informações sobre a Conformidade Contábil

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da

consistência dos itens que compõem os demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências nas transações >CONCONTIR e >CONINCONS relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

a) Instâncias responsáveis pela realização da Conformidade Contábil na RFB e as respectivas unidades gestoras analisadas.

A gestão de atividades relacionadas à Contabilidade na RFB é realizada pela Divisão de Contabilidade – DITAB (UG 170379 - Seccional Contábil da RFB) e pelas Seccionais Regionais de Contabilidade (UGs: 170540, 170541, 170542, 170543, 170544, 170545, 170546, 170547, 170548 e 170549). A DITAB está subordinada à COFIC – Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade e à COPOL – Coordenação Geral de Programação e Logística e as Seccionais Regionais de Contabilidade estão vinculadas à sua respectiva Superintendência da Receita Federal do Brasil.

A Seccional Contábil da RFB (UG 170379) e as dez Seccionais Contábeis Regionais (UGs: 170540, 170541, 170542, 170543, 170544, 170545, 170546, 170547, 170548 e 170549) foram criadas pela Portaria SPOA nº 256/2007, que em seus artigos 1º e 2º dispõem.

“Art 1º: subdelegar competência à Ditab/COPOL para atuar como setorial de contabilidade das Unidades Centrais da RFB, bem como supervisionar as setoriais de contabilidade das SRRF.

Art 2º: subdelegar competências às SRRF para atuarem como setorial de Contabilidade das unidades gestoras executoras sob sua jurisdição, a partir do mês contábil SIAFI – Junho de 2007.”

A DITAB tem competências previstas no Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009 e no regimento interno da RFB (Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e suas alterações). Dentre as competências previstas no artigo 8º do Decreto nº 6.976/2009, ressalta-se a competência de registrar a conformidade contábil, transcrita abaixo:

“Art. 8º Compete aos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal:
[...]

V - realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora;”

Além disto, o regimento interno da RFB em seu artigo 171, dispõe que:

“Art. 171. À Divisão de Contabilidade – DITAB competem as atividades relacionadas à orientação dos registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Centrais, Delegacias de Julgamento e das Superintendências Regionais, bem assim elaborar a Tomada de Contas Anual da RFB, em articulação com a Audit e as Tomadas de Contas Extraordinárias e Especiais no âmbito das Unidades Centrais”.

Em virtude do que foi exposto anteriormente, apresenta-se a seguir a instância responsável pela realização da conformidade e as respectivas unidades gestoras executoras analisadas no âmbito da RFB.

a.1) Conformidade Contábil de UG:

Unidade Seccional Contábil	Unidade Gestora / Estrutura Administrativa	Quantidade de UG (função: executora)	Unidades Gestoras Executoras
170543 - Seccional RFB 3ª RF	3ª RF	12	170028; 170030; 170035; 170040; 170041; 170042; 170108; 170225; 170330; 170337; 170387; 170532
Total		12	

b) Da segregação de função no processo de registro da conformidade

O registro de conformidade contábil, conforme previsto na Macrofunção SIAFI 020315 – Conformidade Contábil, compete a profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

c) informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.

Neste item trataremos apenas das ocorrências contábeis apontadas pela Seccional Contábil 3ª RF da RFB às UGs sob sua jurisdição, a saber, as DRFs e as ALFs da SRRFB03 no exercício de 2014.

Tipo de Ocorrência	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
315 - Falta ou Restrição na Conformidade de Registro de Gestão			1										1
318 – Não Atendimento Orientação Órgão Contábil Setorial/Central						9 (*)	5 (**)	2 (**)	1 (**)	1 (**)	1 (**)	1 (**)	20
Total de Alertas	0	0	1	0	0	9	5	2	1	1	1	1	21
603 - Saldo Contábil do Almoxarifado do SIAFI não confere com o do SIADS						1		1					2
640 - Saldo Contábil de Bens Móveis não confere com o do SIADS				1		1		1					3
652 – Saldo Invertido – Ativo Compensado						1							1
655 – Saldo Contábil de Mercadorias Apreendidas Não Confere c/ o Relatório de CTMA						1							1
703 – Erro na Classificação da Despesa							1						1
Total de Ressalvas	0	0	0	1	0	4	1	2	0	0	0	0	8
Total	0	0	1	1	0	13	6	4	1	1	1	1	29

(*) Falta atualizar campos no Sistema Spiunet

(**) Falta atualizar Rol de Responsáveis

d) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

O Rol de Responsáveis da UG 170041 – DRF/Fortaleza não foi atualizado, dada a ausência de indicação de agente responsável titular para a natureza de responsabilidade 154 - Responsável Técnico-Tecnologia da Informação. A UG justifica, alegando que a nomeação de uma Chefia de Serviço, por ser um ato gerencial complexo, notadamente em Unidades do porte da DRF/Fortaleza, envolve uma série de situações que a influenciam, tais como prospecção de servidor com perfil desejado, disponibilidade do servidor, liberação da Chefia imediata, desvinculação do Serviço anterior com repasse das atividades, dentre outras. No caso em tela, a exoneração antecipada da Chefia anterior foi necessária para suprir lacuna urgente no Centro de Atendimento ao Contribuinte. A nomeação de nova Chefia estava aguardando, além das condicionantes supra, resposta de demanda feita pela DRF/Fortaleza à outra Região Fiscal. Somente foi possível equacionar as variáveis no decorrer do mês de fevereiro/2015, o que culminou com a nomeação da nova Chefe do Serviço de Tecnologia – Setec em 09/02/2015 (Portaria DRF/FOR nº 19), completando, dessa forma, o cadastro de agentes responsáveis da referida Unidade Gestora.

12.3 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

12.3.1 - Declaração com Ressalva

A declaração encontra-se no [Item 15 - Anexos e Apêndices](#).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 13: Outras Informações sobre a Gestão
(Item 13, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O subitem “**Informações consideradas relevantes pela unidade jurisdicionada**” (subitem 13.1 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não será apresentado neste Relatório de Gestão, pois não há informações que sejam consideradas relevantes pela unidade jurisdicionada no desempenho da gestão no exercício de 2014.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 3^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 14: Considerações Finais

O item “**Considerações Finais**” (item 14 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não será apresentado neste Relatório de Gestão, pois não há considerações finais que sejam consideradas relevantes pela unidade jurisdicionada no desempenho da gestão no exercício de 2014.

DECLARAÇÃO

Eu, Astrogildo Eliano Pinto Junior, CPF 514.346.603,20, Chefe da Divisão de Programação e Logística – Dipol/3^aRF, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal - SRRF03 declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, que RESSALVADOS os contratos cujos objetos foram licitados através de Pregão com Atas de Registro de Preços ou através de adesões a registro de Preços de outros Órgãos da Administração Pública Federal, todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade Jurisdicionada estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece o artigo 17 da Lei nº 12.708/2012, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes, em exercícios anteriores, conforme declarações apresentadas pelas Unidades Gestoras e que estão arquivadas na Setorial Contábil da SRR03.

A ressalva acima deve-se à impossibilidade de inclusão das informações relativas a cronogramas, medições e pagamentos dos contratos oriundos de Registro de Preços junto ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.

Fortaleza(CE), 31 de março de 2015.

**Astrogildo Eliano Pinto Junior
514.346.603-20
Chefe da Divisão de Programação e Logística – Dipol/3^aRF**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		Código da UG
Denominação completa (UJ)		
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 3ª Região Fiscal		170040

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

1) UG 170041 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza

a) Não Atendimento de Orientação do Órgão Contábil Setorial/Central

- a.1) **Fundamento Legal:** - Instrução Normativa/TCU nº 47/2004, Instrução Normativa/STN nº 06/2007, Acórdão/TCU nº 1.800/2003, Instrução Normativa/SFC nº 01/2001, Norma de Execução/ CGU nº 05/2007 e edições posteriores e Macrofunção Siafi nº 07.03.00 - Rol de Responsáveis
- a.2) **Providências da Setorial de Contabilidade:** Orientação e acompanhamento MENSAL para não ocorrência de irregularidade no Rol de Responsáveis das Unidades Gestoras na 3ªRF, tendo por base a Orientação da Divisão de Contabilidade – Ditab/Copol/RFB nº 01/2010 e 08/2011.
- a.3) O motivo da Ocorrência Contábil deveu-se em razão da UG não regularizar a situação, referente o mês de DEZEMBRO/2014, até o Encerramento do Exercício de 2014, faltando informar o agente responsável titular para a Natureza de Responsabilidade 154 – Responsável Técnico – Tecnologia da Informação.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Fortaleza/CE	Data	31/03/2015
Contador Responsável	Eraldo Caetano Sá	CRC nº	008668/O-0-CE